

MIRIAM CRISTINA FRANCO MATEU

DE *UNA ISLA RODEADA DE TIERRA* À LIBERALIZAÇÃO ECONÔMICA:

abertura econômica, mercado de trabalho e a informalidade no Paraguai

(1980-2017)

DOURADOS – 2021

MIRIAM CRISTINA FRANCO MATEU

**DE *UNA ISLA RODEADA DE TIERRA* À LIBERALIZAÇÃO ECONÔMICA:
abertura econômica, mercado de trabalho e a informalidade no Paraguai
(1980-2017)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em História.

Área de concentração: História, Região e Identidades.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Baller.

DOURADOS – 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

M425d Mateu, Miriam Cristina Franco

De una isla rodeada de tierra à liberalização econômica: abertura econômica, mercado de trabalho e a informalidade no Paraguai (1980-2017) [recurso eletrônico] / Miriam Cristina Franco Mateu. -- 2021.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Leandro Baller.

Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2021.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Paraguai. 2. Abertura econômica. 3. Trabalho informal. 4. Mulheres. I. Baller, Leandro. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

MIRIAM CRISTINA FRANCO MATEU

**DE UNA ISLA RODEADA DE TIERRA À LIBERALIZAÇÃO ECONÔMICA:
abertura econômica, mercado de trabalho e a informalidade no Paraguai
(1980-2017)**

TESE APRESENTADA PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em ____ de junho de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Presidente e orientador:

Leandro Baller (Dr., UFGD)_____

1ª Examinadora:

Adriana Aparecida Pinto (Dra., UFGD)_____

2º Examinador:

Paulo Roberto Cimó Queiroz (Dr., UFGD)_____

3º Examinador:

Anibal Herib Caballero Campos (Dr., UNA)_____

4º Examinador:

Fábio André Hahn (Dr., UNESPAR)_____

À minha mãe Verginia Franco (*in memoriam*),
agradeço por tudo que compartilhamos juntas.
Rohechaga'u che sy...

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, ao meu irmão Oscar pelo imenso apoio durante a pesquisa de campo em Assunção e Pedro Juan Caballero; ao meu esposo, Rodrigo, por estar ao meu lado em todos os momentos desta jornada; aos meus filhos, pela paciência perante minhas ausências.

Agradeço aos professores Dra. Adriana Aparecida Pinto, Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz e Dr. Anibal Herib Caballero Campos pelas contribuições e sugestões na Banca de Qualificação da tese e por aceitarem compor a Banca de Defesa da tese. Ao professor Dr. Fábio André Hahn, pelo aceite em compor a Banca de Defesa da tese.

Um agradecimento especial aos funcionários da *Biblioteca Nacional de Asunción*, em especial ao Sr. Teódulo S. Vargas que não mediu esforços em dispor as edições do jornal *ABC Color*. Ao Centro de Documentación y Estudios (CDE), em Assunção, pelo gentil atendimento e pelo material acadêmico ofertado à pesquisa.

Ao orientador, Prof. Dr. Leandro Baller, sempre gentil, cordato e comprometido com a orientação. Obrigada pelos direcionamentos.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Ao Wallace Gomes de Lima, Secretário do Programa de Pós-Graduação em História, grata pela gentileza e presteza ao longo destes anos.

Agradeço à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, que me propiciou afastamento integral durante esse período de estudos.

Por fim, um agradecimento especial às mulheres trabalhadoras que aceitaram participar deste trabalho: Barcilicia, Gladis, Joana, Joyce, Flávia, Francisca, Fermina, Maria de Lourdes, Olga, Venancia, Zunilda e Zunilda. Partilho com vocês a alegria deste encontro e as agradeço nas línguas que movimentam nossa vida fronteiriça. Obrigada.

¡Gracias!

Atima porã.

Las Puertas

*Un cerrarse de puertas,
a derecha e izquierda;
un cerrarse de puertas silenciosas,
siempre a destiempo,
siempre un poco antes
o un momento demasiado tarde;
hasta que solo queda abierta una,
la única puntual,
la única oscura,
la única sin paisaje y sin mirada.*

Josefina Plá

RESUMO

De “*una isla rodeada de tierra*”, o Paraguai passou por transformações econômicas, políticas e sociais que o retiraram da condição de *isla*, abrindo-o a um processo de *liberalización de la economía*, nos anos 1990, mas que se sabe engendrada ainda durante a ditadura militar. A tese problematiza o processo de abertura econômica do Paraguai e as implicações no campo social, notadamente na expansão do trabalho informal, que abrange parcela significativa da população paraguaia. Para isso, analisamos desde a ditadura militar, perpassando o processo de democratização do país, seguindo os pressupostos teórico-metodológico da História do Tempo Presente e buscando na metodologia da História Oral, com as entrevistas, e no segmento da grande imprensa, o jornal escrito, as fontes documentais desta tese. Outras tipologias de fontes foram empregadas tais como, documentos produzidos no regime militar, leis, dados estatísticos, assim como referências bibliográficas. Para compreender a abertura da economia paraguaia e as implicações no plano social na contemporaneidade, abordamos as dimensões políticas, econômicas e sociais forjadas no regime ditatorial. Analisamos o jornal *ABC Color* e as publicações que abordaram temas como a modernização do mercado, a abertura econômica, as reformas estatais, a renovação do mercado de trabalho, aproximando seu discurso aos interesses do setor empresarial do Paraguai, notadamente, o setor do agronegócio. Problematicamos o trabalho informal, englobando parte do segmento feminino que vive de sua força de trabalho, em atividades de baixa remuneração. Para isso, utilizamos as narrativas de trabalhadoras informais no espaço fronteiro entre as cidades de Ponta Porã/BR e Pedro Juan Caballero/PY, evidenciando as vozes femininas, suas experiências no campo laboral, assim como em suas trajetórias de vida. A abertura econômica do Paraguai não representou avanços nas condições laborais dos trabalhadores, notadamente nos indicadores de geração de empregos formais, tampouco nas condições sociais da população paraguaia, mantendo-se elevados os índices de desigualdades social, pobreza e desemprego no país. No âmbito laboral, a precarização das relações de trabalho perpassa a vida laboral dos trabalhadores informais paraguaios, realidade que percebemos a partir das experiências das trabalhadoras informais que trabalham no espaço fronteiro.

Palavras-chave: Paraguai. Abertura econômica. Fronteira. Trabalho informal.

ABSTRACT

From "*una isla rodeada de tierra*" – an island surrounded by land - Paraguay has undergone economic, political and social changes which have changed it from the condition of an island to a process of economy liberalization in the 1990s although it is known to have been engineered during the military dictatorship. The thesis problematizes the process of economic opening of Paraguay and the implications in the social field, mainly in the expansion of informal work, which covers a significant portion of the paraguayan population. For this, we analyzed the period from the military dictatorship, passing through the process of democratization. The theoretical and methodological assumptions of the History of Present Time were used besides the Oral History methodology, with interviews, the great press segment, written newspaper and documentary sources of this thesis. Other types of sources were used such as documents produced during the military regime, laws, statistical data as well as bibliographical references. To understand the opening of the paraguayan economy and the implications on the social level in contemporary times, we analyzed the political, economic and social dimensions forged under the dictatorial regime. We analyzed *ABC Color* newspaper and the publications that addressed issues such as market modernization, economic openness, state reforms and labor market renewal bringing its discourse closer to the interests of Paraguay's business sector notably the agribusiness sector. We problematized informal work encompassing part of the female segment that lives from its labor force in activities of low remuneration. For this, we use the narratives from informal women workers in the border area between the cities of Ponta Porã/Br and Pedro Juan Caballero/PY highlighting the female voices, their labor experiences and their life trajectories as well. The Paraguay's economic openness did not show advances in labor conditions of workers, especially in formal employment generation indicators, nor in the social conditions of paraguayan population, keeping rates of social inequality, poverty and unemployment in the country quite high. In the labor field, the precariousness of labor relations goes through the working lives of Paraguayan informal workers whose reality we perceived from the informal women worker experiences who work in the border area.

Keywords: Paraguay. Economic opening. Border. Informal work.

RESUMEN

De “*una isla rodeada de tierra*”, Paraguay pasó por transformaciones económicas, políticas y sociales que lo retiraron de la condición de *isla*, abriéndolo a un proceso de *liberalización de la economía*, en los años 1990, pero que ha sido engendrada aún en la dictadura militar. La tesis problematiza el proceso de apertura económica de Paraguay y las implicaciones en el campo social, especialmente en la expansión del trabajo informal, que comprende una parte significativa de la población paraguaya. Para eso, analizamos desde la dictadura militar, adentrándola democráticamente. Seguimos los presupuestos teórico-metodológicos de la Historia del Tiempo Presente y buscamos en la metodología de la Historia Oral, con las entrevistas, y en el segmento de la gran imprenta, el periódico escrito, las fuentes documentales de esta tesis. Otras tipologías de fuentes fueron empleadas, como los documentos producidos en el régimen militar, leyes, datos estadísticos, así como referencias bibliográficas. Para comprender la apertura de la economía paraguaya y las implicaciones en el plan social en la contemporaneidad, abordamos las dimensiones políticas, económicas y sociales forjadas en el régimen dictatorial. Analizamos el periódico *ABC Color* y las publicaciones que abordaron temas como la modernización del mercado, la apertura económica, las reformas estatales, la renovación del mercado del trabajo, aproximando su discurso a los intereses del sector empresarial de Paraguay, especialmente el sector del agronegocio. Problematizamos el trabajo informal, englobando parte del segmento femenino que vive de su fuerza de trabajo, en actividades de baja remuneración. Para eso, utilizamos las narrativas de trabajadoras informales en el espacio fronterizo entre las ciudades de Ponta Porã/BR y Pedro Juan Caballero/PY, evidenciando las voces femeninas, sus experiencias en el campo laboral, así como en sus trayectorias de vida. La apertura económica de Paraguay no representó avances en las condiciones laborales de los trabajadores, especialmente en los indicadores de generación de empleos formales, tampoco en las condiciones sociales de la población paraguaya, manteniéndose elevados los niveles de desigualdad social, pobreza y desempleo en el país. En el ámbito laboral, la precarización de las relaciones de trabajo pasa la vida laboral de los trabajadores informales paraguayos, realidad que percibimos a partir de las experiencias de las trabajadoras informales que trabajan en el espacio fronterizo.

Palabras-clave: Paraguay. Apertura económica. Frontera. Trabajo informal.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Paraguai: região oriental e região ocidental (Gran Chaco)	18
Mapa 2 - Limite territorial – Ponta Porã/Pedro Juan Caballero	21
Mapa 3 - Povoamento brasileiro na porção leste do Paraguai (1970-1990).....	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Jornais impressos no Paraguai desde 1950	85
Quadro 2 - Urbanização - Paraguai (1950-2002)	117
Quadro 3 - Evolução da agricultura no Paraguai - produtos agrícolas (1991-2008).....	120
Quadro 4 - Produto Interno Bruto (PIB) – Paraguai (1995-2017).....	133
Quadro 5 - Coeficiente de Gini – Paraguai (1997-2016).....	134
Quadro 6 - Índice de Desenvolvimento Humano – Paraguai	136
Quadro 7 - Ocupações informais – 1998 e 2008	137
Quadro 8 - Ocupação Informal (2012-2017).....	140
Quadro 9 - Ocupação informal (2012-2017) – Área Urbana.....	144

LISTA DE FRAGMENTOS DE LEIS E ESTATUTOS

Fragmento 1 - Primeiro artigo da Lei de Defesa da Democracia do Paraguai	36
Fragmento 2 - Sétimo artigo da Lei de Defesa da Democracia do Paraguai.....	38
Fragmento 3 - Oitavo artigo da Lei de Defesa da Democracia do Paraguai	39
Fragmento 4 - Quarto e oitavo artigos da Lei de Defesa da Paz Pública e da Liberdade das Pessoas.....	42
Fragmento 5 - Trecho do programa de trabalho referente à Primeira Reunião de Trabalho de Inteligência Nacional da Operação Condor.....	52
Fragmento 6 - Primeiro e terceiro artigos do Estatuto Agrário de 1963	61
Fragmento 7 - Trigésimo oitavo artigo do Estatuto Agrário de 1963	62
Fragmento 8 - Segundo artigo do Estatuto Agrário de 1963.....	63
Fragmento 9 - Centésimo sétimo, centésimo oitavo e centésimo nono artigos da Constituição do Paraguai de 1992	76
Fragmento 10 - Terceiro artigo da Lei nº 81/92	78

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Convite para a Primeira Reunião de Trabalho de Inteligência Nacional da Operação Condor	46
Figura 2 - Organograma do sistema de consultas da Operação Condor.....	47
Figura 3 - Informe do Departamento de Investigações da polícia paraguaia sobre a entrega de presos políticos ao governo argentino	49
Figura 4 - Lista de presos no Departamento de Investigações do Paraguai (1975).....	51
Figura 5 - Agradecimento de Manuel S. Contreras ao Chefe de Investigações do Paraguai, Pastor M. Coronel.....	53
Figura 6 - Layout do jornal <i>ABC Color</i>	87
Figura 7 - Grupo Azeta	89
Figura 8 - Publicação no Suplemento Econômico.....	90
Figura 9 - Nota informativa na capa do jornal <i>ABC Color</i>	91
Figura 10 - Editoriais Jornal <i>ABC Color</i>	95
Figura 11 - Editorial sobre o intervencionismo estatal.....	96
Figura 12 - Editorial defendendo propostas de empresários ao governo	97
Figura 13 - Publicações sobre privatizações.....	100
Figura 14 - Matérias sobre privatizações no Paraguai.....	102
Figura 15 - Partido Colorado e pautas econômicas	104
Figura 16 - Imagem retirada de publicação sobre privatização de empresa estatal	106
Figura 17 - Iconografia nas páginas do jornal <i>ABC Color</i>	107
Figura 18 - Publicação sobre a crise econômica.....	113
Figura 19 - Publicação sobre ambulantes nas ruas de <i>Puerto Stroessner</i>	114
Figura 20 - Editorial sobre a situação dos trabalhadores informais	115
Figura 21 - Editorial em referência ao Dia Internacional do Trabalhador	116
Figura 22 - Ciclo econômico e político do Paraguai (1974-2004)	131
Figura 23 - Publicação sobre a presença da mulher no trabalho informal e formal da economia	157
Figura 24 - Mercado Municipal nº 4 – Assunção	181
Figura 25 - Mercado Municipal de Pedro Juan Caballero.....	182

LISTA DE ABREVIATURAS

ACEPAR	Acero del Paraguay
ADEC	Asociación de Empresarios Cristianos
ANR	Asociación Nacional Republicana
ARP	Asociación Rural del Paraguay
ANTELCO	Administración Nacional de Telecomunicaciones
APP	Alianza Público Privada
BCP	Banco Central del Paraguay
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAN	Censo Agropecuario Nacional
CIA	Central Intelligence Agency
COPACO	Compañía Paraguaya de Comunicaciones
DGEEC	Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos
DINA	Dirección de Inteligencia Nacional
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EPH	Encuesta Permanente de Hogares
EPR	Ejército Paraguayo Revolucionario
ERP	Ejército Revolucionario del Pueblo
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FULNA	Frente Unido de Liberación Nacional
GEM	Global Entrepreneurship Monitor
IBR	Instituto de Bienestar Rural
IED	Investimentos Estrangeiros Diretos
MIR	Movimiento de Izquierda Revolucionaria
MOPAL	Movimiento Paraguayo de Liberación
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desarrollo Sostenible
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
PCP	Partido Comunista Paraguaio

PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RUC	Registro Único de Contribuyentes
SBA	Acordos Stand By
SINAFOCAL	Sistema Nacional de Formación y Capacitación Laboral
SUACE	Sistema Unificado de Apertura y Cierre de Empresas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

Lista de mapas	11
Lista de quadros.....	11
Lista de fragmentos de leis e estatutos	11
Lista de figuras	12
Lista de abreviaturas	13
Introdução.....	17
Capítulo I.....	33
O governo de Alfredo Stroessner (1954 –1989): <i>el desarrollo hacia afuera</i>	33
1.1 Partido Colorado e Forças Armadas: os eixos do poder ditatorial <i>stronista</i> sob a maquiagem das leis e da propaganda oficial.....	33
1.2 O regime <i>stronista</i> e a oposição: <i>los peligros del “enemigo interno”</i>	44
1.3 Política e economia na ditadura: diálogos com <i>el extranjero</i>	54
Capítulo II.....	67
<i>La liberalización de la economía</i> : a abertura econômica do Paraguai na democratização_(1989-2003).....	67
2.1 - Reformas do Estado e a abertura econômica: os meandros liberais	67
2.2 A liberdade econômica na imprensa: <i>miradas</i> nas páginas do jornal <i>ABC Color</i>	81
2.2.1 Imprensa escrita paraguaia: do <i>periodismo</i> de guerra à empresa jornalística	81
2.2.2 A abertura econômica nas páginas do jornal <i>ABC Color</i>	90
Capítulo III.....	111
O mercado de trabalho no Paraguai: a informalidade em expansão	111
3.1 <i>Migraciones, economía frágil y retrocesos del empleo</i> : mudanças no mercado de trabalho paraguaio	111
3.2 Paraguai e o mercado de trabalho: a informalidade em expansão.....	126
3.2.1 A informalidade e a precarização laboral	126
3.2.2 A informalidade e a dimensão social no Paraguai.....	130

Capítulo IV	149
As mulheres e o mercado de trabalho no Paraguai.....	149
4.1 Mercado de trabalho paraguaio e a presença feminina.....	149
4.2 As vozes da informalidade: as mulheres no espaço laboral	159
4.2.1 As relações sociais e culturais no espaço laboral	159
4.2.2 A dimensão social na trajetória da trabalhadora informal	167
Considerações Finais	186
Referências Bibliográficas.....	192
Fontes	203

INTRODUÇÃO

Em um ensaio publicado em 1977, o literato paraguaio Augusto Roa Bastos apresentou o Paraguai como *una isla rodeada de tierra en el corazón del continente*. Nas últimas décadas, o país passou por transformações econômicas, políticas e sociais que o retiraram da condição de *isla*, sob os auspícios da abertura econômica, parte do programa liberal que alcançou a América Latina na década de 1990. Mas, os ensaios de abertura econômica remontam ao regime militar de Alfredo Stroessner (1954-1989). Nesse período, se por um lado, os direitos fundamentais do cidadão paraguaio foram cerceados, o mesmo não se pode dizer da área econômica, com profícuas relações com o Estados Unidos e o Brasil, sendo a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional um exemplo dos incentivos à economia do país. Neste contexto, a entrada de brasileiros no país, ocupando grandes extensões de terras, com forte produção mecanizada, extensiva, voltada à exportação, integrou o programa do regime *stronista*¹ em *desarrollar el Paraguay*, sem considerar nesse processo importantes atores sociais, como os *campesinos* e os trabalhadores urbanos.

A tese que defendemos é de que a abertura da economia no Paraguai, iniciada ainda no governo *stronista*, provocou mudanças acentuadas e positivas para a classe produtiva e econômica mais abastada do país, mas ao mesmo tempo, não gerou na mesma intensidade mudanças no campo social, notadamente na geração de empregos, o que provocou alterações nas relações de trabalho, acentuando a informalidade como modo laboral preponderante no Paraguai. Esse contexto cobre em grande medida o recorte temporal (1980-2017) que adotamos em nossa pesquisa, que compreende uma conjuntura em que ocorreram mudanças estruturais na área econômica e política do Paraguai e que repercutiram no campo social de forma muito intensa.

As reflexões e problematizações levantadas na pesquisa nos mostraram que a compreensão do Paraguai contemporâneo passa pela apreensão das dimensões políticas, econômicas e sociais forjadas no longo regime ditatorial instaurado no país. Dessa forma,

¹ Adotaremos o termo *stronismo/stronista* para designar o período do regime autoritário governado pelo General Alfredo Stroessner (1954-1989). As expressões são empregadas por pesquisadores paraguaios.

para compreender a maior abertura da economia paraguaia após o fim do governo de Stroessner e as implicações no plano social, pareceu-nos apropriado problematizar o contexto do regime.

A percepção de *isla rodeada de tierra*, sublinhada por Roa Bastos, advém da configuração geográfica do país, localizada na porção central da América do Sul, dividindo-se em duas macrorregiões, separadas pelo rio Paraguai, marcadamente distintas do ponto de vista de desenvolvimento econômico, como vemos no mapa².

Mapa 1- Paraguai: região oriental e região ocidental (Gran Chaco)



Fonte: Guiageo/Adaptado

Na porção oriental concentra-se atualmente a atividade produtiva mais importante da economia paraguaia, a agricultura extensiva, empresarial, monopolista, enquanto na região ocidental desponta uma pecuária moderna, com o uso intensivo de tecnologias na produção, em destaque os *departamentos* de *Presidente Hayes* e *Alto Paraguay*, com significativa participação de investimentos brasileiros. Essa configuração espacial recorta o mapa econômico do Paraguai em dois setores produtivos especializados, o território do gado e o território da soja.

² O Paraguai se subdivide em 17 *departamentos*, em uma superfície territorial de 406.752 km², sendo *Asunción* a capital do país. De acordo com a DGEEC (2017), no ano de 2017 contava com 6.953.646 habitantes.

Assim, “*las zonas de interior del Paraguay Oriental se estancan, la frontera se dinamiza y el Chaco aparece como un espacio poco privilegiado para el Estado, pero atractivo para actores extranjeros*” (YALUFF, p. 81, 2007).

Essa configuração econômica construiu-se ainda no governo de Alfredo Stroessner (1954-1989), mas se acelerou nas últimas três décadas, período em que o país promoveu a abertura de sua economia ao mercado internacional, urbanizou-se, sem romper com o passado rural, mas um rural distinto, mobilizado por investimentos, produtividade e exportações. Uma nova *isla* se incrementou em torno do agronegócio, sem considerar a população rural nativa e os pequenos proprietários de terras, o que incitou o movimento migratório no Paraguai no final da década de 1980.

Autores como Luis Rojas Villagra e Fernando Masi assinalam que após o fim do regime *stronista* essa população pauperizada e sem acesso à terra visualizou no espaço urbano a saída para seus problemas, buscando ali as oportunidades que foram negadas no campo. Diante das vicissitudes enfrentadas nas cidades, como o desemprego e a escassa oferta de empregos, o trabalho informal serviu como porta de entrada ao mundo produtivo e à renda, mas também à instabilidade e à precarização das relações de trabalho, marcadas por baixos rendimentos e o não acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos.

Essa conjuntura pode ser observada na crescente participação de ocupados na condição de informalidade, como resultado da diminuição da dinâmica de geração de empregos no mercado formal de trabalho. Como exemplo, do total de trabalhadores do Paraguai no ano de 2017, cerca de 65% trabalhavam em atividades informais, sendo que dessa amostragem 67,9% eram mulheres (EPH 2012-2017, 2018). Quando analisados os documentos da *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos* (DGEEC)³ referentes ao trabalho informal entre os anos de 2012-2018, verificamos que a informalidade feminina foi maior que a masculina em todos os anos, sendo este um motivo do recorte na pesquisa sobre a presença das mulheres.

Dados apresentados por Verónica Serafini (2014), em um estudo sobre políticas de combate à pobreza no Brasil, Paraguai e Uruguai, apontam que no Paraguai 40% das mulheres que trabalham, recebem salários menores que os homens, o que evidencia, segundo a autora, “*problemas de discriminación salarial, segregación ocupacional, mayor precariedad laboral y restricciones para insertarse en mejores condiciones laborales por las obligaciones que la*

³ A *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos* (DGEEC) era o órgão responsável pelos dados e informações sobre o Paraguai até o ano de 2020. Com a promulgação da *Ley n° 6670/2020* foi criado o *Instituto Nacional de Estadística* (INE) em substituição à *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos* (DGEEC). Como a parte textual da pesquisa estava finalizada, optamos por manter a designação DGEEC.

sociedad le confiere a las mujeres en términos de su rol reproductivo” (2014, p. 132). Interessamos apreender as mudanças significativas em torno do mercado de trabalho paraguaio e, em especial, a presença feminina no contexto da liberalização da economia paraguaia, pensando na afirmação de Serafini (2008) de que *“el aporte de las mujeres se hizo ‘visible’ y se concretizó en los indicadores macroeconómicos; sin embargo, gran parte del aporte femenino a la economía y al desarrollo permaneció y sigue permaneciendo olvidado”* (2008, p. 21).

Parte de nossos objetivos é problematizar sobre o trabalho informal que engloba o segmento feminino que vive de sua força de trabalho, em atividades de baixa remuneração, com renda que atenda ao consumo individual e familiar. Nesse sentido, estão inseridas em relações de trabalho tidas como precarizadas, instáveis, à margem da proteção legal e social do Estado. Buscando essa compreensão, entrevistamos mulheres que trabalham na informalidade, na região fronteira entre os municípios de Ponta Porã, no Brasil, e Pedro Juan Caballero, no Paraguai. Abordamos esse enfoque a partir da percepção de Leandro Baller (2012) sobre a participação feminina nos espaços fronteiriços:

O que defendo é a ampla atuação feminina nestes espaços conturbados de existência e sobrevivência humana. É nestes locais que a mulher se sobrepõe enquanto estilo de vida, e meio de reprodução, seja de trabalho, familiar, cultural, identitário, enfim, constrói esses locais e lhes dá significados a seu modo (...) (2012, p. 254).

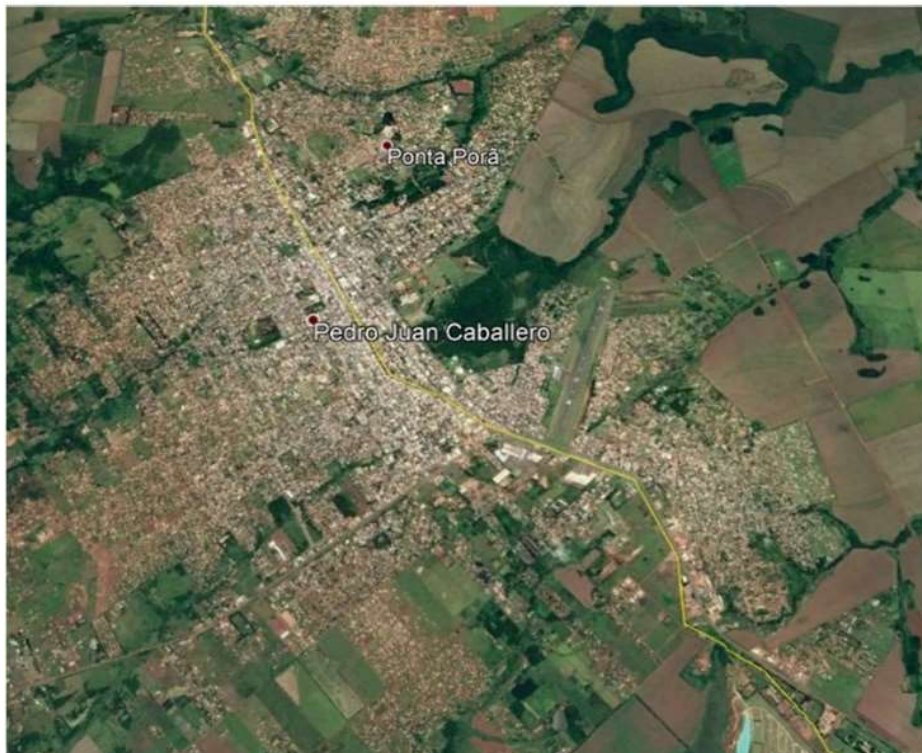
Sabemos que o trabalho informal envolve outros sujeitos sociais no espaço fronteiro, mas aqui evidenciamos as vozes femininas, sondando as diferenças nas relações sociais e culturais entre homens e mulheres, tão perceptíveis nas práticas sociais da fronteira e evidenciadas nas narrativas das interlocutoras desta pesquisa. Neste trabalho, a categoria fronteira foi essencial. E a pensamos à luz da análise de José Lindomar Albuquerque (2010):

A noção de fronteira adquire variados significados no mundo contemporâneo. Fronteiras como delimitações de territórios ou como metáforas da vida social, fronteiras porosas e rígidas, barreiras ou formas de travessias, diferenças e sincretismos, limites e caminhos. A fronteira é, por definição, um termo polissêmico e que pode ser apreendido mediante diferentes metáforas (ALBUQUERQUE, 2010, p. 329)

Pensando na multiplicidade das perspectivas assumidas pelo termo, adotamos uma abordagem polissêmica sobre a fronteira, ora operacionalizando enquanto fronteira territorial entre nações, ora como fronteira de trabalho entre o formal e o informal, visto estarmos em um contexto espacial particular, as cidades fronteiriças de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero,

identificadas como cidades-gêmeas. No mapa vemos a configuração geográfica de conurbação das cidades, apesar de pertencerem territorialmente a países distintos⁴.

Mapa 2 - Limite territorial – Ponta Porã/Pedro Juan Caballero



Fonte: *Google maps*

Com uma população estimada em mais de 90 mil habitantes (IBGE, 2020), Ponta Porã é separada apenas por uma faixa de terra, denominada Linha Internacional, de Pedro Juan Caballero, município com aproximadamente 122 mil habitantes (DGEEC, 2020), o que equivale a mais de 200 mil habitantes nesse espaço fronteiriço⁵. Para Lia Machado (2005), as cidades-gêmeas caracterizam-se pelos:

adensamentos populacionais, cortados pela linha de fronteira, seja esta seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, apresentam grande potencial de integração econômica e cultural assim como manifestações localizadas dos problemas característicos da fronteira. Aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. (2005, p. 261).

⁴ Ponta Porã possui uma área territorial de 5.359,354 km² (IBGE), uma população predominantemente urbana e limita-se ao Oeste com o Paraguai. Sua economia baseia-se na agropecuária extensiva e no setor de comércio e serviços. Pedro Juan Caballero é a capital do *Departamento del Amambay*, possui uma área territorial de 5.259,57 km², com população predominante na área urbana. As atividades econômicas preponderantes no município são a agricultura extensiva, o setor de comércio e serviços.

⁵ A Linha Internacional localiza-se entre a Rua Marechal Floriano, no lado brasileiro, e Avenida Dr. Francia, no lado paraguaio, sendo de fácil acesso aos transeuntes.

A representação sobre as cidades-gêmeas bem ilustra a conformação das cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, traçando uma configuração espacial mediada pelo trânsito de pessoas, sociabilidades, línguas, moedas, mercadorias, apresentando intensa integração econômica e cultural. Uma fronteira em movimento e em construção (ALBUQUERQUE, 2010), em que nossas entrevistadas vivem, convivem, trabalham e, a partir de suas experiências, as entendemos no espaço laboral e no espaço privado. Assim, a partir dos registros orais problematizamos como o feminino se insere no mercado de trabalho, as relações que constroem em seus espaços laborais e como conciliam o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo no âmbito doméstico, espaços duais, mas que se entrelaçam no cotidiano dessas e de outras tantas mulheres.

O tema de pesquisa surgiu do processo de repensar o projeto de pesquisa, pois inicialmente a proposta era problematizar a presença feminina no trabalho bancário nas cidades fronteiriças de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. De certa forma, fui instada a deixar os locais com ar condicionado e ir ao encontro de mulheres que trabalham nas ruas ou em suas casas, às vezes em condições provisórias, quase sempre em condições de precarização laboral⁶. Nascida lá e criada cá, cresci deslocando-me entre dois mundos simbólicos, ser brasileira e ser paraguaia, o que muito facilitou este trabalho à medida que as práticas socioculturais, próprias da região de fronteira, fazem parte da minha condição de sujeito fronteiriço⁷.

A pesquisa permitiu ampla discussão interdisciplinar, sobretudo no campo das Ciências Humanas e Sociais. Nesse sentido, as leituras foram imprescindíveis ao nos mostrarem como as dimensões da realidade social interagem, entrecruzam-se e enriquecem a análise do objeto de pesquisa. Nesta pesquisa, a produção acadêmica paraguaia foi um elemento vital. Ao ler o artigo do historiador argentino, que estuda o Paraguai, Ignacio Telesca (2013), intitulado *La historiografía producida en Paraguay durante el último quinquênio*, vimos a afirmação:

La historiografía sobre el Paraguay no es la más abundante y lo producido en el mismo país es muy poco conocido fuera de las fronteras de esa “isla rodeada de tierra”, como bien definió Roa Bastos. Hasta no suena extraño encontrar aún hoy en día investigaciones realizadas fuera del Paraguay que

⁶ O aparelho de ar condicionado parece representar o acesso a condições mais salubres de trabalho, uma ruptura entre a fronteira do trabalho informal e do formal, visto mais de uma entrevistada o visualizar como marco simbólico de como seria trabalhar com carteira registrada.

⁷ Abordamos a condição fronteiriça a partir da reflexão de Leandro Baller (2014): “No campo terminológico, a denominação de fronteiriço se dá, em grande medida, em razão da ocupação profissional, dos lugares de moradia, das experiências vividas por pessoas, assim como de suas análises e conhecimentos a partir do ambiente fronteiriço. São classificações que se desenvolvem em áreas urbanas ou rurais. Uma disposição semântica em que se estabelecem disputas, confrontos, resistências que se dão na atualidade e obedecem a aspectos culturais, econômicos, políticos e simbólicos. As confluências no espaço fronteiriço configuram interesses amplos e próprios de cada grupo, o que mostra a pluralidade das práticas dos fronteiriços em oposição à singularidade que o sentido semântico sugere sobre eles” (2014, p. 21).

no toman en cuenta previos aportes sobre el mismo objeto publicados en el Paraguay (2013, p. 375).

A constatação do autor de que a produção historiográfica paraguaia é pouco conhecida para além de suas fronteiras e o fato de que pesquisas realizadas fora do Paraguai desconsideram as contribuições de autores paraguaios, suscitou-nos uma inquietação: dialogar com pesquisadores paraguaios que pensam e produzem sobre o Paraguai contemporâneo. Durante o processo de escrita busquei aqueles que Telesca (2013) destaca como “*los actores de publicaciones de Historia en Paraguay*” (2013, p. 373). No compromisso a que nos propusemos foi primordial o contato com as coleções produzidas pela editora *El Lector, Colección La gran Historia del Paraguay* (2010), coordenada pelo Prof. Dr. Herib Caballero Campos, e a coleção coordenada pelos professores Dr. Herib Caballero Campos e Dr. Ignacio Telesca, *Colección 60 años del Stronismo*. Fazemos, ainda, referência às revistas *Estudios Paraguayos - Centro de Estudios Antropológicos (CEADUC)/Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción* e *Novapolis - Revista Paraguaya de Estudios Políticos Contemporáneos*.

Assim, tivemos contato com um conjunto de estudiosos de diferentes áreas e constatamos que a produção historiográfica sobre a contemporaneidade paraguaia é produzida por jornalistas, sociólogos, médicos, advogados, engenheiros, economistas, filósofos, demógrafos, sendo a participação de historiadores/as paraguaios/as na produção de conhecimento sobre e para o Paraguai ainda tímida, mas nem por isso omissa ou menos importante. Segundo Telesca (2013):

Las ciencias humanas y sociales aún arrastran los lastres impregnados durante los 35 años de dictadura. No existe una academia universitaria como lugar de generación de conocimiento científico. Los docentes aún cobran su salario por la cátedra dada y no como docentes a trabajo completo en donde además de enseñar tengan la obligación de investigar (2013, p. 376).

Como vemos, a parcimônia de historiadores/as paraguaios/as decorre, dentre outras questões, da falta de profissionalização da área de História no país. Não perdemos de vista que grande parte da História e da historiografia do ou sobre o Paraguai ainda está voltada aos estudos sobre a Guerra da Tríplice Aliança, sendo esse o objeto por excelência e o tema mais explorado entre os/as escritores/as e historiadores/as paraguaios/as. Um exemplo de acervo documental à disposição de pesquisas na área de História, com amplas possibilidades de abordagens, é o *Informe Final de la Comisión de Verdad y Justicia* (2008), responsável pela abertura e análise do *Archivo del Terror*, arquivo de documentos referentes ao regime *stronista*. Telesca (2013) salienta um elemento importante nas pesquisas que decorressem deste acervo

documental, o diálogo com a História do Tempo Presente, “*dar inicio a una historia del tiempo presente tan necesaria en la lucha por la memoria que en el Paraguay de hoy se entabla*” (2013, p. 384).

Pesquisar este objeto nos aproximou do aporte teórico-metodológico da História do Tempo Presente, campo historiográfico que permite ao historiador análises históricas com recortes cronológicos mais recentes, como o caso do objeto que propomos, em que a ideia de contemporaneidade perpassa todo o corpo da pesquisa. Marieta de Moraes Ferreira (2002) observa esse movimento historiográfico como importante transformação no campo da pesquisa histórica, nos anos 1980, ao revalorizar a análise qualitativa e valorizar a importância das experiências individuais, deslocando o interesse às situações vividas, às singularidades dessas experiências.

Nesse sentido, buscamos na metodologia da História Oral, com as entrevistas, e no segmento da grande imprensa, o jornal escrito, as fontes documentais deste trabalho. Como afirmamos, a pesquisa nos mostrou como o passado recente e o presente se entrecruzam no Paraguai e como essa relação abrange nosso objeto, daí a necessidade de voltar os olhos para o regime militar. Nesse intuito, cópias digitalizadas de documentos referentes ao período do regime ditatorial foram compiladas no sítio eletrônico da *National Security Archive*, sob o título *Operación Cóndor en el Archivo del Terror*, e, ainda, no museu virtual MEVES, *Memoria y Verdad sobre el Stronismo*⁸. Destacamos a relevância dos arquivos públicos que disponibilizam cópias digitalizadas, pois cumprem importante tarefa observada por Carlos Bacelar (2008), preservam os originais e oferecem cópias em microfimes, em mídia digital ou on-line, “poupando os preciosos originais e retirando-os por consequência do acesso público” (2008, p. 57). Em relação aos documentos oficiais e à legislação do período ditatorial, localizados nos arquivos, o tratamento metodológico dispensado foi o de situar essas fontes documentais quanto à sua produção, contextualizando-as na conjuntura em que foram produzidas, observando os interesses de quem escreveu e para quem escreveu.

⁸A *National Security Archive*, fundada em 1985, é uma instituição não governamental, ligada a *The George Washington University*. Engloba várias funções: centro jornalístico investigativo, instituto de pesquisas relacionadas a assuntos internacionais, biblioteca e arquivo de documentos desclassificados como secreto e confidenciais. O museu virtual MEVES promove a divulgação do relatório *Informe de la Comisión Verdad y Justicia*, sobre as violações aos Direitos Humanos cometidas durante a ditadura *stronista*. O projeto é cofinanciado pela União Européia e tem o apoio da *Dirección General de Verdad y Justicia y Reparación*, órgão vinculado à *Defensoría del Pueblo*, instituição responsável pela promoção dos Direitos Humanos no Paraguai.

Como nos lembra Jacques Le Goff (2003), o documento é monumento, resultado de uma montagem da sociedade que o produziu, portanto não há neutralidade na construção dos documentos. Devemos sondá-los observando as relações de forças que detinham o poder à época, o que bem notamos ao estudarmos, por exemplo, *las Leyes Liberticidas* aplicadas durante o regime *stronista*. Assim, as obras das coleções, as publicações das revistas e os documentos dos arquivos digitais embasaram nossa compreensão sobre o Paraguai dos últimos 60 anos, do início do governo de Alfredo Stroessner até uma maior abertura econômica e política.

Outra fonte relevante foram os dados estatísticos. A aplicação de instrumentos de sondagens e pesquisa de opinião, essenciais para a compilação de informações sobre a população paraguaia, como os *Censos de Población y Vivenda* e as *Encuestas Anuales de Hogares*, representou um marco do período de transição democrática. A primeira *Encuesta Permanente de Hogares* (EPH) foi organizada em 1994 pela *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos* (DGEEC), responsável pelas estatísticas oficiais, como os censos e as pesquisas populacionais. A DGEEC foi uma importante fonte sobre o trabalho informal, em seus distintos recortes, como gênero, escolaridade, renda, entre outros índices. A análise dos dados, associada à bibliografia existente no Paraguai versando sobre o tema, nos propiciou compreender o panorama do trabalho informal no país.

Os números registram, mas seus significados traduzem questões sociais pontuais e necessárias de serem avaliadas, como o expressivo número de mulheres no mercado de trabalho atuando em atividades informais, instáveis e precarizadas. Para nós, a relevância dos dados se mostrou quando nossas entrevistadas traduziram em suas experiências o que os números evidenciavam, um proveitoso diálogo entre as fontes.

Nesse processo, as contribuições de autores/as como Cynthia González, Verónica Serafini, Luis Rojas Villagra, Fernando Masi, foram primordiais na apreensão das mudanças no mercado de trabalho nacional, em que a informalidade ocupa uma posição de destaque nas atividades laborais. O contato com as fontes e a produção acadêmica paraguaia demonstrou o que François Dosse (2012) aponta como uma realização dos estudos relacionados à História do Tempo Presente, a necessidade de intercâmbio com diferentes áreas do conhecimento, que “resulta em uma abertura da prática histórica sobre outras práticas, permite novos esclarecimentos graças a esses intercâmbios frutuosos entre diferentes disciplinas” (2012, p. 15).

Para subsidiar a perspectiva teórica e metodológica da pesquisa em relação ao tratamento dos periódicos como fonte documental, as contribuições de Maria Helena Capelato e Tania Regina de Luca foram primordiais. Ao elencarmos o periódico como fonte o analisamos como resultado das práticas sociais de um recorte de tempo, portanto uma construção histórica, que expressava a sociedade em movimento à época. Assim sendo, as fontes da imprensa devem ser problematizadas e historicizadas, pois são construídas em um processo de disputas, intencionalidades, mediações, silêncios e escolhas de quem a produz.

Como afirma Maria Helena Capelato (1994), os periódicos travestem-se como atores políticos, por sua relação constante com o poder e por sua capacidade de influenciar os leitores. São observados como agentes de mudanças, com ações sempre permeadas pelo momento econômico-social-político vivenciado pela sociedade de uma época e a leitura dos discursos expressos nos jornais permite acompanhar o movimento das ideias à época, auxiliando a contextualizar o objeto analisado. São fontes profícuas para “identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.16).

Por sua vez, Tania Regina de Luca (2011) aponta a importância de identificar o grupo responsável pela linha editorial, observar a escolha dos títulos, questionar as relações com diferentes poderes, tanto políticos quanto econômicos. Segundo a autora, é necessário a análise para além da materialidade e do conteúdo, é preciso a crítica para elementos nem sempre perceptíveis nas páginas dos jornais. Aprender as mediações do cotidiano requer que os periódicos sejam problematizados e historicizados, desde a escolha do espaço em que as matérias foram publicadas, o público a ser atingindo, a linha editorial, os colaboradores e até mesmo o título.

Nos lembra a autora, “é importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural” (2011, p. 132). Assim, as notícias, os artigos, os editoriais, as publicidades, as fotografias, as charges, as caricaturas expressam valores e relações de poder, como bem notamos nas análises da fonte documental, o jornal *ABC Color*⁹. José Luiz Braga (2012) segue na mesma direção ao apontar como o jornal se articula com o contexto social, fazendo referências a eventos que ocorram nesse contexto. Chama atenção à seletividade dos eventos a serem apresentados nos jornais e pondera que

⁹ O jornal impresso *ABC Color* foi fundado em 1967, sendo o proprietário Aldo Zuccolillo. Em 22 de março de 1984 foi fechado por ordens do governo *stronista*, voltando a circular em 22 de março de 1989, com o fim do regime militar. Desde então, posicionou-se como uma das maiores empresas jornalísticas do Paraguai.

perceber as seleções feitas, analisando como os temas são tratados, oferece ao historiador uma apreensão de suas lógicas e interações.

Assim sendo, o uso do periódico *ABC Color* e a análise sobre as perspectivas e abordagens do que era produzido nas páginas do jornal, permitiu-nos problematizar os movimentos dos agentes sociais nos campos da economia e da política e as implicações na sociedade paraguaia. Permitiu, ainda, analisar os discursos construídos pelo periódico no processo de abertura econômica do Paraguai, com a mobilização da ideia de *la liberalización de la economía*, tendo como pano de fundo político o processo de democratização do país.

A escolha do jornal impresso *ABC Color* deu-se por ser um periódico de circulação nacional, alcançando praticamente todo o território, e por sua capacidade de mobilização de notícias junto à população paraguaia. A leitura do periódico permitiu entender a capacidade de organização e articulação do setor empresarial e industrial no período pesquisado, impelindo reformas na estrutura estatal e exigindo medidas mais liberalizantes no cenário econômico, ao mesmo tempo em que o jornal mobilizava sua estrutura prestigiando ou desprestigiando atores sociais, de acordo com os interesses imediatos da empresa. Como nos lembra Roger Chartier (2011), “qualquer fonte documental que for mobilizada para qualquer tipo de história nunca terá uma relação imediata e transparente com as práticas que designa. Sempre a representação das práticas tem razões, códigos, finalidades e destinatários particulares” (2011, p. 16).

Nesse sentido, o periódico é um elemento intrínseco de um contexto político-social, alimentando-se de fatos e alimentando com fatos esse contexto, daí a impossibilidade de a neutralidade moldar sua operacionalidade. Os fatos jornalísticos inserem-se em recortes de um tempo, permeados pelas subjetividades de uma época, daí a constatação do fato como elemento construído e reconstruído socialmente. Como afirma François Dosse (2012), a “pesquisa histórica pressupõe o respeito escrupuloso dos cânones da disciplina, de seu pacto de verdade (...)” (2012, p. 19), o que implica em transpor o imediatismo, compreender as complexidades sobre os fatos e como foram construídas, constituídas e elaboradas as mediações com os diferentes elementos que configuram a organização social à época.

Considerando o recorte temporal proposto, teríamos de analisar os jornais entre os anos de 1989 a 2017, o que acarretaria um trabalho impraticável com o tempo disponível para a pesquisa. Dessa forma, fizemos um recorte em relação aos anos pesquisados, definindo de 1989 a 2003, período em que ocorreram as principais mudanças na área econômica, com ajustes na área tributária e na legislação em prol de uma maior abertura econômica do Paraguai. Para melhor compreendermos o contexto nacional logo após o final do governo *stronista*, analisamos

todas as edições diárias referentes ao ano de 1989 e em relação aos anos posteriores relacionamos apenas os jornais impressos nos meses de março e maio, ocasiões em que se comemoram as datas referentes ao Dia Internacional da Mulher, ao Dia Internacional dos Trabalhadores e ao Dia das Mães. Esse recorte mostrou-se providencial, pois nesses meses o jornal veiculou reportagens, artigos, editoriais em alusão às datas comemorativas, o que nos possibilitou avaliar as ideias em movimento nesse período.

Pesquisamos os jornais na *Biblioteca Nacional del Paraguay*, em Assunção, capital do Paraguai, em duas oportunidades, no mês de outubro de 2018 e janeiro de 2019. Dessa forma, foram analisadas as edições diárias referentes ao ano de 1989 e as edições diárias referentes aos meses de março e maio publicadas entre os anos de 1990 e 2003, o que totalizou mais de mil edições examinadas. Por sua vez, o conjunto de imagens que reunimos compõe um acervo de mais de quinhentas fotos, versando sobre a temática feminina, da informalidade, da economia, da política, de notícias sobre o *Archivo del Terror*, o que demonstra o potencial dos jornais impressos, assim como as fontes orais, aos estudos relacionados ao Paraguai, sob os aportes do campo historiográfico da História do Tempo Presente.

Se o jornal impresso possibilita apreender os movimentos de um período histórico, as fontes orais trazem em si as memórias e experiências dos sujeitos que participaram, e que ainda participam, da construção histórica. Nesse sentido, as contribuições de Marieta M. Ferreira, Janaína Amado, Verena Alberti subsidiaram a perspectiva teórica e metodológica da pesquisa, oferecendo aportes na problematização das narrativas das mulheres que constroem o espaço laboral fronteiriço. Um roteiro de perguntas previamente elaborado foi nosso suporte na produção das fontes orais, em que treze mulheres, 6 paraguaias e 7 brasileiras que trabalham por conta própria nas cidades fronteiriças de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã, foram entrevistadas entre março de 2018 e dezembro de 2020. Registramos que uma entrevistada paraguaia, após alguns dias, pediu para que sua fala não fosse utilizada. Entendemos sua negativa e a dificuldade em compreender sua importância como sujeito histórico na construção da pesquisa. Ressaltamos que as leituras sobre a metodologia da História Oral recomendam respeito e ética no trabalho com os/as entrevistados/as e como foi solicitada a retirada, assim agimos, restando doze mulheres.

Entre as doze entrevistadas estão: uma costureira; duas empregadas domésticas; uma diarista; uma manicure/diarista; sete vendedoras, dos mais variados produtos, de alto-falantes automotivos, de alimentos, de cosméticos, de enxoval, de vestuário, de móveis, de

*yuyos*¹⁰, não necessariamente as entrevistadas vendendo somente um produto, como presenciamos durante nossos encontros, em que mais de um momento passei da condição de pesquisadora para compradora, sucumbindo à persuasão de nossas entrevistadas/vendedoras.

As primeiras entrevistadas foram selecionadas pelo critério de relação de parentesco e amizade e, posteriormente, das relações entre as próprias entrevistadas, que indicaram outras trabalhadoras, muitas das quais aceitaram participar desta empreitada, formando assim a nossa rede de interlocutoras. No geral, as entrevistadas mostraram-se solícitas à participação na pesquisa, ocorrendo as entrevistas tanto em seus locais de trabalho quanto em suas residências, o que muitas vezes significou o mesmo ambiente, vez que muitas trabalhavam em suas casas, uma interação/convivência entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo no âmbito doméstico.

No tocante à metodologia no tratamento das fontes, optamos pela transcrição de nossas entrevistas da forma oral para a escrita mantendo a fidelidade de como foi gravado, sem reescrevermos segundo a norma ortográfica. Pensamos essa opção a partir do posicionamento de Neiva Salette Maccari (1999) em sua pesquisa com migrantes que participaram do processo de colonização do município de Marechal Cândido Rondon, estado do Paraná, e pelo fato de os entrevistados residirem em uma região com grande presença de descendentes de alemães, sendo o bilinguismo comum nas relações cotidianas dos entrevistados. No caso da fronteira entre as cidades de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã o comum é o amálgama entre três línguas: o espanhol, o português e o guarani e ainda a presença do *jopara*¹¹, que leva a expressões idiomáticas próprias dessa condição fronteiriça, o que bem transpareceu nas narrativas quando o guarani surgia em meio à fala em espanhol, como para enfatizar uma ideia. Ao fazermos essa escolha metodológica, privilegiamos a narrativa das entrevistadas a partir de suas experiências no campo laboral, assim como em suas trajetórias de vidas, sem a preocupação que muitas explanaram antes de aceitarem participar da entrevista, quer seja, o receio de não falar corretamente.

¹⁰ Plantas medicinais comumente usadas no consumo do *tereré* e vendidas nas ruas das cidades paraguaias. O conhecimento sobre os *yuyos* remonta à população nativa guarani: “*Los guaranies desarrollaron una compleja taxonomia del enfermar, y son conocedores de una amplia variedad de ‘yuyos’, plantas medicinales que aplican a una gran variedad de patologías*” (ARTAL; CABRERA, 1998, p. 1066).

¹¹ *Jopara* é um fenômeno linguístico caracterizado pela mistura da língua espanhola com a língua guarani, línguas oficiais do Paraguai. Para Bartomeu Melià: “*el valor del jopara es ambiguo. Manteniendo la estructura esencial del guarani es la base sobre la que se puede edificar, aprovechando las categorías todavía bien manejadas. (...) El jopara es todavía guaraní, si bien con palabras castellanas, la sistematización morfológica está anclada en el guaraní*” (1992, p. 185).

Sublinhamos que a oralidade permite que o pesquisador observe elementos não perceptíveis em outras fontes como as subjetividades, as emoções, os ditos e não ditos. Destacamos a abordagem proposta por Marieta Ferreira (2002) em que a história oral privilegia o estudo das representações e das estratégias de ação dos grupos ou indivíduos, atribuindo um papel fundamental entre memória e história. Nessa abordagem metodológica, a subjetividade, os silêncios e o esquecimento não são aspectos negativos e podem colaborar com a pesquisa. Não há o interesse em confirmar ou contestar o que está sendo dito, tampouco em controlar a memória do entrevistado. Como lembra Antônio Santos (2005):

Quando uma pessoa passa a relatar suas lembranças, transmite emoções e vivências que podem e devem ser partilhadas, transformando-as em experiência, para fugirem do esquecimento. No momento em que uma entrevista é realizada, o entrevistado encontra um interlocutor com quem pode trocar impressões sobre a vida que transcorre ao seu redor; é um momento no qual lembranças são ordenadas com o intuito de conferir, com a ajuda da imaginação, ou da saudade, um sentido à vivência do sujeito que narra a sua história (SANTOS, 2005, p. 3).

Refletir sobre as experiências das mulheres que trabalham na informalidade permitiu descobertas a cada narrativa, percebidas no momento da passagem da oralidade para a escrita. O momento de transcrição da palavra falada para a palavra escrita é a constituição de um novo processo, que nos aproxima ainda mais das entrevistadas, de suas memórias, de suas emoções, de suas expressões, mais intensamente do que no momento da entrevista em si. No processo, apreendemos as representações, os silenciamentos, as hesitações, as emoções que envolvem as narrativas. Particularmente, fizemos anotações em um caderno de campo de momentos pontuais das entrevistas, como ocasiões de alegria, de risos, de silêncios, de pedidos para interromper a gravação para me contar algo *sigiloso*, de expressões corporais mais combativas, mais inquietas ou de resignação. Nem sempre o falar é a única forma de comunicação.

A respeito da pesquisa, as intercorrências são inevitáveis ao longo do projeto, mas os impactos da pandemia da Covid 19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, foram profundos, com repercussões e impactos sociais, econômicos, políticos e culturais. De um momento para outro passamos a conviver com o isolamento social e o distanciamento entre as pessoas, reconfigurando nossas práticas sociais, em que restrições à mobilidade social passaram a reger nosso cotidiano. Nessas circunstâncias, as pesquisas acadêmicas são afetadas de distintas formas, fato que ocorreu com esta pesquisa, que precisou passar por readequações pontuais.

Em março de 2020, a fronteira entre o Brasil e o Paraguai foi fechada e militares paraguaios foram enviados à região fronteira para impedir a entrada de brasileiros na cidade de Pedro Juan Caballero. Em um cenário de trincheiras e muros de contenção com arame farpado a dividir as cidades-gêmeas, presenciamos uma cena inimaginável em uma fronteira marcada pelo fluxo e mobilidade. Assim, rearranjos foram necessários. Na prática, as entrevistas com agentes públicos paraguaios foram canceladas, assim como outras viagens à Assunção para novas rodadas de pesquisas na *Biblioteca Nacional de Asunción* e pesquisa de campo na capital paraguaia. Aqui, uma rede de apoio familiar e de amigos mostrou-se providencial e consegui realizar algumas entrevistas em um cenário de tensão e incertezas. Em outubro de 2020 as fronteiras foram reabertas, ainda com algumas restrições a estrangeiros, e entre outubro e dezembro realizei as últimas entrevistas previstas. Por mais que seja fronteira e conheça as práticas simbólicas e sociais do local, no Paraguai eu era uma brasileira, passível das medidas público sanitárias impostas pelo país, o que muito inibiu minhas possibilidades de pesquisa.

Apresentados os caminhos teóricos e metodológicos que foram trilhados na pesquisa, passemos a apresentação dos capítulos. No primeiro capítulo, *O governo de Alfredo Stroessner (1954 –1989): el desarrollo hacia afuera*, analisamos o governo de Alfredo Stroessner desde sua ascensão ao poder, em 1954, até o período de sua derrocada, em 1989, e como construiu um regime ditatorial com o apoio das Forças Armadas e do Partido Colorado, em uma organicidade marcada por corrupção e clientelismo. Mostramos como o regime *stronista* incentivou *el desarrollo económico* a partir do estímulo à entrada de brasileiros e a expansão agrícola da fronteira leste, fortalecendo o agronegócio como atividade econômica primordial do país, sem estender benefícios a outros sujeitos sociais do país.

No segundo capítulo, *A abertura econômica do Paraguai: la liberalización de la economía (1989-2015)*, abordamos as mudanças operadas no Paraguai no campo econômico, com incentivos à modernização do sistema macroeconômico nacional. Buscamos mostrar as mudanças na área econômica do país, com profundas implicações no campo social, entre elas o desemprego e o crescimento da informalidade. Evidenciamos como o jornal *ABC Color* apresentou à população paraguaia as mudanças operadas, abordando os discursos públicos do periódico.

O terceiro capítulo, *A abertura econômica e o mercado de trabalho no Paraguai: a informalidade em expansão*, explicita o trabalho informal e sua expansão no mercado de trabalho do Paraguai. O capítulo dedica-se a compreender a expansão da informalidade no país,

buscando suas origens ainda no governo de Alfredo Stroessner, abordando as *migraciones*, a *economía frágil e os retrocesos del empleo* e suas implicações na sociedade paraguaia contemporânea.

No quarto capítulo, *As mulheres e o mercado de trabalho no Paraguai*, buscamos no segmento feminino respostas sobre os significados do trabalho informal, sondando as vozes da informalidade, buscando apreender nas trajetórias das trabalhadoras as sociabilidades e experiências vividas e elaboradas no campo do trabalho. Trazemos à tona o debate sobre as condições fronteiriças, não só no aspecto da espacialidade quanto das fronteiras socioculturais que permeiam as experiências dos que partilham a fronteira territorial, contribuindo para a compreensão da reflexão de Bartomeu Melià (2012) de que “*en verdad todos somos fronterizos y muy pocos traspasamos nuestras propias fronteras*” (2012, p. 89).

Em síntese, buscamos contribuir na construção dos estudos relacionados ao Paraguai no regime *stronista* e após ele. Sob diferentes enfoques, a ideia de Roa Bastos do país como *una isla* vem sendo rompida, abrindo-o ao conhecimento do outro, estabelecendo diálogos com *el extranjero* e encontros para além de suas fronteiras.

CAPÍTULO I

O GOVERNO DE ALFREDO STROESSNER (1954 –1989): EL DESARROLLO HACIA AFUERA

1.1 Partido Colorado e Forças Armadas: os eixos do poder ditatorial *stronista* sob a maquiagem das leis e da propaganda oficial

*Anive haguã oiko*¹²

O General Alfredo Stroessner Matiauda¹³ ascendeu à presidência do Paraguai em agosto de 1954 e permaneceu no poder ao longo de três décadas e meia, até 1989. Impôs um modelo de governo pautado em uma ditadura amparada por mecanismos de repressão e controle social, com a economia centrada na agricultura extensiva e incentivo à abertura ao capital estrangeiro. Ao longo dos anos 1960, em busca de estabilidade política e desenvolvimento econômico que garantissem sua manutenção no poder, atrelou seu governo à cooperação internacional, notadamente aos Estados Unidos e ao Brasil.

Antes de adentrarmos à análise dos aspectos econômicos do governo *stronista*, dimensão que referenda nossa tese, consideramos apropriado a contextualização da dimensão político-social instalada pelo regime ditatorial. Destacamos, ainda, a importância de observar a conjuntura internacional no período para compreendermos a longevidade do governo ditatorial no Paraguai. Nesse contexto, temos o que ficou conhecido como Guerra Fria, em que os Estados Unidos (EUA) estabeleceram uma política externa em direção à América Latina e sua estratégia focou o Cone Sul, particularmente o Paraguai, na luta contra os supostos comunistas. Andrew

¹² Em 2008, a *Comisión de Verdad y Justicia del Paraguay*, criada através da *Ley n° 2225/03*, que teve por objetivo investigar as violações aos Direitos Humanos cometidas por agentes estatais ou paraestatais entre os anos 1954 e 2003, em particular a ditadura militar de Alfredo Stroessner (1954-1989), publicou seu Relatório Final, com o mote em guarani *Anive haguã oiko*, expressão que em português significa “para que nunca mais ocorra”.

¹³ Alfredo Stroessner de Matiauda nasceu em *Encarnación*, Paraguai, em 1912, filho de Hugo Stroessner e Heriberta Matiauda de Stroessner. Incorporou-se ao Exército Paraguaio em 1 de março de 1929, como cadete da Escola Militar. Ascendeu à patente de General de Brigada em 1949, posteriormente à General de Divisão, em 1951, e à General de Exército no ano de 1956.

Nickson (2014) pondera que os Estados Unidos legitimaram os governos latino-americanos mais pela orientação de sua política externa do que por suas credenciais democráticas. Seguindo a orientação de sua política externa, compreende-se a aproximação entre os EUA e o governo de Alfredo Stroessner, regime ditatorial com um forte discurso anticomunista¹⁴.

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi elaborada no contexto da bipolaridade e opôs os Estados Unidos, capitalista, e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), de viés comunista/socialista, após o término da Segunda Guerra Mundial. Configurou-se por uma política de contenção da influência comunista através de alianças militares e acordos internacionais entre os países latino-americanos, alinhados aos EUA. A *National War College* foi a responsável pela aproximação junto aos países, marcando as relações militares com os países latino-americanos como estratégia da política externa do governo estadunidense¹⁵.

Ao implementarem a Doutrina de Segurança Nacional¹⁶, os EUA garantiram o respaldo político não só à ditadura do general Stroessner quanto de outros regimes militares autoritários na América Latina, a exemplo da Argentina e do Chile. Segundo a DSN, a influência do modelo de desenvolvimento socialista/comunista fomentada pela União Soviética poderia expandir-se pelo continente americano através da penetração ideológica e não somente através de lutas armadas ou levantes sociais. Enrique Padrós (2007) enfatiza os conceitos básicos do corpo teórico da DSN:

(...) “inimigo interno”, “guerra interna”, “subversão”, “contra-insurgência”, “Estado como ser vivo”, “objetivos nacionais”, etc., foram disseminados pelos países da região através de diversos mecanismos de transmissão (doutrinação militar, acordos na área do ensino, bens de consumo da indústria cultural) (PADRÓS, 2007, p. 44).

¹⁴ O Paraguai era considerado um país com posição geográfica privilegiada na geopolítica sul-americana por fazer fronteira com diversos países e, segundo a Doutrina de Segurança Nacional, poderia servir como base para subversivos e exportar os ideais comunistas para os países vizinhos. Isso também é reforçado internamente no Paraguai por Stroessner, quando há a oposição dura dos Colorados – partido do então ditador – em relação aos outros partidos existentes no país, tais como os Liberais, os Febreristas e, sobretudo, os Comunistas, que por sua vez passaram esse período na ilegalidade.

¹⁵ As escolas militares na América Latina como a Escola Superior de Guerra, no Brasil, a Academia de Guerra, no Chile e a Escola Nacional de Guerra, no Paraguai, foram as responsáveis por difundirem os preceitos da DSN nesses países, influenciando as Forças Armadas locais e a geopolítica latino-americana.

¹⁶ “Em nome da defesa da civilização ocidental e do sistema democrático, a DSN (Doutrina de Segurança Nacional) procurou desviar as atenções sobre o crescente mal-estar de uma população cada vez mais atingida pelo crescente desequilíbrio da distribuição de renda. Diante dos primeiros sinais de resistência contra esse quadro, a DSN legitimou, em nome do capital internacional e dos seus aliados locais, o uso do Terror de Estado. Tudo justificado com o discurso da defesa da ordem, da estabilidade político-social, da nação ameaçada pelo ‘comunismo’, das liberdades e da civilização ocidental” (PADRÓS, 2007, p. 49).

As questões elencadas por Padrós (2007) não eram incomuns no Paraguai ainda na primeira metade do século XX, em que é possível identificar golpes de Estado, guerras internacionais e revoltas internas, em geral, ligadas às questões políticas de mando. Para os EUA, Stroessner representou uma certa “estabilidade política” ao país, ante o temor do avanço dos movimentos revolucionários, de viés comunista, no Cone Sul do continente americano, palco de interesses geopolíticos e econômicos do governo estadunidense¹⁷.

Andrew Nickson (2014) argumenta que, seguindo os pressupostos da DSN, o papel das Forças Armadas era imprescindível na defesa não só da fronteira territorial, mas, sobretudo, da fronteira ideológica, protegendo o Paraguai de ataques dos inimigos internos, os ditos subversivos de esquerda¹⁸. Para o autor, “*así se justificó el golpe militar y la instauración de una dictadura militar, la prohibición de los partidos políticos y la negación de la democracia representativa*” (2014, p. 27). A promulgação da *Ley n° 294/1955 - De Defensa de la Democracia* legitimou as concepções da DSN no Paraguai e pôs em prática uma intensa violação aos direitos humanos, em nome de uma pretensa luta contra terroristas, subversivos e traidores da pátria, sendo os inimigos os próprios cidadãos paraguaios que se levantassem contra o regime *stronista*.

Os artigos da *Ley n° 294/1955* continham normatizações que puniam não só quem se levantasse contra o governo quanto aqueles que difundissem, organizassem ou dirigissem organizações consideradas de cunho comunista. Cabe ressaltar o papel da legislação como instrumento de controle utilizado pelo governo de Stroessner. Ao entendermos as normas legais como fontes, as compreendemos inseridas na conjuntura social, econômica e cultural do local em que foram constituídas. Particularmente neste capítulo, buscamos evidenciar as premissas

¹⁷ Esse interesse pontual sobre o Paraguai pode ser observado no despacho confidencial encaminhado pelo embaixador dos EUA em Assunção, Arthur A. Ageton, ao Departamento de Estado, em Washington, em março de 1955. Segundo o despacho: *La relativa debilidad e inestabilidad de Paraguay preocupa a Estados Unidos y tiene importancia en cuanto a su localización estratégica en el mismo corazón de Sudamérica. Si Paraguay fuese dominado a complaciente con el Comunismo, su localización central le otorgaría gran ventaja estratégica para la infiltración Comunista a los cinco países circundantes* (NICKSON, 2014, p. 20).

¹⁸ A Doutrina de Segurança Nacional tinha como premissa a noção de segurança hemisférica coletiva diante a ameaça comunista. De acordo com a doutrina, a agressão poderia vir tanto do exterior, portanto essencial cuidar das fronteiras territoriais, assim como era necessário atentar para a fronteira ideológica, pois os inimigos poderiam estar infiltrados no interior dos países, organizados em movimentos sociais que atentariam contra os preceitos dos governos democráticos de direita. Assim, o comunismo não seria um inimigo apenas externo, mas viria de dentro das fronteiras nacionais, portanto qualquer um poderia ser um inimigo, o que explicaria as medidas repressivas tomadas pelos regimes militares contra os cidadãos de seus países. Exemplo da percepção da fronteira ideológica foi explicitada por Martín Almada, ex-presos político durante a ditadura *stronista*: “No campo de concentração de Emboscada, a ditadura nos pôs todos juntos: anarquistas, socialistas, liberais, colorados, febreristas, independentes, maoístas, trotskistas, ateus, seguidores da Bíblia, comunistas, membros das ligas agrárias cristãs, camponeses simpatizantes da Teologia da Libertação. Ali nos contaminamos ideologicamente todos os 400 prisioneiros e o resultado foi que foram lançados ao “mercado” 400 mulheres e homens com alta consciência revolucionária para avançar ao socialismo. Que ironia do destino, não é verdade?” (ALMADA, 2009, p. 60).

da legislação elaborada pelo regime *stronista*, notadamente o interesse em subjugar os movimentos de oposição e de mobilização dos cidadãos e, ainda, atender aos interesses econômicos-políticos de seu projeto de poder.

Como nos diz Carlos Bacellar (2011) “documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu” (2011, p. 63), o que nos impele a estabelecer e apreender as conexões entre o projeto do legislador e a conjuntura político-social do período estudado. Nesse sentido, apontamos como o regime *stronista*, através dos dispositivos legais, constituiu um plano político que impactou o cotidiano dos cidadãos paraguaios, moldando o comportamento de grande parte da população paraguaia ao impor o medo como instrumento de controle. Alfredo Paz (2010) bem sintetizou esse sentimento na sociedade paraguaia:

El miedo había llegado a ser la segunda piel del paraguayo. Era un miedo sistémico, forjado em historias de conocidos y familiares que habían pasado por la cárcel y la tortura, por el exilio y la desaparición. Era un miedo de generaciones que se había infiltrado en la familia, en la escuela, en la Iglesia, en el barrio. Un miedo que desestructuraba los lazos de solidaridad social y condicionaba las respuestas colectivas ante un régimen que ostentaba prepotencia y corrupción (2010, p. 114).

Assim, foi na legislação paraguaia que o sentimento de medo ressoou, repercutindo na desmobilização de boa parte da população paraguaia. A exemplo, no artigo primeiro da *Ley n° 294/1955* observamos:

Fragmento 1 - Primeiro artigo da Lei de Defesa da Democracia do Paraguai

**Art. 1º.- Los que se alzaren a mano armada contra los poderes constituídos para suplantar total o parcialmente la organización democrática republicana de la Nación, por el sistema comunista o cualquier otro régimen totalitario, sufrirán la pena de cinco a diez años de penitenciaría.
La proposición, conspiración y la instigación formal para cometer este delito, serán castigadas, cuando vayan acompañadas de actos preparatorios con la mitad de dicha pena.-**

Fonte: *Ley n° 294/1955 - De Defensa de la Democracia*

A narrativa acusatória de subversivo, *los que alzan a mano armada contra los poderes constituídos*, conforme ditava o artigo, foi preponderante ao longo das três décadas e meia do governo ditatorial. A lei *De Defensa de la Democracia* permitiu ao governo acusar qualquer cidadão que se opusesse ao *stronismo*, acusando-o de comunista. Dessa forma, erigiu-

se um aparato repressivo que se espalhou por todo o território nacional e, inclusive, para além de suas fronteiras geográficas, mantendo sobre os exilados vigilância constante. Esse aparato com alcance nacional foi possível com a aglutinação de três forças: o Governo, o Partido Colorado e as Forças Armadas. Bernardo Neri Farina (2010) considera que a estratégia de Stroessner para se sustentar no poder por tanto tempo foi que “*coloradizó a los militares y también coloradizó el Estado*” (2010, p. 45).

A *Asociación Nacional Republicana* (ANR), mais conhecida como Partido Colorado, teve papel estratégico nessa engrenagem ao implementar um controle social que impunha a filiação partidária obrigatória e, ainda, legitimava as eleições presidenciais, mantendo uma fachada democrática e institucional ao governo centralizador e ditatorial de Alfredo Stroessner. Alfredo Paz (2014) aponta aspectos dessa interação partido/governo ao pontuar que eram os partidários colorados que compunham as milícias urbanas e as forças paramilitares que desmantelavam as greves, atacavam manifestantes e prendiam os *campesinos*¹⁹, desmobilizando importantes movimentos sociais urbanos e rurais. No interior do país, as sedes do partido funcionavam como centro de detenções ou como bases das forças militares ou policiais. Assim, o Partido Colorado amparava o governo não só no aspecto político, mas, como braço repressivo do regime.

Consolidando as engrenagens repressivas constituídas nesses primeiros anos de ditadura, os colorados institucionalizaram a figura do *pyrague*, delatores que permitiram ao governo um controle social sem precedentes sobre a população paraguaia. Comumente filiados ao Partido Colorado, os delatores mantinham um fluxo de informações sobre as atividades cotidianas de pessoas ou organizações sociais que eram rotineiramente repassadas às forças policiais. Assim, os *pyrague* constituíram-se centrais ante uma polícia sem efetivos e estruturalmente desorganizada e um governo que estimulava e associava a delação a um ato de patriotismo, que salvaria o Paraguai do perigo dos comunistas.

Sobre isso, Boccia Paz (2014) afirmou: “... *los pyrague magnifican o inventan conspiraciones, difaman a vecinos o adversários políticos y reportan cualquier hecho que salga de lo cotidiano como potencialmente subversivo*” (2014, p. 20). Dessa forma, a estratégia da pedagogia do medo impôs-se como instrumento estatal de controle político e social. A exemplo, no artigo sétimo da *Ley n° 294/1955* vemos a delação como instrumento de controle sobre o funcionalismo público paraguaio, ao obrigar a delação de qualquer pessoa que fosse suspeita de ser comunista. Não delatar significaria conivência com os subversivos.

¹⁹ *Campesino* é como se designam os pequenos proprietários de terras no Paraguai.

Fragmento 2 - Sétimo artigo da Lei de Defesa da Democracia do Paraguai

Art. 7º.- Los funcionarios públicos encargados de la prevención y persecución de los delitos previstos en esta ley, que omitieren, deliberadamente o por negligencia, tomar las providencias respectivas para evitar la comisión de dichos delitos o que teniendo conocimiento de ellos no tomaren las medidas necesarias para la detención y enjuiciamiento de los culpables, sufrirán las penas de destitución, penitenciaría de seis meses a cinco años e inhabilitación absoluta de dos a cinco años.-

Fonte: *Ley n° 294/1955 - De Defensa de la Democracia*


Aos interessados em ascenderem ao serviço público, participarem da engrenagem política ou terem um espaço na economia nacional, a filiação partidária era uma obrigatoriedade, o que garantia a manutenção dos mecanismos de controle e submissão sobre os filiados. Ingressar nas escolas e universidades públicas, compor o comando das instituições estatais, negociar com o Estado e até mesmo integrar as Forças Armadas exigiam a filiação ao Partido Colorado. Segundo Bernardino Radil (2014), ao estabelecer esse mecanismo de adesão partidária obrigatória aos interessados em ingressarem nas diferentes atividades estatais ou na esfera privada constituiu-se um novo modelo de domínio.

Assim, em cada cidade, ou mesmo nos bairros citadinos, existia a figura do *presidente de seccional*, representante do partido no local, o que o legitimava como autoridade política. A estes cabiam as indicações aos cargos públicos e assistência social à população, impondo a presença do Partido Colorado no cotidiano da sociedade civil paraguaia até nos mais recônditos locais do país. Ao mesmo tempo, essa relação de domínio dos colorados sobre a população possibilitou ao *stronismo* a fachada de legitimidade necessária ao governo, através da convocação de eleições rotineiras, que permitiram a Stroessner sustentar o discurso de um país democrático e de estabilidade institucional. A relação de convivência, nas palavras de Radil (2014), transformou o Partido Colorado em uma “*agrupación política movida casi exclusivamente por el afán de movilidad política y lucro; vaciándola ética y doctrinariamente*” (2014, p. 76).

O controle social e o cerceamento das liberdades civis atingiram diretamente a sociedade, sem acesso à informação, estando à margem dos acontecimentos da violenta

repressão perpetrada pelo governo *stronista*. Os meios de comunicação, impressos e radiofônicos, também foram amordaçados pela força do artigo oitavo da *Ley n° 294/1955*²⁰:

Fragmento 3 - Oitavo artigo da Lei de Defesa da Democracia do Paraguai

 Art. 8º.- Si alguno de los delitos previstos en esta ley se cometiere por medio de la prensa, la rediodifusión o agencia de noticias o informaciones, la publicación, radioemisora o agencia será suspendida por un período de uno a seis meses y clausurada en caso de reiteración o reincidencia, sin perjuicio de la sanción penal que corresponda a los culpables, y los libros, folletos, periódicos, proclamas y cualesquiera impresos serán decomisados.-

Fonte: *Ley n° 294/1955 - De Defensa de la Democracia*

As notícias veiculadas eram apenas as oficiais, sem posicionamentos contrários ao sistema e, menos ainda, referências à situação política vivenciada no Paraguai naqueles tempos. Prisões de estudantes, de *campesinos* e de cidadãos comuns, exílios dos opositores, perseguições políticas, torturas e mortes nas celas das prisões espalhadas pela capital e pelo interior do Paraguai eram omitidas da opinião pública. Notadamente, mesmo em um período de repressões das liberdades individuais e perseguições políticas, os opositores ao regime se fizeram presentes, mesmo no cerne do partido político que sustentava o governo *stronista* no poder. A exemplo, em maio de 1959, dirigentes do Partido Colorado apresentaram uma declaração de repúdio na Câmara de Representantes do Paraguai em protesto à violenta repressão policial contra uma greve de estudantes em Assunção, contrários à elevação dos preços das passagens de ônibus.

Em resposta, Stroessner editou o Decreto n° 4846/1959 que estabeleceu o estado de sítio e ordenou a prisão de partidários colorados, responsabilizados pelas manifestações estudantis. Editou, ainda, o Decreto n° 4845/1959, que dissolveu o Congresso Nacional e impôs perseguição aos dissidentes do próprio Partido Colorado, expurgando os membros que exigiam maior abertura democrática e liberdades civis, sendo esses opositores presos e/ou expulsos ao exílio²¹. Inegável o papel do Partido Colorado na legitimação do governo Stroessner durante as

²⁰ Vários meios de comunicação foram atingidos por este dispositivo, entre os quais o jornal impresso de circulação nacional *ABC Color*, fonte de pesquisa deste trabalho, fechado pelo regime militar em março de 1984.

²¹ Entre os exilados estava Epifanio Méndez Fleitas, político civil colorado e articulador do apoio a Alfredo Stroessner à presidência da República após o golpe militar, apoio que configurou a legitimidade constitucional necessária ao novo governo. Influente no partido, e com proximidade com setores das Forças Armadas, foi presidente do Banco Central paraguaio no primeiro ano do governo *stronista*. Sua habilidade política e influência interna no Partido Colorado e nas Forças Armadas o colocaram como obstáculo aos interesses centralizadores e longevos de Stroessner, que acabou exilando-o e perseguindo impiedosamente seus aliados diretos, conhecidos como *epifanistas*. Com essas medidas, o presidente desmantelou a oposição interna no Partido Colorado,

décadas em que o presidente permaneceu no Executivo, em que Colorados e o ditador estabeleceram um acordo de conveniência e oportunismo para exercerem o poder e ocuparem a administração pública paraguaia com as indicações do próprio partido. A análise de Enrique Padrós (2008) expõe essas questões:

Na prática, existiu uma enorme rede de leis e instituições apoiadas pela força bruta para direcionar o voto do cidadão comum. A máquina stronista controlava a entrega dos títulos de eleitor, a recepção dos votantes junto às mesas eleitorais, a contagem das cédulas, a supervisão parcial e global do processo eleitoral, etc. Todo o esforço era direcionado para a escolha dos candidatos do Partido Colorado, a estrutura partidária de sustentação do regime e correia de transmissão de mecanismos de cooptação política, reprodução de quadros e marco visível da constituição de uma fictícia liberdade política de atuação e fachada “democrática” do regime (2008, p. 3).

Na congruência de interesses políticos, as Forças Armadas também tiveram papel central na manutenção do poder ditatorial. No início de seu governo, Stroessner concedeu importantes ministérios aos militares, que passaram a gerir os Ministério da Fazenda, de Obras Públicas e Comunicações e o da Defesa Nacional. Esses ministérios estavam diretamente vinculados ao programa de desenvolvimento do Paraguai, sob o lema *Paz y Progreso*. Assim, a reorganização financeira e administrativa, a construção de obras de infraestrutura vitais para o crescimento econômico do país e a segurança nacional ficaram sob o comando de militares da confiança do presidente.

Amparado pela *Ley n° 294/1955 De Defensa de la Democracia* e a vigência do estado de sítio, mantido e prorrogado a cada três meses, o governo estabeleceu a repressão como política estatal, mantendo o controle sobre a sociedade civil e coibindo violentamente quaisquer manifestações de oposição. Assim, adentrou a década de 1960 com o slogan *Paz, Trabajo y Bienestar con Stroessner*, sobre os escombros da oposição, a submissão do Partido Colorado e das Forças Armadas e o silenciamento de parte da população civil paraguaia.

Ao longo da década de 1960, a “paz” assegurada pela repressão permitiu um período de “progresso” ao país, baseado na relação econômica profícua com o governo dos Estados Unidos. Em consonância com sua política anticomunista, os EUA assinaram com o governo paraguaio, em 1964, um tratado militar com a intenção de fortalecer as forças armadas e a polícia paraguaia. Melissa Birch (2011) enfatiza que o treinamento dessas instituições serviu aos interesses do *stronismo* em reprimir a sociedade civil e que “*esta ayuda fortaleció el aparato represivo del régimen de Stroessner, más que cualquier otro posible impacto en el*

configurando um partido majoritariamente *stronista* e estabeleceu um governo repressivo, de verdadeira caça aos grupos armados e insurgentes que se mobilizavam no país, com a acusação que eram partidários comunistas.

desarrollo económico” (2011, p. 184). Coube às forças armadas e, principalmente, à polícia o papel de repressores *del peligro rojo*²².

Apesar de chefiar um regime ditatorial, Stroessner insistia em manter uma fachada democrática e institucional em seu governo e manter, ao mesmo tempo, a lealdade e a cumplicidade dos poderes do Estado, a exemplo das Forças Armadas. A promulgação da Constituição de 1967 inseriu-se nessa relação de forjar um caráter democrático ao governo de Stroessner. A nova Constituição não só referendou a posição das Forças Armadas, definindo-a como protetora da soberania e do território nacional, em caráter permanente, legitimando e ampliando os poderes dos militares, como atendeu o pleito de Stroessner em garantir sua reeleição indefinidamente à Presidência da República, vez que a Constituição de 1940 permitia uma única reeleição.

O artigo 173 da Constituição de 1967 assegurou as eleições gerais diretas e permitiu uma reeleição por um período mais, consecutivo ou alternado, o que garantiu a Stroessner mais dois mandatos na Presidência da República. Dessa forma, findo os dois mandatos consecutivos garantidos constitucionalmente, sancionou-se em julho de 1976 a emenda nº 1, que permitiu ao presidente reeleger-se indefinidamente, sob a maquilagem da institucionalidade conferida pelas eleições nacionais. Como bem afirma Henry Torres-Vásquez (2010):

Con todo ese tipo de Estados terroristas le brinda al termino “democracia” un matiz especial, ya que en aras de defender el Estado mismo no les importa que estas acciones vayan en parte acompañadas de actos de terrorismo dirigidos contra ciudadanos inermes y, por lo tanto, quedan en el ostracismo, la locución democracia en su sentido estricto (2010, p. 141).

Dessa forma, lançando a democracia no completo ostracismo, a emenda constitucional permitiu a Alfredo Stroessner consolidar-se como ditador incontestado do Paraguai, legitimado por eleições, em geral fraudadas, e pela Carta Magna, sob a complacência dos setores políticos, a sujeição do Partido Colorado, a lealdade das Forças Armadas e o apoio dos EUA.

Nessa conjuntura, a década de 1970 foi um período em que Stroessner fortaleceu-se no poder, favorecido pela conjuntura econômica e pela “pacificação” assegurada com a intensa repressão política e social que impôs ao Paraguai. Na esteira da “paz” necessária ao desenvolvimento do país, em 1970 promulgou-se a *Ley n° 209/1970 - De Defensa de la Paz Pública y la Libertad de las Personas*, que em conjunto com a *Ley n° 294/1955 - De Defensa de la Democracia*, formaram as *Leyes Liberticidas*, leis marcadamente repressivas a qualquer

²² O termo *peligro rojo* (perigo vermelho) era utilizado para designar os membros do Partido Comunista e os partidários dos movimentos de oposição ao governo ditatorial de Alfredo Stroessner.

manifestação de pluralismo ideológico ou partidário, de liberdades de pensamento ou de expressão. Ambas compunham a base jurídica do *stronismo* e tornaram-se instrumentos de coerção a qualquer movimento social contrário ao regime ditatorial, notadamente pela cooptação do Poder Judiciário²³ ao longo do governo de Stroessner.

A *Ley n° 209/70* serviu ao governo como mais um mecanismo legal de arbitrariedades contra os opositores políticos ou qualquer cidadão paraguaio. Os artigos 4º e 8º faziam referência direta ao comunismo ao destacar “*la destrucción de las clases sociales e formaren parte como asociados o afiliados de cualquier partido comunista (...)*”.

Fragmento 4 - Quarto e oitavo artigos da Lei de Defesa da Paz Pública e da Liberdade das Pessoas

Art. 4º.- El que por cualquier medio predicare públicamente el odio entre paraguayos o la destrucción de las clases sociales, será sancionado con uno a seis años de penitenciaría.

Art. 8º.- Serán sancionados con uno a cinco años de penitenciaría:

1. los que formaren parte como asociados o afiliados de cualquier partido comunista u organización que se proponga destruir por la violencia el régimen democrático republicano de la Nación;

Fonte: *Ley n° 209/1970 - de Defensa de la Paz Pública y la Libertad de las Personas*

O discurso anticomunista presente no texto da lei ajustou-se à política externa adotada por Stroessner desde sua ascensão ao poder em 1954 e o apresentava como “*el campeón mundial del anticomunismo*” (PAZ, 2010, p. 106). A propaganda oficial, formulada por meio de discurso nacionalista, foi outro mecanismo de poder utilizado pelo governo ao construir a imagem de Stroessner como um patriota, nacionalista, um líder modernizador. Em seu livro *Paraguai: A consolidação da ditadura de Stroessner – 1954-63*, Ceres Moraes (2000) destaca o papel do discurso no processo de consolidação da ditadura *stronista*. Ao lançar mão de

²³ Durante o regime ditatorial de Alfredo Stroessner, os juízes eram escolhidos pelo ministro da Justiça e Trabalho para um período de cinco anos, podendo ser reconduzidos ao cargo de acordo com a avaliação do Poder Executivo. A filiação ao Partido Colorado e o apoio de membros influentes do partido eram imprescindíveis à ascensão na magistratura paraguaia. Dessa forma, o Poder Judiciário no Paraguai não gozou da independência que marca a separação entre os poderes, essência dos regimes democráticos, silenciando-se e legitimando as arbitrariedades cometidas pelo aparato repressivo do terrorismo de Estado perpetrado no regime *stronista*.

discursos marcados pela defesa da paz, da ordem e do progresso, assim como a defesa do nacionalismo, do patriotismo e do anticomunismo, Alfredo Stroessner buscou apresentar-se ao povo paraguaio como aquele que poderia salvar o país de seus conflitos internos, um líder modernizador, defensor dos valores nacionais. Ao se pronunciar, instigava o patriotismo e o nacionalismo da população paraguaia, usando do subterfúgio da reconstrução da grande Pátria, resgatando a memória dos grandes heróis nacionais, procurando comparar-se a eles.

A crítica ou dissidência ao regime era apontada como traição à Pátria, uma ruptura com os ideais de *Paz y Progreso* fomentados pelo governo. Assim, os opositores ao regime, eram encarados como ameaças de desestabilização ao governo, inimigos de um regime que se apresentava como defensor da Pátria e de seus valores. Para o governo era dever do regime utilizar de todos os meios possíveis para garantir e manter a ordem e a paz que levariam ao progresso do país. Vemos como o anticomunismo permeou os discursos de Stroessner como forma de justificar e legitimar todo o sistema de violenta repressão que moldou seu longo governo ditatorial.

Nesse sentido, erigiu-se um verdadeiro culto à personalidade do presidente, veiculado pela propaganda oficial, que serviu ao regime como poderoso instrumento de cooptação de parte da sociedade civil, dos membros do Partido Colorado e dos militares das Forças Armadas, em uma relação marcada pelo clientelismo e corrupção. Boccia Paz (2014) argumenta que o culto à personalidade era incentivado por Stroessner e o servilismo marcava os discursos oficiais, a imprensa partidária, os programas de rádio, assim como ruas, praças, músicas, cidades levavam o nome do ditador.

No livro *Dictadura y Sociedad Civil (1954-1989)*, José Carlos Rodríguez (2014) narra uma passagem sobre o dia do aniversário do presidente e o simbolismo envolto na data. Segundo o autor:

(...) El dictador desde muy temprano recibiendo en Mburuvicha Róga²⁴ primero y luego en la plaza de barrio Stroessner a miles de personas. Los ministros, los oficiales, los sindicalistas, el clero, las fuerzas vivas, el cuerpo diplomático, los artistas oficiales, los colegios profesionales, los intelectuales del régimen, los veteranos de la Guerra del Chaco, magistrados de la Justicia, parlamentarios, dirigentes del Partido Colorado, educadores, autoridades del Banco Central y otras reparticiones públicas. Guay del que faltara. Porque nadie estaba seguro en la cercanía severa de mi general. Podía caer en desgracia (2014, p. 19).

Observamos no trecho o alcance do controle social de Stroessner sobre diferentes setores, de distintas matizes. O medo de *caer en desgracia* moldou o comportamento e a ação

²⁴ Em português algo como “casa do chefe, do comandante”.

da sociedade paraguaia em um contexto de normalidade oficial, onde o regime impunha as regras a serem seguidas e qualquer contestação significava perseguição a si e aos seus familiares. Rodríguez (2014) afirma que nesses tempos ser um “bom paraguaio” era parecer Colorado, militarista, de boa família, conservador, dócil, anticomunista, católico. Essas *qualidades* eram incentivadas pelo governo como forma de manter a propagada *paz*, que, por sua vez, garantiria o *progreso* ao Paraguai.

Paralelamente, mediante as demonstrações públicas de bajulações e elogios, a corrupção e o clientelismo cresciam como forma de retribuição ao apoio e à militância dos partidários do regime. O que notamos é que parte da longevidade do regime de Stroessner deu-se pela convivência estabelecida por diferentes setores da sociedade paraguaia com o governo, sendo a fidelidade ao regime retribuída com quinhões de favorecimentos pessoais, corrupção desenfreada e práticas clientelistas, em uma administração marcadamente personalista.

Enquanto o jogo de interesses moldava certo consenso entre os partidários do regime ditatorial, pouco espaço havia para o dissenso. O *continuum* do discurso anticomunista forjou na sociedade a obediência e o silêncio como práticas cotidianas, pois havia ainda o perigo dos *pyragues*, delatores oficiais do Estado. Esse silenciamento fragmentou a sociedade paraguaia, dificultando as mobilizações sociais e a construção de uma oposição uníssona que fizesse frente ao regime. Eram tempos em que o medo imperava e abafava as possibilidades de manifestações contrárias ao regime, alijando qualquer percepção de cidadania e direitos da população paraguaia no período em que o *stronismo* vigeu no poder.

Nas palavras de Boccia Paz (2010) reconhecemos a conjuntura de medo e insegurança instalados no Paraguai nesse período: “*dos generaciones de compatriotas moldearon su comportamiento colectivo con codigos de miedo y aversion a todo aquel que pudiera ser tildado de izquierda, zurdo o subversivo*” (PAZ, 2010, p. 106). Essa postura ideológica serviu como um mecanismo de controle dos diferentes segmentos da sociedade paraguaia e, notadamente, daqueles que ousassem erguerem-se contra *la democracia sin comunismo* erigida no Paraguai ao longo dos trinta e cinco anos do governo *stronista*.

1.2 O regime *stronista* e a oposição: *los peligros del “enemigo interno”*

Vimos que ao assumir o governo do Paraguai em 1954, Alfredo Stroessner articulou com o Partido Colorado e as Forças Armadas as bases que sustentaram e apoiaram seu governo ao longo de trinta e cinco anos. Utilizou-se de leis, decretos e da propaganda oficial para

fomentar e legitimar o discurso anticomunista e fez disso um mecanismo disciplinador da sociedade paraguaia, infligindo a perseguição e o medo àqueles que ousassem desafiar o regime. Apesar da repressão como política interna de controle social, a oposição se mobilizou desde os primeiros anos do regime *stronista*.

Ao avaliar a oposição, Nickson (2004) pondera que a luta armada contra o regime foi um recurso frequente durante o governo de Alfredo Stroessner. Em alguns momentos foi dirigida pelo principal partido de oposição, o Partido Liberal, em outros por grupos ligados ao Partido Comunista Paraguaio (PCP). Organizaram-se, ainda, setores dos movimentos estudantis e *campesinos*. As experiências mais marcantes de grupos armados insurgentes foram o *Movimiento 14 de Mayo* e o *El Frente Unido de Liberación Nacional* (FULNA)²⁵.

Na década de 1970, o regime ditatorial voltou os olhos para as organizações campesinas, notadamente as *Ligas Agrarias Cristianas*. Em abril de 1976, uma violenta repressão, conhecida como *La Pascua Dolorosa*, infligiu aos *campesinos* os nefastos instrumentos do regime: prisões, torturas, assassinatos. Nem mesmo padres foram poupados, sendo vários expulsos do Paraguai. Ignacio Telesca (2014) observa que nos documentos oficiais da polícia quase não havia referências às *Ligas Agrarias Cristianas*, sendo comum *Ligas Agrarias Campesinas*. Para o autor, uma forma de mascarar a repressão à Igreja Católica em um país com fortes laços religiosos, pois não estariam torturando *campesinos cristianos* e sim comunistas infiltrados no país.

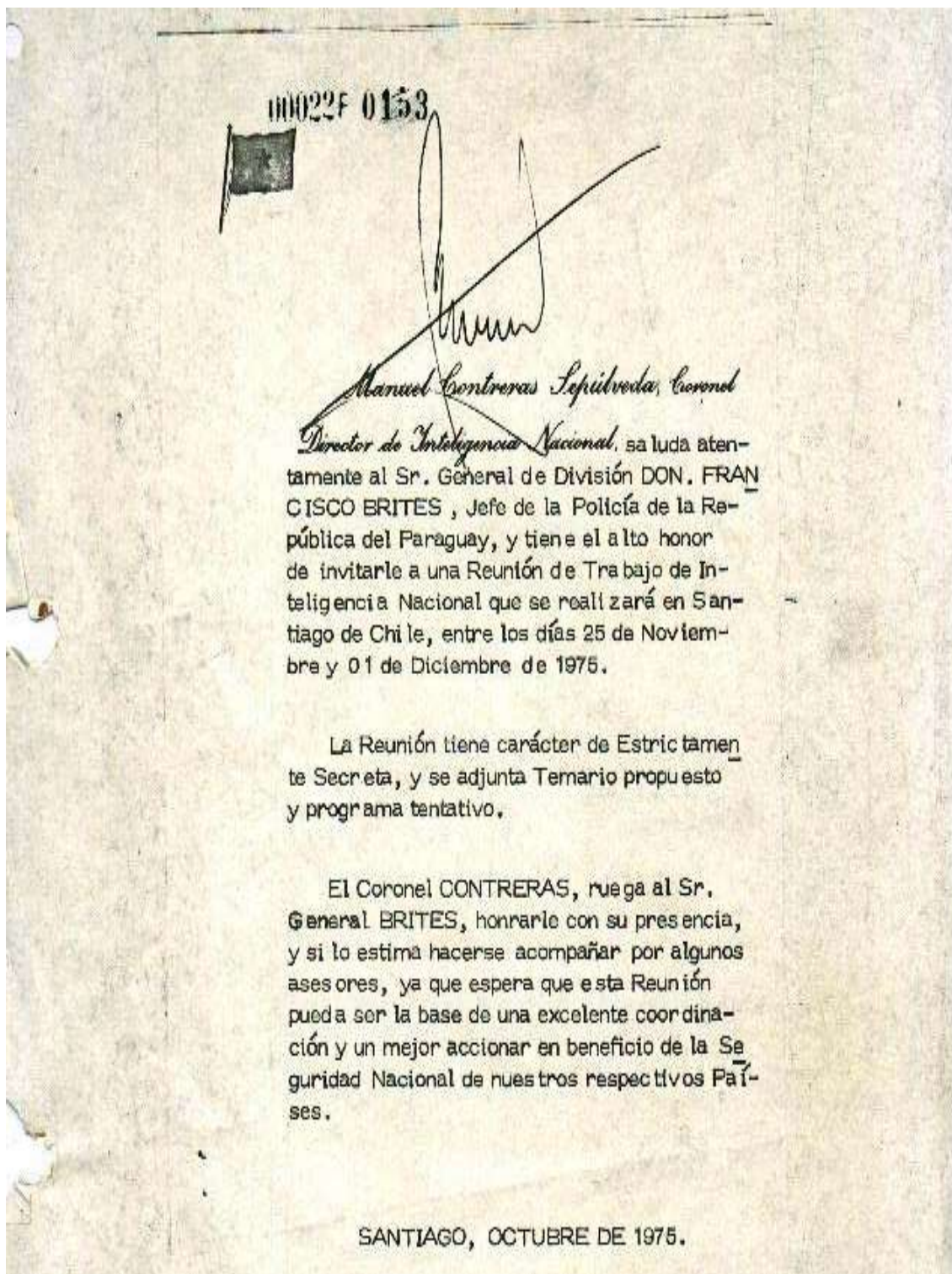
A década de 1970 foi um período de intensa repressão aos dissidentes, com o discurso anticomunista presente e impregnando as leis promulgadas no período. Na conjuntura de perseguições políticas aos movimentos de esquerda surgiu em novembro de 1975 uma aliança entre os países do Cone Sul, denominada Operação Condor²⁶. Criada por sugestão do governo militar chileno, na pessoa do Coronel Manuel Contreras Sepúlveda, chefe da *Dirección de Inteligencia Nacional de Chile* (DINA), a aliança entre Chile, Paraguai, Bolívia, Argentina, Uruguai e Brasil possibilitou a repressão e perseguição aos opositores dos governos militares dos países que formavam a aliança além de suas fronteiras nacionais, em consonância com a Doutrina de Segurança Nacional. No convite enviado ao governo paraguaio para participar da

²⁵ O *Movimiento 14 de Mayo* foi criado em Buenos Aires, em 1958, por jovens exilados paraguaios que integravam o Partido Liberal; o Partido Revolucionario Febrerista; a FULNA, foi criado em 1959, por membros do Partido Comunista Paraguaio, revigorados pelo êxito da Revolução Cubana nesse mesmo ano. Esses movimentos armados chegaram a adentrar o território paraguaio, mas foram desarticulados logo no início de suas ações por forças policiais e militares do regime *stronista*.

²⁶ Segundo John Dinges (2004), o nome Condor foi sugestão da delegação militar uruguaia em homenagem ao país sede da operação, Chile. A ave condor é comum na região andina e é um símbolo nacional chileno, integrando o brasão oficial do país.

Primera Reunión de Trabajo de Inteligência Nacional explicitamente a questão da Segurança Nacional é apresentada como prioridade aos países do Cone Sul.

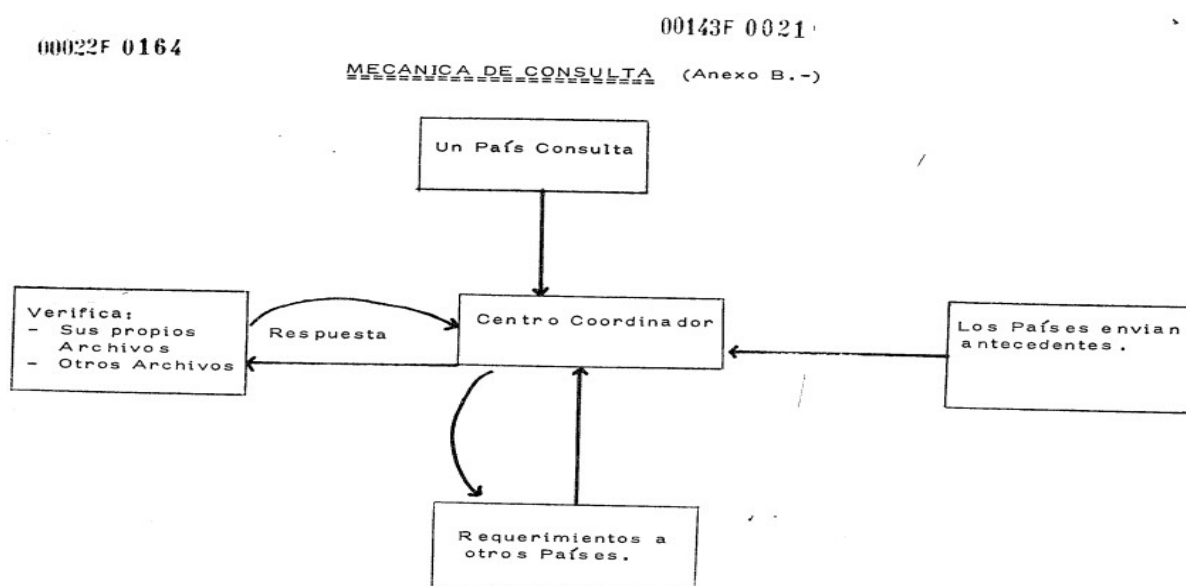
Figura 1 - Convite para a Primeira Reunião de Trabalho de Inteligência Nacional da Operação Condor



Fonte: National Security Archive, fotograma 00022F 0153

Segundo o documento, Manuel Contreras percebia a cooperação entre os países do Cone Sul como urgente à medida que a oposição se organizava sem respeitar as fronteiras territoriais, infiltrando-se na vida nacional, organizando lideranças regionais e intercontinentais. Para tal finalidade, o aparato repressivo contava com um banco de dados e uma central de informações, alimentados pelos Serviços de Inteligência dos respectivos países, com o uso de tecnologias modernas à época como telex, criptografia, computadores, microfilmagem, telefones com inversão de vozes e, ainda, reuniões periódicas entre as forças de segurança do Cone Sul. Esses três elementos básicos: banco de dados, central de informações e reuniões de trabalhos bilaterais ou entre todos os membros, formavam o Sistema de Coordenação de Segurança que regia a Operação Condor. No organograma a seguir observamos o método para consultas entre os países envolvidos no projeto.

Figura 2 - Organograma do sistema de consultas da Operação Condor



Fonte: National Security Archive, fotograma 00022F 0155-0165

Para Fabiano de Souza (2011), a operação significou a desarticulação dos movimentos de esquerda nos países envolvidos, através da eliminação dos considerados subversivos em qualquer ponto do continente. Essa organização militar de cunho repressivo ultrapassou as fronteiras geográficas, integrando os serviços de inteligência desses países a partir de trocas de prisioneiros políticos e de informações sobre membros dos movimentos de esquerda. Sequestros, torturas e assassinatos de pessoas foram práticas comuns em detrimento das convenções internacionais de Direitos Humanos.

Respeitava-se somente as fronteiras ideológicas, imperando o temor de movimentos revolucionários, socialistas ou comunistas, saírem-se vitoriosos no Cone Sul latino-americano,

e tal receio se sobrepôs às jurisdições das fronteiras nacionais. O temor dos regimes militares sul-americanos e do governo estadunidense intensificaram-se com a vitória da Revolução Cubana em 1959, às portas dos EUA. Segundo Souza (2011), documentos nos EUA apontam que a Agência Central de Inteligência (CIA) e os serviços de inteligência do país apoiaram e incentivaram a integração das forças de segurança dos países do Cone Sul, em resposta aos movimentos comunistas representados por organizações de esquerda que se mobilizavam por toda a América Latina.

John Dinges (2004) destaca que os Serviços de Inteligência dos países envolvidos na Operação Condor trocavam informações, permitindo que todos soubessem os movimentos dos inimigos em outros países. Capturados os subversivos, os interrogatórios seriam compartilhados, “(...) caso solicitado, o esquerdista apreendido seria transportado ao seu país natal para novos interrogatórios e eventual execução” (2004, p. 36). Constatamos a prática entre os regimes militares ao examinar um informe policial do Paraguai, de maio de 1977.

Figura 3 - Informe do Departamento de Investigações da polícia paraguaia sobre a entrega de presos políticos ao governo argentino

POLICIA DE LA CAPITAL
DPTO. DE INVESTIGAC.
DIREC. DE POLITICA
Y AFINES.-
-oOo-

131

00172F 0398

Asunción, 16 de Mayo de 1.977.-

OBJETO : Elevar informe

AL : Sr. Jefe del III Dpto. de Investigaciones
Don PASTOR MILCIADES CORONEL
E. S. D.-

Tengo el honor de dirigirme a esa superioridad, con el objeto de elevar a su conocimiento que en el día de la fecha, siendo las 16.34 horas, en un avión Bi-reactor de la Armada Argentina, con matricula 5-7-30 - 0653, piloteado por el Capitán de Corbeta JOSE ABDALA, viajaron con destino a la ciudad de Buenos Aires (R.A.), los siguientes detenidos: GUSTAVO EDISON INSAURRALDE (uruguayo), NELSON RODOLFO SANTANA SCOTTO (uruguayo), JOSE NELL (argentino), ALEJANDRO JOSE LOGOLUSO (argentino) y DORA MARTA LANDI GIL (argentina). Las mencionadas personas fueron entregadas por conducto de esta Dirección, en presencia del Cnel. D.E.M. Don BENITO GUANES y del Cap. de Fragata LAZARO SOSA, al Tte. 1º JOSE MONTEGRO y JUAN MANUEL BERRET, ambos del "S.I.D.E." (Servicio de Inteligencia del Ejército).-



Crio. Insp. OP. Alberto B. Cantero
DIRECTOR DE POLITICA Y AFINES

Asunción, 16 de Mayo de 1.977.-

A conocimiento del Señor Jefe de Policía.-

Pastor M. Coronel
JEFE III DPTO. DE INVESTIGACIONES

O informe comunicava ao chefe do Departamento de Investigações do Paraguai, Pastor Coronel, a entrega de cidadãos uruguaios e argentinos, presos em território paraguaio, ao governo argentino. No documento constata-se o traslado desses prisioneiros pela Marinha argentina, com a presença de oficiais militares de ambos os países, corroborando o que Manuel Contreras pontuava como mútua cooperação dos Serviços de Inteligência do Cone Sul.

Padrós (2007) pontua que, coerente com a DSN, a guerra contra o “inimigo interno” implicou numa “guerra interna”, ilegal e clandestina, características marcantes da Operação Condor. A implantação das diretrizes da Segurança Nacional exigiu o confronto total com a oposição, que só poderia terminar com a aniquilação total e permanente dos inimigos. Para aniquilar os subversivos utilizou-se o sequestro, a tortura, o desaparecimento de pessoas, o extermínio e os instrumentos da “guerra psicológica”. A exemplo da estreita vigilância perpetrada pelo *Departamentos de Investigaciones* do Paraguai vemos o documento (Figura 4) com dezenas de nomes, divididos em grupos: movimentos de esquerda (E.P.R. e MOPAL)²⁷, regionais (Jejuí e Acaray II) e averiguações. O documento contém informações pessoais de cada cidadão, a data de sua detenção e até mesmo a filiação partidária dos investigados. Na lista, quatro estrangeiros aparecem com a anotação “expulsos”, o que poderia significar a entrega desses prisioneiros às forças policiais ou militares de seu país de origem.

²⁷ Respectivamente: *Ejército Paraguayo Revolucionario e Movimiento Paraguayo de Liberación*.

Figura 4 - Lista de presos no Departamento de Investigações do Paraguai (1975)

POLICIA DE LA CAPITAL
DPTO. INVESTIGACIONES

00019F 0510

Asunción, Junio 7 de 1975.

NOMINA DE DETENIDOS EN EL DPTO. INVESTIGACIONES

GRUPO F.P.R.

- X 1.-CARLOS JOSE MANCUELLO (a) FLACO II, paraguayo, casado, 26 años de edad, estudiante del 4o. curso de Ingeniería Electrónica.-Domiciliado en Sto. Tomás y 5a. (B. San Rafael), donde fue detenido el 25-XI-74.-Es el cerebro de una cédula comunista que debía ejecutar actos de terrorismo, asesinatos y secuestros de altas autoridades del gobierno quienes deberían ser alojados en la CARCEL DEL PUEBLO y por cuyo rescate tenían planeado pedir sumas millonarias.-
- X 2.-AMILCAR MARIA OVIEDO DUARTE (a) BOCHIA o FLACO I, paraguayo, soltero, 21 años de edad, empleado en el Hotel Casino de Itá Enramada, domiciliado en Sto. Tomás y 5a. (B.S. Rafael), donde fue detenido el 25-XI-74.-Es hombre muy importante dentro de la organización.
- X 3.-BENJAMIN DE JESUS RAMIREZ VILLALBA (a) NEGRO o JAVIER paraguayo, soltero, 34 años de edad, vendedor ambulante, domiciliado en el K. t. 10 Fracción Las Rosas (S. Lorenzo).-Detenido el 25-XI-74 frente al Bar Diagonal de Fdo. de la Mora.-Es encargado del local donde se halla el sótano que debía utilizarse como CARCEL DEL PUEBLO en cuyo interior fue encontrado explosivos, armas, municiones, documentos subversivos, uniformes militares y planes para los actos criminales.-Es igualmente hombre muy importante dentro de la organización.
- X 4.-RODOLFO FELICIANO RAMIREZ VILLALBA ó CARLOS RAMIREZ BLANCO (a) TATO paraguayo, soltero, 35 años de edad, pintor de obras, domiciliado en el Kpt. 10 Fracción LAS ROSAS (S. Lorenzo).-Es hombre muy importante dentro de la organización, es manejado por el Dr. AGUSTIN GOIBURU (a) POLI.-Detenido el 25-XI-74 en Pto. Ita Enramada cuando retornaba de Clorinda (RA).-
- X 5.-GILBERTA VERDUN VDA. TALAVERA, (a) LA VIEJA, paraguaya, viuda, 58 años de edad, modista, domiciliada en V. Elisa.-Detenido el 25-XI-74 en su domicilio porque su casa servía de refugio a los terroristas y por haber tomado contacto con AGRIPINA CONSORCIA PORTILLO (a) ROSA

GRUPO MOPAL

- X 6.-ROBERTO GRAU VERA, (a) BETO paraguayo, soltero, 62 años de edad, odontólogo, domiciliado en Avda. Meisl. López y Brasil.-Es hombre muy importante del movimiento.-Además es el encargado de la impresión de folletos y documentos para la organización, que imprime en su clínica dental sito en Bertoni 2760, de donde fuera rescatado un mimeógrafo y considerable cantidad de documentos.-Toma contacto con el EPR a través de TATO.-Detenido el 29-XI-74. s

GRUPO MOPOGO

- X 7.-Dr. ANDRES BOGADO ROMERO, paraguayo, soltero, 43 años de edad, abogado, domiciliado en Piribebuy 259.-Detenido el 4-I-75 en su escritorio particular por haber sido entrevistado por el Dr. ENRIQUE JOSE SANCHEZ por indicación del Dr. MIGUEL ANGEL AQUINO en Formosa (RA) para actuar como contacto del frente con el MOPOGO y haberse reunido en el domicilio del Dr. RICARDO LUGO RODRIGUEZ con los Dres. DOMINGO LAINO JUAN CARLOS SALDIVAR, ENRIQUE JOSE SANCHEZ, ANGEL CANTALICIO BERNAL FONT Y ROQUE ELIZARDO BOBADILLA CATALDI para la integración definitiva de un frente nacional de izquierda de corte marxista de todos los partidos políticos.-
- X 8.-Dr. ROQUE ELIZARDO BOBADILLA CATALDI, paraguayo, casado, 34 años de edad, abogado, domiciliado en Ruta Meisl. E. Tigarribia y C. Corá (S. Lorenzo), donde fue detenido el 4-I-75 por haber sido entrevistado por el Dr. ENRIQUE JOSE SANCHEZ por indicación del Dr. MIGUEL ANGEL AQUINO en Formosa (RA), para actuar como contacto del frente con el MOPOGO y haberse reunido en el domicilio del Dr. RICARDO LUGO RODRIGUEZ con los Dres. DOMINGO LAINO, JUAN CARLOS SALDIVAR, ENRIQUE JOSE SANCHEZ, y JUAN CANTALICIO BERNAL F., para la integración definitiva de un frente nacional de izquierda de todos los partidos políticos.-
- X 9.-ALBERTO ALEGRE PORTILLO, paraguayo, casado, 32 años de edad, albañil, domiciliado en 25 Pytda. y Eoa. Francesa.-Detenido el 13-V-75 en el domicilio de JUA BALBUENA por ser integrante de la J.venil del MOPOGO de Buenos Aires (RA).-Igreso al país en forma clandestina en compañía de BIENVENIDO ARGUELLO.

Particularmente no Paraguai, o alcance da política de cooperação e repressão da Operação Condor pode ser confirmado a partir de documentos oficiais, nominados pela opinião pública e reconhecido como *Archivo del Terror*²⁸. Em seu conjunto, os arquivos encontrados registraram, ainda, as repressões aos movimentos armados, às organizações sociais, aos movimentos *campesinos* e estudantis, às *Ligas Agrarias Cristianas*. A sistematização das informações sobre os presos ia ao encontro das ações propostas pela Operação Condor, como se observa no trecho retirado do documento *Primera Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional*, realizada em outubro de 1975 no Chile:

Fragmento 5 - Trecho do programa de trabalho referente à Primeira Reunião de Trabalho de Inteligência Nacional da Operação Condor

Establecer en un País de los que aquí se encuentran representados, un Archivo Centralizado de Antecedentes de Personas, Organizaciones y otras Actividades, conectadas directa o indirectamente con la Subversión.

Fonte: National Security Archive, fotograma 00022F 0155-0165

Ponto importante a ser destacado, o *Archivo del Terror* demonstrou o funcionamento do aparato repressor do regime ditatorial de Stroessner e, ao mesmo tempo, lançou luz sobre a violenta repressão imposta pelos regimes sul-americanos. Dentre os documentos encontrados no *Archivo* um destaca que a bilateralidade entre o Chile e o Paraguai foi anterior à formalização da Operação Condor, como se observa ao se examinar o documento enviado por Manuel Contreras ao então Chefe de Investigações do Paraguai, Pastor Milcíades Coronel, agradecendo “(...) *la cooperación prestada para facilitar las gestiones relativa a la misión que debió cumplir mi personal en la hermana República del Paraguay(...)*” (Figura 5). A missão que foi cumprida em território paraguaio referia-se à entrega do preso Jorge Fuentes Alarcón²⁹, detido no Departamento de Investigações da polícia paraguaia, ao governo chileno.

²⁸ Os documentos oficiais referentes à repressão policial durante os anos da ditadura de Stroessner foram descobertos em dezembro de 1992 e trouxeram luz a um dos períodos mais obscuros e repressivos da América Latina, particularmente do Paraguai.

²⁹ Jorge Isaac Fuentes Alarcón, sociólogo chileno, membro do Comitê Central do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) do Chile, foi preso no Paraguai em 17 de maio de 1975, acompanhado de Amílcar Latino Santucho Juárez, irmão do líder do *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP) da Argentina. Permaneceu no país até setembro de 1975, quando foi entregue aos agentes da *Dirección de Inteligencia Nacional de Chile* (DINA) e levado clandestinamente ao Chile.

Figura 5 - Agradecimiento de Manuel S. Contreras ao Chefe de Investigações do Paraguai, Pastor M. Coronel



Fonte: National Security Archive, fotograma 00022F 0152

Evidencia-se no documento acima o reconhecimento do governo chileno ao governo paraguaio pela cooperação entre os países para *el logro de los objetivos comunes coincidentes de ambos servicios*, ou seja, reprimir quaisquer movimentos ou pessoas contrárias aos governos militares em ambos os países. A presença de efetivos chilenos em território paraguaio para a entrega de Jorge Alarcón, reforçou um dos princípios da Operação Condor, a movimentação de grupos militares para além de seus respectivos territórios nacionais. Em vista disso, ponderamos que a Operação Condor apenas formalizou práticas comuns entre os países de regimes militares sul-americanos, como a troca de informações e presos, e a atuação bilateral entre as forças militares, como se depreende do documento citado.

Particularmente no Paraguai, a desmobilização e a despolitização da sociedade integraram a política interna do regime *stronista* desde os primeiros anos de governo. O terror psicológico foi um instrumento disciplinador corriqueiro, impondo o medo e vergando possibilidades de mobilizações massivas por parte da população paraguaia. Em contraste, a mobilização em prol *del desarrollo económico* pautou a política de Stroessner ao longo de seu governo, impulsionando particularmente o modelo agrícola, que passou a vigorar como um dos pilares da economia nacional, estabelecendo o diálogo com o estrangeiro como um dos elementos fundamentais de sua política externa.

1.3 Política e economia na ditadura: diálogos com *el extranjero*

Ao longo dos anos 1960, os EUA mantiveram profícuo contato diplomático, militar e econômico com o Paraguai. A entrada de financiamentos do governo dos EUA e empréstimos de instituições ligadas ao país garantiram os investimentos internos e, ainda, sustentaram a corrupção sistemática nos diferentes setores do regime, garantindo entre militares e políticos apoio irrestrito ao governo de Stroessner.

Entre os anos de 1954 - 1960, o governo *stronista* estabeleceu uma política econômica pautada na contenção de gastos públicos, controle da inflação, liberalização do comércio e incentivo aos investimentos estrangeiros, levando a um período de pequena modernização e a instalação de empresas multinacionais no país. Em 1957, Stroessner assinou o primeiro acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e operou um plano de estabilização econômica e controle da inflação. Sobre esse período, Carlos Miranda (s.d.) assinalou que:

La economía se recuperó rápidamente. La inversión extranjera subió, las exportaciones se incrementaron y la inflación fue controlada. Al mismo tiempo, Stroessner se comprometió a una economía centralmente planificada con fuerte intervención estatal. (...) Construyendo sobre las características básicas de la economía paraguaya, Stroessner puso énfasis en tres sectores claves de la estructura económica: agricultura, comercio exterior e infraestructura (s. d., p. 116).

Ainda no decorrer dos anos 1960, as consequências dos ajustes liberais efetivadas por Stroessner, no início de seu governo, permitiram o que Luis Rojas Villagra (2011) aponta como *desarrollo hacia afuera* (2011, p. 43), ou seja, uma economia aberta ao capital internacional. Empresas de diferentes nacionalidades instalaram-se no Paraguai, controlando a produção em distintos setores como a alimentícia, a produção agropecuária, os derivados de petróleo e, ainda, o incipiente mercado financeiro, marcando fortemente a economia paraguaia sob controle das multinacionais.

Villagra (2011) cita a *extranjeirización de la economía* ao apontar que nesse período 90% do sistema financeiro, 30% do território e 80% das exportações estavam sob controle do capital inglês, estadunidense, japonês, argentino, brasileiro, entre outros. O autor destaca que a saída de capitais do país, consequência da dinâmica estabelecida pelas corporações internacionais, provocou a acumulação de capital em mãos estrangeiras e dificultou o processo de acumulação interna no Paraguai, dificultando seu desenvolvimento econômico e social, pois não havia um programa nacional de distribuição de renda.

Nessa conjuntura, a aproximação política entre o Brasil e o Paraguai intensificou-se com a ascensão dos presidentes militares no governo brasileiro, em 1964. Em comum, eram regimes autoritários de direita extremamente repressivos, com um programa de desenvolvimento econômico notadamente liberal, em uma conjuntura mundial de oposição entre comunismo e capitalismo e que tinham nas Forças Armadas um dos seus pilares de sustentação política, em um mundo bipolarizado.

O estreitamento das relações entre ambos atendeu aos interesses dos dois países ao permitir a construção da infraestrutura local/nacional e a busca de novas rotas de exportação, atendendo às novas demandas de desenvolvimento do Paraguai e, ao mesmo tempo, a conquista de novos mercados aos produtos industrializados brasileiros, assim como o predomínio da influência brasileira sobre o Paraguai, em detrimento da Argentina, com quem o Brasil disputava a hegemonia geopolítica. O estreitamento das relações bilaterais foi essencial ao governo paraguaio, tendo Stroessner proeminência na consolidação dessa bilateralidade.

Como parte da cooperação, em março de 1965 foi inaugurada a Ponte Internacional da Amizade pelos presidentes Alfredo Stroessner e Castelo Branco, entre as cidades de Foz do Iguaçu e *Ciudad Presidente Stroessner*³⁰. A ponte construída com capital brasileiro permitiu ao Paraguai acesso às rodovias brasileiras, em especial a rodovia BR 277, ligando-o ao litoral paranaense, onde operava como zona franca no Porto de Paranaguá desde 1964, estabelecendo e fortalecendo importante rota de comércio ao exterior. A abertura do Porto de Paranaguá aos produtos paraguaios permitiu o escoamento da produção agrícola do Paraguai, rompendo a secular dependência pendular ao Porto de Buenos Aires, na Argentina, redesenhando a geopolítica da Bacia do Prata.

Os anos 1970 marcaram um período de intenso crescimento econômico no Paraguai, alavancado por dois pilares: o aumento da entrada de capitais, particularmente capital brasileiro na construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, somados à expansão da fronteira agrícola e aos preços alcançados pelas commodities no mercado externo. Em ambos, a influência brasileira foi marcante: em Itaipu com o aporte de recursos financeiros³¹ e na expansão da fronteira agrícola com a entrada de milhares de imigrantes brasileiros em território paraguaio. Em um primeiro momento praticando a agricultura familiar, promovendo o *amansamento* da terra³², adentraram com mão de obra especializada e poucos anos depois com o acesso a maquinários e créditos, passaram a ocupar vastas faixas de terras produtivas, localizadas na região oriental do Paraguai, fronteira com o Brasil.

Esse período de crescimento do Paraguai coincide com a conjuntura de crescimento da economia brasileira no final dos anos 1960, denominado comumente como “milagre econômico brasileiro”, sob a égide do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), implementado pelo governo militar brasileiro. Esse programa garantiu grandes investimentos em setores como transporte, construção civil, siderurgia, petroquímica, comunicações, produção de energia elétrica, entre outros, o que garantiria, segundo os militares, pleno desenvolvimento econômico da nação brasileira. É nesse contexto que entendemos a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional.

³⁰ A *Ley n° 06/1989*, sancionada em agosto de 1989, alterou o nome da capital do *Departamento del Alto Paraná* de *Ciudad Presidente Stroessner* para *Ciudad del Este*.

³¹ Para dar um exemplo do volume de aplicações que a Itaipu realizou no Paraguai, utilizamos os dados da Memória Anual de 1974 da Itaipu Binacional, que previa para o ano de 1975 um programa de 197.328.400 U\$ para ser aplicado no país. Esse montante pode ser melhor compreendido se comparado ao valor total das exportações que o Paraguai realizou em 1975, que foi de 176.200.000 U\$, ou seja, a aplicação da Itaipu no país superou em mais de 10% o total do valor de todo o mercado exportador paraguaio (BALLER, 2014, p. 92).

³² Resumidamente podemos dizer que o *amansamento* consiste no manejo e preparo da terra para o plantio, perpassando pelo desmatamento, roçadas, queimadas e por fim com o plantio de culturas, aos poucos dá a condição de implementação de maquinários nesse então espaço cultivável, que outrora era impraticável em larga escala.

O Tratado para a construção da hidrelétrica foi assinado em 1973 entre Brasil e Paraguai e representou a maior obra de infraestrutura do governo de Stroessner³³. Nesse período, a influência do Brasil sobre a economia paraguaia intensificou-se com o aporte de recursos financeiros que levaram ao crescimento do setor de serviços no Paraguai. Lucas Arce (2011) aponta que entre 1976 e 1980, o Paraguai converteu-se no segundo mais importante mercado aos produtos brasileiros na América Latina. Diz o autor:

Ya en el periodo 1973-1979, el 50,7% de importaciones paraguayas provinieron del Brasil (...) entre 1975 y 1977 las exportaciones paraguayas a Brasil contaban en 28,8% (...). Incluso, a principios de la década del 80 el 60% de las operaciones financieras estaban controladas por bancos brasileños y la inversión brasileña era una de las principales fuentes de IED³⁴ en Paraguay (ARCE, 2011, p. 221).

Ao longo dos anos 1970, outros setores da economia paraguaia tiveram significativo crescimento, como comércio, transporte, mercado financeiro, setor elétrico, infraestrutura e construção civil. Consideramos que a alta taxa de crescimento nesses setores decorreu da construção da Hidrelétrica de Itaipu Binacional, que impactou direta ou indiretamente toda a economia paraguaia na década de 1970, a exemplo, o setor de construção que alcançou taxas de 30% de crescimento entre os anos 1977 e 1980 (ARCE, 2011). Outro aspecto desse período foi o surgimento de um setor empresarial vinculado ao mercado financeiro e de prestação de serviços, diretamente beneficiado com o fluxo de recursos financeiros que ingressaram no país e, ainda, uma classe média e de trabalhadores fortemente vinculados aos recursos estatais.

Contemporaneamente ao empreendimento da hidrelétrica, ocorria o fenômeno da migração de brasileiros oriundos principalmente do Sul do Brasil, que adentraram o Paraguai estimulados pelos baixos preços e alta fertilidade das terras, facilidades no acesso aos créditos e benefícios tributários. Como bem afirma José Lindomar Albuquerque (2009), “os desdobramentos da Marcha para o Oeste no Brasil se encontraram com a *Marcha al Este* no Paraguai a partir da década de 1960” (2009, p. 141). O movimento *La marcha hacia al Este* visava realocar os pequenos proprietários de terras, que viviam na área central e mais populosa do Paraguai, em direção à região oriental, como parte do projeto de colonização e desenvolvimento agrícola da fronteira leste, promovido pelo regime militar, que facilitou a

³³ Ainda na década de 1960 ocorreram as primeiras conversações sobre o aproveitamento energético do rio Paraná, compartilhado como divisor/fronteira entre Brasil e Paraguai, na altura do estado do Paraná e de parte do leste paraguaio, preâmbulo do que se tornaria o projeto hidrelétrico de Itaipu nas décadas de 1970 e de 1980.

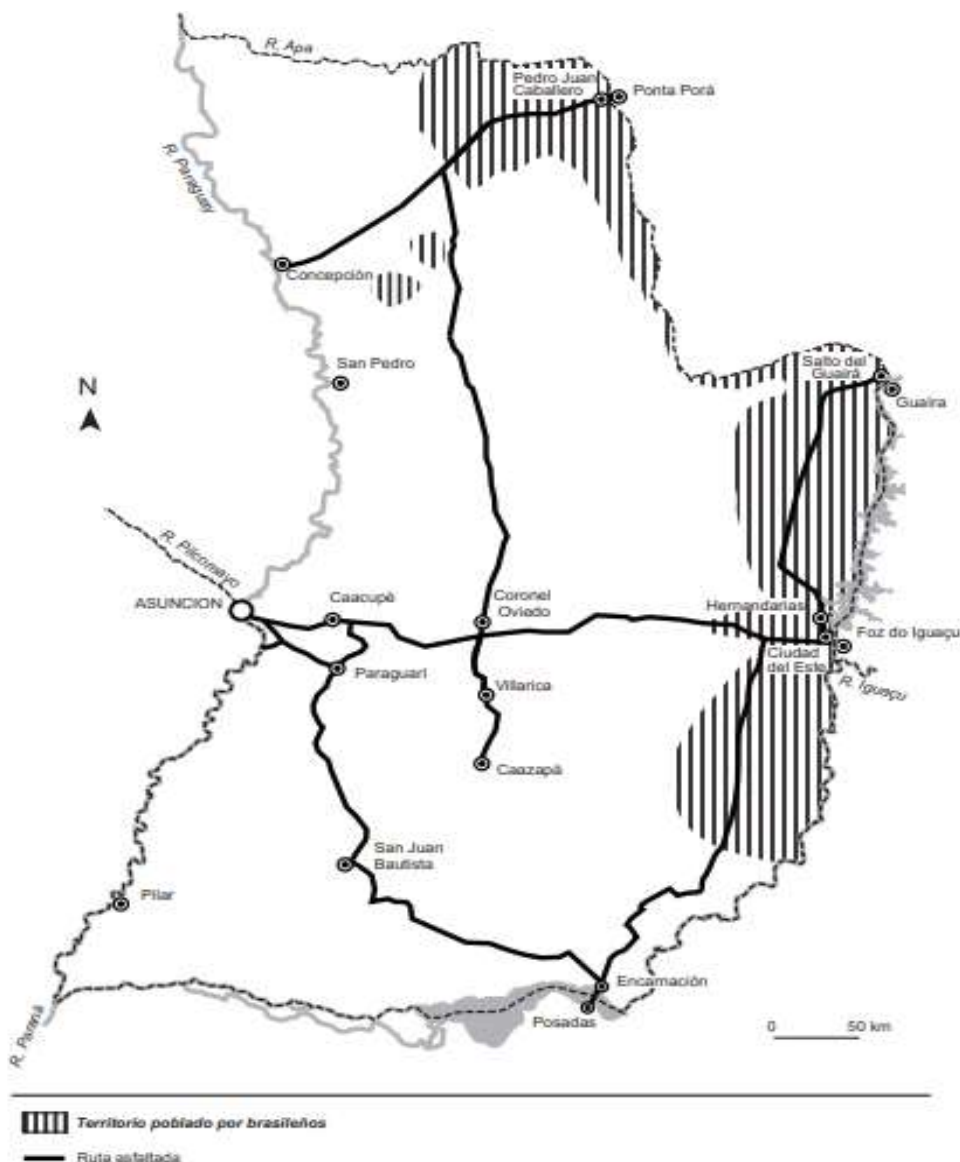
³⁴ IED - Investimentos Estrangeiros Diretos.

entrada de empresas e colonos estrangeiros em território paraguaio. É nesse contexto que as marchas se encontraram.

O processo migratório que resultou na entrada de brasileiros no Paraguai, na década de 1970, é resultado da *Marcha para o Oeste*, parte do programa de desenvolvimento do Brasil fomentado pelo governo de Getúlio Vargas desde os anos 1940. A ação governamental pretendia a integração nacional, com a ocupação dos territórios do oeste brasileiro, distantes do desenvolvimento humano e econômico da porção litorânea do Brasil. O projeto incentivou programas de migração para ocupação dessas regiões, o que mobilizou milhares de brasileiros, de distintos estados, rumo ao interior do Brasil. Os imigrantes brasileiros que chegaram ao Paraguai fizeram parte de dois movimentos migratórios no interior do Brasil: do Rio Grande Sul em direção a Santa Catarina, oeste do Paraná e Mato Grosso do Sul; outro, do Nordeste e Minas Gerais em direção ao estado de São Paulo, Norte e oeste do Paraná. Os brasileiros adentraram o território paraguaio principalmente através da fronteira entre o estado do Paraná e o *departamento de Alto Paraná* e entre o estado do Mato Grosso do Sul e os *departamentos de Canindeyú e Amambay* (ALBUQUERQUE, 2009).

Os imigrantes concentraram-se nos *departamentos* fronteiriços de *Alto Paraná, Itapúa, Amambay, Canindeyú, Caaguazú*, ocupando faixas de terras produtivas na região e investindo na modernização da produção agrícola. O mapa a seguir evidencia a presença de brasileiros que fixaram residência na porção leste do território paraguaio, fronteira com o Brasil, entre as décadas de 1970 e 1990.

Mapa 3 - Povoamento brasileiro na porção leste do Paraguai (1970-1990)



Fonte: SOUCHAUD, 2007, p. 153

A dinâmica migratória fez a população da porção oriental do Paraguai crescer acentuadamente entre as décadas de 1960 e 1980, no início com a predominância dos migrantes paraguaios, posteriormente com os imigrantes estrangeiros, notadamente os brasileiros, como nos mostram Palau e Heikel (2016)³⁵:

Se calcula que entre 1962 y 1982 ingresaron a los Departamentos de la región (Alto Paraná y Canindeyú) 80.347 extranjeros, de los cuales 92.9% son brasileños. De los dos Departamentos, es Alto Paraná el que presenta la más alta frecuencia de inmigración. Desde la década del 50, ha experimentado la tasa neta positiva más alta del país, incluso más que la de la capital (2016, p. 179).

³⁵ É salutar destacar que os dados não representam a realidade da totalidade da imigração, já que esse era um processo envolto em irregularidades e ilegalidades em relação à mobilidade humana entre os dois países, questão esta que é importante destacar, mas que não é alvo deste estudo.

Henrique Manoel da Silva (2015) argumenta que ao modernizar a economia e as instituições paraguaias Stroessner esperava desenvolver a agricultura e introduzir novos itens na pauta das exportações do país. Para isso, novas áreas cultiváveis deveriam ser expandidas e coube à porção oriental do país e suas extensas áreas receber fluxos de imigrantes, notadamente os brasileiros. Para Stroessner, a presença de trabalhadores rurais vindos do Brasil com experiência na produção agrícola serviria como irradiador de progresso nessa região pouco habitada e até então improdutiva, em sua visão. Dessa forma, o aumento das áreas de produção sojeira, visando à exportação, promoveria o desenvolvimento econômico do país.

Nesse contexto, O *Instituto de Bienestar Rural* (IBR), órgão fundiário do governo paraguaio³⁶, foi criado em 1963 com o intuito de planejar programas de colonização privada e pública na fronteira leste do Paraguai. Valmir Muraro (2015) ressalta que o governo Stroessner não priorizou uma reforma agrária ampla, que ofereceria aos *campesinos* paraguaios terras e meios para produzir. A iniciativa governamental visava diminuir as tensões provocadas pela presença de pequenos proprietários e o aumento da concentração de terras na região central do país. Nessa direção, as alterações promovidas no Estatuto Agrário do Paraguai, em 1963, permitiram que faixas de terras próximas à fronteira fossem adquiridas por estrangeiros, impulsionando o fluxo migratório na região oriental do Paraguai.

Leandro Baller (2015) pondera que com a criação do IBR o conceito de distribuição equitativa de terra alterou-se, passando do conceito de reforma agrária, no Estatuto Agrário de 1940, para o de *bien estar rural*, no Estatuto Agrário de 1963. Essa mudança conceitual atendia aos interesses do governo em abrir as fronteiras ao capital estrangeiro e aos imigrantes e amparar legalmente os que adquirissem propriedades em território paraguaio. A mudança conceitual pode ser apreendida quando comparados os primeiros capítulos do Estatuto Agrário de 1940 e o Estatuto Agrário de 1963.

No Decreto de 1940, o artigo 1º estabeleceu que a reforma agrária baseava-se “*en el concepto de que la tierra es el instrumento de una función social y en el propósito de que todo hogar paraguayo debe estar asentado sobre un pedazo de terreno propio que le produzca lo necesario para la vida*”. Estabelecia, ainda, que:

la política de reforma agraria contempla las características esenciales del problema rural del país, y excogita medios adecuados para arraigar cada hogar campesino sobre un pedazo de suelo propio, a cubierto de mudanzas de orden económico que puedan peligrar su estabilidad y busca al propio tiempo eliminar toda incertidumbre que, por carencia de un régimen previsor,

³⁶ O *Instituto de Bienestar Rural* foi criado pela *Ley n° 852/1963*. O artigo 2º aponta o objetivo da instituição autárquica: “*El Instituto de Bienestar Rural tiene por objeto transformar la estructura agraria del país y la incorporación efectiva de la población campesina al desarrollo económico*”.

en concordancia con las modalidades de nuestra masa campesina, afecta la propiedad rural; y tiende también a la desamortización de los latifundios”. Dicho cuerpo legal señala también: “Que dentro del programa de transformación política y económica del Estado Paraguayo cuyo proceso ha inaugurado el actual gobierno y se propone llevar a término con firme decisión, la multiplicación y la consolidación de los hogares campesinos, que constituyen dos propósitos cardinales que reclaman inmediata realización pues la prosperidad de la Nación entera depende del bienestar y capacidad de producción de nuestros trabajadores campesinos (Informe Final, Tomo IV, 2008. Grifo nosso).

Quando analisados os primeiros artigos da *Ley n° 854/1963 - Establece el Estatuto Agrario*, observamos que premissas fundamentais de possuir a terra como morada e subsistência dos paraguaios foram substituídas por novos conceitos, com o predomínio da terra como fonte de exploração capitalista. Tal distinção lançou o *campesino* paraguaio a uma deterioração de sua condição social.

Fragmento 6 - Primeiro e terceiro artigos do Estatuto Agrário de 1963

Art. 1º.- Esta Ley estimula y garantiza la propiedad privada inmobiliaria rural que cumple con una función socio-económica, contribuyendo al bienestar rural y al desarrollo de la economía nacional. Su aplicación estará a cargo del Instituto de Bienestar Rural.-

Art. 3º.- La propiedad privada inmobiliaria rural cumple con su función socio-económica cuando se ajusta a los requisitos esenciales siguientes:

- a) explotación eficiente de la tierra y su aprovechamiento racional; y**
- b) observancia de las disposiciones sobre conservación y reposición de recursos naturales renovables.-**

Fonte: *Ley n° 854/1963 - Estatuto Agrario*

Ao analisarmos, no artigo primeiro, as referências ao estímulo e a garantia à propriedade privada rural e, ainda, no artigo terceiro a especificação da função social das propriedades rurais, mediante a exploração eficiente da terra e seu aproveitamento racional, as relacionamos à conjuntura econômica do Paraguai naquele período. As mudanças foram implementadas em benefício da expansão das fronteiras agrícolas, por conseguinte, a modernização conservadora do campo passaria a ser conhecida como agronegócio, fazendo com que o reconhecimento da função social da terra enquanto produtora de alimentos por parte dos paraguaios, em especial da população nativa, fosse alterada.

Fragmento 7 - Trigesimo oitavo artigo do Estatuto Agrário de 1963

Art. 38.º - La colonización tendrá per objeto poblar el interior del país, transformando las tierras incultas en explotaciones racionales, .. para lograr la mejor distribución de la población rural y su mayor bienestar económico y social, así como el aumento y mejora de la producción agropecuaria.º

Fonte: *Ley n° 854/1963 - Estatuto Agrario*

O artigo 38 da *Ley n° 854/1963* traduziu os interesses imediatos do governo *stronista* ao pontuar a colonização das zonas de fronteira oriental, permitindo o uso racional das terras, aumentando e melhorando a produção agrícola. Esse viés de racionalidade da produção vai ao encontro da conjuntura de inserção do Paraguai no processo de *desarrollo hacia afuera* (Villagra, 2011, p. 43), com forte presença de capital estrangeiro e integração à cadeia produtiva capitalista da agricultura moderna. Vemos assim, como o projeto político do governo ocorreu sem a participação de importantes grupos sociais, como os *campesinos* e os povos indígenas, que ocupavam a região leste do país. Considerando o exposto, a abertura da economia e a presença de uma agricultura mecanizada, voltada à exportação não representou condições de igualdade, ou mesmo de melhorias das condições dos pequenos trabalhadores rurais, o que levou muitos *campesinos* a abandonarem o campo.

Sobre isso, José Albuquerque afirma:

O governo paraguaio reformulou o Estatuto Agrário de 1963, o qual permitia a venda de terras aos estrangeiros nas zonas de fronteira. Até aquele período, a região tinha uma ampla floresta tropical e era ocupada principalmente por grupos indígenas, traficantes de madeiras e por empresas de extração de ervamate, como a Mate Laranjeira. Com o interesse de ocupar os espaços vazios e diminuir as tensões sociais da região central, o governo implementou o plano de colonização e facilitou a participação de brasileiros na derrubada da mata e no plantio agrícola (ALBUQUERQUE, 2010, p. 65).

A narrativa de espaços vazios, sem povoamento e de territórios improdutivos, foi utilizada pelo governo *stronista* como justificativa para a ocupação da frente leste de sua fronteira, legitimando o programa oficial de colonização do Estado e também do programa particular. Ao legitimarem essas narrativas, o Estado excluiu não só os *campesinos* locais, mas, principalmente, os diferentes grupos indígenas que habitavam a região como um todo³⁷.

³⁷ É importante destacar que o marco das legislações agrárias do/no Paraguai promovidos na década de 1960, tais como as previstas na Constituição de 1967, ou mesmo anteriormente no Estatuto Agrário de 1963, implicou não apenas na questão rural/agrária interna do país, como também serve enquanto direcionador das futuras áreas do reservatório do Lago Internacional de Itaipu com o posterior fechamento de suas barragens e o alagamento dessas regiões, a partir de 1982.

Diferentes povos indígenas habitavam a porção leste do Paraguai, como os *Paí Tavyterã*, *Mbya*, *Avá Guaraní*, *Ache*, o que desconstrói a narrativa do vazio demográfico³⁸ que justificara a colonização, evidenciando o silenciamento do Estado ante as violações aos direitos das comunidades indígenas pelo fato de seus territórios serem objeto de colonização³⁹.

O processo de modernização da agricultura paraguaia consolidou uma agricultura extensiva, empresarial, agroexportadora, monopolista, que expulsou os grupos indígenas das terras em que viviam nas zonas de fronteira com o Brasil, alijando-os de qualquer possibilidade de inserção ao programa de desenvolvimento do capitalismo rural paraguaio, implementado por Stroessner (VIEIRA; MORAES, 2015). Da mesma forma, a existência do IBR não garantiu aos *campesinos* paraguaios os mesmos benefícios oferecidos aos brasileiros que chegaram ao Paraguai. Ao observarmos a referência à *población campesina* no artigo 2º do Estatuto Agrário, percebemos a distância entre o que era assegurado no Estatuto e o que era vivenciado pelos *campesinos*.

Fragmento 8 - Segundo artigo do Estatuto Agrário de 1963

Art. 2º.- El bienestar rural, a los efectos de esta ley, consistirá en la transformación de la estructura agraria del país, obtenida con la incorporación efectiva de la población campesina al desarrollo económico y social de la Nación, mediante un sistema justo de distribución de la tierra, asistencia técnica y social, adecuada organización del crédito, de la producción y su colocación, de modo tal que permitan al productor rural lograr su estabilidad económica, como garantía de su libertad y dignidad y fundamento del bienestar social.-

Fonte: Ley n° 854/1963 - Estatuto Agrario

Vemos que a inserção no desenvolvimento econômico do país, mediante justa distribuição de terras, acesso a crédito, assistência técnica e social não correspondeu à realidade vivenciada pelos pequenos proprietários de terras. Há que se destacar que a atuação do IBR contribuiu para acentuar ainda mais a desigualdade social e de distribuição de terras entre os *campesinos* paraguaios. Fernando Vieira e Isaias Moraes (2015) destacam que o IBR forneceu lotes de até 20 hectares para agricultores familiares para produção de subsistência e para a produção de algodão e fumo para a venda, porém a falta de assistência técnica, acesso a crédito

³⁸ Destacamos que a narrativa acerca do vazio demográfico foi comumente utilizada para justificar a criação de códigos e leis em vários países, em especial em espaços de florestas com potencial agrícola. Ao identificar e trazer essa problemática para a tese salientamos que de maneira alguma concordamos com ela, em especial ao considerarmos a presença de povos tradicionais e indígenas permeando esses espaços no Paraguai.

³⁹ Para informações mais atuais sobre a população indígena no Paraguai, ver: *Atlas de Comunidades de Pueblos Indígenas en Paraguay*. DGECC, 2012.

bancário e ligação direta com as cadeias de comercialização, aliada à falta de infraestrutura básica, como escolas, estradas, energia elétrica, contribuíram para a deterioração da vida do *campesino* e, em consequência, da intensificação do processo de latifundização das propriedades rurais nessa região⁴⁰.

Sem assistência e sem possibilidades de produzir, os agricultores *campesinos* passaram a enfrentar adversidades extremas, quadro distinto dos agricultores brasileiros que se estabeleceram e provocaram profundas mudanças na produção agrícola da região, modernizando-a e deixando o Paraguai em posições de destaque mundial na produção de soja, ainda na década de 1980. Sobre esse processo, Mauricio Schwartzman (2011) afirmou:

El proceso de penetración capitalista en el sector rural produce el cierre de la frontera agrícola, un proceso que se acelera en los años 60 con la puesta en marcha de los programas de colonización y “reforma agraria” y la incorporación masiva de capitales destinados a la producción rural, y que se agota a mediados de los años 70. La tierra es objeto de inversión capitalista y su antigua función de productora de alimentos se transmuta en productora de renta al capital transnacional, a los agentes brasileños promotores de la “marcha al oeste” y de la clase emergente (grandes capitalistas vinculados al poder estatal). Hay entonces apropiación especulativa de la tierra. Las tierras se ocupan como reaseguro de las inversiones capitalistas (SCHVARTZMAN, 2011, p. 131).

Ao pensar a relação que se estabeleceu com a terra no processo de fixação de agricultores brasileiros no território paraguaio, Schwartzman (2011) pondera que o processo de penetração do capital e a existência de colonos que ofertavam sua mão de obra foi amplamente apoiado pelo regime oficial e por corporações multinacionais. Para o autor, esse foi o caminho para a acumulação capitalista e, como consequência, a desigualdade da distribuição da riqueza social. Há que se registrar que se alterou a definição que o *campesino* paraguaio tinha da terra, pois, antes de ser capital, a terra possuía uma função social, compreendida por eles como a de produzir alimentos. Nesse contexto de mudanças, os *campesinos* paraguaios e os grupos indígenas ficaram à margem do processo de modernização e expansão agrícola que ocorreu nas áreas de fronteira entre o Paraguai e o Brasil, colocados em situação de vulnerabilidade, silenciamento e de invisibilidade social.

⁴⁰ A própria operacionalização do trabalho do IBR foi comprometida, pois existia basicamente no papel, não tendo estrutura para realizar o trabalho de medição, encaminhamento, distribuição de terras. Seu trabalho foi basicamente lotear propriedades ao corrupto sistema político em que o Paraguai estava imerso, dando espaço ao surgimento dos *terratenedores*, em que os grandes proprietários eram em geral políticos próximos ao presidente e militares de altas patentes, acumulando terras com base na fraudulenta e frágil prática documental, fazendo com que houvesse a sobreposição de escrituras rurais, em que uma propriedade tinha vários documentos e consequentemente vários donos.

Concomitante à conjuntura nacional debatida, o contexto político da América Latina nos anos derradeiros da década de 1980 alterou-se. Distintos grupos sociais exigiam não só a abertura política como sua participação efetiva nos planos políticos nacionais. O próprio posicionamento do governo dos EUA alterara-se desde os fins dos anos 1970, voltando sua política externa em prol da defesa dos Direitos Humanos, distanciando-se e negando o projeto ideológico militar e ditatorial que ajudara a estabelecer na América Latina, entre as décadas de 1950 e 1970. Padrós (2008) destaca o desgaste do regime *stronista* à medida que não conseguiu mais manter a eficiência dos mecanismos tradicionais de administração e controle do governo, fomentando a crise do *stronismo*, em uma conjuntura de crescimento do questionamento dos setores políticos e sociais historicamente vinculados ao regime, assim como da oposição, organizada e mobilizada nos idos dos anos 1980.

À conjuntura agrária somaram-se outras questões, como o desemprego em alta e o elevado custo de vida, provocando a desaprovação ao regime, em um momento em que vozes dissonantes surgiram no cenário nacional, a exemplo do novo setor empresarial, surgido nos meandros da dinamização econômica dos anos 1970 e refratário às ações inócuas do governo no controle da crise e da estagnação. A associação do empresariado paraguaio à lógica do capital externo, o alijou da relação de subordinação com o regime de Stroessner, rompendo com a dependência que marcara as relações empresariais das gerações anteriores, cerrando posicionamentos mais independentes no quadro político do país.

O desfecho do governo de Alfredo Stroessner ocorreu em um palco de disputas internas, próprias dos rearranjos dos grupos interessados em manter sua estabilidade e poder nas estruturas de dominação. A premência em se desvencilhar de um regime isolado e obsoleto no novo quadro geopolítico mundial fez com que setores, que historicamente interagiram com a ditadura, promovessem seu fim e mantivessem a estrutura de poder em seus domínios, o que Padrós (2008) define como a permanência do *stronismo* e das mazelas que caracterizaram os anos de domínio ditatorial: a corrupção, o autoritarismo, a ilicitude nos negócios, a impunidade, a violência estatal e o medo.

Perante a conjuntura negativa da economia, a falta de liberdades individuais, a corrupção metódica, a guinada política dos EUA em relação aos direitos civis, a dissidência interna no próprio governo, elementos que isolaram e enfraqueceram o governo, Alfredo Stroessner assistiu sua derrocada em fevereiro de 1989, perpetrada por setores das Forças Armadas e do Partido Colorado, até então bastiões do longo regime ditatorial.

Não nos escapa que o processo de democratização foi lento e permeado pelos espólios da ditadura, como a corrupção, os acordos e os acertos entre os grupos políticos que assumiram o poder. Assim, o Paraguai adentrou os anos 1990 em uma conjuntura de contradições no aspecto econômico-político, em um quadro social marcado pelo acentuado fluxo migratório campo-cidade, decorrente das condições de pobreza do meio rural. Essa conjuntura de dificuldades no acesso à moradia, ao saneamento básico, à educação, ao emprego formal, evidenciava a pauperização das camadas urbanas mais pobres, empurrando muitos à informalidade como principal recurso de sobrevivência.

No âmbito da economia, assumiu políticas econômicas mais liberais, tendo no agronegócio o fiador do crescimento econômico nacional. O setor agrícola modernizou-se de forma conservadora, assumindo um caráter empresarial, extensivo, agroexportador, com destaque para a produção sojeira, sem perder de vista os arranjos na diferença entre o que são *las tierras fiscales e las tierras malhabidas*⁴¹. O país estabeleceu a soja como principal produto de exportação, abrindo suas portas ao mercado externo e se inserindo, assim, no processo de globalização dos mercados, o que promoveu um período de maior *liberalización de la economía paraguaya*.

⁴¹ *Tierras fiscales* são terras públicas pertencentes ao Estado paraguaio. *Tierras malhabidas* são propriedades de terras que foram doadas a brasileiros, militares, políticos e empresários pelo governo de Alfredo Stroessner, de forma irregular. Não raro, podemos encontrar ambas fazendo parte de uma mesma propriedade.

CAPÍTULO II

LA LIBERALIZACIÓN DE LA ECONOMÍA: A ABERTURA ECONÔMICA DO PARAGUAI NA DEMOCRATIZAÇÃO (1989-2003)

2.1 - Reformas do Estado e a abertura econômica: os meandros liberais

A transição do período ditatorial à democracia no Paraguai ocorreu com a derrocada do General Alfredo Stroessner, em 1989, um dos últimos governos ditatoriais na América Latina. O General Andrés Rodríguez⁴², antigo aliado da ditadura, transmutou-se em condutor do projeto democrático nacional, apropriando-se do discurso sobre valores democráticos e direitos humanos ao suceder a Stroessner na presidência do país⁴³. A transição democrática foi controlada pelo novo governo e, por extensão, pelo Partido Colorado, desde seu princípio. Ao analisarmos o pronunciamento do General Andrés Rodríguez na data da deposição de Stroessner, observamos que a organização política de outrora permaneceu vigente, esvaziando o sentido de novo ao grupo que assumiu o poder. Afirmou em seu pronunciamento, anunciado nas estações de rádio do país, horas após a deposição de Alfredo Stroessner:

Queridos compatriotas: Apreciados Camaradas de las Fuerzas Armadas: Hemos salido de nuestros cuarteles en defensa de la dignidad y el honor de las Fuerzas Armadas, por la unificación plena y total del coloradismo en el Gobierno; por la iniciación de la democratización en el Paraguay; por el respeto a los derechos humanos; por la defensa de nuestra religión Cristiana, Católica Apostólica Romana. Eso es lo que yo les estoy ofreciendo con el sacrificio del soldado paraguayo a nuestro querido y valiente y noble pueblo paraguayo. Espero que los camaradas de las F.F.A.A. me acompañen en estas circunstancias porque estamos defendiendo una causa noble y justa que redundará en beneficio de nuestro heroico y noble pueblo paraguayo. Gracias (apud FARINA, 2014, p. 78).

⁴² Andrés Rodríguez mantinha laços familiares com Alfredo Stroessner. Alfredo Stroessner Mora, filho de Stroessner era casado com Mirtha Rodríguez, filha de Andrés Rodríguez.

⁴³ Algumas das primeiras leis sancionadas pelo Congresso Paraguaio nos meses seguintes ao fim do regime *stronista* serviram como um aceno à sociedade paraguaia, bem como aos demais países, que a política estatal ditatorial ficara no passado. Desse modo, foi sancionada a *Ley n° 01/1989*, que aprovou e ratificou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos ou Pacto de San José de Costa Rica e a *Ley n° 09/1989*, que suprimiu a *Ley n° 294 de Defensa de la Democracia* e a *Ley n° 209 de Defensa de la Paz Pública y Libertad de las Personas*.

A referência ao Partido Colorado e às Forças Armadas assinala o cenário tumultuado e de contradições internas que marcou o processo de democratização do país. Tanto Colorados quanto as Forças Armadas, bastiões de primeira hora de Alfredo Stroessner, posicionaram-se como baluartes do rumo democrático no Paraguai pós-ditadura⁴⁴. Diego Brun (2010) considera que os primeiros meses da democratização política foram de *estire y afloje* entre governo e oposição, jogo político claramente vantajoso ao governo. O processo marcou o enfrentamento entre o governo, relativamente unificado, e a oposição, fragmentada e sem laços de confiança tanto internamente quanto com os demais partidos, em um cenário político sem pautas definidas, alijadas das demandas nacionais. Brun aponta que o período de transição se completou em 1998, ano em que ocorreram as primeiras eleições gerais “*libres, limpias y competitivas*” (2010, p. 40). Edwin Brítez (2010) referenda o recorte temporal apresentado por Diego Brun (2010) e enfatiza:

Entre un acontecimiento y otro (nueve años) se realizaron varias elecciones, pero ninguna de ellas cumplieron con la totalidad de los requisitos para considerar que había llegado el fin de la transición, excepto las elecciones de 1996, pero aquellas fueron municipales y por tanto no adquieren la relevancia de las elecciones generales (2010, p. 13).

Efetivamente, o ato inicial do processo de democratização do Paraguai iniciou-se com a eleição de maio de 1989, que garantiu a Andrés Rodríguez a presidência do Paraguai (1989-1993). Acima de todas as mudanças observadas no processo de transição democrática (1989-1998), as instituições continuaram sob a tutela do *Coloradismo*, garantindo o protagonismo do partido no cenário político e no domínio sobre o aparato estatal paraguaio⁴⁵. Melissa Birch (2011) endossa essa circunstância ao pontuar:

Así, durante los primeros 19 años de democracia, el Partido Colorado se mantuvo en el poder, haciendo algunos ajustes a la estrategia para reflejar las condiciones cambiantes y las exigencias de las distintas facciones internas del partido. En elecciones consideradas ampliamente como libres y justas, las figuras políticas estrechamente asociadas con el régimen de Stroessner continuaron gobernando a nivel nacional (2011, p. 271).

⁴⁴ Os militares mantiveram-se no protagonismo político no processo de democratização do Paraguai. O presidente General Andrés Rodríguez manteve militares nas áreas mais relevantes ao governo: Ministérios do Interior, Defesa e Obras Públicas. Ainda, ficou sob a responsabilidade dos militares projetos sobre a reforma agrária do Paraguai.

⁴⁵ Edwin Brítez (2010) é crítico ao apontar que as eleições gerais de 1989 ocorreram para regularizar institucionalmente o “novo governo”, após a queda de Alfredo Stroessner, vez que a vitória de Andrés Rodríguez era certa. A preocupação primária das Forças Armadas e do Partido Colorado foi demonstrar o caráter democrático do novo governo, mesmo tendo vícios antigos, como fraudes e uma Justiça Eleitoral inoperante, a cercarem as eleições nacionais.

Luis R. Villagra (2015) enfatiza que ocorreu uma transição voltada à desregulamentação da economia e ao incremento do comércio exterior, que em nada modificou a estrutura de concentração de terras, o modelo agroexportador, tampouco combateu firmemente a corrupção e as mazelas sociais que atingiam o Paraguai, mantendo e aprofundando a essência oligárquica e excludente da sociedade paraguaia. Exclusão que perpassou distintas dimensões do social, a exemplo a escassa geração de empregos formalizados. Segundo Villagra (2015):

El renovado impulso a la liberalización se dio entre 1989 y 1995, pues mientras que en 1985 las exportaciones del país eran equivalentes a 10% del PIB, en 1995 llegaron a 48%. En los mismos años, las importaciones pasaron de 14% a 50% del PIB. En 1995 las importaciones, más las exportaciones, equivalían a 98% del PIB, cuando el promedio en la región era de 38% (2015, p. 90).

Nesse contexto, a economia do país destacou-se pela abertura ao comércio e capital internacional, dependente de créditos e investimentos estrangeiros, vinculando-se à economia mundial como fornecedora de *commodities* e consumidora de bens industrializados. Pontuamos que dentre os diversos grupos sociais que passaram a pulsar no cenário político paraguaio, como “*campesinos, trabajadores y sin techos*” (BRUN, 2010, p. 26), o setor empresarial destacou-se pelo apoio ao governo de Rodríguez e exigências por reformas econômicas, notadamente na área de abertura comercial e privatizações. Vinculado ao mercado financeiro e de prestação de serviços, diretamente beneficiado com o fluxo de recursos que ingressaram no país nos anos 1970 e 1980, com a construção da Hidrelétrica de Itaipu Binacional, esse grupo teve grande influência nos ajustes liberais que o governo paraguaio imprimiu no país, garantindo apoio político e estabilidade ao governo. Queremos ressaltar que essas mudanças não foram aleatórias e que não se pode dissociar a conjuntura do Paraguai do que ocorria no plano político-econômico mundial no início dos anos 1990. O país estava inserido no marco das reformas macroeconômicas, apontadas pelo receituário mais liberal como modelo de desenvolvimento econômico, e operadas na América Latina sob a influência do Consenso de Washington⁴⁶. De tal maneira, cabe aqui uma análise dessa conjuntura, em particular da latino-americana, relativa

⁴⁶ Em 1989, diante o cenário de estagnação das economias latino-americanas, representantes do governo estadunidense e dos organismos financeiros internacionais, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), promoveram em Washington o evento intitulado *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?* convocado pelo *Institute for International Economics*, com a participação de economistas latino-americanos. Ratificou-se no encontro o consenso em torno de políticas de ajustamentos liberais recomendadas pelo governo dos EUA, e mediadas pelas instituições multilaterais, como condição para concessão de novos empréstimos e cooperação econômica, unilaterais ou multilaterais, para os países latino americanos. Ao conjunto das propostas elencadas denominou-se Consenso de Washington, que apontavam o livre mercado como a chave para o pleno desenvolvimento econômico dos países na América Latina.

às ideias econômicas liberais, nomeadas por alguns como neoliberais. Antes, uma questão conceitual a ser abordada.

Para Donald Stewart Jr. (1995) os termos neoliberalismo e neoliberal prevalecem somente na América Latina, não sendo usuais na literatura internacional. O autor defende a noção de liberalismo e que não há uma ideia nova ou moderna que se possa denominar como neoliberalismo. Por outro lado, autores elencados neste trabalho como Boaventura de Souza Santos (2011), David Harvey (2013), Perry Anderson (2008), Atilio Boron (2003), Luis Rojas Villagra (2011), Charles Quevedo (2015) operam com a ideia de *Neoliberalismo*, noção que por questões teórica-metodológicas, seguiremos.

Entendemos que as definições neoliberalismo e liberalismo se complementam e explicitam uma conjuntura político-econômica liberal, voltada à economia de mercado, à livre iniciativa e à concorrência, portanto o uso de ambas acepções não inviabiliza a compreensão da conjuntura estudada. Este estudo analisa a abertura do mercado nacional paraguaio e o modo como o mercado de trabalho integrou-se às mudanças *de la liberalización de la economía*. Portanto, mesmo que um ou outro destes termos não tenham sido usuais, ou de amplo conhecimento e difusão no Paraguai no contexto em análise, para nós ambos representam a mesma dinâmica. Dito isto, *miremos* o quadro mundial nos idos dos anos 1990.

A conjuntura política e econômica mundial dos anos 1980, com a desagregação da União Soviética e a desarticulação dos países do Leste Europeu, levou à crise mundial do movimento socialista, o que contribuiu para a expansão do pensamento neoliberal. Conservador em essência, o programa teve na adequação dos países subdesenvolvidos, ou periféricos⁴⁷, às exigências dos países centrais do capitalismo, um de seus eixos. Nesse sentido, a implantação de políticas neoliberais pode ser entendida como um projeto de classe, na busca pela hegemonia das elites e da acumulação do capital, assim como um meio de neutralizar os movimentos de esquerda em escala global.

Para David Harvey (2013), o neoliberalismo é compreendido como uma teoria das práticas político-econômicas que propõem que o bem-estar humano se assenta nas liberdades e

⁴⁷ Sobre a relação países desenvolvidos-subdesenvolvidos, centro-periferia, Liana Maria Carleial (2010) afirma: “A partir dos anos 1990, as políticas de ajuste estrutural impostas aos países subdesenvolvidos, subordinadas à visão neoliberal dominante, após o fim do mundo bipolar, estão gerando maiores dificuldades aos mercados de trabalho dos países subdesenvolvidos e ampliando a vulnerabilidade dessas economias. De um lado, a dominância da política monetária controla a inflação e os gastos públicos e a agenda neoliberal produz um processo de privatização das empresas estatais, ampliando a internacionalização dessas economias dominadas agora pelas firmas-rede mundiais. De outro lado, os países subdesenvolvidos sofrem um processo de maior fragilização, pois, na corrida por atrair investimentos diretos estrangeiros, é preciso mostrar-se competitivo e reduzir mais ainda os direitos sociais em vigor” (2010, p. 127).

capacidades empreendedoras individuais, sendo papel do Estado garantir a estrutura institucional afiançando os direitos à propriedade privada, ao livre mercado e ao livre comércio.

Diz o autor:

O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados (HARVEY, 2013, p.12).

Privatizar e desregular passaram a ser regras no âmbito econômico-político dos governos liberais, por conseguinte, a desregulamentação da força de trabalho, as privatizações, a regulação estatal mínima no setor econômico, a redução dos investimentos sociais no orçamento público, a abertura das economias locais ao comércio mundial e a flexibilização laboral compuseram a pauta política dos governos liberais, como ocorreu na Inglaterra, país símbolo da implementação de um programa ultraliberal agressivo e inflexível⁴⁸.

Ao pregar o dismantelamento das regulações estatais, o programa neoliberal incentivou a transferência de parte das regulações estatais para outra esfera: as organizações reguladoras internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI)⁴⁹. Análises mais críticas apontam os limites da ação estatal no contexto da globalização financeira, da liberalização da economia mundial e da internacionalização das atividades econômicas, como a apontada por Reginaldo Moraes (2001) ao avaliar a relação entre Estado e os órgãos multilaterais:

O Estado nacional deixa de ser a fonte única do direito e das regulamentações. Prerrogativas reguladoras (deliberações sobre política econômica, monetária, cambial, tributária, etc.) são transferidas para administrações supranacionais, que aparecem como as guardiãs de uma racionalidade superior, imunes às perversões, limites e tentações alegadamente presentes nos sistemas políticos identificados com os Estados nacionais (2001, p. 20).

⁴⁸ Ao mensurar os feitos dos governos neoliberais, Perry Anderson (2008) destaca o pacote de medidas do governo inglês como o mais sistemático e ambicioso entre os países de capitalismo avançado. Ao longo dos dez anos do governo de Margareth Thatcher as taxas de juros mantiveram-se altas, extinguiu-se o controle sobre os fluxos financeiros, o desemprego manteve-se alto e ocorreram significativos cortes nos gastos sociais. Ao promover uma legislação anti-sindical, dismantelou as greves operárias e desmobilizou o combativo sindicalismo inglês - *o trade unionism*, enfraquecendo a classe trabalhadora no xadrez político inglês.

⁴⁹ O Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma agência especializada das Nações Unidas, sendo concebida na conferência de Bretton Woods, New Hampshire, Estados Unidos, em julho de 1944, com o propósito de estabelecer a cooperação econômica mundial. A Organização Mundial do Comércio (OMC) iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 1995 e atua como a principal instância para administrar o sistema multilateral de comércio. O Banco Mundial é uma instituição financeira internacional criada em julho de 1944, no mesmo contexto da criação do FMI, e atua na concessão de financiamentos aos países em desenvolvimento.

Seguindo a linha crítica ao neoliberalismo, Boaventura de Souza Santos (2011) aponta a sujeição dos países periféricos e semiperiféricos às imposições do ideário neoliberal, pois a renegociação da dívida externa dessas nações estava condicionada à aceitação dos ajustes estruturais liberais e pela tutela das instituições reguladoras internacionais, o que limitava o desenvolvimento econômico autônomo desses países. Octavio Ianni (2001) corrobora a análise sobre a sujeição dos países capitalistas ao programa neoliberal ao apontar as sugestões, orientações, financiamentos e imposições dessas organizações multilaterais, provocando uma crise na soberania nacional dos Estados-nação. Pondera que, ao se intensificarem as influências externas, as possibilidades de soberania redefinem-se, e também se reduzem, podendo diminuir a importância das forças sociais internas na conjuntura organizacional e de diretrizes do Estado, a exemplo, a crise do movimento sindical nas três últimas décadas.

Nessa conjuntura, a ascensão de governos liberais de direita, que se consolidaram nos anos 1980 pela Europa e nos EUA, o fenômeno histórico-social denominado de globalização acrescentou novos elementos ao capitalismo moderno, marcando as últimas três décadas do século XX por intensas mudanças no sistema capitalista mundial. Flavio Azevedo Saes e Alexandre Saes (2013) avaliam que a década de 1990 aprofundou tendências observadas desde os anos 1970: a integração mais ampla das economias nacionais e o crescimento das finanças em escala mundial. Apontam que não só a difusão de novas tecnologias contribuiu à integração produtiva e financeira, mas tão importante quanto foram as mudanças na política econômica dos Estados Unidos e da Inglaterra. O neoliberalismo, ao propagar a abertura comercial e financeira das economias nacionais, facilitou a integração mundial.

Dessa forma, a expansão dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais, a concorrência entre os mercados mundiais e a intensa integração entre os sistemas econômicos nacionais redimensionaram as relações econômicas mundiais, impulsionando o que se denomina comumente por globalização econômica. Giovanni Alves (2001) vê o processo de globalização como um novo modo de expansão capitalista, a partir de um novo regime de acumulação capitalista. Pondera que a construção do cenário da globalização é um constructo político e econômico, dados pela ascensão de governos conservadores ao longo dos anos 1980 e da onipresença das multinacionais globais, que redimensionaram a acumulação capitalista a novos patamares.

Assinala que a globalização possui uma ideologia que oculta o verdadeiro significado histórico desse constructo político e econômico, ou seja, a mundialização do capital, que define uma nova estrutura da economia mundial e estabelece uma nova dinâmica na

produção capitalista, com uma “predominância do capital financeiro no processo de acumulação capitalista em detrimento das demais frações do capital – a industrial e a comercial” (ALVES, 2001, p. 50).

Para Boaventura de Souza Santos (2011) esse processo define-se como uma nova etapa da economia mundial, marcada pela economia dominada pelo sistema financeiro e pelos investimentos em escala mundial; pela flexibilização produtiva; revolução tecnológica nas comunicações e informações; desregulação das economias nacionais; proeminência das organizações multilaterais. A emergência de três grandes capitalismos transnacionais: os EUA, o Japão e a União Europeia, estendendo suas influências aos países que orbitam sua centralidade geopolítica, é outro cenário vislumbrado pelo autor. No xadrez geopolítico mundial, inserimos a América Latina num contexto mais regional, orbitando sob a influência dos EUA⁵⁰.

No final da década de 1980, a América Latina apresentava um cenário de estagnação em meio ao crescimento vertiginoso das taxas inflacionárias. Desse modo, o Consenso de Washington⁵¹ apresentou um programa de estratégias de desenvolvimento econômico, a ser seguido na América Latina, viabilizado pelo governo dos EUA e com apoio dos organismos multilaterais como o FMI e o Banco Mundial⁵², através de um amplo programa de abertura, liberalização e internacionalização da economia. Seguindo as sugestões do programa, os países latino-americanos deveriam equilibrar as contas públicas, reduzir os custos da estrutura estatal; abrir sua economia aos investimentos estrangeiros; romper com o intervencionismo estatal, diminuindo o controle sobre o setor privado, concomitante à redução da presença direta do Estado no setor produtivo; promover um amplo processo de privatizações, passando ao setor privado as empresas públicas, o que desencadearia um ambiente mais

⁵⁰ Na América Latina, a rigor, as primeiras experiências neoliberais foram ensaiadas na conjuntura de governos militares ditatoriais: em 1973, no Chile, com Augusto Pinochet e na Argentina, em 1976, com o general Jorge Rafael Videla. Particularmente no Chile, a presença de economistas no governo de Pinochet (1973-1989), que se formaram na Escola de Chicago, moldou uma economia com fortes traços do receituário neoliberal, antecipando em quase uma década a experiência neoliberal comparando-se à Europa. Segundo Anderson (2008), Chile iniciou seus ajustes ao programa com as formas mais duras da cartilha neoliberal: desregulação, desemprego, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos mais ricos, privatização dos bens público, no contexto político de um governo ditatorial violento e repressor.

⁵¹ John Williamson (1992), economista estadunidense, apresentou dez propostas de reforma econômica que visavam a estabilização monetária e o restabelecimento das leis de mercado na América Latina. As propostas consistiam em: a) disciplina fiscal; b) prioridades dos gastos públicos; c) reforma fiscal; d) liberalização de financiamentos; e) taxa de câmbio; f) liberalização do comércio; g) investimento externo direto; h) privatização; i) desregulamentação; j) direito de propriedade.

⁵² A participação dos organismos multilaterais na execução dos ajustes propostos ocorrera antes mesmo do Consenso de Washington. O crescente endividamento da América Latina com bancos estadunidenses, no início dos anos 1980, levou o governo norte-americano a intervir, apoiando os bancos nas negociações acerca do pagamento das dívidas. A fim de garantir a capacidade de pagamento desses países, coube ao Fundo Monetário Internacional (FMI) acompanhar a formulação e execução das políticas econômicas e deliberar sobre a concessão de créditos aos devedores. Ao Banco Mundial coube prover recursos quando solicitado (SAES; SAES, 2013).

competitivo no mercado e retiraria do Estado o monopólio sobre alguns setores produtivos. Não nos passou despercebido que o escopo do programa foi a prevalência da economia de mercado nesses países. Será nessa conjuntura político-econômica mundial, do início dos anos 1990, que inserimos nosso *locus* de pesquisa, o Paraguai.

Considerando o exposto, um conjunto de adequações foi implementado no país por meio de um marco legal atualizado com *los nuevos tiempos*, em que modificações e modernização de normas regulatórias e jurídicas alcançaram o sistema financeiro, tributário e produtivo do país, tendo como escopo a operacionalidade de programas mais liberais que, em última instância, impulsionaram a maior abertura da economia paraguaia ao capital internacional. Compreendamos os enlaces dos fatos.

Ao assumir a presidência do Paraguai em 1989, Andrés Rodríguez adotou uma política de maior liberdade individual, promoveu a liberdade de imprensa e a participação dos demais partidos políticos, considerados irregulares no governo de Stroessner. A conjuntura econômica do país alterou-se durante seu governo com a adoção de políticas macroeconômicas, como a unificação das taxas cambiais e o incentivo à abertura do mercado nacional. A liberalização do setor financeiro foi outro marco desse período, ao provocar o aumento do número das instituições bancárias no país, acentuando a concorrência entre os bancos. Para Charles Quevedo (2015):

Las principales medidas económicas implementadas por el gobierno de Andrés Rodríguez (1989-1993), el primero de la llamada “transición”, fueron ciertamente aquellas de corte neoliberal demandadas por los gremios empresariales: liberalización de la tasa de cambio, de precios internos, de las tasas de interés, reducciones arancelarias, reestructuración y privatización de las empresas públicas, suspensión de los subsidios crediticios y cambiarios al Estado (2015, p. 47-48).

Dessa forma, o governo viabilizou medidas para estimular a produção econômica, como a flexibilização de créditos, primordial para alavancar os investimentos internos na produção, mantendo o controle inflacionário na casa dos 5%, o que garantiu aportes consideráveis de capital privado, incrementando as reservas internacionais do país. Nos quatro anos em que se manteve na presidência, Andrés Rodríguez posicionou tecnocratas e empresários em postos relevantes do governo, conformando a política econômica do país à economia de mercado e oferecendo aos agentes econômicos um marco macroeconômico que garantiu a operacionalidade do setor.

A publicação do Decreto nº 216/89, de 27 de fevereiro de 1989, *Por el cual se adoptan medidas de Política Económica, Financiera, Monetaria y Cambiaria* marcou o novo

período na economia nacional ao introduzir medidas destinadas à manutenção do equilíbrio financeiro interno e externo e das taxas de crescimento econômico do país, o que aumentou significativamente a abertura econômica do Paraguai. O artigo primeiro do Decreto nº 216/89 estabeleceu o sistema de câmbio livre flutuante para as importações e exportações de bens e serviços e o movimento de capitais, incluindo os pagamentos financeiros públicos e privados. A regulação do sistema de câmbio ficou a cargo do Banco Central do Paraguai, com o intuito de enfrentar as oscilações cambiais, sem interferir nas tendências próprias do mercado. O decreto apontava para pautas de reforma estatal, como no artigo sétimo que destacava que as empresas *Acero del Paraguay S. A. (ACEPAR)* e a *Industria Nacional del Cemento* seriam controladas diretamente pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central do Paraguai, na busca por maior racionalização de ambas.

O artigo oitavo apontava, ainda, a análise da situação econômico-financeira de outras empresas públicas paraguaias, como a *Flota Mercante del Estado*, *Líneas Aéreas Paraguayas*, *Instituto Paraguayo de Vivienda y Urbanismo*, *Crédito Agrícola de Habitación y Administración Paraguaya de Alcoholes*, com o objetivo de referendar decisões que *convengan a los intereses nacionales*. Entendemos que *los intereses nacionales* vergavam ao encontro do programa de privatizações das principais empresas estatais do país. Essa pauta foi atendida com a promulgação da *Ley nº 126/91, Que Establece un Régimen de Privatización de Empresas del Estado*, que autorizou a privatização das empresas estatais no país. Essa questão levou a intensos debates entre governo, sociedade civil e partidos políticos, cada segmento defendendo seus interesses, questões que serão debatidas mais adiante.

Ainda na conjuntura de reformas liberais pelos quais o Paraguai passou, percebemos as influências dos *tiempos cambiantes* ao analisarmos mudanças instituídas no país e que entendemos inseridas em um conjunto de paradigmas mais liberais, em voga no período. A exemplo, destacamos a integração do país ao Mercosul⁵³, em 1991, e a promulgação da Constituição Nacional do Paraguai, em 1992. O ingresso do Paraguai no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), juntamente com o Brasil, a Argentina e o Uruguai, acenou ao país a possibilidade do livre comércio de seus produtos na região do Cone Sul, com olhares em direção ao futuro com a unificação do mercado comum e o compromisso de livre circulação de pessoas, serviços, bens e capitais. As palavras do presidente Andrés Rodríguez, à época da criação do




⁵³ O tratado para a constituição do bloco Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), estabelecido pela *Acta de Asunción*, foi assinado em Assunção, Paraguai, em 26 de março de 1991, conjuntamente com o Brasil, a Argentina e o Uruguai. No Paraguai, a *Ley nº 09/1991* aprovou e ratificou o tratado acordado entre os países.

bloco, traduziram o interesse do governo em intercâmbios comerciais que fortalecessem a economia nacional:

un ineludible desafío de integración de nuestros países, en una época en que la unidad y la mancomión de esfuerzos son requisitos esenciales para nuestros comunes objetivos de desarrollo económico y social en libertad y democracia (apud BRUN, 2010, p. 62).

No quadro de desenvolvimento econômico, social e democrático almejado por Andrés Rodríguez, a promulgação da Constituição Nacional de 1992, proporcionou legitimidade ao processo de democratização que se iniciara em 1989. No plano político, o novo marco institucional estabeleceu um Estado social de direito, fundamentado em uma democracia representativa, pluralista, com respeito à dignidade humana, evidente alusão aos violentos anos de regime militar. No campo econômico, observamos em seu texto ecos das ideias liberais que se materializavam no cenário político e econômico da América Latina no período. A leitura dos artigos da seção *De los derechos económicos* nos aponta um marco constitucional de viés mais liberal, voltado à economia de mercado, o que se corrobora ao analisarmos as mudanças em relação à noção de produção, industrialização e racionalização do mercado. A exemplo, encontramos expressões como *se garantiza la competencia en el mercado; la propiedad privada es inviolable; de la libertad de concurrencia*, muitas destas expressões presentes na Constituição anterior, de 1967, mas em uma conjuntura econômica distinta.

Fragmento 9 - Centésimo sétimo, centésimo oitavo e centésimo nono artigos da Constituição do Paraguai de 1992

DE LOS DERECHOS ECONOMICOS	
	Artículo 107. De la libertad de concurrencia
	Toda persona tiene derecho a dedicarse a la actividad económica lícita de su preferencia, dentro de un régimen de igualdad de oportunidades.
	Se garantiza la competencia en el mercado. No serán permitidas la creación de monopolios y el alza o la baja artificiales de precios que traben la libre concurrencia. La usura y el comercio no autorizado de artículos nocivos serán sancionados por la Ley Penal.
	Artículo 108. De la libre circulación de productos
	Los bienes de producción o fabricación nacional, y los de procedencia extranjera introducidos legalmente, circularán libremente dentro del territorio de la República.

Artículo 109. De la propiedad privada

Se garantiza la propiedad privada, cuyo contenido y límites serán establecidos por la ley, atendiendo a su función económica y social, a fin de hacerla accesible para todos.

La propiedad privada es inviolable.

Nadie puede ser privado de su propiedad sino en virtud de sentencia judicial, pero se admite la expropiación por causa de utilidad pública o de interés social, que será determinada en cada caso por ley. Esta garantizará el previo pago de una justa indemnización, establecida convencionalmente o por sentencia judicial, salvo los latifundios improductivos destinados a la reforma agraria, conforme con el procedimiento para las expropiaciones a establecerse por ley.

Fonte: *Constitución de la República del Paraguay, 1992*

Ao analisarmos os artigos elencados vemos como a Constituição Nacional de 1992 consagrou a liberdade de concorrência, ao garantir a toda pessoa o direito a dedicar-se à atividade econômica de sua preferência, garantindo a igualdade de oportunidades. Avalizou, ainda, a livre concorrência de mercado, proibindo o monopólio e mecanismos de travas à livre concorrência, como a alta ou baixa artificial dos preços. Garantiu a livre circulação dos produtos nacionais e estrangeiros no território paraguaio, assim como afiançou a propriedade privada e sua inviolabilidade, um aceno aos grandes proprietários de terras, em constantes conflitos com os *campesinos*, o que explicita o apoio às classes produtivas do país. Enfim, se estabeleceu premissas liberais na Carta Magna do país, marcando as reformas no campo econômico e político e jurídico, que ecoaram em outros aspectos da vida nacional.

Há que se registrar que outras leis auxiliaram a consolidar as mudanças no campo econômico, como a *Ley n° 81/92 - Que Establece La Estructura Orgánica y Funcional del Ministerio de Agricultura y Ganadería* que normatizou as funções do Ministério da Agricultura, estabelecendo as ações em prol do incremento do setor agropecuário nacional.

Fragmento 10 - Terceiro artigo da Lei nº 81/92

Artículo 3o.- Para cumplir con sus funciones y con su competencia el Ministerio deberá:

- b) Participar en la formulación y ejecución de la política global, en planes nacionales de desarrollo económico, social y ambiental, así como el establecimiento de la política macroeconómica del país;
- c) Elaborar, coordinar, implementar, fiscalizar y evaluar planes, programas y proyectos tendientes a lograr el desarrollo sostenible;
- d) Promover, orientar y proteger las actividades productivas agropecuarias, forestales, agroindustriales y otras relacionadas con sus atribuciones;
- f) Establecer convenios y acuerdos con instituciones y organizaciones públicas y privadas, nacionales, extranjeras e internacionales, y velar por su cumplimiento;
- l) Promover la modernización sostenible y competitiva del sector productivo;
- ll) Generar y transferir tecnologías directamente o a través de terceros;
- m) Apoyar a los productores en la generación y transferencia de tecnología de producción y comercialización, basado en la conservación de recursos naturales renovables y en la preservación del medio ambiente, tendientes a mejorar la calidad de vida de la población;

Fonte: *Ley nº 81/92 - Que Establece La Estructura Orgánica y Funcional del Ministerio de Agricultura y Ganadería*

A leitura dos incisos nos aponta uma política de implementação de incentivos ao setor, fomentando a racionalização do mercado agroexportador através da modernização da produção, com estímulos à mecanização e industrialização da produção, regulados por acordos e convênios nacionais e internacionais. É implícito ao processo desencadeado pelo conjunto das normas apresentadas o incentivo ao setor agropecuário paraguaio, promovendo conjuntamente o crescimento da produtividade e o potencial competitivo do país no mercado exportador.

A consonância da *Ley nº 81/92* com o estabelecido na Constituição do Paraguai de 1992, no artigo 114, em que se destaca que se *promoverá la producción, la industrialización y la racionalización del mercado para el desarrollo integral del agro*, é inegável e se coaduna a dois movimentos congruentes, o incremento de um marco econômico voltado ao mercado externo e o fortalecimento do agronegócio como principal eixo econômico nacional⁵⁴.

⁵⁴ Destacamos outras leis e decretos-leis que buscaram fortalecer e modernizar o sistema macroeconômico do Paraguai, nos primeiros anos da redemocratização, e nos apontam reformas em consonância com o programa liberal vicejante no contexto estudado. *Ley nº 60/1990 - Que Aprueba, con Modificaciones, el Decreto ley nº 27, de fecha 31 de Marzo de 1990, "Por el Cual se Modifica y Amplía el Decreto ley nº 19, de fecha 28 de Abril de 1989" Que Establece el Régimen de Incentivos Fiscales para la Inversión de Capital de Origen Nacional y Extranjero; Decreto ley nº 7/1991 - Por el Cual se Reglamentan los Contratos de Representación, Agencia y Distribución de Productos o Servicios entre Fabricantes y Firms del Exterior y Personas Físicas o Jurídicas Domiciliadas en el Paraguay; Ley nº 125 /1991 - Que Establece el Nuevo Regimen Tributario; Ley nº 117 /1991 - Ley de Inversiones; Ley nº 65/1992, Que aprueba con modificaciones el Decreto-ley nº 38/1992, que modifica los artículos 78 y 79 del Decreto-ley nº 18/52, que crea el Banco Central del Paraguay.*

Dessa forma, sai de cena a produção familiar para ceder espaço ao *desarrollo integral del agro*, fortalecendo o agronegócio empresarial, o maior fiador da economia paraguaia nas últimas décadas, o que reforça a opção do Estado pelo agronegócio. Nesse processo de expansão da produção agrícola, em particular a soja, destacamos as empresas multinacionais e seu envolvimento em grande parte da cadeia produtiva da soja. No livro *Actores del Agronegocio en Paraguay*, Luis Villagra (2009) analisa os principais agentes propulsores do agronegócio no país, abrangendo as corporações transnacionais, as empresas estrangeiras e nacionais e as cooperativas, destacando o caráter empresarial do agronegócio. Aponta, ainda, os conflitos agrários que envolvem proprietários de terras (*terratenedores*), *campesinos* e comunidades indígenas, que se arrastam desde o governo de Stroessner.

Há que pontuarmos que o período de democratização não significou a resolução dos problemas relacionados à terra, ao contrário, acentuaram-se os conflitos. Walmir Muraro (2015) sublinha que o processo de usurpação das terras *campesina* e indígenas continuou após a democratização, tendo o novo governo apoiado as reivindicações dos proprietários que adquiriram terras de forma irregular. Entendemos a relação entre o governo e os proprietários de terras como um caminho de via dupla, com o apoio mantido por laços de reciprocidade e interesses econômicos e políticos de cada lado, o que se depreende ao se analisar a abertura do Censo Agropecuário Nacional 2008/Paraguay⁵⁵. Destaca o documento:

Durante la fase de formulación del Proyecto FoCoSEP⁵⁶ en el año 2003, surgió de parte del Gobierno de Paraguay la propuesta de realizar el Censo Agropecuario Nacional – CAN en el marco de dicho proyecto. La Comisión Europea valoró positivamente esta posibilidad, por la importancia del sector agropecuario en la economía del Paraguay, más del 90% de las exportaciones y aproximadamente 27% del PIB, y porque contribuye en la competitividad del país al facilitar la formulación de políticas construidas a partir de una realidad correctamente definida a través del censo (Censo Agropecuario Nacional 2008/Paraguay).

A avaliação sobre a relevância do setor agropecuário às exportações do Paraguai salta aos olhos ao ser considerado avalista da manutenção da estabilidade da economia nacional, como apontam os números apresentados na citação. *El desarrollo integral del agro* impulsionou

⁵⁵ O Censo Agropecuário Nacional de 2008 foi o último censo agropecuário realizado no Paraguai. No transcurso destes anos o setor passou por mudanças com o crescimento das exportações de gado, expansão da superfície cultivada, a incorporação de novas tecnologias, novas formas organizacionais de produtividade. Em paralelo, coexiste uma estrutura agrária escorada na produção familiar em pequenas propriedades, com dificuldades em obter créditos, comercializar a produção, acessar tecnologias e maquinários, enfim alijados da grande cadeia produtiva. Como discutimos na pesquisa, perduram os conflitos agrários remanescentes do governo de Stroessner, moldando um caráter dual à estrutura agrária do Paraguai.

⁵⁶ *Proyecto de Fortalecimiento de la Competitividad de Sector Exportador Paraguayo* (FoCoSEP).

um crescimento vertiginoso da produção de soja⁵⁷ e da concentração de terras entre poucos proprietários, em sua maioria brasileiros.

Ao mesmo tempo, o processo de expansão da produção agrícola significou aos pequenos proprietários paraguaios o desalojamento, a venda de suas pequenas propriedades e a grilagem, o que Villagra (2009) qualifica como *de la agri-cultura al agro-negocio*, destacando o caráter empresarial, exportador, monopolista do agronegócio, envolto em inovações tecnológicas e aportes do capital internacional. Entendemos a ideia *de la agri-cultura al agro-negocio* como um *continuum* dos desalojamentos que se iniciaram ainda no regime de Stroessner. Nesse sentido, apontamos como a abertura econômica permitiu um progresso significativo aos grupos ligados ao agronegócio, ao mesmo tempo que não estendeu aos demais grupos, como trabalhadores rurais e urbanos, as mesmas possibilidades de avanços, notadamente no campo social.

Ao pensarmos o Paraguai, no período de Stroessner e durante a democratização, avaliamos que não ocorreram rupturas tanto no processo de *liberalización económica* quanto nos conflitos no campo, processos que se intensificaram ao longo dos anos 1990 e 2000. Aliás, vemos uma confluência entre o rural e o urbano no Paraguai nos primeiros anos que marcam a democratização do país, percepção validada por Muraro (2015) ao pontuar que o crescimento acelerado do cultivo agrícola em terras paraguaias tem entre suas consequências os deslocamentos populacionais rumo às cidades. Assim, tivemos o agravamento dos conflitos urbanos, com o crescimento populacional e espacial desordenado, acesso insuficiente aos empregos e assistência social precária e a expansão da informalização das relações de trabalho.

Posto isto, avaliamos que, afora modificações em distintas áreas, o Estado não modificou a estrutura produtiva nacional, apoiada em grande parte no agronegócio, o que levou a intensas contradições internas. Ao mesmo tempo um dos maiores produtores mundiais de soja, no final dos anos 1990, o Paraguai não estabeleceu bases para o crescimento econômico pautado na diversificação das atividades econômicas, o que inviabilizou uma política de empregos sustentada, deixando o país entre os primeiros na América Latina em números de desemprego e atividades informais, moldando um mercado de trabalho nacional dos mais precários e informais⁵⁸, questão que abordaremos mais adiante.

⁵⁷ Segundo o Censo Agropecuário Nacional (2008) entre os anos de 1991 e 2008 a expansão da superfície cultivada de soja no país foi de 345,8%, passando de 552.657 ha para 2.463.510 ha, enquanto a produção total passou de 1.032.676 Ton para 6.311.794 Ton, variação de 511,2%, um salto quantitativo notável em ambos os dados (CAN 2008, p. 56).

⁵⁸ Conforme Giovanni Alves (2011), a precarização do trabalho seria entendida como o desmonte de formas reguladas de exploração da força de trabalho como mercadoria. A vigência do novo capitalismo flexível, com o

Ao refletirmos sobre as considerações de Villagra (2011), que apontou o governo de Stroessner como um período de *desarrollo hacia afuera* e de intensa *extranjeirización de la economía*, notamos a continuidade como condição econômica e política do Paraguai pós 1989. Atento ao futuro, porém atrelado ao passado. Mirando o futuro promoveu diversas reformas nas áreas tributária, financeira, jurídica, que confluíram na maior abertura econômica ao capital internacional, principal medida liberal aplicada no país, moldando os anos 1990 como um período de maior *liberalización de la economía*, contexto que abordaremos a partir da análise do jornal *ABC Color*, importante jornal impresso do Paraguai.

2.2 A liberdade econômica na imprensa: *miradas* nas páginas do jornal *ABC Color*

2.2.1 Imprensa escrita paraguaia: do *periodismo* de guerra à empresa jornalística

As mudanças no campo econômico operadas no país entre os anos 1990 e 2000, voltadas principalmente à abertura econômica, foram apresentadas à população nas páginas da imprensa escrita paraguaia⁵⁹, em destaque o jornal *ABC Color*. Ocupando um importante espaço no *periodismo* paraguaio e alicerçado em uma sólida estrutura empresarial, destaca-se como uma das grandes empresas jornalísticas do país. Com uma postura fortemente nacionalista, o que se nota em sua frase-lema (BRAGA, 2012) *Un diario joven con fe en la patria*, embrenhou-se em constantes tentativas de ingerências nas pautas políticas do país.

Por sua ampla tiragem nacional e capacidade de influenciar a opinião pública paraguaia, Diego Segovia (2009) enfatizou a influência do periódico no cenário político nacional: “*ABC Color es el medio más influyente del país. Tiene la capacidad de instalar en el debate público ciertos temas, de promover candidatos o de destituir autoridades*” (2009, p. 91). Pondera, ainda, “*Hasta hoy sigue siendo el brazo ideológico más potente de la derecha paraguaya, aunque tratan de maquillar su carácter decididamente faccionario, dando algún que otro espacio a la disidencia en sus páginas*” (2010, p. 57). Para Luis Sandoval (2008), com o jornal temos *el efecto ABC Color*, em que desde sua posição dominante no jornalismo e no espaço social paraguaio a empresa jornalística estabelece o que poderia ou não ser objeto de

surgimento de novas modalidades de contratação salarial, desregulação da jornada de trabalho e instauração de novos modos da remuneração flexível, seriam consideradas formas de precarização da força de trabalho.

⁵⁹ A imprensa escrita abarca distintos veículos como jornais, revistas, almanaques, panfletos, gibis, cartas, livros, entre outros. Ao nos referirmos à imprensa escrita neste trabalho, nossa referência será o jornal impresso, também designado periódico.

publicação. Nesse sentido, entendemos que sua atuação serviu como importante instrumento de propagação da retórica do ideário liberal como salvador de países em crise.

A capacidade de propagar uma ideia, influenciar a opinião pública, defender interesses políticos, econômicos e sociais, intitular-se com “*alta credibilidad y legitimidad para comunicar lo que ocurre en la realidad*” (SÁNCHEZ, 2009, p. 108), não é, nem será, exclusivo do jornal *ABC Color*. Faz parte do *métier*. Como no diz Tania R. de Luca (2011):

Jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita (2011, p. 140).

Ao olharmos atentamente o *periodismo paraguayo* desde seu surgimento, percebemos as ideias, crenças, valores permeando as distintas publicações ao longo do tempo. O primeiro jornal impresso *El Paraguayo Independiente*, de 1845, inaugurou o jornalismo no Paraguai⁶⁰. Editado pelo Presidente do Paraguai Carlos Antonio López⁶¹, o material era impresso pelo Estado e em suas páginas repercutiram a defesa da soberania nacional e a independência do país diante aos demais países do Cone Sul, em particular a Argentina. Com a frase-lema *¡Viva la República del Paraguay! e Independencia o Muerte* foi um importante instrumento de propaganda do governo. Outros periódicos que surgiram na conjuntura anterior à Guerra do Paraguai seguiram com as linhas editoriais em defesa *de la pátria y de la soberania nacional*⁶².

A Guerra do Paraguai trouxe à tona o *Periodismo Combatiente* em que os jornais impressos foram instrumentos de propaganda do Estado, com a finalidade de elevar o moral dos combatentes e da população e instar o patriotismo em tempos de conflagração⁶³. A imprensa escrita deste período destacou-se por sua linha editorial vinculada ao Estado, promovendo em suas páginas os interesses do governo paraguaio e a exaltação da figura do presidente Francisco

⁶⁰ No texto *La Endogamia del Poder (ó) en Busca de Una Nueva Identidad Democrática*, a autora Silvia Páez Monges Guanes (2010) opina sobre o surgimento do periodismo no Paraguai. Afirma: *Probablemente El Paraguayo sea la cuna del periodismo sudamericano. Fue hacia el año 1560 que en Asunción, nació el mestizo Ruy Díaz de Guzmán, el primer cronista del Río de la Plata. En 1612, Díaz de Guzmán terminó de escribir Anales del descubrimiento, población y conquista del Río de la Plata; reunía las crónicas de los acontecimientos de la conquista, por primera vez narrados con la visión del mancebo de esta tierra. El ilustrado cronista paraguayo, se convirtió de esa manera en el primer escritor e historiador sudamericano* (2010, p. 226).

⁶¹ Carlos Antonio López foi o primeiro Presidente Constitucional do Paraguai, governando entre 1844 e 1862. Após sua morte, assumiu a presidência seu filho Francisco Solano López, que governou o país entre 1862-1870.

⁶² Na sequência do jornal *El Paraguayo Independiente* surgiram os jornais *El Semanario de Avisos y Conocimientos Útiles* (1853), *El Eco del Paraguay* (1855) e *La Aurora* (1860).

⁶³ Compõem a linha editorial do *Periodismo Combatiente* quatro jornais impressos: *El Centinela* (1867), *Cabichuí* (1867), *Cacique Lambaré* (1867), *La Estrella* (1869). Para mais informações sobre o tema, ver: CAMPOS, Hérib Caballero; SEGOVIA, Cayetano Ferreira. El periodismo de guerra en el Paraguay (1864-1870). *Revista Estudios Paraguayos*. Asunción, v. 26 e 27, n. 1 e 2, 2008/2009.

Solano López, cercando-o de uma imagem de bravura, enquanto ridicularizava os países inimigos. Herib Caballero e Cayetano Segovia (2008/2009) atentam para essa faceta do *periodismo combatiente*:

Francisco Solano López, al aprobar la creación de los periódicos de trinchera, no hizo otra cosa que seguir la tradición instalada por su padre de hacer funcionar un órgano propagandístico e informativo al servicio de los intereses de la República capaz de establecer en la opinión pública nacional sentido heroico y justo de la causa de la defensa (2008/2009, p. 208).

O período posterior à Guerra do Paraguai assistiu ao surgimento de novos atores no cenário político, como os partidos políticos e movimentos trabalhistas e sindicais, que refletiram nos jornais impressos as disputas, os consensos e os dissensos desse momento histórico⁶⁴. Para Beatriz de Bosio (2008) “*se percibe una marcada intención doctrinaria liberal que era ideología moderna del momento y que estaba dando grandes resultados en los Estados Unidos y en la Argentina*” (2008, p. 117). Nesse contexto, no ano de 1887 surgiram os dois principais partidos políticos do Paraguai: *Asociación Nacional Republicana*, conhecido como Partido Colorado, e *Centro Democrático*, atualmente denominado Partido Liberal, polarizando o debate político nacional e influenciando diretamente as linhas editoriais dos periódicos, não só no século XIX, como estendendo seus desdobramentos até a atualidade.

Assim, no início do século XX o jornalismo paraguaio vivenciou um período de intensa polarização política, marcadamente partidária⁶⁵, como bem observa Anibal Pozzo (2007), “*los primeros cincuenta años del siglo XX en Paraguay, los periódicos estuvieron profundamente permeados por una ideología y por una pertenencia a determinados sectores o fracciones de partidos políticos*” (2007, p. 119). Cobriu, ainda, dois conflitos armados, a Guerra do Chaco (1932-1935) e um conflito civil (1947)⁶⁶, este reflexo dos movimentos políticos partidários apontados pelo autor, que se manteriam até meados do século XX.

⁶⁴ São periódicos do período pós-guerra: *La Regeneración* (1869), *La Voz del Pueblo* (1870), *La Opinión Pública* (1870). Entre a década de 1870 e 1880 surgiram *La Situación*; *La Ley*; *El Derecho*; *El Orden*; *La Nación Paraguaya*; *La Patria*; *Los Debates*; *El Comercio*; *El Chaco*; *La República*. Destaque para dois jornais redigidos em português: *El Cabrión* e *A Gazeta Brasileira*. Sobre os jornais publicados por organizações de trabalhadores ver: POZZO, Anibal Orué. Comercialización de la noticia y la objetividad. Las transformaciones en el periodismo paraguayo: 1950-1970. *Revista Pauta Geral*, v. 9, p. 95-180, 2007.

⁶⁵ Para mais informações sobre o jornalismo do período pós-guerra, ver: BOSIO, Beatriz González de. *Periodismo Escrito Paraguayo* (1845-2001): de la afición a la profesión. Asunción: Intercontinental Editora, 2008; POZZO, Anibal Orué. *Periodismo en Paraguay*. Estudios e interpretaciones. Asunción: Arandurã, 2007.

⁶⁶ O conflito armado entre Paraguai e Bolívia (1932-1935) ocorreu pela disputa territorial da parte ocidental do Paraguai, conhecida como *Chaco Boreal*, região que delimita a fronteira entre ambos os países. Por sua vez, o conflito civil entre paraguaios ocorreu em 1947 e dividiu o país em dois segmentos: grupos apoiados pelo Partido Liberal e setores apoiados pelo Partido Colorado. Para Anibal O. Pozzo (2007): *Dicho conflicto significó el enfrentamiento entre dos sectores: uno, encabezado por sectores denominados “institucionalistas” del ejército, apoyados por el Partido Liberal, la Concentración Revolucionaria Febrerista y el Partido Comunista. El otro,*

Os debates político partidários dominaram a produção jornalística até os anos 1950, quando um significativo redirecionamento estrutural atingiu o jornalismo paraguaio. As reformas assinalaram a passagem do jornalismo político partidário para o empresarial. Novas orientações incorporaram estratégias comerciais à produção jornalística, enfatizando informações e publicidade, com apelo ao mercado, assim como a modernização gráfica, editorial e textual dos jornais impressos. Como estratégia, as empresas jornalísticas investiram em equipamentos, tecnologias, novas seções, segmentando as notícias na área de esportes, policial, entretenimento, sociedade, educação, buscando a ampliação de leitores-consumidores nos distintos segmentos sociais. Aníbal Orué Pozzo (2007) discute essas mudanças sob a perspectiva do “*periodismo como empresa y la información como mercancía*” (2007, p. 95). As mudanças operadas alteraram o *fazer* da imprensa escrita, como nos mostra Aníbal Pozzo (2007):

Es el cambio de énfasis de los intereses políticos, incluso partidarios en su gran mayoría, a los intereses comerciales, centrados en el mercado consumidor. La diversificación del público lector y de los avisos comerciales, constituye una de las estrategias implementadas de manera a ampliar la penetración de los medios impresos en los distintos poros de la sociedad, asimismo incrementar la ganancia de sus propietarios (2007, p. 104-105).

Observamos a mudança de direção no jornalismo paraguaio, em um movimento de independência dos partidos políticos e dependência do mercado, conformando o jornalismo como empresa comercial. Não que em outros períodos a estratégia comercial, capitaneada pela perspectiva empresarial de vendas e lucratividade, não tivesse sido empregada, porém, não com a mesma amplitude e estruturação organizacional como ocorreu entre os anos 1950 e 1970, em que os principais veículos jornalísticos surgiram no mercado paraguaio, como vemos no quadro a seguir.

por el Partido Colorado, y militares que sustentaban al gobierno del General Higinio Morinigo. La victoria de los últimos condujo al exilio a gran parte de aquellos que apoyaban al primer segmento en disputa (2007, p. 137).

Quadro 1- Jornais impressos no Paraguai desde 1950

Jornal	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010
El País/ Última Hora		El País (Constâncio Rojas)		Última Hora (Pablo Rojas)		Última Hora (Grupo Vierci)	
La Tribuna/ Notícias	La Tribuna (1925) Eduardo Shaerer (Presidente 1912-1916) – Scavone e outros			Diário Notícias – Grupo Bó		Adquirido pelo Grupo Vierci	
Diario Patria	Diario Patria (1917) Reaberto pelo Ditador Stroessner como órgão oficial do partido Colorado e do Governo						
Diário ABC Color			Diário ABC Color, inaugurado por Stroessner em 1967, propriedade de Aldo Zuccolillo. Publica até a ruptura com o regime em 1984		O jornal reabre com a queda da ditadura, sempre nas mãos de Aldo Zuccolillo		
Diario Hoy/ El Dia/ Popular				Diario Hoy (Domínguez Dibb) – Diario El Dia (Wasmosy)	Diario Popular (Wasmosy)		
Diario La Nación					Diario La Nación (1995) Domingos Dibb		
Diario Crónica						Diario Crónica (2001) – Domínguez Dibb	

Fonte: SEGOVIA, 2010, p. 38

Nessa conjuntura de guinada empresarial da imprensa escrita paraguaia surgiu o jornal *ABC Color*, em 1967, tendo como proprietário Aldo Zuccolillo. O grupo Zuccolillo surgiu na primeira metade do século XX e expandiu-se de maneira notável durante a ditadura *stronista*, destacando-se nos setores imobiliário, de construção civil, de finanças, do comércio e importação, das telecomunicações⁶⁷. O jornal foi considerado à época um jornal moderno, utilizando-se de novas ferramentas tecnológicas, como o uso de cores em suas páginas, publicação de edições especiais, suplementos, fascículos colecionáveis e a manutenção de jornalistas profissionais na edição do jornal diário⁶⁸ (BOSIO, 2008).

Ao analisar a imprensa paraguaia contemporânea, Beatriz de Bosio (2008) pondera que, no início de suas atividades, o jornal *ABC Color* não pactuou com pleitos partidários ou governamentais e que não surgiu como porta-voz de algum grupo. Para a autora, o interesse do

⁶⁷ A família Zuccolillo iniciou seus negócios nas áreas varejista e atacadista, na importação de açúcar, alimentos e combustível da Argentina durante a *Guerra del Chaco*. Durante o regime *stronista* expandiu seus negócios em vários setores da economia, entre elas a pecuária e a exploração de madeira. Em 1969, o grupo se estabeleceu no mercado imobiliário dando início à empresa *Inmobiliaria del Este* S.A. Nesse período, obtiveram a representação da *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF), da Argentina, e da *General Motors* para caminhões e automóveis da marca *Chevrolet*. Pertencem ao grupo Zuccolillo o jornal *ABC Color*; *ABC Comunicaciones*; *ABC Digital*; *ABC TV Digital*; *Inmobiliaria del Este*; Banco Atlas; *Financiera Atlas* S.A.; *Constructora Atlas*; *Nueva Americana* (centros comerciais); Shopping Mariscal López; Shopping Mariano; Mercado Abasto Norte S.A.; *Tabacalera Pety*; *Editorial Gráfica Mercurio*; *Editorial Azeta* S.A. (NIKOLAJCZUK, 2018).

⁶⁸ Aníbal Pozzo (2007) destaca que o jornal *ABC Color* entra no mercado inovando ao segmentar temas diversos em seções específicas. Com tiragem inicial de 20 mil exemplares, usou de técnicas inovadoras como cores nas capas, na contracapa e nas publicações, transformando o mercado editorial paraguaio e levando as demais empresas jornalísticas a se readequarem no mercado de publicações.

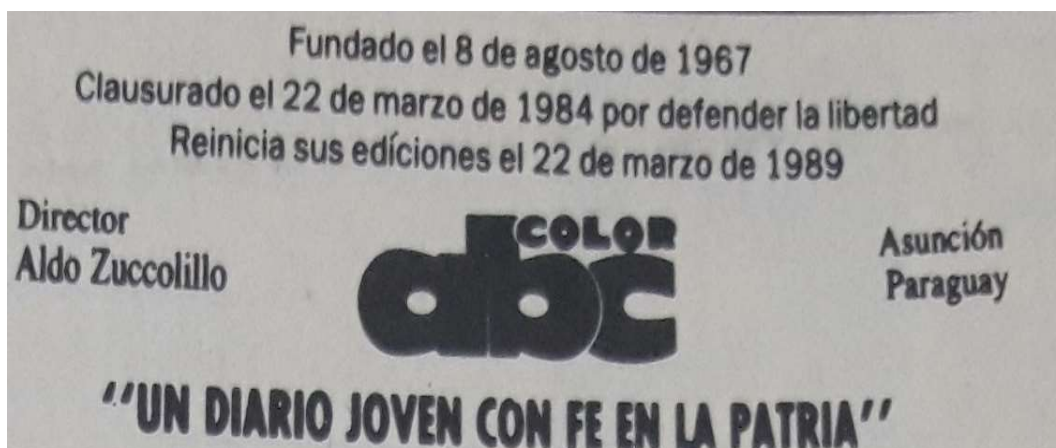
jornal era empresarial, “*deseava llegar com las noticias y los anuncios a toda la población*” (2008, p. 239). Não negamos essa conduta, levando em consideração tratar-se de uma empresa jornalística, mas a atuação do periódico, desde sua fundação até o encerramento em 1984, nos aponta rumos distintos ao apresentado pela autora.

No livro *Historia Sincera del Paraguay Contemporáneo*, Nemesio Barreto Monzón (2004) enfatiza as afinidades entre Aldo Zuccolillo e o regime *stronista* desde a fundação do jornal *ABC Color*, que se evidenciavam em editoriais e matérias nas páginas do jornal complacentes com o regime. De forma irônica observou: “*entre 1967 y 1984, ‘abc color’ prodigó tantos elogios al dictador en sus páginas, que serían más que suficientes como para empapelar con ellas todo el Pálacio de López*” (2004, p. 13). Essa análise é corroborada por Diego Segovia (2010): “*el medio nace con alabanzas al gobierno, y subsiste hasta 1984, cuando los planes de su dueño se oponen frontalmente a la ya decadente dictadura stronista*” (2010, p. 37). Essas análises se contrapõem à defesa de imparcialidade apontadas por Beatriz de Bosio (2008), difícil de ser mantida quando a própria autora menciona que pessoas que estiveram no lançamento do jornal *ABC Color* afirmaram que o presidente-diretor Aldo Zuccolillo expressou à Alfredo Stroessner, presente à solenidade, “*este será um gran diário para apoyar un gran gobierno, Sr. Presidente*” (2008, p. 240).

Entendemos que a afirmação *gran gobierno* reveste-se de anuência e entusiasmo por parte do proprietário do jornal, o que pode ser compreendido pelos vínculos familiares e comerciais que a família Zuccolillo mantinha com o regime *stronista*⁶⁹. Esta proximidade perdurou até 1984, quando a empresa foi fechada pelo governo, sendo reaberta em março de 1989, após cinco anos de clausura. Com a reabertura, o jornal transmutou-se em paladino da democracia, dos direitos humanos, das liberdades individuais, da liberdade econômica e da liberdade de imprensa, posicionamento ilustrado em seu novo *layout* pós 1989: *Clausurado el 22 de marzo de 1984 por defender la libertad* (Figura 6).

⁶⁹ O jornal *ABC Color* surgiu com o apoio e apoiando o governo de Alfredo Stroessner. Segundo Diego Segovia (2010) membros da família Zuccolillo ocuparam cargos públicos durante o governo *stronista*, como Conrado Pappalardo, cunhado de Aldo Zuccolillo, e, ainda, Antonio Zuccolillo designado embaixador em Londres em 1980. O filho de Antonio Zuccolillo, irmão e sócio de Aldo, casou-se com a filha de Stroessner, em 1974 (Nikolajczuk, 2018). No ramo comercial, as empresas do grupo Zuccolillo tornaram-se fornecedoras de bens e serviços ao Estado paraguaio. No livro *Periodismo y servilismo* (2004), Nemesio Barreto Monzón destaca que a imprensa paraguaia, salvo algumas exceções, esteve fortemente vinculada ao *stronismo*, sendo os sócios proprietários dos periódicos “*temibles colaboradores del dictador Stroessner*” (2004, p. 6).

Figura 6 - Layout do jornal ABC Color



Fonte: Jornal *ABC Color*

Em suas páginas foram publicados editoriais, artigos, matérias, suplementos em defesa de ideias como a modernização do mercado, a abertura econômica, as reformas estatais, a renovação do mercado de trabalho, apontando a urgência de medidas reformistas na área econômica do país, demarcando um posicionamento político em suas publicações. Vislumbramos nas escolhas do jornal *ABC Color* o que José Marques de Melo (2003) aponta existir entre seleção e a ótica através da qual a empresa jornalística vê o mundo. “Essa visão decorre do que se decide publicar em cada edição, privilegiando certos assuntos, destacando determinados personagens, obscurecendo alguns e omitindo diversos” (2003, p. 75). Cabe a linha editorial da empresa jornalística direcionar as notícias a serem publicadas e como será o tratamento dado àquelas selecionadas. O espaço ocupado no periódico, primeiras páginas ou capa, suplementos, editoriais, artigos, reportagens, charges, caricaturas, desenhos, ilustrações, gráficos são estratégias que perpassam a linha editorial do veículo.

Ao analisarmos as distintas publicações, editoriais, iconografias referentes ao nosso recorte temporal (1989-2003) é possível percebermos a reiteração das narrativas em prol de reformas econômicas de viés liberal e a defesa dos interesses do setor empresarial do Paraguai, notadamente o setor do agronegócio, influenciando o que era noticiado e como seria noticiado. No livro *Comunicación y democracia: el rol de los medios en la construcción del discurso político ciudadano*, Diego Segovia (2010) destaca como a dinâmica capitalista afetou os meios de comunicação, concentrando-os em poucas mãos e vinculando-os a grandes grupos empresariais, fenômeno perceptível no Paraguai⁷⁰.

⁷⁰ Diego Segovia (2010) identifica sete grandes grupos empresariais que controlam os meios de comunicação mais importantes do país: grupos Zuccolillo, Vieri, Domínguez Dibb, Wasmosy, Chena, Ángel González e Rubín. Ressalta o autor a concentração vertical, em um só meio de comunicação, em alguns casos, e horizontal, em outros.

O autor media essa reflexão inserindo-a em um contexto macro de conexões entre grupos empresariais que detém os meios de comunicação e os que controlam o núcleo financeiro do país. Traz à tona as intrincadas conexões entre os setores empresariais, muitos ligados ao agronegócio, e os principais meios de comunicação paraguaios. Para o autor, os meios de comunicação de massa, respaldados em sua abrangência espacial e dinâmica comercial, são importantes ferramentas no mercado. Dessa forma, o controle dos meios de comunicação por grupos empresariais marcha em paralelo ao crescimento do poder político e econômico destes grupos, o que nos auxilia a compreender, por exemplo, a consolidação do modelo agroexportador no país⁷¹. Sobre a proximidade desses atores sociais, pontua o autor:

Hoy, a primera vista, se pueden identificar siete grandes grupos empresariales que controlan los medios más importantes, y con ellos, la mayor parte de la información y el entretenimiento disponible cotidianamente: el grupo Zuccolillo, el grupo Vierci, el grupo Domínguez Dibb, el grupo Wasmosy, el grupo Chena, el grupo Ángel González, y el grupo Rubín. Todos estos grupos mantienen inversiones en otros campos de la economía y, en algunos casos, los medios, más que negocios, son instrumentos de presión política para el buen andamiento de sus demás empresas (SEGOVIA, 2010, p. 35 e 36).

Analisando o exposto por Segovia (2010) e lançando olhares para o passado recente do Paraguai, notamos que os meios de comunicação são controlados por atores políticos e empresariais, muitos remanescentes do período da ditadura, que José L. Simón denomina como “*empresarios-directores periodísticos*” (2006, p. 80), que há décadas figuram no centro do poder nacional. Assim, muitas das grandes empresas jornalísticas contemporâneas surgiram durante o regime militar, em consonância com as regras do jogo de Stroessner, como é o caso do jornal *ABC Color*. Segovia (2010) enfatiza que o jornal foi, e pensamos ser ainda, “*el brazo ideológico más potente de la derecha paraguaya*” (2010, p. 57). Essa relação com *la derecha paraguaya* é verificada pelos vínculos estratégicos com grupos ligados ao agronegócio, aos

A concentração vertical é liderada pelo jornal *ABC Color* na imprensa escrita, pelo grupo Rubín na radiocomunicação e pelo conglomerado Vierci e o conglomerado Ángel González na televisão. No quadro horizontal, em primeiro lugar está o grupo Vierci com um jornal, dois canais de rádio e dois de televisão, e, disputando o segundo lugar o grupo Domínguez Dibb, o grupo Wasmosy e o Chena. A maior parte destes meios localizam-se no centro do poder político nacional (Assunção), o que confere ao Paraguai uma menor oferta regional dos meios de comunicação impresso, radiofônico e televisivo, o que demonstra uma concentração espacial desses meios. A exemplo, dos seis grandes jornais citados, cinco são da capital, com circulação nacional, e somente uma localiza-se no *Departamento de Alto Paraná*, região onde se encontra outra importante cidade paraguaia, *Ciudad del Este*.

⁷¹ Essa perspectiva ecoa na análise de Marco Antonio Rodrigues Dias, na apresentação do livro *O jornal - da forma ao sentido* (2012), ao ponderar sobre a situação atual dos jornais franceses *Le Monde* e *Libération*. Observa o autor: “Agora, tudo mudou. *Le Monde* e *Libération* são jornais como todos os demais, ambos tendo sido obrigados a se recapitalizar e entregar o controle da publicação a empresários, tidos como progressistas, mas empresários com interesses muito claros a defender” (2012, p. 16).

proprietários de terras, às empresas multinacionais, ao empresariado, abrindo espaços nas páginas do jornal para as pautas destes grupos⁷², construindo narrativas em prol destes e dos interesses que representavam, os relacionando às ideias como modernização e desenvolvimento, enquanto a outros grupos sociais os espaços eram negados ou minorados. Essas conexões são vislumbradas ao analisarmos o grupo econômico a qual o jornal *ABC Color* integra, como demonstramos a seguir:

Figura 7 - Grupo Azeta



Fonte: <https://www.bancoatlas.com.py>

O Grupo Azeta representa um conjunto de empresas que abrangem vários segmentos econômicos, como imobiliário, comunicação, *shopping centers*, financeiro, pertencendo ao Grupo Azeta algumas das maiores empresas do país, em seus respectivos segmentos⁷³, o que demonstra a contradição de o jornal pertencer a um grupo que concentra, ao

⁷² Constatamos a longevidade desses vínculos ao pesquisarmos a plataforma *ABC Digital*, seção *Nuestra Historia*, em que verificamos a existência do suplemento *ABC Rural*, desde os primórdios do jornal, que se apresentava como uma importante ferramenta ao proporcionar informações e orientações técnicas ao setor agropecuário do país, o que se evidenciava no seu *slogan* de apresentação *En el campo está nuestro futuro*.

⁷³ O Banco Atlas também compõe o grupo econômico Azeta. Fundada em 1989 com o nome *Financiera Cristal*, em 2010 passou a ser denominada Banco Atlas. Sua expansão atrelou-se às mudanças operadas no Paraguai nos últimos trinta anos, firmando-se como uma das grandes instituições financeiras do país e fortalecendo a posição do conglomerado Zuccolillo no mercado financeiro.

mesmo tempo, os maiores grupos econômicos do país e os canais de comunicação em que circulam as narrativas que lhes interessam. Fato que no Paraguai não se restringe ao jornal *ABC Color*, abrangendo outras importantes empresas jornalísticas do país.

Para além das empresas que compõe o Grupo Azeta, a proximidade do jornal com outro importante grupo, a *Asociación Rural del Paraguay* (ARP), levou Segovia (2010) a apontar “*la frecuencia de aparición del representante de la ARP o de mensajes y/o estudios de la Asociación, es casi diaria en ABC Color, siendo el diario casi un vocero de la institución*” (2010, p. 55). Considerando o exposto, é compreensível o posicionamento favorável do jornal *ABC Color* às mudanças no campo econômico, notadamente em prol de estímulos a *la modernización económica del país*, como veremos a seguir.

2.2.2 A abertura econômica nas páginas do jornal *ABC Color*

Ao observarmos as páginas do jornal *ABC Color*, no contexto do nosso recorte temporal, notamos a construção de uma narrativa em favor da abertura econômica, de investimentos estrangeiros, do agronegócio e da capacidade de expansão desse setor. Destacamos a publicação *Puerta abierta a las inversiones externas* (20/05/1990), publicada no Suplemento Econômico, como exemplo do posicionamento do jornal *ABC Color*, ao mesmo tempo em que evidenciamos o contexto de abertura econômica que o Paraguai vivenciava nos primórdios dos anos 1990.

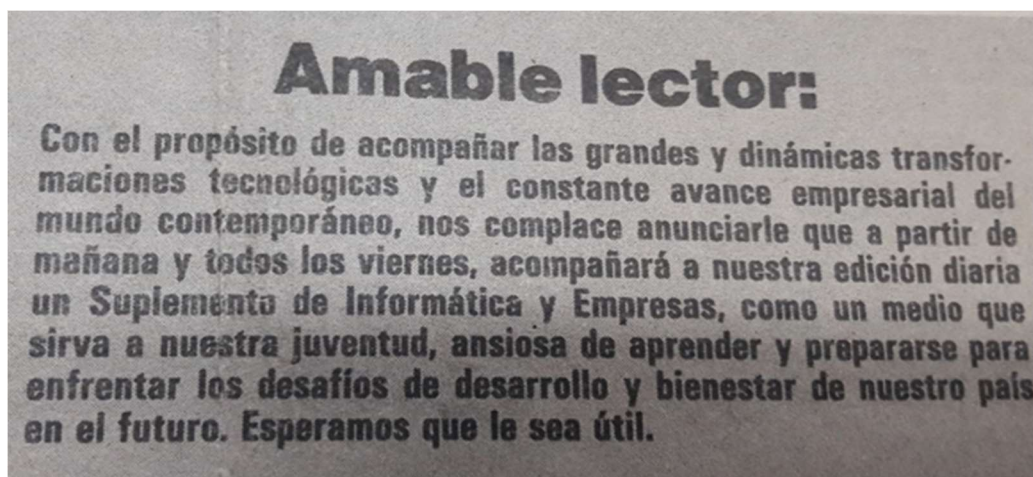
Figura 8 - Publicação no Suplemento Econômico



Fonte: Jornal *ABC Color*. Assunção, 20/05/1990, p. 3 (Suplemento Econômico)

A publicação representou um convite aos investidores estrangeiros, particularmente aos brasileiros, proprietários de extensas porções de terras no país, uma vez que o governo paraguaio garantia um cenário de estabilidade político-econômica, respeitando a propriedade privada e a legislação. Entendemos como um aceno à abertura econômica, numa conjuntura política de transição à democracia, em um período em que distintos grupos sociais trouxeram à tona vozes díssonas ao governo, como os *campesinos* e os trabalhadores urbanos. Em outro exemplo, a capa de abertura do jornal do dia 01/06/1989, poucos meses após a queda do governo *stronista*, noticiou a criação de um *Suplemento de Informática y Empresas*, com o intuito de informar sobre as *grandes y dinámicas transformaciones tecnológicas y el constante avance empresarial del mundo contemporáneo* (Figura 9).

Figura 9 - Nota informativa na capa do jornal *ABC Color*



Fonte: Jornal *ABC Color*. Assunção, 01/06/1989 (Capa)

A nota informativa inaugurou o espaço *Suplemento de Informática y Empresas* onde encontramos informações que balizavam novas habilidades, novas tecnologias, novos comportamentos no âmbito do trabalho, indicando ao público-leitor a premência pela profissionalização e qualificação do trabalhador. Destacamos na nota (Figura 9) as expressões transformações tecnológicas e o avanço empresarial, premissas relevantes às pautas da abertura financeira e comercial. Na matéria *Tecnología y empresas: un mundo apasionante*, de 02/06/1989, vemos o jornal *ABC Color* posicionando-se em favor de grupos empresariais do país ao abrir espaço para as *inquietudes, opiniones, deseos y progresos* do grupo, tido como relevante no cenário econômico paraguaio. Pontuou aos leitores o interesse em aproximá-los das novidades tecnológicas, sendo latente na leitura da publicação a importância conferida à informática e às inovações tecnológicas do período, considerando o jornal que “*el que no sepa*

nada de informática será poco menos que um analfabeto” (Suplemento Informática y Empresas, 02/06/1989, p. 2).

Ponto importante a ser destacado é o uso da capa do jornal para informar sobre o suplemento. Capa e suplemento compõem elementos de estratégia jornalística a fim de organizar e priorizar os conteúdos, demarcando os assuntos de interesses na composição gráfica dos jornais. Assim, cada qual cumpre funções no conjunto final do jornal impresso. As capas funcionam como vitrines da publicação, enquanto aos suplementos compete a secundarização de um conteúdo, a abertura de um espaço no periódico a grupos específicos e suas pautas (CRUZ; PEIXOTO, 2007).

No artigo *Calidad de la información periodística. Responsabilidad social de la prensa*⁷⁴, Roque Acosta (2010) destacou as análises de vários jornalistas paraguaios acerca do uso da capa pelos principais jornais impressos de circulação nacional, entre os anos 2000-2006. Dentre as ponderações apresentadas, destacamos duas:

El titular de cabecera de la primera plana revela la “apuesta” informativa, periodística, del medio de comunicación. Es la información que periodísticamente resulta la más destacada. Sin embargo, debe considerarse que también en esto influyen otros factores, no solo lo periodístico. Influye la relevancia que tiene la información en términos de “rentabilidad” para el periódico: esta información es buena pero es la que mejor ayudará a “vender”, por ejemplo. Por otra parte, muchas veces sucede que hay una posición política o ideológica que influye en la selección del tema o titular de primera plana (apud ACOSTA, 2010, p. 27).

Los principales títulos de tapa de un periódico sientan la postura y la intención periodística de un medio escrito. El tema escogido para el título central y el enfoque con que se titula traducen la relevancia que el periódico intenta dar a esa información específica y deja ver, con claridad, cuál es la orientación político-ideológica del medio. La tapa de un diario no es solamente su rostro sino, fundamentalmente, su cédula de identidad, su confesión de creencia ideológica (apud ACOSTA, 2010, p. 28-29).

Vemos assim, como o título principal da capa do periódico representa uma aposta da empresa jornalística, demonstrando intencionalidade na escolha. Não podemos deixar de apontar as conexões comerciais nessa escolha, uma vez que um bom título representa vendas à empresa. A seleção do que será alçado à capa manifesta o direcionamento político do jornal e uma informação que não contemple os interesses do projeto editorial ocupará outros espaços,

⁷⁴ Um ponto interessante levantado no artigo é a questão que muitos dos títulos principais das capas dos principais jornais impressos do Paraguai são anunciados nos programas de rádio e televisão do país, multiplicando e potencializando o número de pessoas com acesso a essa informação parcial, vez que somente o título é apresentado, sem a leitura do conteúdo.

não tão valioso quanto a primeira página, visto a capa representar a “*cédula de identidad, su confesión de creencia ideológica*” (apud ACOSTA, 2010, p. 29).

Notamos esses enfoques ao avaliarmos a matéria *Comportamientos para ejecutivos* (*Suplemento Informática y Empresas*, 07/03/1992), ao fazer referência à gestão moderna das empresas, indicando que era educativo estabelecer comportamentos laborais para executivos bem-sucedidos. Pensamos que a troca do termo executivos por trabalhadores contextualizaria os tempos de mudanças no cenário do que se convencionou denominar mundo do trabalho⁷⁵. Ao longo da matéria vemos um constructo comportamental, com atitudes, práticas e ações a serem incorporadas pelos trabalhadores em busca de maior produtividade. Sabemos que novas exigências alteraram o perfil de qualificação dos trabalhadores, pois, em vez da especialidade em uma área, busca-se agora a multiqualificação, a capacidade de trabalhar em grupos e deter habilidades distintas. Para a empresa o funcionário deixa de ser um custo adicional e passa a ser encarado como mão-de-obra a ser desenvolvida, daí a implantação de políticas de recursos humanos na maior parte das empresas nacionais ou estrangeiras.

Em um dos indicativos do novo comportamento laboral a ser estimulado, temos que “*el liderazgo se podría definir como el arte y ciencia de desarrollar, mantener e influenciar a otros en la búsqueda de metas superiores que las que ellos mismos consideran posibles*”, e ainda, “*atenta a que los subordinados desarrollen sistemas, métodos, rutinas que permitiam eficiente funcionamiento del departamento o empresa*” (*Suplemento Informatica & Empresas*, 07/03/1992, p. 2). Em outra matéria intitulada *Nuevas habilidades de comunicación*, também de 07/03/1992, vemos a mesma preocupação em estabelecer parâmetros de comportamento e estimular habilidades que moldem o trabalhador, buscando maior eficiência e lucratividade às empresas.

Guy Debord (2005) considera essa retórica um aprisionamento do trabalhador em teias forjadas na ideia da maior liberdade e participação no sistema produtivo. Afirma: “(...) a atual ‘liberação do trabalho’, o aumento do lazer, não significa de modo algum liberação no trabalho, nem liberação em um mundo moldado por esse trabalho. Nada da atividade roubada no trabalho pode ser encontrado na submissão a seu resultado” (2005, p. 23). Essas políticas privilegiam a formação mais abrangente do sujeito, em que o trabalho multifuncional, polivalente e qualificado tem como finalidade a redução no tempo de trabalho, maximizando-se as possibilidades dos lucros. Funções que demandem custos são eliminadas e transferem-se

⁷⁵ Para Jorge Mattoso, compreender o conjunto do mundo do trabalho passa por suas relações no interior do processo produtivo, a divisão do trabalho, o mercado de trabalho, o papel dos sindicatos, as negociações coletivas e a própria sociabilidade de um sistema baseado no trabalho (1995, p. 70).

as responsabilidades sobre a elaboração e a qualidade dos produtos à ação do trabalhador, forjando o imperativo da polivalência, da gestão participativa, da cooperação laboral, retórica recorrente no meio empresarial, onde se espera que o trabalhador “vista a camisa da empresa”.

Nesse sentido, pontuamos que as publicações como as apresentadas pelo jornal inseriram-se no quadro político-econômico dos anos 1990, marcado pelos efeitos da mundialização financeira e comercial, das exigências por inovações tecnológicas e do pleno atendimento às expectativas do consumidor, além da necessidade crescente em se qualificar para o mercado de trabalho. Entendemos que a “fala” do jornal reverberou, notadamente, no âmbito das empresas multinacionais instaladas no país, afeitas às novas tecnologias e novas formas de organização empresarial como basilares no incremento à competitividade no mercado nacional.

Outro setor a quem interessou essas estratégias empresariais foi o sistema financeiro nacional, em destaque os bancos⁷⁶, fenômeno similar ao ocorrido no sistema financeiro brasileiro, onde, ainda no final dos anos 1980, operacionalizou-se a automação bancária, vinculada aos esforços de racionalização e redução de custos do sistema bancário. Buscando a rentabilidade, os bancos reorganizaram suas atividades, ressaltando sua função comercial e especializando-se no setor de vendas de serviços e produtos, na forma de empréstimos, seguros, aplicações e na busca de consumidores⁷⁷.

Como dissemos anteriormente, no início dos anos 1990 ocorreram reformas no sistema financeiro e monetário paraguaio, contrapondo-se ao marco legal obsoleto, legado do regime militar, o que permitiu a modernização das principais leis de regulação e supervisão do sistema financeiro nacional. No bojo da modernização do sistema financeiro, inserimos as publicações do jornal *ABC Color*, que nos remetem às mudanças operadas no mercado de trabalho, trazendo à baila temas como metas, produtividade, capacitação laboral, cooperação, vinculando esses enfoques ao desenvolvimento econômico do país.

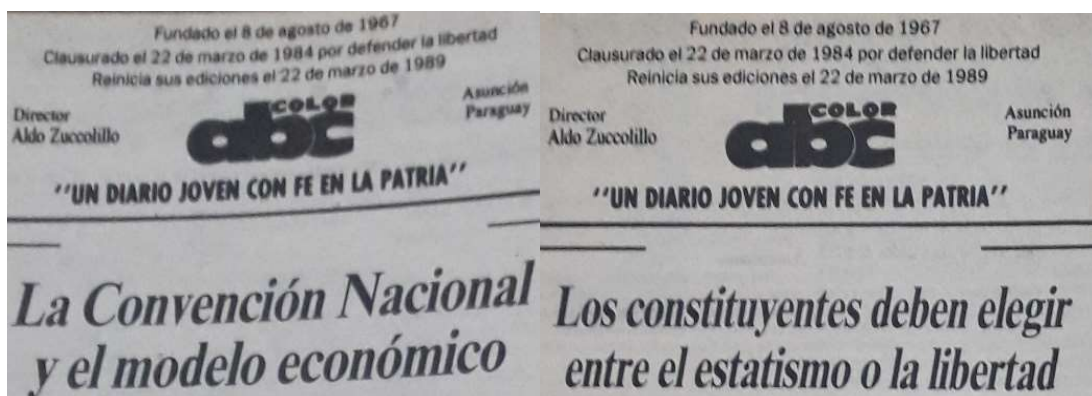
⁷⁶ Neste período foi introduzido um novo marco legal no Paraguai, entre os anos de 1995 e 1996, com a promulgação de *las leyes bancarias bases: Ley n° 489/95 - Carta Orgánica del BCP e Ley n° 861/96 - General de Bancos, Financieras y Otras Entidades de Crédito*.

⁷⁷ De acordo com o relatório da Comissão Especial n° 15 de “Automação Bancária” (Ceab), de 1984, as forças motrizes da automação bancária foram: aumento de mercado, agilização do fluxo de informações para a Administração e redução dos custos. Liliana Segnini (1998) afirma que “a automação significou, para as instituições bancárias, a possibilidade de agilização dos registros financeiros e das informações, o aumento da qualidade e velocidade do processo decisório, a diferenciação e diversificação dos serviços prestados. Passou a representar a principal estratégia de *marketing* junto aos clientes, imprimindo a imagem de confiabilidade e rapidez no atendimento. Significou também a integração das agências num sistema de controle centralizado (1998, p. 85).

Vemos essa retórica ao analisarmos a apresentação do Banco Atlas, instituição financeira pertencente à família Zuccolillo, aos seus clientes: “*Ser el banco paraguayo elegido por la gente, líder en calidad de atención y eficiencia, orgullo de sus clientes, colaboradores y accionistas; Apostamos al capital humano e invertimos en tecnología para brindar una mejor atención a nuestros clientes*” (Banco Atlas, 2020). Presentes no destaque elementos anteriormente discutidos como eficiência, atenção aos clientes, a concepção de funcionários-colaboradores, investimentos em capital humano e tecnologias, o que reforça nossa análise de que essa retórica se moldou mais ao mercado financeiro e sua envergadura para a “*inteligencia de mercado, escala de negociación, atracción y capacitación de recursos humanos y siempre dentro del marco de la innovación y la eficiencia*” (Grupo Azeta). Conceitos distantes da realidade laboral de uma parcela significativa de trabalhadores paraguaios, notadamente dos sujeitos sociais desta pesquisa, o expressivo conjunto de trabalhadores que atuam em condições de informalidade.

Ao longo da pesquisa observamos a convergência do jornal aos pleitos dos grupos empresariais, assim como dos grandes proprietários de terras, em destaque nos períodos de eleição presidencial. A exemplo, no período de elaboração da nova Constituição Nacional do Paraguai, em 1992, em dois momentos distintos o jornal apresentou editoriais sobre os trabalhos dos constituintes paraguaios e os rumos a serem adotados pela economia do país a partir do novo marco institucional.

Figura 10 - Editoriais Jornal ABC Color



Fonte: Jornal *ABC Color*. Assunção, 06/03/1992, p. 10; 07/05/1992, p. 10

No editorial de 06/03/1992, *La Convención y el modelo económico*, o jornal posicionou-se em favor da não interferência estatal, pontuando a relevância da Convenção Constituinte na definição do futuro do país, ao deliberar assuntos pertinentes à vida econômica da nação e da premência em reconhecer instituições como a propriedade privada, a empresa, o

capital, a iniciativa privada e o livre exercício de profissões lícitas. Segundo o editorial, de acordo com o que fosse apresentado na Constituinte, o Paraguai teria um modelo econômico de desenvolvimento ou de desalento.

Para o editorial, o que estava em jogo era a nação em si, seu posicionamento no mundo e sua viabilidade econômica e política. Em 07/05/1992, *Los constituyentes deben elegir entre el estatismo o la libertad* tratou sobre a baixa produtividade paraguaia, o desemprego, o subemprego e os movimentos migratórios, decorrentes do baixo crescimento econômico do país. O editorial criticava diretamente o estatismo e seus malefícios, apontando o intervencionismo do Estado como gerador de atraso e evasor de capitais. Ao longo da leitura percebemos a pressão sobre os constituintes, pois estes decidiriam qual regime econômico regeria o país, o estatismo ou a liberdade, leia-se livre mercado.

Figura 11 - Editorial sobre o intervencionismo estatal



Fonte: Jornal ABC Color. Assunção, 05/05/1992, p. 10

Ainda no campo de tentativas de influenciar os rumos político-econômico do país, no editorial *Con el estatismo, seguiremos siendo pobres y atrasados*, de 05/05/1992, observamos o ensaio do jornal no campo da economia. Propôs uma reflexão sobre os trabalhos da Convenção Constituinte e o capítulo do projeto referente à norma constitucional sobre os direitos econômicos e a reforma agrária. Salientou que o conteúdo definido no capítulo sobre *De la Política Económica del Estado*, uma vez sancionada a Constituição Nacional, seria fundamental para o futuro da nação, resultando em progresso ou retrocesso econômico. Se as normas constitucionais fossem justas e acertadas o país poderia crescer e prosperar. Se não fossem, os rumos do país seriam marcados pelo retrocesso econômico, a pobreza, o desemprego, a corrupção.

Lançou duras críticas aos dirigentes do país ao afirmarem que “*el espejismo del Estado que todo lo sabe e todo lo puede resolver continúa dominando el pensamiento de muchos de nuestros hombres públicos. La experiencia, tanto la nacional como la mundial, de poco les vale a muchos de ellos*” (Jornal ABC Color, 05/05/1992, p. 10). A regulação da economia era um tema delicado e difícil, pois um equívoco poderia resultar no oposto do progresso e bem-estar social, segundo o editorial. Nesse sentido, entendemos que as normas apontadas pelo jornal como justas e acertadas passavam pela desregulamentação estatal, reduzindo a intervenção do Estado na pauta econômica do país, rompendo com a “*omnipotência estatal para regular toda la economía*” (Jornal ABC Color, 05/05/1992, p. 10).

Figura 12 - Editorial defendendo propostas de empresários ao governo



Fonte: Jornal ABC Color. Assunção, 23/03/1998, p. 12

Em outro período eleitoral vemos o jornal posicionando-se no editorial “*Propuestas de empresarios al próximo gobierno apuntan al desarrollo del país*”, de 23/03/1998, meses antes das eleições presidenciais de maio de 1998. O editorial apontou que as propostas formuladas pelo setor deveriam ser seriamente consideradas pelos candidatos à presidência do Paraguai, vez que salientavam as reformas necessárias ao desenvolvimento econômico do país. Segundo o editorial, o representante da *Asociación de Empresarios Cristianos* (ADEC) assegurou que o combate à corrupção deveria ser intransigente, com reformas estatais que convergissem para uma economia aberta e transparente. O representante da *Cámara Algodonera* ressaltou a urgência de vencer a informalidade, pois afetava 50% das atividades econômicas do Paraguai e que o país não atrairia investimentos sem antes eliminar a questão da pirataria, do contrabando, do tráfico de armas e drogas e da evasão fiscal. Apontou a prioridade em formação educacional e, particularmente, treinamento técnico aos jovens e agricultores, o que aumentaria oportunidades de empregos e renda aos trabalhadores

paraguaios. Para o representante da *Cámara Algodonera*: “*La inversión en el capital humano es sin duda alguna la mejor inversión que pueden hacer los países*” (Jornal *ABC Color*, 23/03/1998, p. 12). Queremos apontar uma questão relacionada ao mercado de trabalho, que observamos na publicação.

Ressaltamos na fala do empresário como a retórica da qualificação do capital humano é uma prática de programas laborais no contexto de elaboração de mecanismos de comprometimento no espaço do trabalho, que aprimoram o controle do capital sobre a dimensão subjetiva do trabalhador. Daí a afirmação de Antunes (2004) sobre a apropriação do *savoir faire* do trabalhador, visando apropriar-se de sua dimensão intelectual e capacidade cognitiva, buscando o envolvimento de sua subjetividade, em nome do capital. Para o autor ocorre uma nova orientação na constituição da racionalização do trabalho, sob as imposições da mundialização do capital, exigindo a captura integral da subjetividade do trabalhador, a parceria com o trabalho assalariado.

Leôncio Rodrigues (2002) aponta que as novas políticas de relações humanas nas empresas visam harmonizar as relações com os empregados, viabilizando estratégias de interação e organização mais democrática, onde os funcionários assumem responsabilidades e participam da gestão da empresa. As políticas liberais para o trabalho favoreceram a flexibilização dos contratos de trabalho, a desregulamentação do mercado de trabalho e a transferência da responsabilidade da trajetória profissional para o trabalhador, através das políticas de qualificação e formação profissional.

Assistimos a exclusão sistemática dos direitos sociais nas relações entre capital e trabalho e os direitos adquiridos parecem ser uma instância vazia no processo de globalização, o que nos aponta um intenso processo de precarização laboral nas relações de trabalho formalizadas e informalizadas, como bem dimensionamos ao longo de nossa pesquisa. Para todos os lados, transformações cercam o universo do trabalho, consequências diretas da intensa flexibilização do atual regime produtivo.

Isto posto, ao apresentar alguns editoriais publicados no período anterior à promulgação da Constituição Nacional de 1992 e, ainda, publicações em ocasião das eleições, buscamos evidenciar a inegável pressão do jornal *ABC Color* por mudanças na política econômica do país. Notamos a reiteração da retórica do pessimismo caso os políticos não seguissem o que o periódico considerava como reformas justas e acertadas ao país, passos largos rumo ao livre mercado e ao *achicamiento del Estado*.

Nessa conjuntura de mudanças, as principais reformas promovidas no campo econômico pelo Estado foram assessoradas por organismos multilaterais internacionais, notadamente o FMI⁷⁸. A relação com o FMI remonta ao início do governo de Stroessner (1954-1989), em que ocorreu a primeira cedência de crédito financeiro, com a assinatura do acordo *Stand-by*, em 1957, destinado a estabilizar as finanças públicas e a economia paraguaia⁷⁹. Essa relação manteve-se com aportes financeiros sendo garantidos ao Paraguai ao longo de seu governo. Com a ascensão de um programa político-econômico liberal, os laços se ressignificaram, tendo o FMI e outros organismos multilaterais internacionais, como o Banco Mundial, um protagonismo e ingerência maiores no âmbito político-econômico do país. Desde a reunião que forjara o Consenso de Washington, em 1989, os organismos financeiros internacionais pressionavam para que as reformas apresentadas fossem referendadas pelos países.

Atilio A. Boron (2003) aponta algo que constatamos ao analisarmos as publicações do jornal *ABC Color*, a função eminentemente disciplinadora dessas instituições. Para o autor: “*Es por esto que la ‘capacidad disciplinadora’ del BM y el FMI ha sido eficaz sobre todo en la periferia: en América Latina y en África, muchísimo menor en Asia y nula por completo en las economías desarrolladas*” (BORON, 2003, p. 38). Apesar da incapacidade dessas instituições em regular as crescentes instabilidades dos mercados internacionais, o FMI e o Banco Mundial mantinham um protagonismo na orientação das políticas econômicas adotadas por distintos países, notadamente na relação de “supervisão” das políticas de reestruturação estatal, previamente acordadas com os técnicos de ambas instituições⁸⁰. A certificação de boa conduta permitiu aos países, que se adaptaram às reformas exigidas, a concessão de empréstimos e financiamentos, como bem retratou a publicação *La economía está desde hoy bajo la lupa del*

⁷⁸ Conforme o Artigo IV do Convênio Constitutivo, o FMI mantém diálogos bilaterais com seus membros, habitualmente todos os anos. Uma equipe de funcionários do FMI visita o país, recolhe informações econômicas e financeiras e analisa com as autoridades a evolução do país e suas políticas em matéria econômica. Os funcionários do FMI elaboram um informe que serve de base para as análises do Diretório Executivo (www.imf.org).

⁷⁹ A maior parte da assistência do FMI a países de renda média é fornecida por meio de Acordos *Stand-By* (SBA). O SBA destina-se a auxiliar os países na solução de problemas, de curto prazo, do balanço de pagamentos. O SBA geralmente tem duração de 12 a 24 meses e a amortização é feita entre 3 e 5 anos após o desembolso. O acordo pode ser firmado em caráter preventivo — isto é, o país opta por não sacar o limite aprovado, mas conta com a opção de fazê-lo se a situação se deteriorar —, seja dentro dos limites normais de acesso, seja em caso de acesso excepcional.

⁸⁰ Uma das funções centrais do Fundo Monetário Internacional é manter um diálogo com os países membros sobre as repercussões nacionais e internacionais de suas políticas econômicas e financeiras. Esse processo denomina-se “supervisão” e está estipulado no Artigo IV do Convênio Constitutivo do FMI e constitui um elemento fundamental do trabalho da instituição em matéria de prevenção de crises. O FMI exerce sua função de supervisão de três formas principais: supervisão de cada país (“bilateral”); supervisão mundial (“multilateral”); supervisão regional..

FMI, de 11/03/1992, que pontuou a presença de representantes do FMI para analisar aspectos da economia paraguaia e a importância do aval da instituição para as renegociações da dívida externa do país.

Figura 13 - Publicações sobre privatizações



Fonte: Jornal ABC Color. Assunção, 11/03/1992 (Capa); 14/05/1999, p. 12

Em outro momento, o editorial *Sin privatizaciones, no hay créditos*, de 14/05/1999, destacou a franqueza do então Ministro de Indústria e Comércio do Paraguai, Caballero Vargas, ao declarar que o governo se apresentava *etiquetado de estatista y antiprivatista* desde o início da gestão⁸¹. O editorial pontuou, porém, mudanças nos rumos governamentais à época, enfatizando existir um “*acuerdo casi unánime a la conducción económica en la necesidad de comenzar a estudiar de inmediato las privatizaciones de la mayoría de las empresas estatales, por no decir todos*” (Jornal ABC Color. Assunção, 14/05/1999, p. 12). A partir da leitura do editorial notamos como o governo paraguaio procurou adequar sua concepção político-econômica às orientações dos organismos financeiros, apesar do cenário político instável do país e dos conflitos sociais que tais adequações produziriam. Como avaliou o jornal ABC Color: “*sin privatizaciones ni reforma del Estado, al país será sumamente difícil – o imposible – conseguir créditos adecuados a sus posibilidades*”. (Jornal ABC Color. Assunção, 14/05/1999,

⁸¹ Luis Ángel González Macchi governou o Paraguai de 29 de março de 1999 a 15 de agosto de 2003. Segundo Edwin Britez (2010), o programa de reformas estatais de seu governo, baseado em privatizações das empresas públicas, fracassou ante a falta de debates com as forças sociais que compunham o cenário político paraguaio naquele período. Para o autor: “*Sindicatos, organizaciones campesinas y otros grupos sociales del Frente Sindical y Social reunidos con el fin de impedir las privatizaciones de las empresas estatales, se volvieron así la principal fuerza de choque contra las políticas de gobierno de Gozález Macchi, que flexibilizó la tradicional postura estatista del coloradismo en el afán de justificarse ante el poder económico*” (2010, p. 37).

p. 12). Nada de novo no *front*, vez que sem as reformas estatais não haveria concessão de créditos, preceito dos organismos financeiros internacionais.

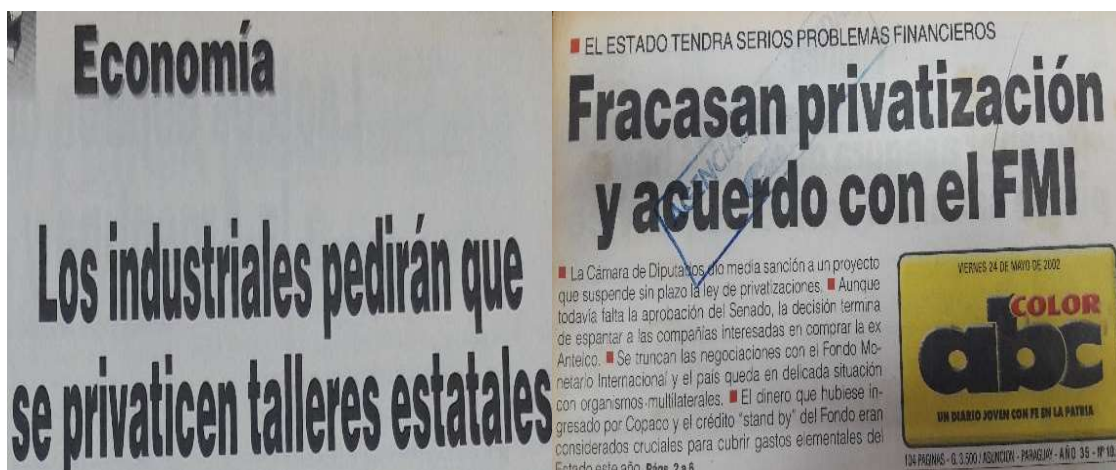
Nesse sentido, ao longo dos anos 1990 e 2000, a relação entre o Paraguai e o FMI foi marcada por consultas regulares dos técnicos do organismo internacional com o objetivo de supervisionar os parâmetros macroeconômicos e manter sob controle a política fiscal e as taxas inflacionárias do país. Como exemplo da relação de supervisão existente, utilizamos como fonte o *Comunicado de Prensa n.º. 08/187 – FMI*, sobre a revisão de desempenho do Paraguai em decorrência de um empréstimo da instituição para o país:

Conforme o documento, o país aplicou as políticas recomendadas pela instituição de forma satisfatória, estando os parâmetros macroeconômicos sólidos, quando comparados aos 25 anos anteriores. Apontou como conquistas, no período de cinco anos, a duplicação do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, a redução da dívida pública à metade, o aumento do nível de reservas internacionais, o fortalecimento do setor financeiro e a eliminação dos riscos sistêmicos. Pela perspectiva do documento, a evolução macroeconômica seguia satisfatória, a disciplina fiscal em dia e o crescimento econômico seguiria vigoroso, graças às exportações agrícolas.

Dois pontos deveriam ser fortalecidos: o reforço à situação financeira do Banco Central do Paraguai e a necessidade de reformar as empresas estatais, visando eficiência e fornecimento dos serviços prestados. Segundo o documento: “*El FMI aplaude el compromiso de las autoridades de seguir aplicando políticas macroeconómicas sólidas*” e “*El FMI espera seguir cooperando estrechamente con las autoridades paraguayas en el período venidero*” (*Comunicado de Prensa n.º. 08/187 – FMI, 2008*). O documento fez referência a temas como redução da dívida pública, disciplina fiscal, reforma das empresas estatais, o que nos remete diretamente às propostas de reforma econômica recomendadas pelo Consenso de Washington. Percebemos na fonte como o Paraguai adotou políticas de estabilização econômica inspiradas no programa, notadamente no âmbito fiscal, cambial e de abertura comercial, assim como evidencia a função disciplinadora do órgão.

Outra pauta amplamente veiculada pelo jornal nos remete a outra medida recomendada pelo documento do FMI, as privatizações das empresas estatais. Foram comuns no jornal *ABC Color* artigos, editoriais e reportagens, que apontavam a imprescindibilidade do programa de privatizações na política econômica do Paraguai. Numa breve *mirada* nas páginas do jornal encontramos várias reportagens, em distintos anos, sobre os temas apontados.

Figura 14 - Matérias sobre privatizações no Paraguai



Fonte: Jornal ABC Color. Assunção, 11/03/1992 (Capa), p. 12; 01/03/1996, p. 16; 04/05/2002, p. 14; 05/06/1998, p. 13; 24/05/2002 (Capa)

Com a promulgação da *Ley n° 126/91 - Que establece un régimen de privatización de empresas del Estado* abriu-se o caminho para transferir, total ou parcialmente, as empresas públicas produtoras de bens ou serviços, denominadas *Empresas del Estado Sujetas a Privatización*, ao setor privado. A lei permitia, ainda, a exploração de serviços ou a administração das empresas estatais, mediante concessões por tempo determinado. Definiu como *Empresas del Estado Sujetas a Privatización*, conforme art. 19: *Administración Paraguaya de Alcoholes (APAL); Flota Mercante del Estado (FLOMERES); Líneas Aéreas Paraguayas (LAP); Ferrocarril Central "Carlos Antonio López" e ACEPAR.*

Há de se registrar que desde os primeiros governos do período de democratização foram instituídos programas que visavam reformas no Estado na área econômica, como as privatizações e o incentivo à entrada de capital no país. Notadamente, o programa de privatizações deparou-se com vários obstáculos, enquanto a entrada de capitais no país

provocou uma intensa acumulação de capitais, principalmente entre a elite empresarial nacional. Sobre essa conjuntura, em particular, Mónica Nikolajczuk (2018) pondera:

Algunas medidas son elocuentes en este sentido. En el periodo neoliberal (1989-2003) se adoptó un nuevo régimen cambiario (se abandonó el sistema de cambio múltiple hacia un tipo de cambio único y libre); se liberalizaron las tasas de interés y se eliminó el crédito dirigido; se implementó la renegociación de la deuda interna; se sancionó la Ley de Adecuación Fiscal, la reforma de la Caja Fiscal y se adoptó un nuevo Código Aduanero otorgándole el grado de autonomía a la aduana. Asimismo, se llevó a cabo un poco exitoso plan de privatizaciones (2018, p. 102).

Dessa forma, entre os anos de 1999 e 2003 uma série de normas foram promulgadas com ênfase na reorganização administrativa do Estado, no contexto de reestruturação da economia nacional⁸². Porém, sem os ajustes estruturais necessários à viabilização das reformas, um programa reformista mais robusto fracassou⁸³, notadamente o plano de privatizações, o que pode ser explicado pelas crises políticas que se avolumaram no país, como o assassinato do vice-presidente do país Luis María Argaña, em março de 1999, e a renúncia do presidente Raúl Cubas, no mesmo ano, impossibilitando o debate de um projeto de reformas a longo prazo.

Essa percepção respalda-se na avaliação de Joseph Stiglitz (2003), pois as medidas liberais adotadas nos países em desenvolvimento resultaram em fracassos ao adotarem a austeridade fiscal, as privatizações, a liberalização econômica e financeira, em ritmo acelerado, sem as adequações necessárias à realidade sociopolítica dos países envolvidos, como no caso da instabilidade política do Paraguai, ao longo dos anos 1990. À medida que avançaram reformas na área econômica, reformas necessárias no âmbito social, que abrangessem setores como a educação, o mercado de trabalho, de infraestrutura não foram implementadas, acentuando a divisão social no Paraguai.

⁸² Destacamos algumas leis: *Ley n° 1535/1999 - De Administración Financiera del Estado; Ley n° 1626/2000 - De la Función Pública; Ley n° 1614/2000 - General del Marco Regulatorio y Tarifario del Servicio Público de Provisión de Agua Potable y Alcantarillado Sanitario; Ley n° 1615/2000 - General de Reorganización y Transformación de Entidades Públicas Descentralizadas y de Reforma y Modernización de Organismos de la Administración Central; Ley n° 2334/2003 - Garantía de Depósitos y Resolución de Entidades de Intermediación Financiera Sujetos de la Ley General de Bancos, Financieras y Otras Entidades de Crédito.*

⁸³ Conforme Melissa Birch (2011), no governo do presidente Juan Carlos Wasmosy (1998-2003) as principais iniciativas de política econômica como as privatizações, as reformas estatais, a modernização do setor industrial e a reforma agrária, não tiveram continuidade visto o conturbado cenário político à época. Na área das privatizações, quatro pequenas empresas estatais foram vendidas durante o governo de Wasmosy, *Líneas Aéreas Paraguayas (LAP)*, *Flota Mercante del Estado (FLOMERES)*, *Aceros del Paraguay (ACEPAR)* e uma produtora de álcool. As acusações de corrupção envolveram as negociações das empresas e fortaleceram a oposição ao programa de privatizações, em parte, consequência dos movimentos políticos e sociais contrários às privatizações. Assim, as maiores empresas de serviços públicos nunca foram privatizadas no Paraguai.

Figura 15 - Partido Colorado e pautas econômicas



Fonte: Jornal ABC Color. Assunção, 13/03/1992 (Capa); 24/05/2002, p. 3

Considerando as publicações acima, apontamos como o programa de privatizações representou um problema político ao Partido Colorado, que em vários momentos opôs-se às tratativas de privatização das principais empresas estatais do país, vez que estas garantiam a estrutura necessária para a manutenção do aparato de clientelismo incentivado pelo partido, como bem apontou Quevedo (2015): “*Estas élites, especialmente aquellas pertenecientes al Partido Colorado, se han resistido con todos sus recursos a la transformación neoliberal del Estado*” (2015, p. 49). Assim, a relação entre o Partido Colorado e o aparato estatal construiu-se sobre vínculos de caráter pessoal, não propriamente institucionais, alinhavadas por práticas de *padrinazgo* e clientelismo, práticas que se intensificaram durante o regime *stronista*.

Ademais, no tocante ao desgaste da política de privatizações, o Paraguai vivenciava um período de mobilizações sociais amparados nos movimentos *campesinos* e de trabalhadores, assim como outros atores sociais, que gozavam as liberdades pós-*stronismo*⁸⁴. Os trabalhadores e setores envolvidos na operacionalização das empresas públicas paraguaias também se opuseram às privatizações, obtendo uma vitória ao terem reconhecido no art. 111 da Constituição de 1992, a preferência nos casos de privatizações dessas empresas⁸⁵. Convém

⁸⁴ Em 1994 ocorreu a primeira marcha campesina em Assunção e, ainda, a primeira greve geral após trinta anos. Entre os anos 1994 e 1997 ocorreram três greves gerais. Na greve de 1996, um dos fatores de mobilização foi a campanha de privatizações do governo (QUEVEDO, 2015).

⁸⁵ A aprovação da *Ley n° 5102/2013 – De Promoción de la Inversión en Infraestructura Pública y Ampliación y Mejoramiento de los Bienes Y Servicios a Cargo del Estado*. Conhecida como *Alianza Público Privada* (APP) foi implementada no governo de Horácio Cartes (2013-2018) e marcou um salto qualitativo para os rumos liberais do Paraguai. Com a lei, os contratos de *Alianza Público Privada* (APP) poderiam alcançar projetos ferroviários, portuários e aeroportuários, de hidrovias, drenagem e manutenção de navegabilidade dos rios, infraestrutura elétrica, abastecimento de água e energia, projetos para equipamentos e desenvolvimento urbano, enfim, projetos que visassem investimentos em infraestrutura e serviços públicos. Com a APP os organismos financeiros internacionais, os investidores estrangeiros, os setores empresarial e industrial do país buscaram superar a

registrar que passados três décadas do fim do *stronismo* no Paraguai, o *Coloradismo* segue uma força política, com fortes alianças com os principais grupos econômicos do país, o que claramente ata o país num estado de continuidades, sem vislumbre de rompimento com *viejas prácticas*, entre elas a hegemonia partidária de longo prazo.

Para entender como a pauta sobre as privatizações das empresas estatais foi noticiada no jornal *ABC Color* queremos destacar a imagem utilizada no artigo *Banco Mundial recomienda la privatización total de Antelco*⁸⁶ (Figura 16). Por meio da materialidade da imagem percebemos uma concepção defendida pelo jornal. Três aparelhos telefônicos portentosos e um pequeno, de chapéu de palha, o *sombrero piri*⁸⁷, cercado por teias de aranha, com olhar assombrado, que remete, em uma visão jocosa, ao *campesino*, alegoria de um Paraguai arcaico, de atraso tecnológico, de inferioridade ante os grandes, deixando clara a intenção da publicação, sem considerar que possui um tom pejorativo da situação em que se encontrava grande parcela da sociedade paraguaia. Em destaque na imagem o rol de países no continente americano que abriram o setor de telecomunicações ao capital privado, em clara referência ao atraso do Paraguai nessa área.

resistência às privatizações dos governos paraguaios e do forte e influente Partido Colorado, que via nas privatizações das empresas estatais um alçôz ao seu histórico clientelismo partidário nas instituições públicas. Também buscaram suplantar a resistência dos movimentos sociais e de esquerda, que rejeitavam a presença do capital privado na estrutura estatal e o desmantelamento do Estado. Villagra (2014) considera a lei uma chave mestre para abrir as empresas e a infraestrutura pública ao capital privado, em um processo mal dissimulado de privatizações dos bens estatais do país, um pacto das forças políticas paraguaias em prol do mercado livre.

⁸⁶ Em várias publicações vimos referências à privatização da Antelco, principal empresa de telecomunicações do país e alvo constante de disputas políticas, mas que não foi privatizada. Com a alteração da empresa estatal *Administración Nacional de Telecomunicaciones – ANTELCO*, ocorrida com a *Ley n° 1615/00 de Reorganización de Entidades Públicas Descentralizadas y de Reforma y Modernización de Organismos de la Administración Central*, surgiu a *Compañía Paraguaya de Comunicaciones S.A. – COPACO* em 15 de novembro de 2001, entrando em operação em 3 de dezembro do mesmo ano.

⁸⁷ *Sombrero piri* é o nome dos tradicionais chapéus paraguaios feitos manualmente com as folhas do *karanda'y*, planta comum no Chaco paraguaio.

Figura 16 - Imagem retirada de publicação sobre privatização de empresa estatal



Fonte: Jornal *ABC Color*, Assunção, 01/03/1996, p. 16

Esse tipo de imagem contribuiu na construção da retórica sobre a necessidade das privatizações, sustentando que o aparato estatal era obsoleto, ineficiente, inflacionário, suscetível à corrupção, em contraposição ao setor privado, eficiente, competitivo e produtivo. Essa era a mensagem implícita na imagem. Ao recomendar as privatizações das empresas estatais, o jornal defendia o fortalecimento das empresas privadas, fortalecendo-as e abrindo passagem aos investimentos estrangeiros. Entendemos que os três aparelhos telefônicos maiores simbolizam a abertura aos investimentos externos e ao capital privado, enquanto o menor significaria o atraso ou o contraponto daquilo que se desejava pelo capital internacional.

A imagem impõe-se com significados polissêmicos, ora funcionando como amostra da necessidade de ampliar a tecnologia envolvida nas transações, ora podendo ser operacionalizada como um infográfico, em que as disparidades entre um e outro aparelho representam o distanciamento de um e outro modelo de economia que se desejava para o país. Pensamos logo no ditado popular “uma imagem vale mais que mil palavras” e a imagem encerra uma intencionalidade, traduz um posicionamento do conjunto editorial em outra linguagem, visual, de fácil compreensão por parte do público leitor. Como diz Milton Ribeiro (2003):

Cada página da revista deve atrair a atenção do leitor não apenas pelo teor do assunto, mas também pela harmonia do conjunto gráfico. Os elementos da composição das páginas devem manter uma arquitetura gráfica e estética própria, visando um equilíbrio harmonioso, em que ilustrações e textos estejam perfeitamente entrosados, o que despertará o prazer pela leitura e interesse pelo assunto exposto. As páginas de uma publicação devem ter em seu conjunto uma disposição estética e funcional. Cada página tem uma solução própria, mas no todo deve ter uma sequência homogênea e com o mesmo ritmo (2003, p. 405).

Não nos escapa que a diagramação surge como elemento central na produção de um jornal, onde a organização das imagens, a disposição dos títulos principais e secundários, a divisão dos espaços contribui fortemente à operação de persuadir o leitor, obedecendo ao projeto gráfico e editorial pré-estabelecido pela empresa. Na busca pelo convencimento, a utilização de imagens é um eficiente recurso. É o que percebemos ao longo das pesquisas nas edições do jornal *ABC Color*, em que vários momentos o periódico usou de imagens estereotipadas para representar o Paraguai, os cidadãos paraguaios ou mesmo fatos relevantes à época, notadamente quando noticiadas publicações no campo econômico, como vemos na imagem a seguir:

Figura 17 - Iconografia nas páginas do jornal *ABC Color*





Fonte: Jornal *ABC Color*, Assunção, 12/05/2002 (Suplemento Econômico); 27/05/2001 (Suplemento Econômico); 01/05/2002, p. 17

Ao observarmos as imagens reproduzidas nas páginas do jornal *ABC Color* constatamos como a Iconografia é um importante elemento no projeto editorial de uma empresa jornalística. Na estrutura do jornal, as caricaturas e os desenhos são elementos que buscam traduzir o posicionamento editorial não mais apenas pelo texto, mas ancorando-se na linguagem visual, de fácil compreensão, acessível ao grande público, recurso que reforça a abordagem textual. Nas imagens da figura 17 vemos o mapa do Paraguai em andrajos, em alusão à figura do *campesino*, assim como a representação do atleta paraguaio, pés descalços, que disputa a corrida entre os últimos colocados. O tom pejorativo repete-se aqui, assim como na figura 16, atrelando aos desenhos a ideia de desleixo, de inferioridade, de pobreza, de atonia intelectual, reduzindo a imagem do Paraguai a aspectos meramente jocosos e estereotipados, em inequívoca referência ao *campesino* como problema do país.

Ao abordarmos essa reflexão pontuamos como as imagens, assim como as notícias textuais, são utilizadas nas páginas dos periódicos para prestigiar um grupo aliado ou desprestigiar um adversário político, tornando os discursos defendidos legítimos ou ilegítimos, de acordo com o rol de interesses e vínculos das empresas jornalísticas, caso da referência pejorativa ao *campesino* paraguaio, um antagonista histórico do agronegócio. Temos, assim, uma mobilização do periódico em construir e delimitar espaços de visibilidade a alguns atores

sociais, relegando a outros o silenciamento e o esquecimento, inequívocas estratégias de produção de consenso e dissenso no espaço público.

Vemos claramente a instrumentalização desse recurso em *El campesino paraguayo es pobre porque es ignorante. El discurso legítimo de los medios escritos de comunicación y la lucha por la tierra*, de Jose Tomás Sánchez (2009). No trabalho, o autor aborda a atuação dos jornais impressos do país no debate sobre *la lucha por la tierra*, em uma sociedade profundamente desigual, marcada por conflitos entre os que reivindicam o acesso à terra, os grandes produtores e os *campesinos*. Para isso, buscou averiguar sobre “*la construcción de representaciones relacionadas a la lucha por la tierra, las causas y consecuencias, y los actores involucrados, en los editoriales*” (2009, p. 106).

Em um recorte temporal de pouco mais de um ano, entre abril de 2008 a agosto de 2009, o autor elencou os editoriais no jornal *ABC Color* em que constava a palavra *campesino*, destacando onze editoriais com referências diretas. O resultado demonstrou a narrativa negativa em relação aos *campesinos* paraguaios, relacionando-os à pobreza, ignorância, violência, associando-os à ideia de *haraganes que poco producen*, em contraponto aos produtores rurais, empreendedores, labutadores e com vasto conhecimento técnico. Nos chamou atenção a quantidade de editoriais com referências aos *campesinos* publicados no período de um ano, em média um por mês. Aqui vemos a reiteração das narrativas como outro influente recurso utilizado pelos jornais.

Sublinhamos como as reiterações dessas narrativas permeadas por intencionalidades reforçavam as representações que foram construídas em torno dos principais atores do sistema produtivo paraguaio e como o jornal impresso teve, e segue tendo, uma atuação indefectível nesse jogo de forças, reproduzindo discriminações e estereótipos em relação aos *campesinos*. É como diz Chartier (1990), “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (1990, p. 17). As representações delimitam ao leitor *una mirada particular*, em consonância com o posicionamento político do jornal, deslocando as experiências dos *campesinos* enquanto sujeitos históricos. Mas, para além dos *campesinos*, esse deslocamento recaía sobre quaisquer grupos que não estivessem no rol de interesses imediatos da empresa. Para Sánchez (2009) “*estas representaciones se vinculan, se refuerzan, se restan, se reemplazan o se ven modificadas en las relaciones establecidas en la comunicación*” (2009, p. 106), como vimos nas imagens que apresentamos na figura 17.

Dessa forma, pensando na afirmação de Heloisa Cruz e Maria Peixoto (2007) de que “a análise sobre o projeto editorial do jornal deve conduzir a indagações sobre suas posições e articulações sociais em um tempo histórico determinado” (2007, p. 264), é perceptível um projeto político-social que permeou o jornal na conjuntura dos anos 1990. Construiu-se uma bem articulada aproximação com os setores produtivos do país, reforçando os discursos em prol de uma maior abertura da economia e *achicamiento del Estado* como meios para suprimir o atraso e a pobreza do país, rumo à modernização econômica, assim como se construiu uma narrativa de deslegitimação dos grupos considerados antagônicos aos interesses do desenvolvimento econômico do país.

Para José Luiz Braga (2012) é da análise articulada entre os discursos apresentados pelo periódico, os discursos políticos-sociais e a conjuntura política que se apreende como os diferentes discursos se elaboram. Exemplificamos essa relação ao observarmos o espaço dedicado as notícias de estímulo à abertura econômica, assim como o espaço destacado aos segmentos que incentivavam o livre mercado. Visualizamos essa articulação quando o jornal utiliza as imagens (Figura 16 e 17), reforçando a narrativa em prol da abertura econômica e criticando o que considerava amarras ao progresso do Paraguai.

A percepção sobre a seletividade e a análise de como os temas foram tratados permitiram apreendermos as lógicas e interações do jornal *ABC Color* e percebermos como foram repassadas à população paraguaia, enfatizando o apoio às medidas de reformas estatais, a constante tentativa de influência na condução política do país e a defesa da liberalização comercial e econômica do país. Ao mesmo tempo, os espaços concedidos a alguns atores sociais e a ausência de outros tantos, demonstram as escolhas do periódico, o que para nós reflete a estratificação social do país à época.

Sob essa perspectiva, a classe produtiva, em especial o agronegócio, se beneficiou da abertura econômica, dos investimentos externos e do mercado mundial, enquanto outros atores sociais, como camponeses, indígenas e trabalhadores urbanos e rurais não vivenciaram mudanças significativas no campo social. Em especial, apontamos as mudanças no mercado de trabalho paraguaio, desde a década de 1980, reflexo dos movimentos migratórios e da crise econômica que atingiu o país. A falta de empregos provocou alterações nas relações de trabalho, acentuando a informalidade como modo laboral preponderante no Paraguai.

CAPÍTULO III

O MERCADO DE TRABALHO NO PARAGUAI: A INFORMALIDADE EM EXPANSÃO

3.1 *Migraciones, economía frágil y retrocesos del empleo: mudanças no mercado de trabalho paraguaio*

Os anos derradeiros do governo de Stroessner foram marcados por um conjunto de fatores internos e externos que levaram à interrupção do crescimento da economia paraguaia, apesar de o país ter registrado, entre os anos 1970 e 1980, uma significativa expansão dos setores financeiro, da construção civil e do comércio. Nesse período em particular, a economia paraguaia ampliou seu mercado laboral, gerando significativos postos de trabalho assalariado. No final dos anos 1980, a economia paraguaia, fortemente baseada na agropecuária extensiva e na triangulação ou reexportação de produtos no mercado regional, estagnou seu crescimento econômico. Essa estagnação inviabilizou o crescimento dos principais setores do país, provocando uma queda substancial na força produtiva e, conseqüentemente, na capacidade de geração de empregos.

A exemplo, no setor agrícola a taxa de crescimento anual passou de 2,2%, durante o período de 1972-1982, para 0,8% no período de 1982-1992. O setor da construção civil, que crescera 14,7% entre os anos 1972-1982, retraiu-se para 4,2% na década seguinte (ARCE; ZÁRATE, 2011)⁸⁸. O mercado de trabalho não ficou imune a essa conjuntura e as taxas de desemprego aumentaram consideravelmente no país. Villagra (2014) pondera que o fim dos investimentos na construção da Hidrelétrica de Itaipu Binacional causou o desemprego de milhares de trabalhadores paraguaios, que passaram a buscar novas ocupações, notadamente nas cidades de *Ciudad Presidente Stroessner*, posteriormente *Ciudad del Este*, e *Asunción*,

⁸⁸ Arce e Zárate (2011) enfatizam que apesar da crise econômica, o setor elétrico, de água/saneamento básico, de serviços apresentaram taxas de crescimento consideráveis, principalmente pela grande disponibilidade de energia elétrica e dos planos de expansão elétrica no país. A estagnação dos setores agrícola, de construção civil e financeiro acarretou uma queda na participação do mercado nacional, caindo de 42,3%, no período 1972-1982, para 34%, no período 1982-1992.

impondo aos trabalhadores outras modalidades de trabalho, como a informalidade laboral⁸⁹. Dessa forma, as questões sociais relacionadas à falta de emprego não se restringiram somente à região onde foi construída a Hidrelétrica de Itaipu Binacional, sendo uma demanda premente às portas do governo de Stroessner.

A esse movimento se somou outro processo. O êxodo rural ocorrido a partir dos anos 1980, quando os pequenos proprietários de terras abandonaram ou perderam suas terras por determinação judicial ou pela concentração fundiária, provocou a migração em direção aos centros urbanos, agravando um quadro já conturbado, ampliando os problemas sociais nas cidades paraguaias. Assim, a pobreza e a divisão social se intensificaram tanto no espaço urbano quanto no agrário, onde os *campesinos* sentiam as adversidades do modelo de produção agrícola incentivado pelo governo *stronista*.

O movimento migratório provocou o aumento considerável dos principais núcleos urbanos do país, precarizando ainda mais as condições de trabalho tanto dos oriundos do campo quanto dos que viviam nas cidades, estabelecendo uma concorrência que a parca oferta de postos de trabalho não resolveria. Assim, um contingente de *campesinos* excluídos da posse da terra e trabalhadores urbanos desempregados encontraram no mercado de trabalho informal condições de sobrevivência⁹⁰, conjuntura observada por Villagra (2014): “*el desempleo empezó a crecer dando paso a la masificación del fenómeno del trabajo informal y el subempleo, que desde entonces fue creciendo de forma incostenible hasta nuestros días*” (2014, p. 82).

⁸⁹ As primeiras indicações ao termo setor informal surgiram no início dos anos 1970 com o relatório elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a estrutura produtiva e de empregos no Quênia, no âmbito do Programa Mundial de Emprego (PME). Observou-se as condições de trabalhos desse país e o funcionamento do mercado laboral urbano local, em particular as atividades econômicas de rua, os trabalhadores por conta própria e os pequenos comércios locais, para os quais aplicaram-se o termo setor informal, em contraponto ao setor formal regulado.

⁹⁰ No Paraguai, as taxas de ocupações informais são estimadas pela *Encuesta Permanente de Hogares* (EPH), organizada pela *Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos* (DGEEC). A partir do ano de 2010 a DGEEC incorporou perguntas à *Encuesta Permanente de Hogares* que permitiram estimar o número de ocupados em situação de informalidade, assim como as características do local em que trabalhavam.

Figura 18 - Publicação sobre a crise econômica



Fonte: Jornal *ABC Color*. Assunção, 01/08/1989, p. 25

Como vimos anteriormente, nas primeiras semanas após a queda do regime *stronista*, o jornal *ABC Color* trouxe em suas páginas publicações relacionadas à economia nacional, com acenos ao setor empresarial, particularmente ao agronegócio, e da necessidade em abrir a economia ao mercado externo. Para além desses elementos, ao observarmos o quadro econômico do Paraguai nesse período, percebemos a falta de empregos como um problema social relevante, atingindo não só as duas principais cidades do país, como também as de menor porte, demarcando a informalidade como questão com forte impacto social no país.

Nesse sentido, destacamos uma pequena matéria, *Economía en crisis y su impacto social*, de 01/08/1989, em que o presidente do *Partido Demócrata Cristiano*, da cidade de *San Juan Misiones*, departamento de *Misiones*⁹¹, denunciava a existência de um problema econômico grave que afetava diretamente as camadas mais pobres. Segundo o dirigente partidário, não solucionar o problema traria consequências no plano político, vez que as camadas sociais mais pobres não tinham acesso a empregos fixos, em um quadro econômico de elevação dos preços da cesta básica, enfatizando o descaso dos parlamentares colorados e liberais em relação a esse aspecto social.

⁹¹ O município de San Juan Bautista é capital do *departamento* de *Misiones*, localizado na porção sul do Paraguai. O *departamento* é conhecido pela presença de antigas missões jesuíticas do século XVII.

Figura 19 - Publicação sobre ambulantes nas ruas de *Puerto Stroessner*



Fonte: Jornal *ABC Color*. Assunção, 05/06/1989, p. 22

Em outra publicação, de 05/06/1989, *Vendedores ambulantes preocupan a comerciantes en Stroessner*, vemos o debate sobre a informalidade prenunciando-se no cenário político-econômico do país. O jornal *ABC Color* noticiou o aumento do número de vendedores ambulantes, fato que preocupava os comerciantes de *Puerto Presidente Stroessner*, vez que os ambulantes ocupavam as calçadas e dificultavam o acesso às lojas comerciais. O jornal destacou que o número de vendedores ambulantes aumentou em proporção à chegada de turistas, o que gerou um problema social à cidade. A matéria lembrou que no ano de 1987 situação semelhante ocorrera, pois com o advento do Plano Cruzado e a melhora do poder aquisitivo do brasileiro, muitos cruzaram a fronteira incrementando as vendas no lado paraguaio.

Ao mesmo tempo favorável ao comércio local, essa situação foi apontada pelo jornal como “problema social”, devido à propagação de ambulantes, precisando o governo interferir e desalojar sete mil pessoas das ruas da cidade. Enfatizamos aqui a marginalização dos vendedores ambulantes. Para Francisco Ramires (2001), qualquer referência aos direitos dos ambulantes não faz sentido, pois comumente são vistos como estorvos por ocuparem as ruas e calçadas, atrapalharem a circulação das pessoas e veículos, um incômodo aos comerciantes que pagam impostos, ou seja, estigmatizados no cotidiano e sem o reconhecimento de seu lugar social nos espaços urbanos.

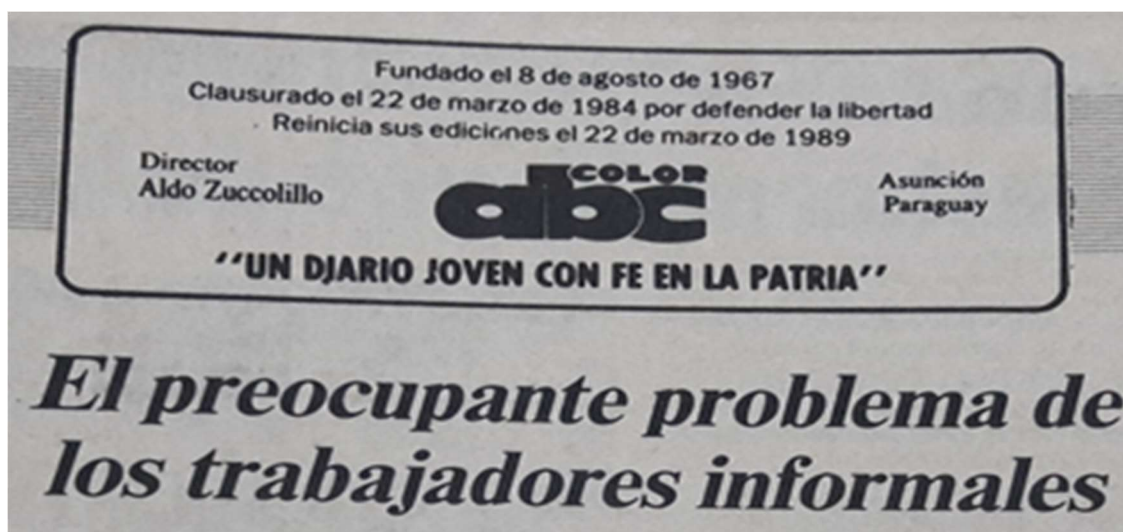
E essa percepção é referendada pelo jornal *ABC Color* ao vermos a ênfase do periódico em abordar os problemas sob a perspectiva dos comerciantes, sem problematizar a situação dos trabalhadores informais, suas vulnerabilidades enquanto trabalhadores instáveis, à margem da proteção legal. Não nos escapa a afirmação sobre a interferência do governo *stronista* em relação a presença dos ambulantes nas ruas da cidade, evidenciando o tratamento

dado pelo governo às questões que abrangiam as relações de trabalho. Sobre a inépcia do governo *stronista* diante das questões econômicas e sociais do país, Birch (2011) observou:

En los últimos 20 años del gobierno de Stroessner se prestó muy poca atención a los ajustes estructurales necesarios para acompañar un alto crecimiento poblacional, rápidos avances tecnológicos y relaciones internacionales cambiantes, tanto a nivel global como regional. Durante la última década del régimen de Stroessner, el dictador solo atinaba a remiendos antes que cambios sustanciales en la política económica, para hacer frente al declive y posterior estancamiento económico (2011, p. 252-253)

Nesse sentido, entendemos que as notícias apresentadas nas figuras 18 e 19 evidenciam que a informalidade era um dilema posto desde o regime *stronista*, que perante a conjuntura negativa da economia, aliada à corrupção sistemática de sua gestão, inviabilizou políticas econômicas e públicas que atendessem às demandas sociais, particularmente no campo econômico e de geração de empregos. A falta de empregos intensificou a presença do trabalho informal no país, sendo este uma perspectiva real de trabalho aos paraguaios, vide a conjuntura de estagnação econômica, carência de empregos e migração campo-cidade que vivenciava o país.

Figura 20 - Editorial sobre a situação dos trabalhadores informais



Fonte: Jornal *ABC Color*. Assunção, 19/05/1991, p. 10

Em outro momento, o editorial *El preocupante problema de los trabajadores informales*, de 19/05/1991, apresentou os *desocupados disfrazados* como um problema que assolava as ruas de *Asunción* e de *Ciudad del Este*, as duas maiores cidades do país, evidenciando a preocupação com o crescimento da informalidade nas principais regiões urbanas do país. O mote da discussão do jornal consistiu em como a informalidade dificultava a mobilidade urbana e concorria diretamente com o comércio formal. Vinculava o aumento dos

trabalhadores informais nas ruas ao decréscimo da indústria paraguaia, da agricultura que não absorvia a demanda de mão de obra disponível e à saturação do setor de serviços, deixando a população à margem dos empregos regulamentados.

A proposta apresentada pelo periódico seria o fortalecimento produtivo, a capacitação gerencial e acesso à educação, mediante a profissionalização da mão de obra e capacitação tecnológica, conjunto este amparado por um marco institucional apropriado, distinto do que vigorava à época, pois suas travas e custos apenas difundiam o crescimento da informalidade no mercado de trabalho. A tese apresentada pelo editorial não se desvinculava das análises de distintos analistas do país, porém distanciava-se do mote social, do debate sobre os elevados números da pobreza no país, a exemplo, da situação do pequeno trabalhador rural paraguaio, cada vez mais alijado de sua capacidade produtiva e que migrara às cidades em busca de trabalho, provocando o aumento significativo da população urbana do Paraguai, tendo como resultados o inchaço urbano e suas mazelas sociais, dentre elas o desemprego.

Figura 21 - Editorial em referência ao Dia Internacional do Trabalhador



Fonte: Jornal ABC Color. Assunção, 01/05/2002, p. 12

Ao observarmos outro editorial *Desesperante situación de los trabajadores en su día*, em 01/05/2002, veiculado em alusão ao Dia Internacional do Trabalhador, notamos uma reflexão sobre a corrupção e suas sequelas ao trabalhador paraguaio, apresentando um panorama da condição laboral no início dos anos 2000. Pela perspectiva do jornal era um dos piores momentos da história do país, marcado por profunda corrupção *económica, política y moral*, deixando em situação alarmante os trabalhadores, principalmente os jovens, os não

qualificados e as mulheres. A corrupção sistêmica foi destacada como uma *desgracia* à nação e, juntamente com a inépcia da Administração, contribuiu para a paralisação da economia paraguaia, o fechamento de empresas e, conseqüentemente, a diminuição dos postos de trabalho.

Segundo o editorial, a população em geral foi a mais atingida com a desvalorização da moeda, queda do emprego e da renda, o aumento da pobreza extrema. A solução passaria pela modernização da anacrônica legislação laboral e reformas no Estado, questões estas percebidas por Villagra (2014) ao apontar a incapacidade da economia nacional de impulsionar o desenvolvimento das potencialidades produtivas e de integrar a população aos circuitos produtivos nacionais.

Quadro 2 - Urbanização - Paraguai (1950-2002)

Censo	População				
	Total	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1950	1.328.452	459.726	868.726	34,61%	65,39%
1962	1.819.103	651.869	1.167.234	35,83%	64,17%
1972	2.357.955	882.345	1.475.610	37,42%	62,58%
1982	3.029.830	1.295.345	1.734.485	42,75%	57,25%
1992	4.152.588	2.089.688	2.062.900	50,32%	49,68%
2002	5.163.198	2.928.437	2.234.761	56,72%	43,28%

Fonte: Censo Nacional de Población y Viviendas, 2012, p. 14

Como vemos nos dados do quadro 2, o espaço urbano paraguaio modificou-se a partir da década de 1990. Se até os anos 1980, o campo concentrava a maior parte da população, nos anos 1990 observamos um significativo aumento dos principais núcleos urbanos do país, destaque para as áreas metropolitanas de *Asunción* e *Ciudad del Este*. A porcentagem da população residente nas áreas urbanas em 1950 era de 35% e projeções apontam a inversão dos números para o ano de 2025, quando 35% da população residirá nas áreas rurais (*Población en el Paraguay 1950-2025*, DGEEC).

O aumento progressivo da população urbana, desde os anos 1950, ocorreu em sentido inverso à população rural, que se retraiu de 65,4% para 43,3% no mesmo período. Em 2002, o Paraguai consolidou-se como um país predominantemente urbano, com 56,7% de concentração populacional nas áreas urbanas e 43,3% na área rural, levando “*que contingentes cada vez mayores de campesinos sigan engrosando la pobreza y el desempleo urbano con graves efectos sociales de exclusión e inseguridad*” (PNUD, 2010, p. 86).

Há que se pontuar que os deslocamentos rural-urbano foram legados da intensa concentração de terras, iniciadas ainda no governo de Stroessner, e que seguiu durante o processo de democratização, vez que este não rompeu com a essência oligárquica paraguaia e manteve uma política de desintegração das pequenas propriedades rurais, base da forma de viver dos *campesinos* paraguaios. Em nossa pesquisa observamos esse movimento nas narrativas de algumas entrevistadas que residiam, quando crianças e adolescentes, na área rural, comumente denominada *la campaña*.

As narrativas deixaram transparecer as dificuldades da vida no campo, sendo comuns referências à pobreza e às dificuldades de acesso às escolas, como nos disse Venancia A., 50 anos, paraguaia, ensino fundamental, residente em Pedro Juan Caballero, empregada doméstica há 30 anos: “*nosotros somos once hermanos y no tuvimos la oportunidad de estudiar*” (Entrevista: Venancia A., Pedro Juan Caballero, 2020). A migração para a cidade foi o caminho para a família, primeiramente para *Concepción, Asunción* e, por último, Pedro Juan Caballero, desde então a entrevistada trabalha como empregada doméstica, sempre na informalidade. Outra entrevistada, Barcilia C., 42 anos, paraguaia, ensino médio, residente em Pedro Juan Caballero, costureira, expôs situação parecida:

Yo me iba y venía. Donde nosotros vivíamos no había escuela. Entonces mis padres se mudaron en Cuero Fresco, que queda sobre la ruta 5° (...). Porque no era pues fácil, porque son lejos. Eso era en la época de Stroessner (Entrevista: Barcilia C., Pedro Juan Caballero, 2019).

Ao afirmar que *yo me iba y venía* a entrevistada lembrou as idas e vindas da família pela área rural de *Paso Mbutú*, departamento de *Concepción*, em busca de escolas para as crianças, no final dos anos 1980. A entrevistada relatou que perante as dificuldades em frequentar a escola, os pais a deixaram, juntamente com uma irmã, com uma família de amigos para que pudessem estudar, situação que considerou como “*no era lo mejor, yo y mi hermana ya no queríamos irnos en la casa ajena*” (Entrevista: Barcilia C., Pedro Juan Caballero, 2019).

Depois de muitas idas e vindas, os pais deixaram o campo em direção a Pedro Juan Caballero, onde a mãe de Barcilia se estabeleceu como costureira, atividade laboral que os três filhos seguiram. O que notamos nas falas das entrevistadas são os movimentos em direção às cidades em busca de melhores condições, o que nos ajuda a compreender a relação entre os deslocamentos da população rural rumo às zonas urbanas e o aumento da informalidade nas cidades, o que se evidencia nas atividades laborais informais que seguiram os familiares de ambas, segundo nos disseram.

Diego Brun (2010) avalia que o panorama rural paraguaio se alterou nos anos 1990 e 2000. Se por um lado, a superfície dedicada à agricultura aumentou em 20%, o que incentivou o crescimento da agricultura comercial, por outro lado tivemos a desintegração da agricultura *campesina*, o que trouxe profundas consequências sociais ao país, entre elas a expulsão dos *campesinos* da área rural do país. Quando analisada a questão da migração rural-urbano notamos como o avanço da produção da soja e a atividade de pecuária em níveis empresariais aprofundaram a crise da agricultura *campesina*, provocando o que Sebastián Bruno (2017) classifica como “*un daño inmenso al imaginario existencial y simbólico del mundo campesino, sin contar el grave deterioro medioambiental de sus agrotóxicos*” (2017, p. 30).

No trabalho *La chipa y la soja - La pugna gastro-política en la frontera agroexportadora del Este paraguay*, Richard Doughman (2011) analisa as transformações provocadas pelo agronegócio, firmadas na agricultura mecanizada e na pecuária extensiva, sobre o sistema alimentar *campesino* na região leste do Paraguai. Ao longo do estudo aponta a perda de suas propriedades e a destruição e contaminação por agrotóxicos do meio ambiente, o que implicou no rompimento, entre uma geração e outra, sobre a forma de *ejercer la agricultura*. Assim, o predomínio do sistema mecanizado de produção, voltado à exportação, em detrimento da produção local, familiar, de subsistência, levou a “*conflictos que se generan entre dos sistemas alimentarios espacialmente yuxtapuestos*” (DOUGHMAN, 2011, 44). A desintegração da agricultura *campesina* levou muitas famílias a abandonarem suas propriedades para experimentarem estratégias diversas de sobrevivência, como o arrendamento de terras, trabalhar fora de suas propriedades e a migração provisória ou permanente, notadamente em direção aos núcleos urbanos do país. Sobre a produtividade da agricultura familiar *campesina*⁹², Richard Doughman (2011) pondera:

Aunque, por cierto, la diversidad de las especies que se cultivan ha disminuido en los últimos años como resultado del debilitamiento de la agricultura campesina en general, aún hay comunidades en el país que cuentan con trece variedades de maíz bajo cultivo, y es normal encontrar cuatro o cinco variedades cultivadas en la misma chacra (2011, p. 225).

⁹² A designação agricultura familiar *campesina* surgiu no bojo da *Ley n° 1863/2002*, que estabeleceu o Estatuto Agrário. O *Registro Nacional de la Agricultura Familiar (RENAF)* foi criado em 2007 e considera agricultores familiares os produtores cuja principal fonte de renda familiar é a agricultura, em lotes de até 20 hectares, na região Oriental do Paraguai, e até 50 hectares na porção Ocidental do país. Para mais informações sobre a *Agricultura Familiar Campesina (AFC)* ver: RIQUELME, Quintín. *Ley de la Agricultura Familiar Campesina en Paraguay, Ley n°6286: logro y desafío para las organizaciones campesinas e indígenas*. Asunción: Centro de Documentación y Estudios (CDE), 2020; PNUD. *Cuaderno de Desarrollo Humano n° 7 - Sector rural paraguay: una visión general para un diálogo informado*. Paraguay, 2010.

Ainda que a variedade de produtos cultivados seja um traço marcante da agricultura *campesina*, a diminuição dos números de produtores ligados a essa modalidade de cultivo é um fato no quadro produtivo do país, como bem apontou o autor. É o que constatamos ao analisarmos os dados referentes à evolução da agricultura paraguaia entre os anos de 1991 e 2008.

Quadro 3 - Evolução da agricultura no Paraguai - produtos agrícolas (1991-2008)

Produto	Produtores			Superfície Cultivada (Ha)			Produção (Ton)		
	1991	2008	Variación %	1991	2008	Variación %	1991	2008	Variación %
Algodão	189.554	53.474	-71,79%	414.691	66.256	-84,02%	631.728	63.760	-89,91%
Soja	26.720	27.735	3,80%	552.657	2.463.510	345,76%	1.032.676	6.311.794	511,21%
Milho	211.692	195.184	-7,80%	243.215	858.101	252,82%	401.339	2.471.711	515,87%
Trigo	3.939	5.589	41,89%	153.837	381.028	147,68%	240.538	799.632	232,43%
Cana-de-açúcar	29.672	20.551	-30,74%	55.879	81.885	46,54%	2.817.091	5.079.612	80,31%
Mandioca	229.462	225.327	-1,80%	175.572	170.694	-2,78%	*	2.218.530	
Girassol	239	1.958	719,25%	253	99.139	39085,38%	239	191.075	79847,70%
Gergelim	*	40.869		*	69.857		*	50.049	

*sem dados disponíveis Fonte: Censo Agropecuario Nacional 2008/Paraguay

Buscamos evidenciar, a partir da análise dos dados, a tendência de concentração fundiária que ocorreu no país desde os anos 1970, acentuando-se na década de 1980, sob os impactos da estrutura produtiva empresarial e agroexportadora moldada no país, movimento que se estendeu ao longo dos anos 2000, como apontam os dados do PNUD/2008, “*el 1% de las exportaciones de más de 1.000 hectáreas concentra el 77% de la superficie total de las tierras rurales*” (2008, p. 18).

Da análise do quadro, vemos a concentração de terras em torno da produção do milho e da soja, em destaque a sojeira, vide a superfície dedicada à sua produção quadruplicar em menos de duas décadas, passando de 552.657 hectares, em 1991, para 2.463.510 hectares, em 2008, apesar do número de novos produtores ser apenas de 1.015 no mesmo período. Neste período, a produção de soja ampliou-se de 1.032.676 para 6.311.794 toneladas e a de milho passou de 401.339 para 2.471.711 toneladas, demonstrando a importância do setor agrícola extensivo na economia nacional⁹³, que pode ser observada no valor da exportação de soja no ano de 2008: “*los productos más relevantes para la exportación al 2008 constituyen la soja*

⁹³ Constata-se a importância do setor agrícola na economia paraguaia ao verificar-se que mais da metade da produção do setor secundário no ano de 2008 relacionava-se com o setor primário nacional: “*Igualmente relevante es el nivel de exportaciones de los sectores agrícola, ganadero e industrial que procesan insumos del sector primario, y que en conjunto representan las dos terceras partes de las exportaciones totales al 2008* (PNUD, 2010).

(US\$ 1.485,3 millones), la carne (US\$ 708,5 millones) y aceites (US\$ 507,2 millones)” (PNUD, 2010, p. 16).

Em oposto, cultivos tradicionalmente produzidos pelos *campesinos*, como o algodão, decaíram substancialmente, tendo a produção algodoeira reduzido em mais de 90% no período (PNUD, 2010, p. 16), comprometendo a viabilidade dos trabalhadores rurais em suas pequenas propriedades, assim como comprometeu uma maior absorção de mão de obra que esses cultivos exigiam⁹⁴. Foi justamente esse processo de desintegração do modo de produzir do *campesino* paraguaio que provocou um movimento migratório no país, reconfigurando a relação espacial entre o rural e o urbano, nos idos dos nos 1980 e 1990. Ao observarmos o panorama nacional mais atual, vemos que a situação de vulnerabilidade ainda permeia a existência da maior parte da população rural. É o que aponta o PNUD/2010:

La población urbana ocupada posee un mayor nivel de educación que la rural. Mientras que las dos terceras partes de la población urbana tiene 7 años de estudios o más, la población rural con similar nivel de educación no alcanza la tercera parte. Por último, la mitad de la población rural se encuentra en situación pobreza, y la mayoría de ella en pobreza extrema. Los niveles de pobreza en el sector urbano son menores, y prevalece la pobreza moderada (2010, p. 20).

Como se constata, as vulnerabilidades perpassam a vida produtiva e social da população rural no Paraguai, grupo social em que os índices de alfabetização e pobreza atingem números expressivos quando comparados à população urbana, como vemos na fala de Francisca M., 45 anos, paraguaia, ensino fundamental, residente em Ponta Porã, diarista. Nos mostrou, a partir de sua trajetória pessoal, assim como a de Venancia A. e Barcilicia C., a dinâmica dos movimentos migratórios do rural ao urbano, no início dos anos 1990. A entrevistada morava *en la campaña*, em *Paso Barreto, departamento de Concepción*, com oito irmãos e os pais, e aos dezessete anos foi para Assunção trabalhar como *niñera* (babá). Contou-nos que o trabalho doméstico foi o caminho dela e de suas irmãs e era comum a prática de levar as jovens da área rural à capital para trabalharem como *niñeras* ou *empleadas domésticas*, vez que a pobreza impossibilitava a permanência no campo: “*siempre ellos vienen a buscar de la campaña para llevar y por eso era que yo me fui (...) antes solo de la campaña nomás lo llevaba para crear, cuidar de las criaturas, de empleada*” (Entrevista: Francisca M., Ponta Porã, 2020).

O fragmento da entrevista de Francisca M. demonstra as contradições no campo vivenciadas no Paraguai no processo de abertura econômica, em que a pobreza e a falta de

⁹⁴ Tradicionalmente o algodão e o gergelim são os principais cultivos voltados ao mercado externo, enquanto a produção de mandioca, *poroto*, milho, amendoim, frutas, hortaliças, leite e seus derivados, criação de animais de pequeno porte atendem ao mercado interno e a subsistência dos *campesinos*.

perspectivas empurravam seus moradores às cidades, enquanto o país vivenciava um período de crescimento econômico concentrado na produção agrícola extensiva, beneficiando diretamente os médios e grandes produtores rurais, não raras vezes estrangeiros, sobretudo brasileiros. Particularmente, o modelo econômico baseado na produção e exportação agrícola dificultou a oferta de oportunidades de trabalho às mulheres.

Há que destacarmos que as vulnerabilidades da população rural são agravadas pelas representações que alguns meios de comunicação e setores produtivos dominantes constroem e reiteram, entre a população em geral. No documento *Concentración de tierras y producción en Paraguay - Análisis comparativo de los censos agropecuarios de 1991 y 2008*, Quintín Riquelme e Regina Kretschmer (2016) nos mostram as narrativas dos setores hegemônicos que atribuem a crise *campesina* à “cultura” e “mentalidade” desses trabalhadores, com sua falta de capacidade de trabalho, de disciplina laboral, resistência à incorporação de inovações tecnológicas no campo, em contraponto ao modelo do agronegócio, eficiente, moderno, eficaz, gerador de desenvolvimento ao país.

Os autores sustentam que a concentração de terras e o controle da produção agrícola por parte de grupos transnacionais, promoveram o deslocamento do campesinato e sua inviabilidade como setor socioeconômico. Ao se inserir no jogo do mercado livre e da competitividade, o Paraguai não ficou imune às implicações políticas-sociais dessa inserção e nesta relação o campesinato paraguaio foi, e ainda é, o elo fraco na disputa por maior produtividade e mercados consumidores. As imagens elaboradas pelas narrativas apontadas pelos autores, reforçam e se aproximam das imagens utilizadas pelo jornal *ABC Color* (Figura 17), em que o *campesino* é relacionado ao atraso, à indolência, à ineficiência. Consideramos que esses discursos são permeados pelos interesses da classe hegemônica agrária e buscavam neutralizar os debates sobre as desigualdades sociais existentes no cenário fundiário do Paraguai.

A conjuntura apresentada esboça o processo de *descampesinización*, em que as famílias campesinas perdem suas características socioculturais, como a perda de suas propriedades e a ruptura de redes sociais e simbólicas, o que provocou uma desagregação do núcleo familiar *campesino*. Esse fenômeno marcha junto a outro igualmente impactante, a *desagrarización*, com a diminuição da contribuição das atividades agrícolas na geração de rendas das famílias, o movimento migratório e o envelhecimento da população rural. Os impactos destes movimentos foram imensos e permeados por conflitos. Segundo o PNUD (2010):

Entre los Censo de 1991 y 2008 desaparecieron 17.572 fincas (5,7%), con mayor rapidez las menores de 1 ha (18,9% em superficie y 29,1% en cantidad); y las de 20 a menos de 50 ha (27,7 y 27,5% en superficie y número respectivamente). La cantidad de productores individuales decreció en 25.481 (8,4%). Como consecuencia de la caída del número de fincas y del total de superficie detentada por la AF, se redujo la cantidad de miembros residente en el hogar en 521.135 personas (32,6%) (2010, p. 86).

Em *Informalidad y Pobreza en America Latina*, Guillermo Rosenbluth (1994) contextualizou o Paraguai, no período final dos anos 1980 e início de 1990, entre os países latino-americanos com menor nível de desenvolvimento e com forte influência do setor agrícola, o que implicou em oportunidades de empregos, qualidade das ocupações e qualificação da mão de obra inferiores aos países com desenvolvimento ancorados no capital financeiro e na industrialização, caso do Brasil e da Argentina. Para o autor:

Las consecuencias fueron: una estructura productiva poco desarrollada, con débiles articulaciones intersectoriales, y como contrapartida, un elevado contingente de la fuerza de trabajo en trabajos asalariados temporales o actividades por cuenta propia de muy baja productividad. Esta modalidad económica condicionó el desarrollo social, limitando los espacios de participación popular y el alcance de las políticas sociales (1994, p. 165-166).

Temos assim uma estrutura produtiva limitada e limitante, que não permitiu a diversificação de atividades econômicas, fiando-se estreitamente no agronegócio, excluindo importantes atores sociais, como *campesinos* e indígenas, do processo produtivo do país. Dessa forma, a população rural pobre e alijada da terra não figurou como um setor ativo e organizado na disputa política do país, vinculando os que permaneceram no campo à informalidade rural, tópico pertinente, mas que não será escopo de debate neste trabalho⁹⁵. Assim, “*la informalidad en el medio urbano ha resultado de la oferta de mano de obra, determinada por el crecimiento natural y las migraciones (...)*” (ROSENBLUTH, 1994, p. 168).

Essa análise é partilhada por Fernando Masi (2002), que aponta o aumento do número de trabalhadores no setor informal teria como origem a deterioração dos níveis de rendimentos na área rural, consequência da diminuição da produção de algodão entre os *campesinos*, a falta de diversificação de cultivos para pequena e média produção e aumento da produção extensiva, ao mesmo tempo em que se ampliaram as atividades informais voltadas ao comércio de importação e reexportação de produtos, notadamente de produtos ilegais.

⁹⁵ Sobre a população ocupada em atividades informais nas áreas rurais, a *Encuesta de Hogares 1997/98-2008*, mostra que no ano de 1998 atingiu 94,9%, enquanto em 2008 alcançou 93,3%. Dados do *Observatorio Laboral* (2016) revelam que em 2005 somou 94,1%, enquanto em 2014 alcançou 88,6% do total de ocupados. Segundo o PNUD/2010: “*casi la mitad de la población rural trabaja por cuenta propia, una cuarta parte en el sector privado como empleado u obrero y otra cuarta parte como familiar no remunerado*” (2010, p. 20).

Esta conjuntura particular de importação e reexportação de produtos foi um importante aspecto da economia paraguaia no processo de abertura econômica, na década de 1990. Entre 1991 e 2000 as reexportações superaram as exportações no Paraguai, daí a importância da triangulação comercial no sistema produtivo do país, principalmente em relação ao Brasil⁹⁶. Ao mesmo tempo em que foi um importante elemento na economia nacional nos anos 1990, a triangulação comercial movimentou as fronteiras nacionais com o Brasil e a Argentina, não necessariamente pelos caminhos da legalidade, com a crescente comercialização de produtos ilegais e intensa mobilização de trabalhadores informais na fronteira entre esses países.

Esse movimento é apontado por Rosana Pinheiro-Machado (2009) ao analisar a rota transnacional de circuitos informais, seguindo uma cadeia produtiva do começo ao fim, situando a rota China-Paraguai-Brasil. O *boom* da economia chinesa ocorreu a partir dos anos de 1980, materializado na produção de pequenas mercadorias *made in China*, notadamente o mercado de bugigangas e falsificações, com amplas repercussões no circuito econômico do Paraguai. Diz a autora:

Quando trato de informalidade na rota China-Paraguai-Brasil, estou fazendo referência a uma cadeia comercial específica, conectada por redes sociais, que gira em torno de mercadorias singulares e envolvendo níveis de contrabando. Nesse circuito, no qual estão produtores de um lado e sacoleiros de outro, é perpassado um sistema em que a informalidade é preponderante devido aos próprios mecanismos ilegais que ele necessita envolver. Em outras palavras, a informalidade e a transnacionalização são da natureza desse mercado, que prima pela larga-escala de produção, exportação e distribuição graças à valorização da quantidade e, sobretudo, do preço baixo. É justamente a fácil acessibilidade produtiva e de consumo que promove uma vasta cadeia de empregos (informais) da China ao Brasil (2008, p. 120).

Estendemos a análise da autora ao Paraguai, *locus* especial da venda de mercadorias *made in China* pelos paraguaios há décadas. É comum nas ruas das cidades paraguaias a comercialização dos produtos chineses, em destaque as cidades que fazem fronteira com o Brasil, a exemplo *Ciudad del Este*, *Salto del Guairá* e *Pedro Juan Caballero*. A proximidade espacial transformou a região em palco de intensas trocas comerciais, nem sempre inseridas nos trâmites legais, o que faz do contrabando e do descaminho questões problemáticas às

⁹⁶ Verónica Serafini (2008) considera que a triangulação comercial no Paraguai foi favorecida pela proximidade geográfica com o Brasil e a Argentina, principalmente da cidade de *Ciudad del Este* e, ainda, os baixos custos da entrada e saída de produtos, incentivos fiscais e facilidades para instalação de lojas, assim como os câmbios vantajosos.

autoridades brasileiras⁹⁷. A autora aponta a complexidade envolta nos conceitos de (in)formal, (i)legal e (i)lícito no sistema econômico dos países envolvidos, em especial no Paraguai, em que a linha de ilegal/legal é tênue e porosa, vez que muitas autoridades paraguaias “deixam passar” as mercadorias, pois há a percepção de que essa modalidade de comércio é vital para o país⁹⁸.

Alejandro Grimson (2000) ressalta como nas fronteiras a tensão entre legalidade e ilegalidade é parte constitutiva do cotidiano da população. As transações comerciais são abordadas de forma distintas pelo Estado e por quem vive no local. O que o Estado considera como contrabando, o popular entende como atividade normal. Assim, constroem-se redes de vendedores ambulantes, atravessadores, passadores, laranjas, que driblam os controles governamentais e contam com a leniência de funcionários públicos com interesses numa fronteira flexível, com pouco controle.

Feitas estas considerações sobre o sistema produtivo paraguaio, vimos como a inviabilidade dos pequenos proprietários de terras acentuou a migração interna em direção aos núcleos urbanos nos idos dos anos 1990, que sem a devida estrutura habitacional, de saneamento básico, de sistema educacional e de acesso aos empregos, provocou o aumento desordenado das periferias e das condições insalubres de seus habitantes, configurando o que Sebastián Bruno (2017) denominou *cordones de marginalidade* na periferia dos núcleos urbanos do Paraguai.

Essa nova configuração espacial, com novas modalidades laborais, levou Daniel Mendonça (2007) a esboçar um panorama das condições socioeconômicas do grupo populacional mais pobre do Paraguai, que se distinguiu por ser composto por elevado número de membros familiares, elevado número de mulheres como chefes de família, baixo nível de escolaridade e aprendizagem e elevado número de semianalfabetos. Partilhavam, ainda, a falta de acesso aos serviços básicos de saneamento, educação, saúde, moradia. Por fim, e não menos adverso, vivenciavam elevados níveis de desemprego e subemprego tanto na área rural quanto na urbana.

⁹⁷ O artigo 334 do Código Penal Brasileiro tipifica os crimes de Descaminho e Contrabando. No Paraguai, o contrabando está previsto no artigo 336 do *Código Aduaneiro*.

⁹⁸ Sobre esse tema, na tese *História de Trabalhadores e do Trabalho na fronteira Brasil - Paraguai (1960-2015)*, a autora Cíntia Fiorotti (2015) analisou as relações entre o processo e assimilação sobre o significado de fronteira, a criminalização das práticas sociais e organização dos trabalhadores na região de *Salto del Guairá* (Paraguai), Guaíra (Paraná) e Mundo Novo (MS), enfatizando as experiências de vendedores e atravessadores de mercadorias, problematizando os tipos de trabalhos que transitam entre o informal/formal e/ou legal/ilegal, nessa região fronteiriça. Em outra frente, mas também observando a fronteira e a informalidade, temos o trabalho de Luiz Felipe Rodrigues (2019), “Alho, *patrona*?”: cartografias da tríplice fronteira Argentina-Brasil-Paraguay entre gentes ambulantes.

O movimento de migração rural-urbano implicou em maior pressão sobre a oferta por postos de trabalho nas cidades paraguaias, em uma conjuntura de fraco crescimento dos setores econômicos do país, o que deslocou os trabalhadores às relações de trabalho precarizadas, ao subemprego, à informalidade, modalidades de trabalhos possíveis e, para alguns, único meio de sobrevivência nas regiões mais empobrecidas das cidades. O conjunto destas condições socioeconômicas nos ajuda a compreender a extensão de trabalhadoras e trabalhadores paraguaios em ocupações informais no país.

3.2 Paraguai e o mercado de trabalho: a informalidade em expansão

3.2.1 A informalidade e a precarização laboral

As distintas abordagens revelam a polissemia envolta na conceituação sobre a informalidade. Anita Kon (2004) observa que as linhas teóricas conceituais sobre a economia informal apontam que esta é uma noção cujas fronteiras sociais e econômicas estão em constante movimento, sendo impraticável uma definição precisa e mensurável. Alguns observam a informalidade como uma estratégia de sobrevivência, sendo decorrência da insuficiência da economia em oferecer empregos à mão de obra disponível no mercado de trabalho. Outro enfoque analisa a informalidade a partir das atividades não legalizadas, que não cumprem as regulamentações, a legislação laboral, tributária, fiscal, comumente denominadas como economias subterrâneas, invisíveis, marginais.

Outros apontam que as modificações ocorridas no mercado de trabalho nas últimas décadas são mudanças provenientes da própria reestruturação do capital, em que o trabalho assume uma nova morfologia, sendo a informalidade uma alternativa de trabalho, gerador de ocupação e renda a parte significativa da população de alguns países, denominada por muitos como nova informalidade.

No contexto da atual fase de produção capitalista, novas formas de produção conduziram a novas relações de trabalho e ao surgimento de tendências como a desregulamentação dos direitos sociais, a precarização das condições de trabalho, o desemprego e o crescimento da presença feminina no espaço laboral. A forma como o emprego era compreendido foi deslocada, rompendo-se com a proteção social que amparara os trabalhadores desde o final da Segunda Guerra, acenando aos trabalhadores com atividades laborais atípicas, flexibilizadas, não regulamentadas. Nesse sentido, Giovanni Alves (2007) observa que o

processo de precarização do trabalho possui um sentido de perda de direitos acumulados, pelas mais diversas categorias de trabalhadores assalariados. A precarização atinge os trabalhadores e seus direitos, em um contexto de flexibilização do trabalho.

É o que vemos em *Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?* em que Ricardo Antunes (2011) esboça uma *fenomenologia* aos modos de ser da informalidade, apontando uma acentuada ampliação de trabalhadores submetidos à contratos temporários, sem estabilidade, sem registro formal, trabalhando dentro ou fora das empresas, sendo o desemprego uma ameaça constante à vida laboral precarizada desses trabalhadores urbanos e rurais. O autor destaca distintos grupos inseridos nesse *modo de ser da informalidade*: os trabalhadores informais tradicionais, os trabalhadores informais assalariados sem registro e trabalhadores informais por conta própria.

Os trabalhadores informais assalariados sem registro compõem o contingente à margem da legislação trabalhista, uma vez que perderam os vínculos contratuais que caracterizam o trabalhador *registrado*, passando da condição de assalariado com contrato para assalariado sem contrato, alijando-se da proteção legal e dos direitos pertinentes à categoria. Para Antunes (2011), essa condição expande-se no mundo do trabalho devido à racionalidade do capital, que impele as empresas à intensa flexibilização do “trabalho, da jornada e da remuneração, o que aumenta a responsabilização e as competências, criando e recriando novas relações e formas de trabalho que com frequência assumem feição informal” (2011, p. 410).

Os trabalhadores informais por conta própria, por sua vez, contam com sua própria força de trabalho ou de familiares e podem, por vezes, subcontratar força de trabalho assalariada. Essa relação vislumbra-se na propagação de pequenos negócios vinculados às grandes empresas, nas áreas de produção, comércio e prestação de serviços, em que os pequenos proprietários informais operam em áreas que não atraem investimentos, atendendo às demandas específicas das grandes empresas. Essa estratégia de funcionamento dos pequenos negócios ocorre devido à impossibilidade de concorrerem com as grandes empresas capitalistas (ALVES; TAVARES, 2006).

No esforço em compreender a informalidade, Maria Cacciamali (2000) propõe, no início dos anos 2000, o referencial teórico *Processo de Informalidade*⁹⁹ em que investiga a

⁹⁹ Sobre o Processo de Informalidade, a autora afirma: “é conceituado como o processo de mudanças institucionais que deriva das transformações estruturais na produção e no emprego, que são impulsionadas pela liberalização do comércio, pela maior integração das economias à economia mundial e pela revolução tecnológica em andamento. Na dimensão do mercado de trabalho, o processo de informalidade se revela por meio da destruição, adaptação e redefinição de um conjunto de instituições, normas e regras – estabelecidas juridicamente ou por meio de práticas consuetudinárias, envolvendo os seguintes aspectos: as relações entre as empresas para organizar a produção e sua

informalidade considerando os vários processos em andamento que tangenciam a estrutura produtiva, o mercado de trabalho e a informalidade. Na abordagem da autora, as atividades informais estão inseridas de forma dinâmica na estrutura produtiva, não cabendo à informalidade a pecha de marginal à produção capitalista. O argumento da autora assinala que os processos de reestruturação produtiva, a internacionalização e expansão dos mercados financeiros, a maior abertura comercial das economias e a desregulamentação dos mercados, criam um ambiente de incertezas nos negócios, o que impacta diretamente o crescimento econômico e de emprego nos países, atingindo de formas distintas o mercado de trabalho, redefinindo as relações de trabalho. Pondera, ainda, que a “reorganização do trabalho orientase para o uso flexível - jornada de trabalho, remuneração e função - e intenso do trabalho em escala global; com isto criam-se, recriam-se e ampliam-se relações e formas de trabalho díspares” (2000, p. 160).

Estas disparidades são observadas nas novas formas de relações de trabalho e de ocupações laborais, como a contratação ilegal de trabalhadores sem registro em carteira, os contratos flexibilizados de trabalho, o trabalho em domicílio, os autônomos sem inscrição na previdência social, o comércio ambulante e de rua, exemplos da heterogeneidade que caracteriza a economia informal. Desta forma, a informalidade envolve trabalhadores cuja condição tende a ser mais precarizada em razão de estarem em atividades laborais em desacordo à legislação e apartados da proteção social, condição das trabalhadoras que participam desta pesquisa, pois das doze mulheres entrevistadas somente uma trabalhadora brasileira contribuía facultativamente à Previdência Social¹⁰⁰.

Exemplificamos as condições de precarização do trabalho com a trajetória laboral de Gladis B., 50 anos, paraguaia, ensino fundamental, residente em Pedro Juan Caballero, vendedora de cosméticos e roupas, que nos disse “*nunca tuve para mi IPS*” (Entrevista: Gladis B., Pedro Juan Caballero, 2019). A entrevistada trabalha desde os 14 anos e nunca teve registro

distribuição; os processos de produção e de trabalho; as formas de inserção de trabalho; as relações de trabalho; e os conteúdos das ocupações. Essas alterações se mostram por meio de um duplo efeito. De um lado, são os processos de corrosão de determinadas práticas ou instituições que se tornam inadequadas pela perda de sua eficácia e/ou de sua legitimidade política ou por envolver custos diretos ou indiretos elevados. Por outro lado, constituem os processos que definem ou adaptam normas, práticas, procedimentos e instituições às necessidades e interesses da sociedade contemporânea” (CACCIAMALI, 2000, p. 11).

¹⁰⁰ A Ley n° 4933/2013 - *Autoriza la incorporación voluntaria de trabajadores independientes, empleadores, amas de casa y trabajadores domesticos al seguro social - fondo de jubilaciones y pensiones del Instituto de Prevision Social (IPS)*, garante a incorporação voluntária ao IPS de trabalhadores autônomos, empregadores, donas de casa e trabalhadores domésticos.

no *Instituto de Prevision Social (IPS)*¹⁰¹, instituição responsável pela cobertura do seguro social aos trabalhadores paraguaios, mesmo tendo trabalhado mais de 15 anos em uma loja de médio porte, na cidade de Pedro Juan Caballero.

Há um maior reconhecimento atual de que a economia informal está interligada à economia formal, contribuindo fortemente à estrutura econômica dos países, notadamente os latino americanos, gerando renda à considerável parcela da população dos países, apesar de ter como condição intrínseca a não regulação pelo Estado. Este elo reforça o interesse pelo tema, endossado pelo reconhecimento dos vínculos entre informalidade e crescimento econômico e, ainda, os vínculos entre informalidade, pobreza e desigualdade. O apoio aos trabalhadores informais mais vulneráveis é vital para a redução da pobreza e das desigualdades.

Particularmente no contexto da América Latina, o crescimento de empregos não regulamentados e o aumento das taxas de desemprego oferecem uma conjuntura propícia à expansão da informalidade. A maioria das ocupações geradas nas duas últimas décadas do século XX encontravam-se na informalidade, atrelando o trabalhador em atividades com baixa produtividade, empregos instáveis e com baixos rendimentos, atingindo diretamente a qualidade do trabalho. O parco crescimento dos empregos formais não permitiu a melhora na ocupação laboral de grupos específicos, como os de jovens e de mulheres, segmentos em que as taxas de desemprego se mantiveram em ascensão no período pesquisado. Particularmente entre as mulheres, a dificuldade em ascender a postos de trabalhos formais implicou na absorção dessa mão de obra em subempregos ou na informalidade.

O agravamento da pobreza estrutural, da desigualdade e da exclusão na América Latina, estimula as ocupações precarizadas, o que permite compreender os elevados números de trabalhadores informais no continente, como no caso do Paraguai, onde de cada dez trabalhadores, seis estão em condições de informalidade (*Ocupación Informal*, 2018). O trabalho precário escora-se no aumento dos números do desemprego e subemprego nas últimas décadas e se manifesta em diversas configurações como trabalhadores permanentes sem contrato, permanentes com contrato, mas sem a proteção social e legal, prestação de serviços domésticos permanentes ou não permanentes, trabalhadores por conta própria que ganham menos de um salário mínimo, panorama observado por Masi (2002):

¹⁰¹ O *Instituto de Previsión Social (IPS)* foi criado pelo *Decreto-ley n°17071/1943 – Por el cual se crea el Instituto de Previsión Social* e é a instituição encarregada de administrar o Seguro Social no Paraguai, equivalendo ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Brasil.

el empleo informal en América Latina se encuentra más asociado al concepto de empleo precario entendiéndose este como aquel donde prima la incertidumbre, la inseguridad y los bajos ingresos (2002, p. 4)

Dessa forma, a informalidade é perpassada por relações de trabalho tangenciadas pelas incertezas e descontinuidades. Comumente, as condições de trabalho insalubres e inseguras, os baixos níveis de qualificação e de produtividade, os baixos rendimentos, as extensas jornadas de trabalho, a falta de acesso à informação e à tecnologia, além das dificuldades para a obtenção de financiamento e para uma inserção legal no mercado, atam o trabalhador informal a uma condição que Luiz Paulo de Oliveira (2005) definiu como “o provisório que se tornou permanente e o permanente que é vivido sob o signo do provisório” (2005, p. 169). Apesar das situações de vulnerabilidades e incertezas que abrangem a informalidade, vimos ao longo da pesquisa, a importância da economia informal na geração de renda para as trabalhadoras entrevistadas, significando para muitas a única renda familiar.

3.2.2 A informalidade e a dimensão social no Paraguai

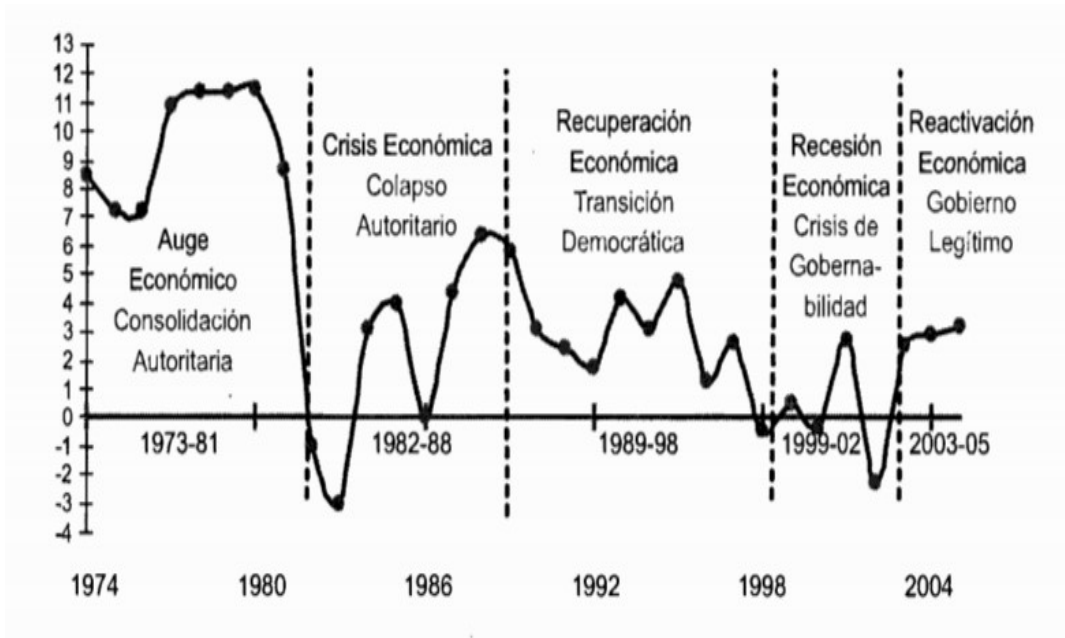
No Paraguai, a informalidade abrange um importante segmento da economia, como vemos nos dados do ano de 2012, em que 65,7% da População Economicamente Ativa (PEA) do país ocupavam atividades informais (*Ocupación Informal*, 2018). As atividades informais trazem implicações negativas no âmbito socioeconômico do país, privando os envolvidos nessa modalidade de trabalho do amparo legal e social pertinentes aos trabalhadores formalizados, excluindo-os do sistema de previdência social. Particularmente, as trabalhadoras informais que participaram desta pesquisa, pontuaram essa situação como a mais problemática, pois transitam em condições de instabilidade e insegurança, sendo a “preocupação com o futuro” expressão comum em suas falas.

Pensando sobre a afirmação de Rosenbluth (1994), que “*el nivel de desarrollo, la modalidad económica y la dinámica económica son factores que condicionan la situación del empleo y, por lo tanto, inciden en la magnitud y condiciones de vida del sector informal*” (1994, p. 160), notamos o porquê no Paraguai a noção clássica de informalidade como expressão do baixo dinamismo econômico, *de baja escala*, ainda encontra espaço.

Nesse sentido, analisar a conjuntura econômica-política nacional parece-nos apropriado para apreendermos o fenômeno da informalidade no país, destacando como a correlação entre o nível de desenvolvimento econômico e a dinâmica produtiva atuam como geradores de empregos de um país. O gráfico do ciclo econômico do Paraguai destacado por

Dionísio Borda (2007) nos mostra os períodos de maior crescimento e crises de estagnação que atingiram o país, ao longo de três décadas.

Figura 22 - Ciclo econômico e político do Paraguai (1974-2004)



Fonte: BORDA, 2007, p. 12

Vemos que o período de 1973 a 1981 caracterizou-se por um forte incremento econômico do país, notadamente pela construção da Hidrelétrica de Itaipu Binacional e a expansão da fronteira agrícola na porção leste do país. Um segundo momento, de 1982 a 1988, foi marcado por uma crise econômica e política, o que explica, em parte, a deterioração do governo de Stroessner, que mantivera as lealdades políticas atreladas ao crescimento econômico do país, principalmente nos anos de maior fausto com a construção da Hidrelétrica de Itaipu Binacional e toda a estrutura envolvida no empreendimento.

No período de 1989 a 1998 temos os anos pós-ditadura e o avanço do processo de democratização no país, iniciado sob uma leve recuperação econômica. Novas diretrizes na política econômica e institucional sinalizaram para uma maior abertura econômica. Os impostos foram simplificados e novas leis no âmbito da política econômica foram criadas com o intuito de promover maior abertura de mercado e a livre concorrência no país. Os anos entre 1999 a 2003 foram marcadas por uma forte estagnação econômica e crises políticas, que dificultaram a governabilidade do país. A queda dos preços no mercado internacional da soja e do algodão, principais *commodities* exportadas pelo Paraguai, atingiram o agronegócio nacional, setor primordial para a economia paraguaia, provocando uma forte retração econômica no país.

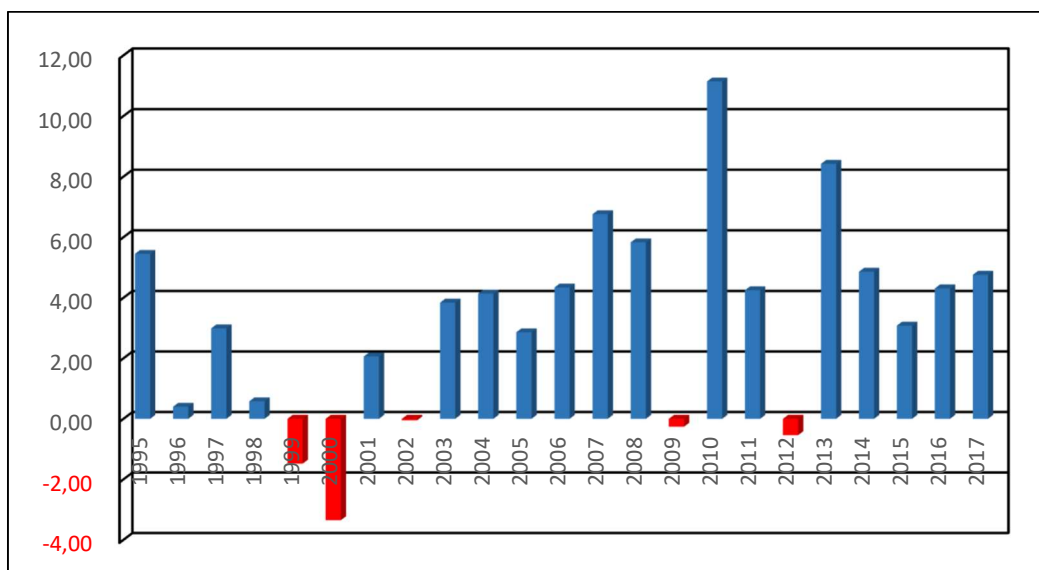
Isto evidencia como as reformas macroeconômicas realizadas nos anos 1990 não se traduziram em aceleração do crescimento, mas criaram condições para uma gestão aprimorada das políticas macroeconômicas e a introdução de elementos essenciais ao modelo de desenvolvimento do país, entre as quais reformas estruturais na área fiscal, nas finanças públicas e na legislação laboral¹⁰². Observamos como as políticas econômicas relacionadas à economia de mercado deveriam atrelar-se às políticas de Estado, com vistas a organizar a economia interna, planejando e antecipando as implicações sociais decorrentes das mudanças na organização econômica do país.

E isso nos leva a outro ponto. A instabilidade política como fator de desagregação de políticas públicas a longo prazo, inviabilizando programas que atendessem às demandas sociais mais pertinentes à época, como o acesso a empregos formalizados. O predomínio do Partido Colorado na estrutura governamental e a inabilidade dos partidos de oposição em se articular em prol de um projeto para além do *coloradismo*, aliadas às constantes desconfianças sobre a legitimidade das eleições nacionais e regionais, contribuíram para as sucessivas crises de governabilidade no país. Fernando Masi (2002) destaca que as mudanças no mercado de trabalho não foram acompanhadas de reformas estruturais, tampouco de um processo de modernização do setor industrial, que repercutiriam em crescimento econômico e melhoria nas condições de empregos e empregabilidade do país.

Dessa forma, a migração rural-urbana incidiu na acentuada informalização das relações de trabalho no país, enfatizando uma relação estreita entre migrações e a expansão da informalidade, questão já apontada anteriormente. As taxas de informalidade da economia paraguaia, em parte, são explicadas pela baixa diversificação da produção, pautada em uma monocultura de produção e exportação.

¹⁰² Em 1993 foi promulgada a *Ley n° 213/93 Que establece el Código del Trabajo*.

Quadro 4 - Produto Interno Bruto (PIB) – Paraguai (1995-2017)



Fonte: *Evolución del Producto Interno Bruto/DGEEC*

Após o período de estagnação econômica nas décadas de 1980 e 1990, o PIB nacional recuperou-se a partir do ano de 2003, com moderado crescimento. Somente no ano de 2010 o Paraguai registrou um crescimento econômico de 11% e este crescimento vertiginoso ocorreu graças ao ano agrícola favorável, que permitiu duplicar a produção de soja e elevar a produção de outros *commodities*, como trigo, milho, cana de açúcar, carne bovina e, ainda, a expansão do setor de construção civil.

No ano de 2012 o crescimento da economia sofreu novo revés, devido à forte contração do setor agrícola, o que demonstra a dependência econômica do país em um setor específico, o agropecuário. Percebemos como as flutuações econômicas diminuem a previsibilidade, afetando as atividades econômicas do país e diminuindo a capacidade do mercado em gerar empregos regulamentados/formalizados, o que nos mostra os riscos no ajustamento da economia em um único setor produtivo. Para Masi e Borda (2002):

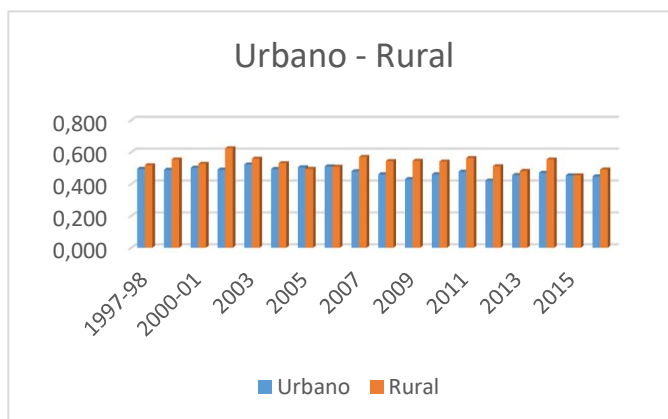
La incapacidad del sector público para adecuarse al nuevo rol requerido por la liberalización económica, la integración regional y el régimen democrático, es la mayor responsable del largo estancamiento económico y de las recurrentes recesiones de los últimos años (2002, p. 214).

Considerando o exposto, abrir-se à economia de mercado não significa abrir mão de planejamentos, tampouco em ausência de políticas públicas que antecipem as mudanças e as repercussões sociais adversas. A falta de planejamento na área econômica e social, associada à escassa coordenação de políticas públicas, dificultou o crescimento econômico do país, o que

se constata ao observarmos a história recente do Paraguai, onde os altos níveis de pobreza e má distribuição de renda seguem acentuando as desigualdades sociais. Dados da *Encuesta de Hogares/1999* (DGEEC) apontaram que no final dos anos 1990, 10% da população paraguaia com maior rendimento concentrava 40% da renda total do país, enquanto 40% da população com menor renda concentrava 10% do total, o que demonstra uma forte concentração de renda.

Quadro 5 - Coeficiente de Gini – Paraguai (1997-2016)

Ano	Nacional	Urbano	Rural
97-98	0,542	0,495	0,518
1999	0,544	0,489	0,554
00-01	0,548	0,502	0,527
2002	0,573	0,490	0,624
2003	0,551	0,523	0,559
2004	0,524	0,494	0,531
2005	0,515	0,505	0,495
2006	0,531	0,511	0,509
2007	0,530	0,480	0,570
2008	0,508	0,461	0,544
2009	0,493	0,431	0,546
2010	0,511	0,461	0,541
2011	0,524	0,477	0,563
2012	0,477	0,41	0,512
2013	0,482	0,456	0,482
2014	0,511	0,470	0,554
2015	0,478	0,454	0,454
2016	0,482	0,448	0,491



FONTE: *Desigualdad de Ingresos*, 2017

Ao analisarmos o coeficiente de Gini¹⁰³ vemos a evolução do grau de equidade na distribuição de renda no país. O coeficiente de Gini passou de 0,542, em 1997/98, a 0,482 no ano de 2016, uma redução de 11% na desigualdade de renda. Notadamente, os índices de desigualdade de renda na população rural são maiores que os índices urbanos, não apresentando considerável diminuição nas últimas duas décadas, o que nos remete ao quadro de conflitos sociais e migrações na área rural, como apresentado anteriormente. Os números na área urbana revelam como a concentração de renda implica nos índices de pobreza do país.

¹⁰³ O Coeficiente de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda entre a população, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Seus valores variam entre 0 e 1. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um está no extremo oposto, assim, quanto mais próximo a um, maior a desigualdade no país.

Em 1997/1998, 40,55 % da população nacional encontrava-se na pobreza, sendo 12% na pobreza extrema. Nos anos posteriores as taxas mantiveram-se altas, atingindo no ano de 2002 notáveis 57,72% da população no nível de pobreza, com 16,21% em pobreza extrema. Somente a partir do ano de 2010 os números saem da casa dos 40%, em visível desaceleração dos níveis de pobreza (*Indicadores de Pobreza 1997/98-2020/DGEEC*). Aqui queremos salientar os dados referentes ao urbano e ao rural, para termos um quadro geral do país. Quando analisados os dados sobre pobreza, os percentuais rurais se sobressaem consideravelmente, o que implica nos altos números de informalidade no campo, 74% no ano de 2017 (*Ocupación Informal*, 2018).

Quando considerados os indicadores como educação, saúde e acesso ao saneamento básico vemos o avanço contínuo dos percentuais da população de ambos os grupos ao passarem a usufruir destes serviços nas últimas duas décadas. O que chama atenção nos números são as disparidades entre o rural e o urbano na área da Educação. Em 2010, 3,3% da população urbana com mais de 15 anos de idade era analfabeta, contra 9,9% da população rural, na mesma faixa etária (*Condiciones de Vida 2009-2018/DGEEC*). Os números apontam uma considerável queda dos percentuais do analfabetismo no campo nos últimos vinte anos, mas que não encobrem as acentuadas desigualdades entre o rural e o urbano¹⁰⁴. E essas desigualdades foram apreendidas nas falas de nossas entrevistadas, como no relato de Francisca M., diarista:

Porque éramos pobres y nosotros vivíamos en la campaña y nuestros padres no procuraban para hacer estudiar y me quedé a este grado. Pero estoy logrando salir adelante con mis hijos haciendo estudiar a ellos para que no pasen mal lo que yo pasé. Porque sin estudios hoy en día ya no se puede más trabajar, tiene que tener tu estudio. (Entrevista: Francisca M., Ponta Porã, 2020).

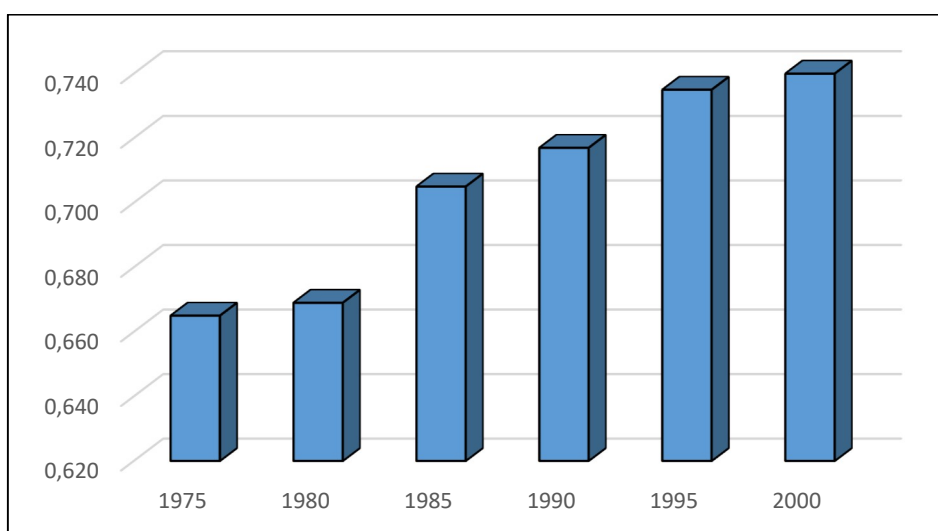
Ao longo de sua fala, em vários momentos, pontuou como a falta de escolaridade limitou suas possibilidades de um trabalho formalizado, sendo um escritório com ar condicionado e cadeira com rodinhas o espaço idealizado por Francisca como trabalho com

¹⁰⁴ A abordagem sobre políticas sociais passou a ser tratada como questão de Estado há menos de duas décadas, quando começaram a ser implementadas as primeiras políticas públicas como fomento para melhorias nas condições sociais da população paraguaia, como os programas *Tekoporã*, *Tekoha*, *Tenonderã*. Os três programas sociais são implementados pelo *Ministerio de Desarrollo Social* abarcando a população em situação de pobreza e vulnerabilidade. O programa *Tekoporã*, implementado em 2005, tem como objetivo principal melhorar a qualidade de vida da população participante, visando garantir os direitos à alimentação, saúde e educação, mediante o uso de serviços básicos e o fortalecimento das redes sociais, com o intuito de romper a transmissão intergeracional da pobreza. *Tekoha* é um conjunto de ações jurídicas, urbanísticas, meio ambientais e sociais com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Visa apoiar o desenvolvimento humano dos núcleos populacionais urbanos e suburbanos do país. *Tenonderã* é um programa de apoio à promoção e inclusão socioeconômica através de estratégias para o aumento de ativos produtivos, que contribuíssem ao desenvolvimento das famílias participantes do programa *Tekoporã*. Fonte: *Ministerio de Desarrollo Social*.

qualidade e dignidade. No encerramento da entrevista, já com o aparelho de gravação desligado, falou uma frase em guarani que costuma repetir aos filhos, “*Anike cheicha peiko emopotĩ piso ajeno. Peẽ peguapy’ara oficinape, silla ruedape.*”¹⁰⁵ (Entrevista: Francisca M., Ponta Porã, 2020). Esse fragmento expressa não só a precarização das relações de trabalho, mas nos mostra como a pouca escolaridade ecoa nas relações laborais e na reprodução das condições de pobreza.

Um importante indicador de pobreza estrutural no Paraguai são as *Necesidades Básicas Insatisfechas* (NBI)¹⁰⁶. No início da transição democrática, 76,9 % dos domicílios paraguaios tinham ao menos uma NBI registrada, sendo as NBI que mais afetavam os domicílios paraguaios as necessidades relacionadas à qualidade de moradia e à infraestrutura sanitária. Entre os anos 1992 e 2012 os índices de ambas necessidades avançaram, assim como o acesso à educação, o que implicou na melhora dos índices de IDH. Porém, a estagnação da NBI referente à capacidade de subsistência manteve-se inalterada, somando 15% da população total em 1992, 14,2 % em 2002 e 14,9% em 2012, apontando a vulnerabilidade das famílias paraguaias, notadamente os lares da área rural (SERAFINI, 2020).

Quadro 6 - Índice de Desenvolvimento Humano – Paraguai
(1975, 1980, 1985, 1990, 2000)



Fonte: PNUD/2003

¹⁰⁵ Traduz-se por: “Não sejam como eu limpando o chão dos outros, vocês devem sentar em um escritório, com cadeira de rodinhas”.

¹⁰⁶ *Necesidades Básicas Insatisfechas* – considera-se o conjunto de necessidades consideradas básicas, seus indicadores e níveis mínimos, determinando o nível de insatisfação de cada indicador. Os domicílios ou pessoas se definem como pobres ou não pobres de acordo com o acesso ou não aos níveis mínimos de satisfação. São indicadores: *Calidad de la Vivienda*, *Infraestructura Sanitaria*, *Acceso a la Educación*, *Capacidad de Subsistencia*. Outro método utilizado é denominado Línea de Pobreza, que considera os rendimentos das famílias paraguaias em relação aos custos da cesta básica de consumo.

Dados do Índice de Desenvolvimento Humano do Paraguai das décadas de 1970 até os anos 2000 apontam avanços provocados pelo crescimento da expectativa de vida, do nível de escolaridade e da renda *per capita* nacional, mas que não evitam que o país tenha um dos menores IDH da América do Sul¹⁰⁷. Para Horacio Santander (2017), “*Paraguai ha experimentado en los últimos 17 años un crecimiento promedio anual del 3,6%, con un incremento del PIB per cápita real del 42% presentando importantes reducciones de la incidencia de la pobreza extrema –de 11,5% en el 2000 a 5,4% en el 2015*” (2017, p. 1).

Ainda que nos últimos anos o país tenha melhorado seu desempenho econômico, os níveis de desigualdades seguem elevados, a pobreza afetando grande parcela da população, sendo o desemprego, o subemprego e a pobreza elementos estreitamente relacionados às desigualdades sociais e porta de entrada às ocupações informais no Paraguai¹⁰⁸. Às vésperas do final do regime de Stroessner, o desemprego aberto era de 5,4%, enquanto o subemprego aproximava-se dos 19% (BIRCH, 2011, p. 274). Passadas duas décadas, em 2009, o subemprego representava 8,1%, enquanto o desemprego aberto alcançava 6,4% (*Indicadores de Empleos 1997-2016/DGEEC*). Nesse cenário de altas taxas de desemprego e subemprego, que marcaram os anos 1990 e primeira metade dos anos 2000, a informalidade foi uma modalidade viável de trabalho no país.

Quadro 7 - Ocupações informais – 1998 e 2008

Indicador	1998	2008
PEA	1.192.576	1.738.486
Ocupado	1.112.536	1.615.389
Emprego Informal (EI)	918.338	1.245.820
EI/Ocupados	82,54%	77,12%
EI/PEA	77,00%	71,66%

Fonte: *Encuesta de Hogares 1997/1999-2008* (DGEEC)

¹⁰⁷ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede o grau de desenvolvimento de um país a partir de três dimensões: renda, educação e saúde. A criação do IDH foi um contraponto a outro indicador, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH é uma referência numérica que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo ao 1 melhor o desenvolvimento humano do país, enquanto que próximo ao 0 pior o desenvolvimento humano. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2015 (ONU), o Paraguai ocupou o 112º lugar, entre 188 países, com IDH de 0,679, o que o classificava como país de Médio Desenvolvimento Humano.

¹⁰⁸ Segundo a *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos* (DGEEC), o subemprego inclui pessoas que trabalham menos de 30 horas semanais, desejam trabalhar mais horas e tem disponibilidade para tal. O desemprego aberto inclui pessoas que se encontram sem trabalho e buscam por uma ocupação.

Vemos no quadro o número de ocupados em trabalhos informais atingir 82,5% no ano de 1998 e 77,1% no ano de 2008. Os números também são expressivos no conjunto da PEA, alcançando 77%, em 1998, e 71%, em 2008. Da análise dos dados constata-se que as taxas de informalidade no Paraguai, ao longo dos anos 1990 e 2000, mantiveram-se em patamares elevados, em que pelo menos 7 de cada 10 trabalhadores, acima dos quinze anos, em ocupações não relacionadas à agricultura, trabalhavam em ocupações informais.

Para compreendermos a informalidade no Paraguai seguiremos a definição empregada pela *Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos* (DGEEC)¹⁰⁹, que definiu seus critérios em consonância com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), adaptando-os às conjunturas do mercado de trabalho e a legislação vigente no país. De forma sucinta, “*los empleos o trabajadores informales son aquellos que no aportan a un sistema de seguridad de jubilación o pensión, aún cuando quisieran hacerlo*”¹¹⁰ (GONZÁLEZ, 2010, p. 3).

Dessa forma, adotou-se a definição de informalidade desde a perspectiva do emprego e do trabalhador, considerando se o local de trabalho está registrado nos órgãos institucionais que garantem a proteção social e trabalhista ao trabalhador, resguardando os empregos sob os marcos regulatórios e legais, a exemplo, registrar os trabalhadores ao programa de aposentadoria e pensões do Paraguai¹¹¹. As empresas informais no Paraguai caracterizam-se por não estarem cadastradas no *Registro Único de Contribuyentes* (RUC), vinculado ao *Ministerio de Hacienda*, tampouco no *Ministerio de Trabajo de Justicia y Trabajo* e no *Instituto de Previsión Social*, sendo este a instituição responsável pela cobertura do seguro social aos trabalhadores paraguaios. Ao não se formalizarem, as empresas ficam à margem do controle institucional que garante aos trabalhadores o cumprimento da legislação laboral.

¹⁰⁹ A *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos* (DGEEC) define ocupação informal seguindo as recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e inclui: **1. Empleados y obreros públicos:** que no aportan al Sistema de Jubilación o pensión; **2. Empleados u obreros privados:** que no aportan al Sistema de Jubilación o pensión, independiente de la situación de la empresa donde trabaja; **3. Patronos o Empleadores:** cuya empresa no está inscripta en el Registro Único de Contribuyentes (RUC) del Ministerio de Hacienda; **4. Trabajadores por cuenta propia:** cuya empresa no está inscripta en el Registro Único de Contribuyentes (RUC) del Ministerio de Hacienda; **5. Trabajadores familiares no remunerados:** independientemente de que la empresa donde trabaja tenga o no RUC; **6. Empleados domésticos:** que no aportan al sistema de jubilación (*Ocupación Informal*, DGEEC, 2018). Nas estimativas sobre o trabalho informal não estão incluídas as atividades agropecuárias, seguindo recomendação da OIT, que assinala: “*La recopilación de datos de la actividad agrícola constituye un desafío operativo y conceptual ya que aquello que funciona bien o que se comprende y comunica bien por medio de preguntas en una encuesta aplicada en zonas urbanas, no necesariamente funciona en las zonas rurales que no pueden describirse fácilmente mediante definiciones y categorías estándares*” (*Ocupación Informal*, 2018).

¹¹⁰ *Jubilación* equivale ao benefício da aposentadoria no Brasil.

¹¹¹ O programa de aposentadorias e pensões do Paraguai é composto por oito instituições: *Instituto de Previsión Social* (IPS); *Caja Fiscal*; *Caja Municipal*; *Caja de Jubilaciones y Pensiones del Personal de la Administración Nacional de Electricidad* (ANDE); *Caja de Itaipú*; *Caja Ferroviaria*; *Caja Parlamentaria*; *Caja Bancaria*.

Perante as complexidades da informalidade no país, a *Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos* (DGEEC), com o apoio da OIT, inseriu perguntas na *Encuesta Permanente de Hogares*, a partir do ano de 2010, que permitiram aferir o número de ocupados em situação de informalidade no país. Estimar as taxas de informalidade inseriu-se nos *Objetivos de Desarrollo Sostenible* (ODS), implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)¹¹². O objetivo do programa passava por *promover “el crecimiento económico sostenido, inclusivo y sostenible, el empleo pleno y productivo y el trabajo decente para todos”* (ODS/Objetivo 8). Inserido no contexto do *Trabajo Decente*¹¹³, o Paraguai propôs ações que promovessem o emprego decente e inclusivo, formação e capacitação para a empregabilidade e proteção social, como vemos no relatório do *Observatorio Laboral*, vinculado ao *Sistema Nacional de Formación y Capacitación Laboral – SINAFOCAL*¹¹⁴:

Impulsar la formalización, la participación laboral y el empleo. - Promover la oportunidad de acceso al primer empleo. - Garantizar la inclusión de las personas con discapacidad al mercado de trabajo. - Fortalecer las instancias de control del cumplimiento de normativas laborales. - Asegurar la equidad en los ingresos laborales entre hombres y mujeres (AYALA, 2016, p. 16).

Os números envolvidos na informalidade urbana no Paraguai são expressivos, como demonstram os dados do documento *Ocupación Informal* (DGEEC, 2018), em que, entre os anos de 2012 e 2017, as taxas mantiveram-se acima de 60% de ocupados informais. Em geral, trabalhadores jovens, mulheres e os que possuem menor escolaridade têm maiores possibilidades de trabalhar em condições de informalidade, em atividades de baixa produtividade e renda, sem proteção social e expostos à precarização laboral.

¹¹² O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é a agência líder da rede global de desenvolvimento da ONU e trabalha principalmente no combate à pobreza e pelo Desenvolvimento Humano. O PNUD está presente em 166 países do mundo, colaborando com governos, a iniciativa privada e com a sociedade civil no desenvolvimento desses locais.

¹¹³ A Agenda do Trabalho Decente foi instituída em 1999 pela OIT, no contexto das mudanças econômica e sociais, geradas pela nova economia mundial, que impactaram o mundo do trabalho. Sobre o conceito Trabalho Decente, a OIT enfatizou: *Actualmente, la finalidad primordial de la OIT es promover oportunidades para que los hombres y las mujeres puedan conseguir un trabajo decente y productivo en condiciones de libertad, equidad, seguridad y dignidad humana. Tal es la finalidad principal de la Organización hoy en día. El trabajo decente es el punto de convergencia de sus cuatro objetivos estratégicos: la promoción de los derechos fundamentales en el trabajo; el empleo; la protección social y el dialogo social. Esto debe orientar las decisiones de la Organización y definir su cometido internacional en los próximos años* (OIT, 1999). Ver: OIT. *Memoria del Director General: Trabajo Decente*. 1999.

¹¹⁴ O *Sistema Nacional de Formación y Capacitación Laboral – SINAFOCAL*, vinculado ao *Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social*, foi criado com o objetivo de gerar oportunidades de formação e capacitação em diversas modalidades laborais, com o propósito de preparar e melhorar a qualificação da população para que a oferta de serviços e produtos fosse competitiva e adequada aos interesses de modernização e reestruturação econômica do Paraguai.

Quadro 8 - Ocupação Informal (2012-2017)

2012			2013			2014			2015			2016			2017		
Total de ocupados	Ocupados Informais		Total de ocupados	Ocupados Informais		Total de ocupados	Ocupados Informais		Total de ocupados	Ocupados Informais		Total de ocupados	Ocupados Informais		Total de ocupados	Ocupados Informais	
	Valor Absoluto	%		Valor Absoluto	%		Valor Absoluto	%		Valor Absoluto	%		Valor Absoluto	%		Valor Absoluto	%
2.193.072	1.441.436	65,73%	2.332.953	1.497.212	64,18%	2.324.149	1.483.892	63,85%	2.452.839	1.592.841	64,94%	2.457.221	1.606.260	65,37%	2.578.929	1.681.654	65,21%

Fonte: Ocupación Informal –DGEEC, 2018, p. 10

Os trabalhadores em ocupações informais no Paraguai são em maior parcela *cuentapropistas*¹¹⁵, ocupados em atividades no setor de comércio e de serviços, nas áreas urbanas do país, com níveis de educação primária e salários iguais ou menores que o salário mínimo. É nesse perfil social que delimitamos as trabalhadoras informais que participaram desta pesquisa, com uma ou outra exceção quanto à escolaridade, mas em comum trabalharem por conta própria, em atividades relacionadas ao comércio e ao trabalho doméstico, com renda oriunda do trabalho informal.

Em relação à informalidade, notamos como está presente em várias etapas da vida dos trabalhadores, ou seja, atravessa todo o ciclo da vida laboral de muitos paraguaios. Os mais jovens têm maiores possibilidades de ingressar em um trabalho informal, sendo comum o primeiro passo no mundo laboral da maioria dos jovens ocorrer por meio de ocupações informais, em situações de vulnerabilidade laboral, sendo poucos os que se incorporam a empregos formais (GONZÁLEZ, 2010), o que é inquietante pois a estrutura demográfica revela um país predominantemente jovem. A informalidade tem maior incidência entre os trabalhadores nos extremos do ciclo produtivo, caso dos jovens e acima dos 60 anos. E é entre os jovens entre 15 a 29 anos que as ocupações informais encontram maior espaço.

Os dados mensurados entre 2012 e 2017 (*Ocupación Informal/DGEEC, 2018*) apontaram surpreendente média de 95% de ocupados na informalidade na faixa etária de 15 a 19 anos e média de 73% entre os 20 a 24 anos. Em outro extremo, os adultos acima de 65 anos com média de 75% de ocupados em atividades informais. É um problema social que atravessa gerações e pode significar a principal modalidade laboral de toda a vida produtiva do trabalhador paraguaio, como depreendemos dos elevados percentuais em todas as faixas etárias pesquisadas e constatamos em nossa pesquisa, pois algumas trabalhadoras entrevistadas nunca tiveram qualquer forma de registro oficial ao longo de sua trajetória laboral, situação vivenciada

¹¹⁵ O termo *cuantapropistas* traduz-se por trabalhadores por conta própria.

por Francisca M., Venância A. e Gladis B., que trabalham desde a adolescência e nunca tiveram registro funcional.

Outro componente a ser destacado na relação emprego-desemprego é a área educacional. Desde os anos 1990 o Paraguai enfrenta um dilema no tocante à competitividade e a geração de empregos. De um lado, a baixa qualificação da mão de obra limitava o acesso aos empregos, ao mesmo tempo que as empresas em busca de maior lucratividade demandavam recursos humanos qualificados. Nesse sentido, como somente uma pequena parcela da população ingressava nos cursos superiores, a pouca qualificação da força de trabalho paraguaia transformou-se em obstáculo aos empregos formalizados e com remuneração mais altas.

A escassa qualificação dificultava, e ainda dificulta¹¹⁶, as oportunidades em empregos formalizados e regularizados, tocando aos grupos sociais mais vulneráveis e alijados da capacitação necessária à produção as ocupações com baixa remuneração, precarizadas, informalizadas. A fala de Francisca M., diarista, revela as dificuldades que envolvem a pouca escolaridade: “*Porque sin estudios hoy en día ya no se puede más trabajar, tiene que tener tu estudio. Primero te preguntan: ¿qué grado vos hiciste? ¿en qué curso vos terminás? ¿te vas en la facultad? Depende de eso, vos podés trabajar*” (Entrevista: Francisca M., Ponta Porã, 2020).

Ressaltamos como a fala da entrevistada ecoa na realidade social do Paraguai. Segundo documento elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2018), quase 80% dos que concluem a educação básica tem uma ocupação informal e seis de cada dez jovens em situação de extrema pobreza não trabalham, não estudam, tampouco tem uma formação acadêmica próximo aos trinta anos de idade. Esses dados apontam um desequilíbrio que permeia o mercado laboral do Paraguai e sinalizam para a urgência de reformas nas políticas públicas, visando atender as crescentes demandas no mercado de trabalho, quer para atrair investimentos privados, quer para investir em capital humano. O predomínio da informalidade e a fragmentação do sistema de proteção legal dificultam a atuação do Estado em alcançar condições mais equânimes entre a população.

Considerando o exposto, é perceptível como a formação educacional está intrinsecamente relacionada à situação laboral do trabalhador e é o que constatamos a partir dos dados referentes ao tópico *Años de Estudios*, do documento *Ocupación Informal* (DGEEC,

¹¹⁶ Um estudo sobre o Paraguai realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2018, sinalizou que o acesso à educação se ampliou consideravelmente no país, sendo a educação dos anos iniciais quase universal. Em contrapartida, 28% dos jovens até 17 anos não frequentavam a escola. Segundo o documento, transformar o sistema educacional do país é crucial para o acesso a empregos mais qualificados e com melhor qualidade laboral (2018, p. 4).

2018, p. 12). No ano de 2012, a porcentagem de trabalhadores em ocupações informais com 13 a 18 anos de escolaridade era de 35%, cifra que alcançava 90% entre os trabalhadores sem nenhuma escolaridade, considerados na pesquisa *sin instrucción*. Em 2017, 98% dos trabalhadores *sin instrucción* estavam em ocupações informais, enquanto no grupo com 13 a 18 anos de escolaridade esse percentual era de 37%.

Da análise dos dados, constatamos que os índices de informalidade para os indivíduos *sin instrucción* permaneceram acima dos 90% em todo o período, atingindo em 2015 expressivos 99,8%. Outros dados apontaram que entre os que possuem de 1 a 6 anos de escolaridade os percentuais também foram altos, em média 85%, o mesmo ocorrendo com o grupo com 7 a 12 anos de instrução escolar, com média de 70% de ocupados na informalidade. Essa dinâmica reflete as dificuldades dos menos escolarizados no acesso aos empregos formalizados, pois, como vimos, conforme aumentam os anos de estudos, diminui o percentual de ocupados na informalidade. Na fala de Venancia A., empregada doméstica, explicita-se a situação de vulnerabilidade dos menos escolarizados:

No tengo estudios, entonces no estudiás, no sabés luego, entonces solamente eso lo que podés hacer, sin embargo, yo tengo más capacidad para hacer otra cosa, solo que no tengo oportunidad. Acá en Paraguay el estudio es muy importante, sin estudio uno ya no va a ningún lado (Entrevista: Venancia A., Pedro Juan Caballero, 2020).

Segundo o documento *Ocupación Informal* (DGEEC, 2018), dos trabalhadores que auferiram rendimentos inferiores ao salário mínimo, entre os anos 2012 e 2017, mais de 75% estavam em ocupações informais. A exemplo, Pablo Casali *et al* (2018) aponta que no ano de 2016:

la mayoría de los trabajadores informales reciben ingresos por su tarea que se encuentran alejados del mínimo establecido para los asalariados formales. El 68,7% de los asalariados informales percibió un salario inferior al salario mínimo legal (SML) –nivel mínimo que rige para los asalariados formales en relación de dependencia. En el caso de los trabajadores informales por cuenta propia, los niveles de ingreso son sensiblemente más bajos que los perciben los asalariados (2018, p. 19-20).

Venancia A. é um exemplo de como os trabalhadores informais recebem rendimentos inferiores ao salário mínimo legal. Há um acordo verbal entre ela e os empregadores para receber um salário menor que o estabelecido legalmente, pois o local de trabalho fica próximo à sua residência, o que permitiria a ela conciliar o trabalho remunerado e o trabalho *en el hogar*. Vemos como sua relação laboral é constituída pela precarização, vez

que é marcada pela ausência de direitos e garantias do trabalho, condições de vulnerabilidades comuns entre os trabalhadores informais.

A informalidade entre os trabalhadores paraguaios encontra-se generalizada nas principais atividades econômicas do país. Em 2012, representavam 65% dos trabalhadores na indústria manufatureira, 71,7% no setor de comércio, restaurantes e hotéis, 60,3 % no setor de *servicios sociales, comunales y personales* e 88,4% na construção civil (*Ocupación Informal*, 2018, p. 13). Em novo levantamento, em 2017, o quadro pouco se alterou. Há de se registrar que um dos grupos mais vulneráveis à informalidade no Paraguai são os trabalhadores domésticos, grupo em que nove de cada dez ocupados estão em condições de informalidade¹¹⁷. A média de ocupação informal dos trabalhadores domésticos, entre os anos de 2012 e 2017, alcançou significativos 97%, o maior índice percentual entre todos os trabalhadores do país.

Historicamente, o trabalho doméstico no Paraguai sempre foi desvalorizado, ocupado por “*mujeres pobres, migrantes del campo a la ciudad, mayoritariamente guaraní parlantes, con entradas al empleo doméstico desde muy jóvenes, incluso siendo niñas y adolescentes*” (BADAUI, 2010, p. 05), invisibilizadas diante das demais ocupações laborais. A forte associação como atividade feminina, sem necessidade de formação escolar, representou um obstáculo ao reconhecimento dessa modalidade como trabalho e, por conseguinte, dificultou às trabalhadoras domésticas a reivindicação de seus direitos trabalhistas por décadas.

Esse quadro começou a alterar-se com a promulgação da *Ley n° 5407/2015 - Del Trabajo Doméstico*, que complementou o *Código del Trabajo – Ley n° 213/93*, ao estabelecer um rol de condições como idade mínima, duração de jornada, modalidades para desenvolver a atividade, com aposentadoria ou sem aposentadoria, remuneração, salário mínimo. Apesar da lei, manteve-se o quadro de desigualdade salarial e a quase nulidade em incorporações ao regime de seguro social paraguaio. No Paraguai, os números demonstram que segurança social e trabalhadoras domésticas não andam juntas. Essa percepção é confirmada nas narrativas de nossas entrevistadas trabalhadoras domésticas, que apontaram que os rendimentos menores ao salário mínimo legal e a inexistência de registro no IPS são comuns em suas relações de trabalho, assim como de outras trabalhadoras domésticas de seu convívio, como nos relatou Joana R., 49 anos, brasileira, ensino fundamental, residente em Pedro Juan Caballero, empregada doméstica há 30 anos:

¹¹⁷A *Ley n° 5047/2015 - Del Trabajo Doméstico* considera como trabalhadores domésticos: *choferes del servicio familiar; amas de llave; mucamas; lavanderas y/o planchadoras en casas particulares; niñeras; cocineras de la casa de familia y sus ayudantes; jardineros en relación de dependencia y ayudantes; cuidadoras de enfermos, ancianos o minusválidos; mandaderos; trabajadores domésticos para actividades diversas del hogar.*

No Paraguai, a maioria das vezes a gente ganha por semana e se for por mês, empregada doméstica não tem mesmo seguro, só se você trabalhar em empresa, que é assegurada pelo IPS, mas se trabalhar em empregada doméstica não tem seguro. E se você faltar, desconta (Entrevista: Joana R., Pedro Juan Caballero, 2020).

Considerando os altos índices que envolvem os trabalhadores domésticos em condições de informalidade no mercado de trabalho paraguaio, somente a lei não é garantia de avanços nas condições de trabalho desse grupo. É necessário que o Estado afiance o cumprimento da lei, notadamente na fiscalização sobre o registro laboral, o que garantiria a formalização aos trabalhadores.

Quadro 9 - Ocupação informal (2012-2017) – Área Urbana

Ano	Ocupação Urbana		Total	Homens	Mulheres
2012	Total de ocupados		1.735.548	964.448	771.100
	Ocupados Informais	Valor Absoluto	1.080.072	577.926	502.146
		%	62,20%	59,90%	65,10%
2013	Total de ocupados		1.758.416	951.311	807.105
	Ocupados Informais	Valor Absoluto	1.051.417	542.787	508.630
		%	59,80%	57,10%	63%
2014	Total de ocupados		1.782.708	1.003.286	779.422
	Ocupados Informais	Valor Absoluto	1.082.300	593.303	488.997
		%	60,70%	59,10%	62,70%
2015	Total de ocupados		1.838.783	1.018.412	820.371
	Ocupados Informais	Valor Absoluto	1.118.961	595.030	523.931
		%	60,90%	58,40%	63,90%
2016	Total de ocupados		1.904.726	1.070.880	833.846
	Ocupados Informais	Valor Absoluto	1.175.180	639.228	535.952
		%	61,70%	59,70%	64,30%
2017	Total de ocupados		1.999.666	1.131.911	867.755
	Ocupados Informais	Valor Absoluto	1.248.562	684.641	563.921
		%	62,40%	60,50%	65%

Fonte: Ocupación Informal – 2018, p. 10

No panorama do mercado de trabalho, destacamos as informações sobre a informalidade feminina. Os dados apresentados no quadro 9 demonstram que na série estatística 2012/2017, a informalidade feminina foi superior à informalidade masculina em todos os anos pesquisados, com índices superiores a 62% de ocupações. Esses números são evidenciados no trabalho doméstico, que se caracteriza pela ampla informalidade e por ser majoritariamente ocupado por mulheres, representando uma das formas mais relevantes de inserção feminina no mercado laboral.

Desde os anos 1990, observou-se o crescimento da mão de obra feminina no mercado de trabalho paraguaio, o que Verónica Serafini (2008) destaca como um período em que se “*incrementan las tasas de actividad femenina*” (2008, p. 70). Para a autora, as mulheres exerceram um importante papel no processo de liberalização econômica, pois seu padrão de inserção no mercado de trabalho é funcional às demandas de um mercado mais flexibilizado. Argumenta que as mulheres aceitam trabalhos com salários menores, em domicílio e em postos de trabalho com alta rotatividade, o que permitiria conciliarem o trabalho remunerado com o trabalho doméstico, *en el hogar*, como vimos no exemplo de Venancia A. Dessa forma, as ocupações informais representam uma modalidade viável de trabalho, o que os expressivos números apresentados no quadro 9 evidenciam.

Uma das características da estrutura produtiva do país é o predomínio das unidades econômicas individuais, formadas em sua maioria por *trabajadores por cuenta propia*, de micro e pequenas empresas, várias de caráter familiar, sem capacidade de produzir em maior escala, assim como melhorar a qualidade do trabalho e dos salários de seus trabalhadores. As pequenas e microempresas são responsáveis pela alta concentração de empregos de baixa produtividade no país, sendo que 94% dos empregos gerados nas microempresas, 72% nas pequenas e médias empresas e 44% nas grandes empresas privadas são postos de trabalho informais, pelo fato de não estarem registradas na *Seguridad Social* (GONZÁLEZ, 2010)¹¹⁸, como no caso de Gladis B. que trabalhou em uma loja formalizada, mas que não a registrou no *Instituto de Prevision Social* (IPS) ao longo de 15 anos.

Nesse sentido, a promulgação da *Ley n° 4.457/2012*, para as micro, pequenas e médias empresas, conhecidas como *Mipymes*¹¹⁹, foi significativa no arranjo do mercado de

¹¹⁸ Cynthia González (2010) pondera que o não cumprimento da legislação laboral não se restringe aos trabalhadores do setor privado, alcançando uma expressiva parcela dos trabalhadores do setor público. Em 1998 atingiu 30% dos trabalhadores, enquanto que em 2008 alcançou 19%. Uma queda substancial após reformas que formalizaram as relações trabalhistas no Estado.

¹¹⁹ A *Ley n° 4.457/12 - Para las micro, pequeñas y medianas empresas* (Mipymes) estabeleceu um marco regulatório que permitiu promover e fomentar a criação, desenvolvimento e competitividade das micro, pequenas

trabalho, pois definiu um marco regulatório que permitiu ordenar as políticas de incentivo e fortalecimento ao setor, aprofundando sua relevância na estrutura econômica paraguaia ao incentivar a criação de microempresas com políticas de formalização¹²⁰. Um ponto a ser estimulado com as *mipymes* é a regularização das empresas em todos os âmbitos, rompendo com velhas práticas de formalização parcial. Muitas empresas se estabelecem no mercado aplicando essa prática como um instrumento de burla à lei, vez que são obrigadas pela legislação a registrar seus contratados no Seguro Social. A manobra de formalização parcial das empresas ocorre ao se registrarem somente em algumas das instituições relacionadas à fiscalização do trabalho e das empresas. Pode-se registrar a empresa no *Registro Único de Contribuyentes*, mas não inserir os funcionários no *Ministerio del Trabajo* e no *Instituto de Previsión Social*.

Dados do ano de 2017 (*Ocupación Informal/DGEEC*, 2018) evidenciam o alcance dessa prática no mercado de trabalho do país. Do total de trabalhadores contratados em empresas privadas, registradas no RUC, um expressivo percentual de 54%, estavam em condições de informalidade, ou seja, as empresas eram registradas, mas os trabalhadores não contribuía à Previdência Social, prática que afeta diretamente os trabalhadores ao afastá-los dos benefícios sociais, os enredando na informalidade. Cynthia González (2010) aponta outros dados que demonstram as disparidades envolvidas nessa irregularidade:

La Subsecretaría de Tributación del Ministerio de Hacienda señala un total de 13.711 empresas inscriptas en el 2002, mientras que los registros del Ministerio de Justicia y Trabajo y el Instituto de Previsión Social apuntaron 1.391 y 1.376 empresas, respectivamente, en el mismo año (2010, p. 10).

É importante salientarmos que se por um lado o Estado oferece oportunidades de desenvolvimento, como as *Mipymes*, por outro lado, urge buscar melhorias, sobretudo no campo da educação, à medida que os números de jovens em idade laboral ascendem e seguirão em expansão nos próximos anos, impondo ao Estado a necessidade de fomentar o crescimento econômico do país e, em decorrência, o fortalecimento dos empregos formalizados, sob a proteção dos marcos legais. Para reverter a desigualdade social, que molda a sociedade

e médias empresas, para incorporá-las ao sistema produtivo formal, produtora de bens e serviços, com identidade jurídica.

¹²⁰ Para mais informações ver: SANTANDER, H. *Paraguay- Situación actual de las mipymes y las políticas de formalización*. Informes Técnicos OIT - Cono Sur, n. 3, 2017. Ainda no plano de políticas de formalização do mercado de trabalho nacional, no ano de 2014 o governo paraguaio anunciou duas ações: *Plan Nacional de Desarrollo Paraguay 2030* e *Plan Nacional de Formalización y Lucha contra la Ilegalidad*, envolvendo vários segmentos institucionais: *Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social*; *Ministerio de Hacienda*; *Ministerio de Educación y Cultura*; *Instituto de Previsión Social (IPS)*; *Cámara de Comercio Paraguaya Americana*; *Central de Cooperativas*; *Organización Paraguaya de Cooperación Intermunicipal*; *Asociación de Abogados Laboralistas*.

paraguaia, um dos caminhos será no campo educacional, oferecendo educação pública de qualidade e capacitação técnica que permitam o acesso aos postos de trabalhos mais competitivos e formalizados, com vistas a aumentar a renda dos trabalhadores e superar a pobreza.

Ao avaliarmos a situação das camadas mais pobres do Paraguai, lembramos o questionamento de Atilio Boron (2003) sobre a incapacidade de os países menos desenvolvidos inserirem-se na economia internacional com uma mão de obra pauperizada, sem acesso à educação formal e moradia, carente de assistência sanitária, como bem apreende Francisca M. ao pontuar: “*Porque sin estudios hoy en día ya no se puede más trabajar, tiene que tener tu estudio*” (Entrevista: Francisca M., Ponta Porã, 2020). Ao pensarmos o mercado de trabalho do Paraguai e seu caráter marcadamente informal, pensamos no arremate da matéria jornalística da Figura 20:

En tanto, fuentes de la Municipalidad de esta ciudad dijeron que hasta el momento no pueden controlar la habilitación de las mesitas, pero estiman que en breve se encontraría la solución adecuada a la difícil situación por la que están atravesando los comerciantes de esta ciudad (Jornal ABC Color, 19/05/1991, p. 22).

Considerando o encerramento da matéria em destaque, não parece de fácil solução a ocorrência da informalidade em um futuro próximo, vez que os olhares não se voltam a *solución adecuada a la difícil situación* a partir das demandas dos trabalhadores informais. Trabalhadores alijados do sistema de proteção social, em atividades precárias, por conta própria ou em empregos assalariados sem registro formal, distantes de empregos formalizados e com garantias trabalhistas. O elevado número de trabalhadores nessas condições no Paraguai indica que se trata de um problema atual e imperativo a ser enfrentado no país.

Apesar de importantes reformas estruturais ocorridas no processo de democratização do país, como a promulgação da Constituição de 1992 e a criação de instituições públicas, observamos uma inoperância de ações políticas e econômicas efetivas à população paraguaia em várias áreas da vida cotidiana, como a garantia de acesso ao emprego, o que se constata na análise do PNUD/2013 sobre as desigualdades no país:

La persistencia y severidad de la pobreza en el Paraguay tiene múltiples causas, incluido el significativo peso de históricas desigualdades en la distribución de recursos y oportunidades; las políticas económicas del pasado y las deficientes y persistentes políticas sociales, entre otras (PNUD, 2013, p. 101).

Nesse sentido, *la liberalización de la economía* não representou uma inserção comercial competitiva no cenário internacional, tampouco uma melhoria na qualidade de vida

da maioria da população paraguaia, ao contrário, os índices de desigualdades social, pobreza e desemprego mantiveram-se altos. No âmbito laboral não ocorreram grandes reformas na legislação, porém a prática de descumprimento das leis gerou um mercado laboral com características fortemente flexibilizadas, corroborado no imenso contingente de ocupados informais, distantes da cobertura do sistema de proteção social do Paraguai, em condições de vulnerabilidades e precarização das relações de trabalho.

CAPÍTULO IV

AS MULHERES E O MERCADO DE TRABALHO NO PARAGUAI

4.1 Mercado de trabalho paraguaio e a presença feminina

Desde os anos 1980 vivenciamos mudanças significativas no campo produtivo e econômico, que estabeleceram um novo padrão de acumulação do capital e provocaram profundas transformações no mundo do trabalho, notadamente a expansão da participação feminina no mercado de trabalho. Embora algumas atividades profissionais fossem historicamente ocupadas por mulheres, ao longo da segunda metade do século XX vimos o crescimento do segmento feminino. Nesse sentido, Harvey (2012) pondera sobre a condição da mulher no mercado de trabalho:

A transição para a acumulação flexível foi marcada, na verdade, por uma revolução (de modo algum progressista) no papel das mulheres nos mercados e processos de trabalho num período em que o movimento de mulheres lutava tanto por uma maior consciência, como por uma melhora na condição de um segmento que hoje representa mais de 40 por cento da força de trabalho em muitos países capitalistas avançados (HARVEY, 2012, p. 146).

Nos anos 1990, um dos fenômenos de maior impacto social foi o incremento da participação laboral feminina na População Economicamente Ativa na América Latina, avaliado como um processo de feminização do mercado de trabalho. Silvia Yannoulas (2011) denominou esse fenômeno como feminização do assalariamento e destacou dois movimentos inter-relacionados nesse processo, o aumento quantitativo do assalariamento entre as mulheres e as mudanças qualitativas no tipo de inserção e no desempenho de atividades no mercado de trabalho¹²¹.

¹²¹ Silvia Cristina Yannoulas (2013) argumenta que na virada do século XX para o XXI ocorreu uma convergência entre os estudos de gênero e os estudos do trabalho, com a emergência de análises sobre o emprego e o desemprego femininos no contexto da reestruturação produtiva mundial, marcada também pelo gradativo desmonte dos sistemas de bem-estar social. Para a autora, os estudos de gênero e do trabalho outorgaram maior visibilidade acadêmica ao espaço reduzido e desprestigiado ocupado pelas mulheres nos mercados de trabalho. Nessa conjuntura, surgiu a categoria feminização entre os estudos de gênero e os estudos do trabalho no Brasil, sendo Cristina Bruschini, Helena Hirata e Heleieth Saffioti autoras relevantes para compreender esse processo. Assim, a feminização do assalariamento ganhou destaque nas pesquisas, pois representou uma das maiores transformações sociais da segunda metade do século XX, à medida que, em poucas décadas, as mulheres se tornaram quase a metade da força de trabalho remunerada.

O movimento ocorreu no âmbito de novas realidades nas relações de trabalho, expressas na escassa geração de empregos, no desemprego, nas formas de trabalhos atípicas, precarizadas, informalizadas. A presença feminina do mundo do trabalho é positiva, vez que implica no avanço do processo de emancipação feminina e, ainda, mitiga as formas de dominação patriarcal no espaço doméstico. Mas há o aspecto negativo, a expansão feminina no mercado de trabalho foi acompanhada pela precarização do trabalho.

Comumente, as mulheres se inserem no mercado de trabalho em ocupações no setor de serviços, com contratos temporários, jornadas de trabalho flexíveis, trabalho por conta própria e atividades informais, marcadamente instáveis e com baixa remuneração, como bem exemplificam as mulheres entrevistadas nesta pesquisa, em suas distintas atividades laborais, mas, em comum, trabalham na informalidade, em condições de precarização laboral. Como afirma Attila Barbosa (2011), os trabalhadores e trabalhadoras transitam “em um mundo de instabilidade e incertezas produzidas pela fragilização dos direitos vinculados à rede de proteção vinculada ao assalariamento” (2011, p. 123), sendo esta a característica fundamental da condição de trabalhador precarizado.

Apesar do avanço feminino no mercado de trabalho, não nos escapa que a segmentação do trabalho entre gêneros e os reflexos na distribuição do trabalho ainda são relacionados às funções atribuídas ao homem e à mulher na divisão sexual do trabalho, permanecendo o trabalho reprodutivo sob responsabilidade predominante das mulheres¹²². Os estudos das relações de trabalho, notadamente as formas como homens e mulheres se inserem no mercado de trabalho, permitem-nos observar e apreender as relações de gênero nos espaços de produção.

Ao analisarmos as relações desiguais inseridas no mundo do trabalho, levamos em consideração que a divisão sexual do trabalho decorre da divisão sexual dos papéis sociais de homens e mulheres, conformando as identidades de masculino e feminino, bem como os espaços sociais a serem ocupados pelos sexos¹²³. Nesse sentido, entendemos que este

¹²² Segundo Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), o termo “divisão sexual do trabalho” aplica-se na França a duas definições de conteúdos distintos. De um lado, uma acepção sociográfica: estuda-se a distribuição entre homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; de outro lado, analisa-se como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos.

¹²³ Esse debate perpassa o enfoque analítico de gênero, categoria diretamente relacionada à divisão sexual do trabalho. Sobre esse enfoque, Joan Scott ponderou: “por gênero me refiro ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se relaciona simplesmente às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas, como aos rituais, e tudo o que constitui as relações sociais. O discurso é o instrumento de entrada na ordem do mundo; mesmo não sendo anterior à organização social, é dela inseparável. Segue-se, então, que o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido desta realidade.

referencial teórico analisa as desigualdades entre homens e mulheres no âmbito das atividades laborais, no trabalho remunerado, no espaço do trabalho doméstico, o que se traduz em desigualdades sociais. Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007) discutem a divisão sexual do trabalho como uma forma de divisão do trabalho social, decorrente das relações sociais entre os sexos, sendo esta forma de divisão histórica e socialmente modulada.

Nessa divisão, a esfera produtiva é um espaço prioritariamente masculino e funções com maior valor social, como o político, o militar e o religioso, pertencem aos homens. Às mulheres cabe a esfera reprodutiva no âmbito doméstico. Para Marina Hoyo (2010), *“la discriminación en el ámbito familiar se manifiesta en la asignación de papeles jerarquizados: la responsabilidad del trabajo doméstico recae en las mujeres y niñas; se asignan más recursos a la educación de los varones”* (2010, p. 19). Na relação de forças, coube às mulheres o espaço da reprodução, em que as atividades não são remuneradas, não sendo consideradas como atividades econômicas, tampouco como parte do mercado de trabalho.

Joan Scott (1994) analisou os meandros da construção social e cultural dos gêneros ao examinar a situação da mulher trabalhadora no século XIX. Apontou como as construções discursivas de distintos grupos, como políticos, sociólogos, sindicalistas, empregadores, médicos, legisladores, elaboraram discursos que relegaram as mulheres ao espaço privado, responsáveis pelo bem-estar familiar. Estes discursos valeram-se dos argumentos das diferenças entre os sexos para erigirem um corpo teórico que alocou a mulher em um espaço secundário nas relações sociais, notadamente no mundo do trabalho. No espaço laboral, essas concepções hierarquizam as relações de trabalho, determinando os papéis a serem desempenhados por ambos os sexos no conjunto das forças produtivas, estabelecendo-se a prática de trabalhos de homem e trabalhos de mulher. Constituiu-se, assim, uma identidade feminina tramada na narrativa de uma natureza fragilizada, sensível, emotiva, moldada para tarefas que não exigissem força física, aprisionando-as ao lar e ao espaço privado, doméstico, diferentemente do masculino, que ocupou os espaços públicos e produtivos.

A ideia do trabalho feminino como secundário, acessório ao masculino, reforçava a inferioridade feminina em relação aos homens, pois a estes caberia a subsistência familiar, a reprodução dos meios de sobrevivência. Estas suposições balizavam-se na ideia de o trabalho feminino como suplementar ao masculino, em que as mulheres eram consideradas empregadas de segunda categoria, pois a maternidade e a vida doméstica eram a essência da vida feminina,

A diferença sexual não é causa originária da qual a organização social poderia derivar: ela é, antes, uma estrutura social móvel que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos” (*apud* COLLING, 2004).

impossibilitando a construção de uma identidade laboral, com um pacto com o trabalho assalariado.

Esses discursos reforçavam dois aspectos: a vida familiar como função elementar da mulher e o seu papel secundário na produção, o que nos ajuda a compreender as práticas dos empregadores em delimitar “trabalhos de mulher”, com atributos específicos a um dos sexos, com valores e produtividade desiguais, que acabaram por legitimar uma distinção sexual no campo do trabalho. Este constructo social, amparado por discursos reiterados e ressignificados, adentrou o período mais contemporâneo e, ainda hoje, permeia a condição da mulher no âmbito laboral.

Ao analisar o sistema de poder estabelecido entre os gêneros, particularmente no Paraguai, Verónica Serafini (2005) assinala a necessidade de debater sobre a desigualdade de gênero no país, “*tener en cuenta la organización social de las relaciones entre los sexos*” (2005, p. 11). Ponderou, ainda:

Así, por un lado hay una sobrevaloración del trabajo “productivo” y por otro, una desvalorización del trabajo “reproductivo”, a pesar de que la evidencia empírica muestra que las mujeres contribuyen de manera significativa con sus ingresos a la reducción de la pobreza y a la calidad de vida de la familia; y que los bienes y servicios que produce sin remuneración en los hogares son fundamentales para mantener el poder adquisitivo de los ingresos y el bienestar material y psicológico (SERAFINI, 2018, p. 67).

Quando analisadas dimensões como emprego, satisfação de vida, vulnerabilidade, possibilidades de consumo, as mulheres comumente aparecem em desvantagem, em particular no campo laboral, sendo maiores as probabilidades de estarem fora do mercado de trabalho. O enfoque a partir do gênero não se traduz na apreensão de que mulheres constituem um grupo unificado e homogêneo e no Paraguai as diferenças acenam às desigualdades sociais, tão marcantes na sociedade paraguaia. As relações de gênero implicam relações de poder, que na vida cotidiana das mulheres paraguaias traduzem-se por desigualdades no acesso às oportunidades educacionais, creditícias, profissionais. Dessa forma, as oportunidades sociais, e por consequência laborais, estão relacionadas à posição econômica, origem étnica, área de residência, idade, estado civil, estrutura familiar.

Ao mesmo tempo, notamos profundas mudanças nas organizações familiares paraguaias que repercutiram no cotidiano feminino, a exemplo, nas últimas três décadas as mulheres passaram a ocupar postos de chefia de seus núcleos familiares, *la jefatura de*

*hogares*¹²⁴, espaço tradicionalmente pertencente ao masculino, rompendo com o discurso de famílias dirigidas e sustentadas apenas por homens. A inserção feminina no mercado de trabalho permitiu às mulheres paraguaias novas experiências, rompendo com a premissa de lugares socialmente determinados a elas, espaços relacionados à esfera privada, *al hogar*. Dessa forma, temos no Paraguai dois movimentos inter-relacionados vivenciados pelas mulheres, o esvaziamento do modelo *dueña de casa* em tempo integral e o ingresso nos espaços do trabalho remunerado, fenômeno que não se restringiu ao Paraguai, como ressalta Zuleika Oliveira (2005):

O modelo de dona-de-casa em tempo integral, tão valorizado ao longo das décadas passadas e que implicava, inclusive, uma situação de *status*, experimentou um crescente esvaziamento. Em contrapartida, o espaço público do trabalho, antes domínio masculino passou a ser compartilhado por mulheres casadas e mães, que vislumbravam no exercício do trabalho remunerado uma possibilidade de realização pessoal fora do espaço privado da família (OLIVEIRA, 2005, p. 124).

Ao observarmos os dados do documento *Mujeres jefas de hogar - 2002/2012* (DGEEC, 2016), vimos o crescimento da categoria *jefatura de hogares* duplicar-se no espaço de três décadas, entre os anos 1980 e 2012, sobretudo na área urbana do país. Em 1982, 18,2% dos lares paraguaios eram chefiados por mulheres, passando para 36,3% no período de duas décadas, movimento significativo em uma sociedade em que se aloca ao homem a condição de *jefe del hogar*. No estudo *Ser mujer en Paraguay (1982-1992)*, María Victoria Heikel (1997) destacou o aumento quantitativo das mulheres chefes de família e os arranjos em torno dessa nova dinâmica familiar, agregando ao núcleo familiar filhos, genros, noras e netos, na conjuntura dos anos 1990. Dessa forma, trabalho e remuneração garantiam a manutenção de suas estruturas familiares, contribuindo *a la calidad de la vivienda familiar*. Outro ponto destacado foi como a relação entre trabalho e estudos impactava a condição feminina, demonstrando que não importasse o nível de instrução das mulheres, sua renda era inferior a dos homens.

O debate apresentado pela autora aponta as implicações culturais na vigência das desigualdades de gênero, apesar dos avanços na instrução e qualificação das mulheres no

¹²⁴ Traduz-se por chefia da casa, equivalente à designação chefes de família utilizada pelo IBGE. Em março de 2021, o DGEEC informou que 37,2% dos domicílios paraguaios tinham como chefe do núcleo familiar uma mulher, o que representa 427 mil mulheres como *jefes del hogar*. Segundo o Diretor Nacional: “de 7.252.000 habitantes, 49,6% son mujeres, esa proporción en el área urbana alcanza el 51% y en la rural, un 47%. La edad media de las mujeres es de 27 años, la tasa global de fecundidad es de 2,4 hijos ¿Cuánto se espera que viva la mujer en Paraguay que nace en el 2020? Más o menos 77,7 años. Sobreviven a los hombres en 6 años más, quienes tienen como expectativa de vida 71,8 años de promedio” (DGEEC, 2021).

Paraguai. *La condición femenina* explicaria a desvalorização da contribuição da mulher no mercado de trabalho e, de forma macro, no campo econômico. Dessa desvalorização, que tem seus fundamentos na transgressão das funções socialmente atribuídas ao feminino, particularmente de ocuparem espaços fora *del hogar*, surgem as barreiras para participarem com equidade no mercado de trabalho. A desigualdade é percebida por nossas entrevistadas, que, a sua maneira, analisam as diferenças de gênero e como as atingem, a exemplo de Venancia A.:

Acá en Paraguay, por ejemplo, no se valora mucho el trabajo de la mujer. No se valora mucho. Eso es evidente porque a los hombres, por ejemplo, primero luego, por más pequeñito trabajo que hace, se le paga mucho más que una mujer. Y una mujer se levanta, o sea que se va a su trabajo y desde que llega en su trabajo trabaja hasta regresar a casa. Llega a casa y comienza otra vez. Es muy inferior del trabajo del hombre (Entrevista: Venancia A., Pedro Juan Caballero, 2020).

Apesar dos obstáculos, o acesso das mulheres ao mercado de trabalho conferiu uma autonomia financeira vital para a manutenção do núcleo familiar, assim como o acesso à educação e à qualificação representaram melhores ofertas de trabalho. Além disso, aspectos como urbanização, redução da fecundidade e mortalidade, redução da pobreza contribuíram para melhorar as condições de vida da população em geral, em especial, das mulheres. Notamos o acesso à educação como fundamental na participação feminina no mercado de trabalho e referendamos essa percepção na análise de Maria I. Egas (2018):

En general, los años de escolaridad aumentaron entre el año 1990 al 2015, principalmente para las mujeres y para los grupos de edad más jóvenes. Es más, el nivel educativo promedio que tienen las mujeres es muy similar al de los hombres en el año 2015. Inclusive hay grupos etáricos (los más jóvenes) donde los años de educación de las mujeres son más altos que los de los hombres (2018, p. 13).

De maneira geral, no Paraguai os trabalhadores com baixa formação educacional ocupam atividades ligadas ao setor produtivo primário e do comércio, enquanto os de formação média ocupam o comércio e a indústria básica, estando as melhores posições nas áreas de tecnologia, da indústria, do sistema financeiro e da administração pública, ocupadas por trabalhadores com maior nível educacional, o que evidencia a inter-relação entre maior formação educacional e melhores salários e oportunidades laborais.

Apesar da conjuntura propícia à visibilidade da mulher no campo laboral nas últimas décadas, as atividades desenvolvidas por elas ainda se concentram nos serviços domésticos, área da educação e da saúde, notadamente como *cuentapropistas* e assalariadas. As mulheres ainda prevalecem em atividades produtivas relacionadas aos serviços e atividades

do lar, o que nos remete ao debate sobre a persistência do *constructo* da divisão sexual do trabalho na contemporaneidade. Essa divisão de atividades entre homens e mulheres nos remete a uma publicação veiculada no jornal eletrônico *ABC Color, Mujeres derriban barreras y se incorporan al trabajo vial en Pilar* (12/04/2017)¹²⁵. Logo no início da reportagem nos deparamos com *lanzar a las damas el desafío de probar su capacidad en “tareas de machos”*. Sobre o emprego, uma das mulheres contratadas frisou: *“abre una posibilidad de que las mujeres ocupen un espacio que antes solo estaba reservado para los varones”*. Presentes na publicação as ideias que permeiam o imaginário social, dos espaços pretensamente pertencentes a *los varones, a los machos*, o que evidencia a divisão sexual do trabalho.

Como vimos, as mudanças operadas no mercado de trabalho paraguaio nas últimas décadas, com a expansão da informalidade e da participação feminina, ocorreram em uma conjuntura de mudanças no âmbito econômico e social. O país abriu sua economia ao mercado internacional, incrementou o setor do agronegócio, urbanizou-se. Para Verónica Serafini (2005), as mulheres não permaneceram à margem dessas mudanças: *“fueron actoras dinámicas en los cambios educativos, en los flujos migratorios, en la supervivencia de los hogares y en las transformaciones culturales ocurridas a partir de las relaciones urbano/rurales”* (2005, p. 11). Nesse contexto, destacamos o protagonismo das mulheres paraguaias no processo migratório do campo às cidades. Ao não contarem com o capital humano e recursos produtivos próprios buscaram nos núcleos urbanos atividades por conta própria ou como domésticas, mudando o perfil das famílias paraguaias à medida que o número de núcleos familiares chefiados por mulheres aumentou.

O processo de urbanização possibilitou a abertura de novas frentes de empregos, assim como maiores oportunidades de qualificação, modificando os padrões de inserção ao mercado de trabalho no país, tanto para homens quanto para mulheres. Segundo Serafini (2005), no começo dos anos 2000, os homens ainda se ocupavam em atividades ligadas à produção agropecuária, ao setor de serviços e, em menor proporção, à indústria, enquanto as mulheres mantinham-se predominantemente no setor de serviços. O crescimento dos trabalhos técnicos, sobretudo na área de saúde (enfermagem) e da educação (docência), ocorreu na esteira da expansão dos serviços públicos no país e são atividades econômicas tradicionalmente ocupadas por mulheres no Paraguai.

¹²⁵ A reportagem *Mujeres derriban barreras y se incorporan al trabajo vial en Pilar* discorria sobre uma empresa paraguaia, Topografía Y Caminos AS, que contratava mulheres para a manutenção de rodovias na cidade de Pilar/Paraguai. Foi veiculada em 12 de abril de 2017. Fonte: <http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/interior/mujeres-derriban-barreras-y-se-incorporan-al-trabajo-vial-en-pilar-1583574.html> .

O padrão de abertura econômica em um contexto de baixa capacidade competitiva da força de trabalho aliado à acentuada desigualdade ao acesso à informações e tecnologias, beneficiou mais as mulheres de estratos sociais mais abastados, com qualificações necessárias para aproveitar as oportunidades surgidas na abertura do mercado e no crescimento de alguns setores da economia paraguaia, como o sistema financeiro e o serviço público, estabelecendo desigualdades sociais que segmentam o feminino no país. A posição econômica, a idade, a qualificação, o estado civil e a estrutura familiar são condicionantes a serem consideradas quando se analisa a presença da mulher no mercado laboral no Paraguai.

Pontuamos que o debate sobre a presença feminina no mercado de trabalho paraguaio perpassa o entendimento de que as mulheres ocuparam um importante papel no processo de liberalização da economia, à medida que sua inserção laboral é funcional às demandas do trabalho mais flexibilizado. A inserção feminina não garantiu melhores condições laborais, tampouco igualdade salarial com os trabalhadores masculinos, ao contrário, destacou-se por salários mais baixos, empregos mais flexibilizados e com horários diferenciados, em domicílio, o que garantia que conciliassem o trabalho produtivo com o trabalho reprodutivo.

Nesse sentido, a informalidade configurou-se como uma oportunidade viável de trabalho às mulheres, principalmente entre as mais jovens. No documento *Mujer Paraguaya: Tendencias Recientes*, Verónica Serafini (2005) apontou que o trabalho por conta própria foi a categoria ocupacional mais importante do país entre os anos 1990 e início dos anos 2000, em que as atividades por conta própria eram ocupadas por 75% das mulheres que trabalhavam. Para a autora, o trabalho informal foi funcional às demandas femininas, atendendo às particularidades econômicas, demográficas, sociais e educativas e, ainda, funcional à estrutura produtiva que se aproveita dessas condições para promover a competitividade através da ideia de flexibilidade laboral e baixos salários, condições laborais comuns ao trabalho feminino. A percepção da autora ecoa na reflexão de Harvey (2012):

Não apenas as novas estruturas do mercado de trabalho facilitam muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo assim trabalhadores homens centrais melhor remunerados e menos facilmente demitíveis pelo trabalho feminino mal pago, como o retorno dos sistemas de trabalho doméstico e familiar e da subcontratação permite o ressurgimento de práticas e trabalhos de cunho patriarcal feitos em casa (2012, p. 146).

Vemos como a informalidade atrela a trabalhadora em ocupações de baixa qualidade, distantes da proteção legal, sem a garantia de uma renda mensal.

Figura 23 - Publicação sobre a presença da mulher no trabalho informal e formal da economia



Fonte: Jornal *ABC Color*, Assunção, 03/08/1989, p. 2 (Suplemento *Nosotras*)

Em nossas pesquisas no Jornal *ABC Color* constatamos que a presença feminina no mercado de trabalho nacional e, para além, no panorama social do país, foi objeto de debate em suas páginas, como vemos na publicação *Mujer: sector informal e formal de la economia*, veiculada em agosto de 1989, meses após a derrocada do regime *stronista*¹²⁶. O texto mostrou o quadro laboral do início dos anos 1990, em que as principais atividades laborais que concentravam a mão de obra feminina encontravam-se na informalidade, enfatizando a precariedade das condições laborais, vez que os salários eram baixos, as jornadas de trabalho maiores, sem o alcance da proteção legal e com o predomínio do subemprego.

O artigo revelou-se uma importante fonte sobre o mercado de trabalho feminino durante o período *stronista*, ao destacar que no ano de 1986, do total de mulheres que trabalhavam, 62% encontravam-se em atividades informais. Isso reforçou nossa leitura da informalidade como fenômeno em expansão desde o governo *stronista*, estabelecendo-se como um modo de trabalho possível ao feminino.

No quadro laboral do país, um grupo particularmente vulnerável é o de mulheres sem renda própria. Os riscos ao grupo passam pelas adversidades pessoais e familiares, como pela conjuntura econômica, questões que inviabilizam o acesso ao mercado de trabalho. Ao não participarem do mercado de trabalho, tampouco estarem inseridas em programas de transferência de renda do Estado, a possibilidade de permanecerem abaixo da linha da pobreza é maior. Segundo Serafini (2018), quase um terço das mulheres com mais de 15 anos e que não

¹²⁶ Em nossas pesquisas no Jornal *ABC Color*, na *Biblioteca Nacional del Paraguay*, em Assunção, vimos desde as primeiras edições, após a reabertura do periódico, publicações referentes às mulheres no espaço social. A exemplo, a publicação em destaque na figura 23 foi retirada do encarte *Nosotras*, que começou a circular em agosto de 1989. Com a frase-lema *Con la mujer y el hogar*, trazia em suas páginas publicações com distintos enfoques: saúde, sexualidade, maternidade, trabalho, comportamento.

estudam, não possuem renda própria. A inatividade das mulheres está diretamente ligada às atividades *del hogar*, enquanto que entre as mulheres que estão no mercado de trabalho a sobrecarga dos afazeres domésticos influem em suas escolhas laborais, ou seja, *el hogar* está intrinsicamente relacionado à condição de trabalhadora da mulher paraguaia, o que explicita como a informalidade tornou-se uma atividade viável a um expressivo número de mulheres no país.

Observamos isso na relação de trabalho de Venancia A., que aceitou receber um salário inferior ao mínimo, pois o local de trabalho fica próximo à sua residência, o que permitiria que cuidasse de *su trabajo y de su casa*, como nos disse. Essas relações flexibilizadas estão diretamente relacionadas ao trabalho precarizado, à medida que Venancia A. recebe uma renda mensal menor que a estipulada pela legislação, sem registro empregatício, o que a alija da proteção legal e social.

A diferença salarial entre homens e mulheres pode ser explicada pela menor quantidade de horas trabalhadas pelas mulheres e, ainda, às ocupações historicamente ligadas a menor remuneração, como trabalhos domésticos e por conta própria. Entre as mulheres que trabalham, as atividades em tempo parcial, flexível ou por conta própria, implicam em menor renda e desproteção social e deve-se, em parte, pela necessidade de conciliar o trabalho remunerado com o trabalho não remunerado, limitando sua atuação no mercado de trabalho formalizado, realidade que constatamos nos relatos de nossas entrevistadas, em que a maior parte considerou a independência, patronal e de tempo, e os cuidados com os filhos razões para trabalharem em condições informais. Sobre o impacto do trabalho não remunerado sobre as mulheres paraguaias, diz Serafini (2018):

Los datos dan cuenta de la desigual asignación del tiempo de trabajo remunerado y no remunerado entre hombres y mujeres. Las mujeres dedican 28,7 horas semanales al trabajo no remunerado, frente a las 12,9 horas destinadas por los hombres. En contrapartida, ellos trabajan en el mercado 49,5 horas semanales, mientras que las mujeres 40,4 horas. En total, las mujeres terminan trabajando unas 6 horas semanales más que los hombres (trabajo remunerado más trabajo no remunerado) (2018, p. 77).

Nesse sentido, observamos que as famílias em que as mulheres têm um trabalho remunerado podem ter índices de pobreza mais baixos em relação às famílias em que as mulheres não possuem remuneração, ou seja, a renda proveniente do trabalho feminino é importante diferencial na situação de pobreza das famílias, o que evidencia a importância do acesso das mulheres ao trabalho remunerado. Enfim, mesmo que a ideia de espaços pretensamente naturais às mulheres venha se rompendo e ocupem funções das mais distintas

no mercado de trabalho, as desigualdades salariais ainda permeiam a trajetória feminina no mundo do trabalho. Analisá-las é primordial para que a ideia da *naturalização* sobre o feminino seja rompida, abrindo espaço para a construção da equidade de gênero nas relações trabalho e, para além, nos distintos campos da sociedade.

4.2 As vozes da informalidade: as mulheres no espaço laboral

4.2.1 As relações sociais e culturais no espaço laboral

“*En la dimensión del deseo, queremos recrear una identidad femenina dispuesta a participar activamente en los diferentes ámbitos sociales - incluyendo los de los poderes públicos - y que exija compartir con otros la responsabilidad doméstica*” (1993, p. 11). Estas palavras abrem a obra *Alquimistas. Documentos para otra historia de las mujeres*, organizada por Line Bareiro, Clyde Soto e Mary Monte (1993), como parte de mais um esforço para registrar *la historia más olvidada de todas*, a luta contra a discriminação de gênero e a contribuição feminina no processo de democratização do Paraguai, questionando estereótipos, reivindicando novos espaços e direitos¹²⁷.

Lançada no início dos anos 1990, surgiu num período de efervescência política e social no país, palco de movimentos ímpares e inter-relacionados: a democratização do país, a abertura econômica e a maior visibilidade da mulher em distintos aspectos da vida nacional, entre eles, o trabalho remunerado. O avanço da presença feminina no espaço laboral paraguaio e a conquista da independência financeira promoveu a democratização das relações familiares, antes ancoradas na ideia de um único provedor, uma tarefa *naturalmente* masculina, ou ainda, na concepção de atividades *tradicionalmente* ocupadas por mulheres, notadamente *las responsabilidades domésticas*.

Percebemos as relações construídas sobre estereótipos do que é feminino e do que é masculino nas narrativas das trabalhadoras informais que entrevistamos, como vemos na fala de Zunilda F., 40 anos, brasileira, ensino médio, residente em Pedro Juan Caballero, vendedora

¹²⁷ O livro *Alquimistas- documentos para otra historia de las mujeres* foi lançado em 1993, organizado pelo *Centro de Documentación y Estudios – Area Mujer* (CDE), em Assunção. Ao lançarem o livro, propunham registrar como as mulheres paraguaias *pensaron. se organizaron, escribieron, propusieron y lucharon*, nas décadas iniciais do século XX, retirando-as do silenciamento que a historiografia oficial as relegou.

de peças de alto-falantes na cidade de Pedro Juan Caballero há vinte anos. Em sua narrativa, a entrevistada expõe como as relações de gênero se esboçam no espaço laboral:

Por que a mulher pode fazer o que o homem faz. Eu sofri *bullying* de trabalhar aqui, vou te falar, eu antes trabalhava com um rapaz eu que entendo, mas o pessoal de lá preferem eles, não elas. Tipo que nem eu tô atrás dele, entendeu? Pra mim foi difícil eu conquistar o meu espaço. Por que eles pensam que não entendo o que eles entendem. Aqui é, eu acho, muito machista, a gente tem que conquistar o nosso espaço. Sim, que nem quando o meu pai tá aqui, eles olham pro meu pai, não pergunta pra mim, entendeu. E meu pai não entende, aí eu já respondo né, meu pai fica me olhando assim, né? Aí eu respondo pra ele o que ele tá perguntando pro meu pai. Ainda hoje, de vez em quando aparece um, cadê aquele rapaz, aquele que entende? É que eu, eu tinha um rapaz que trabalhava comigo entendeu? Ele trabalhou uns dez anos por aí, ele falou vou sair daqui e você vai falir, entendeu? Eu falei: eu quero ver. Eu até comentei pro meu companheiro: o Celso falou que eu vou falir e em um mês eu vou fechar a minha loja. Falei: como que vou falir se eu só compro e ele só vende. Não tem como, eu sei onde que compra, eu sei o que que falta, eu que olho, eu que vejo, como que vou falir. Eu não falei (Entrevista: Zunilda F., Pedro Juan Caballero, 2018).

O *bullying* narrado pela entrevistada expressa uma percepção de menosprezo por sua condição feminina em uma atividade tida como masculina, montar alto-falantes automotivos. Zunilda trabalha com vendas de alto-falantes na linha internacional e é responsável por comprar as peças, montar os componentes e vendê-los, tendo o controle sobre todo o processo que envolve os produtos que comercializa, sendo perceptível o domínio sobre sua atividade, parte de seu cotidiano há vinte anos. Em sua narrativa apreendemos o preconceito e as desigualdades na relação homem/mulher que persistem nos espaços sociais, o que nos remete à narrativa da divisão entre trabalhos masculinos e trabalhos femininos.

Quando a entrevistada afirma que “pra mim foi difícil eu conquistar o meu espaço. Por que eles pensam que não entendo o que eles entendem” (Entrevista: Zunilda F., Pedro Juan Caballero, 2018), notamos a polarização entre *eu e eles*, em alusão aos papéis a serem exercidos pelo feminino e masculino. Reiteramos que essas divisões, que marcam as relações sociais entre homens e mulheres, não são resultados da aleatoriedade, sendo seus elementos constitutivos histórico e socialmente construídos. Roger Chartier (1995) afirma que “inscrita nas práticas e nos fatos, organizando a realidade e o cotidiano, a diferença sexual (que é sujeição de umas e dominação de outros), é sempre construída pelo discurso que a funda e legitima” (1995, p. 43). Assim, a imposição de um sexo sobre o outro, baseado na diferença biológica entre ambos, estabelece uma naturalização sobre o lugar da mulher no mundo e esse imaginário social, ainda hoje, permeia a condição feminina no social e no mundo do trabalho.

Na narrativa de Zunilda F. percebemos a defesa de seu conhecimento e de sua experiência na área em que trabalha, ao afirmar que não faliria seu negócio, pois “eu sei onde que compra, eu sei o que que falta, eu que olho, eu que vejo, como que vou falir. Eu não fali” (Entrevista: Zunilda F., Pedro Juan Caballero, 2018). E como diz Rebecca Solnit (2017), “os homens explicam-me coisas, a mim e a outras mulheres, quer entendam, quer não, do assunto em causa. Alguns homens” (2017, p. 13). Ao afiançar seu conhecimento sobre as etapas que envolvem sua atividade, Zunilda F. recusa o que Solnit (2017) denomina um convite ao silêncio, não duvidando de si tampouco impondo-se limites, principalmente por atuar em um nicho pretensamente masculino.

Nesse sentido, a entrevistada não vê seu trabalho como secundário, acessório ao trabalho de um homem. Percebemos a busca por legitimar sua atividade laboral ao afirmar aos compradores de alto-falantes: “Por isso que eu falo assim, você não viu eu falando pro rapaz? Se não for, você pode trazer e trocar ou eu devolvo o seu dinheiro. Sempre eu tô falando isso, eu sei que ele vai acertar. Mas eu falo, ele vem trocar se não for, né?” (Entrevista: Zunilda F., Pedro Juan Caballero, 2018). Questionada se os clientes retornavam para trocas, a resposta foi permeada por um sorriso de satisfação: “nunca, nunca volta”, o que mostra o domínio sobre o fazer que ela desempenha.

Fernanda Henriques (2010) pondera que a reflexão sobre as representações do feminismo é complexa, pois põe em xeque concepções que nos constituem como sujeitos sociais. A desconstrução começa por evidenciar uma concepção assimétrica, que tem o masculino como arquétipo e o feminino como derivado. Essa condição do feminino como derivado resiste abalizada no que a autora conceitua como *estereótipos arquétipos* ou *discriminações fundadoras* pontuando a assimetria entre homens e mulheres e que ao longo dos séculos produziu um pensamento ocidental com padrões de comportamento, de moralidade, de religiosidade à mulher. Sobre o aspecto laboral, Claudia Nogueira (2004) pondera:

o mundo do trabalho acentuou profundamente a divisão sexual do trabalho, reservando para as mulheres espaços específicos que, na maioria das vezes, se caracterizavam pela inferioridade hierárquica, pelos salários menores e por atividades adaptadas a suas capacidades inatas (2004, p. 18).

Pensar a questão feminina no campo laboral, assim como em vários aspectos da sociedade, implica refletir sobre os pressupostos patriarcais que manifestam o que Heleieth Saffioti afirma ser “o regime de dominação, exploração das mulheres pelos homens” (2004, p. 44). As relações patriarcais permeiam, induzem, definem o papel a ser vivenciado pelo feminino em distintos aspectos da vida social, sendo o espaço laboral um segmento permeado pela ideia

de “trabalhos de homem e trabalhos de mulher”. Saffioti (2004) atenta que o patriarcado “com suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade” (2004, p. 54). Entendemos contaminar como a continuidade dos discursos que opõem homens e mulheres em espaços opostos, estabelecendo padrões que as condicionaram a determinadas ocupações e inviabilizam um debate que aborde a construção de pressupostos que conduzam à igualdade de gênero, tanto no mercado de trabalho como nas relações intrafamiliares. Nas entrevistas, notamos as demandas de trabalho que recaem sobre o feminino. Olga G., 57 anos, brasileira, ensino fundamental, residente em Ponta Porã, trabalha com vendas de alimentos na linha internacional há 14 anos, afirmou:

Acho que uma mulher trabalha muito mais que um homem, é um trabalho mais difícil que um trabalho de um homem. É um trabalho de mais responsabilidade do que de um homem. Porque o homem trabalha aqui e vai para casa e não faz mais nada, vai deitar e pôr o pé para cima. A mulher não, tem de deixar em ordem roupa, comida, cuidar dos filhos, olhar tarefa de filhos, tudo (Entrevista: Olga G., Ponta Porã, 2018).

A narrativa de Olga é partilhada por outra entrevistada, Maria de Lourdes M., 58 anos, brasileira, ensino fundamental. Nascida na comunidade de Lagoa do Chocalho, município de Nossa Senhora da Glória, estado do Sergipe, veio do Nordeste para residir no Paraguai no início dos anos 1990. Desde sua chegada encontrou na informalidade na linha internacional um modo de trabalhar, vendendo mercadorias como enxovais, roupas, calçados, panelas e produtos que confecciona de crochê e tricô. Sobre a multiplicidade do trabalho feminino diz:

A carga maior é da mulher. Ele chega em casa pode até me ajudar, mas em alguma coisa, eu tenho que fazer tudo. O homem ajuda, mas não é em tudo (...) além de trabalhar para fora, né, tem a casa, tem marido, tem filho, tem comida, sobrecarrega mais (Entrevista: Maria de Lourdes M., Ponta Porã, 2019).

Sublinhamos, ainda, a fala de Venancia A.:

Es muy diferente. El hombre, por ejemplo, hace solamente una única cosa y nosotras mujeres hacemos muchísimas cosas, entre eso cuidar a los hijos(...) Hay muchos hombres sí que piensan así, que cuidar hijos, por ejemplo, no es su trabajo (...) Son machistas, porque dicen que no es trabajo de hombre, no cuidan, no hacen, le esperan otra vez la mujer que venga del trabajo para comenzar otra vez a hacer (Entrevista: Venancia A., Pedro Juan Caballero, 2020).

Quando questionadas a respeito da participação do marido/companheiro foi comum um sorriso consternado, um suspiro de impaciência, uma negativa veemente. Em geral, todas as entrevistadas afirmaram agregarem ao trabalho remunerado o trabalho da casa, os cuidados da família. Para Serafini (2018), “*la sociedad ha otorgado a las mujeres la responsabilidad*

casi exclusiva de la ejecución de estas tareas. La división sexual del trabajo asignó el rol de “proveedor” al hombre y de “cuidadora” a las mujeres” (2018, p. 67).

A dupla, ou até mesmo a tripla, jornada que notamos nas falas é analisada por Ricardo Antunes (2005) como uma dupla exploração das mulheres pelo capital, que se dá no espaço produtivo e reprodutivo. A mulher trabalhadora atua em duas frentes, no espaço público/laboral e, ainda, atua centralmente nas atividades intrafamiliares, garantindo o que o autor considera a esfera da reprodução societal, não diretamente mercantil, mas indispensável à reprodução do capital. Antunes (2002) pondera, ainda, sobre a nova configuração da divisão sexual do trabalho:

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que no universo do mundo produtivo e reprodutivo vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho (2002, p. 109).

O que nos chama atenção nas falas é a percepção que a fronteira espacial não se sobrepõe às representações sobre o feminino. Paraguias e brasileiras pontuam condições muito próximas em seu cotidiano. Na fala da entrevistada Maria de Lourdes notamos como as representações sobre o papel feminino ainda vicejam: “Eu acho que já é mesmo da natureza, já é natural mesmo. Acho que a mulher já veio para isso mesmo. Pelo menos lá no meu mundo que eu vivia, lá no Nordeste, é natural” (Entrevista: Maria de Lourdes M., Ponta Porã, 2019). A entrevistada crê que cabe às mulheres as atividades domésticas e que é esperado que as realizem, sendo *natural* que o feminino encare essas atividades. Percebemos como suas memórias foram marcadas pelas experiências que vivenciou no Nordeste. Nos disse que o sofrimento, a falta de emprego, o trabalho braçal no campo foram fatores que a levaram a imigrar para um local em que pudesse sobreviver.

Percebemos como Maria de Lourdes imigra para mudar de vida, para sobreviver, mas a sua compreensão de mundo sobre o que ela viveu lá e o que ela vive aqui não mudou, ela traz os mesmos sentidos do que é ser mulher, “é natural, é coisa de mulher, nascemos para isso”. Pensamos na afirmação de Maurice Halbwachs (2004) “a memória apoia-se sobre o passado vivido” (2004, p. 75) para compreender a relação da entrevistada com o passado. Para Halbwachs (2004):

A memória individual, construída a partir das referências e lembranças próprias do grupo, refere-se, portanto, a “um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Olhar este, que deve sempre ser analisado considerando-se o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e das relações mantidas com outros meios (2004, p. 55).

Notamos como o cotidiano se impôs sobre Maria de Lourdes, como nos lembra Michel de Certeau (2007), com “a opressão do presente (...) o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo” (2007, p. 31). Sua narrativa é permeada por memórias de sofrimento, dor em relação ao trabalho na roça. Para ela “da terra não tinha como se manter”. Seu trabalho consistia em manter os animais, cortar a palma para alimentá-los, buscar água em locais distantes e carpir a roça para produzir o necessário para a sobrevivência. Percebe-se em sua fala a consternação pelo fato do companheiro não a ajudar nas atividades no campo, o que a levou a se separar e mudar para o Paraguai.

Vemos como as relações vivenciadas por Maria de Lourdes foram marcadas pelo patriarcado e pelas representações sobre o feminino, moldando sua forma de percepção do ser feminino no espaço doméstico. Para Michael Pollack (1989) há uma permanente “interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido” e isso se aplica “a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos” (1989, p. 8). A memória, ao distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas, sinaliza a influência do presente no passado. A manifestação de lembranças depende das circunstâncias vivenciadas por quem rememora, assim um ou outro aspecto será contemplado enquanto outros serão silenciados.

Nesse sentido, a compreensão sobre o conceito de representação é essencial para revelar como em um determinado momento o social foi construído, (re)elaborado, (re)configurado. Contemplar para além das representações sobre o feminino permite questionar o discurso da *naturalização* dos papéis sociais e apontar que a subordinação feminina não é natural, mas forjada socialmente. Descortinar os sentidos conferidos pelas representações sobre o feminino expõe o discurso naturalista apontado por Michelle Perrot (2017), que define “a existência de duas ‘espécies’ com qualidades e aptidões particulares. Aos homens, o cérebro, a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos” (2017, p. 186).

Para Roger Chartier (2002) “(...) não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e afrontadas, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido a seu mundo” (2002, p. 66). Nesse caso, “o sentido a seu mundo” passa pela reflexão sobre as práticas, os discursos, as motivações que regem a relação assimétrica entre homens e mulheres, como nos mostra a entrevistada ao afirmar que “no meu mundo que eu vivia, lá no Nordeste, é natural” (Entrevista: Maria de Lourdes M., Ponta Porã, 2019). Entender as

representações e suas tessituras implica em observar as relações de poder na sociedade, como se elaboram e se ressignificam ao longo do tempo e aqui contribuem para desnudar a ideia de *natural*. Essas representações são perceptíveis nas falas de várias entrevistadas, como ilustra Francisca M.:

Es nuestro deber porque la mujer sabemos todo en casa, porque los hombres no se quedan luego en casa, no saben nada, solo nosotros. Cuando llegan en casa tenés que ya estar todo ropa limpia, comida, todo. Los hombres, se vos salir, venir, ellos no hacen nada, porque vos no estás en casa (Entrevista: Francisca M., Ponta Porã, 2020).

Assim como Maria de Lourdes, Francisca vê como natural as atividades domésticas serem função da mulher, *nuestro deber*, como defendeu. Parece-nos compreensível essa percepção, pois em sua experiência de vida sempre coube à mulher o dever de cuidar, de limpar, de servir, o que se explica por sua trajetória laboral, de *niñera* e *empleada doméstica*, nunca trabalhando em outras atividades. Com a mesma trajetória, Joana R. trabalhou igualmente como *niñera* e empregada doméstica, mas tem uma apreensão distinta sobre o papel ocupado pelas mulheres no espaço privado:

Na família do meu esposo, eles não passavam uma camisa, os homens. Meu esposo e os irmãos dele não lavavam uma colher. Por quê? Porque o meu sogro não deixava, porque eles tinham seis irmãs e pra que que tinham 6 irmãs? Tinham que fazer almoço, janta, lavar roupas e passar. Tinham que fazer de tudo para eles (...) eu morei na casa da minha sogra cinco anos. Então, eu tinha que servir o meu esposo, pra isso que eu casei com ele, pra isso que ele quis ter uma esposa, pra servir ele (Entrevista: Joana R., Pedro Juan Caballero, 2020).

Ao final desta fala, ao proferir a palavra servir, a entrevistada reagiu com gargalhadas, cobrindo a face com as mãos, em um visível sinal de constrangimento, como se a experiência vivida parecesse irreal. Apesar de nascer no Brasil, Joana mora no Paraguai desde os dois anos de idade. Casou-se jovem e foi morar no sítio com a família do marido, no interior do país. Disse que enquanto morou com a família não pôde modificar os costumes do companheiro, mas que ao se mudarem para Assunção foi conversando com o marido e mostrando outras possibilidades de organização familiar, “eu ensinava, agora ele já faz”, frisou.

Notadamente no Paraguai, as representações sobre as mulheres permeiam os atributos maternais, a submissão, a abnegação, a resignação, aprisionadas nas imagens *de las Residentas*, das *kuña guapa*, *kuña vale*, das *kuña m'barete*¹²⁸. Clyde Soto (2009) pondera que a Guerra do Paraguai aprofundou, por um lado, marcas culturais de sofrimento e resignação

¹²⁸ *kuña guapa* (mulher trabalhadora); *kuña vale* (mulher valorosa); *kuña m'barete* (mulher forte).

para as mulheres paraguaias, de outro, erigiu-se a figura mítica de reconstrutora da nação arrasada. Em ambas as imagens, profundamente entrelaçadas, temos a subordinação a permear as sociabilidades das mulheres paraguaias.

Assim, “*la kuña guapa, la residenta abnegada y la trabajadora reconstructora de la nación, constituyen el ideal femenino en el Paraguay*” (SOTO, 2009, p. 7). Um ideal que incumbe responsabilidades e não direitos. Novamente, vemos as marcas das representações conferindo significados e sentidos à vida produtiva e reprodutiva das mulheres. Na fala da entrevistada Barcilicia C. vemos novamente referência à *cosas de mujeres*. Disse:

El machismo pues es que te lleva de que, bueno, este es trabajo de mujer. Yo, por ejemplo, la única cosa que no hago, sabes, es construir casa. Yo pinto, incluso compré para mí Makita, para cortar madera. Entonces, acá hay un señor que congrega con nosotros y me dice: esos no son cosas de mujeres, porque son cosas peligrosas. Entonces, yo no veo, yo no pienso de esta manera (Entrevista: Barcilicia C., Pedro Juan Caballero, 2019).

Ao pensarmos sobre a afirmação *esos no son cosas de mujeres, porque son cosas peligrosas*, vislumbramos as representações acerca da mulher e sua pretensa *natureza* sensível, suscetível, fragilizada, em contraponto ao discurso do homem racional, objetivo, prático, *naturalmente* moldado para tarefas que se consideram mais complexas. Constroem-se, assim, os conceitos binários que marcam as relações entre homens e mulheres: razão/sensibilidade, força/fragilidade, dominação/subordinação, objetividade/subjetividade, sendo a binaridade como diferença categórica o resultado dos discursos construídos socialmente. Seguindo a reflexão de Ana Colling (2014), os tempos são diferentes, porém os discursos iguais, recorrentes, construídos e reconstruídos, eficazes e duradouros em legitimar o papel secundário da mulher no espaço privado e no público. E, por analogia, inapropriada para algumas atividades laborais.

Ser inapropriada relega a mulher a espaços socialmente definidos, como observamos na fala de Venancia A.: “*Chofer, trabajo de hombre, guarda espalda, sino cualquier guarda de casa, por ejemplo, trabajo de hombres y también puede ser las mujeres, solo que no se le da oportunidad, a las mujeres no se le da oportunidad*”. Completa sua fala afirmando que o trabalho das mulheres é inferior ao do homem: “*Es inferior. Acá en Paraguay, por ejemplo, no se valora mucho el trabajo de la mujer. No se valora mucho*” (Entrevista: Venancia A., Pedro Juan Cabalero, 2020).

Chamamos a atenção ao fato de a entrevistada considerar o trabalho da mulher inferior ao do homem. Entendemos a inferioridade citada pela entrevistada como a percepção das desigualdades que há entre homens e mulheres no campo do trabalho remunerado, em que,

em muitos casos, as mulheres ganham menos pela mesma atividade realizada. Aqui, a inferioridade traduz-se por desvalorização, o que é evidenciado ao longo da fala de Venancia, uma vez que sua narrativa está permeada pela importância que confere a sua atividade laboral, sendo ela empregada doméstica. Percebemos que a precarização e as desigualdades, a exemplo a salarial, compõem um quadro comum às mulheres no mundo do trabalho na contemporaneidade, sendo a informalização do trabalho feminino uma faceta dessa precarização.

4.2.2 A dimensão social na trajetória da trabalhadora informal

Algo que nos chamou a atenção nas entrevistas foi perceber que a informalidade como modalidade de atividade remunerada não se traduz necessariamente como uma impossibilidade de outras escolhas. Para Anker e Degraf (2004) a multiplicidade de tarefas das mulheres, atuando em distintas funções, materna, cuidadora, trabalhadora, provedora, são mais propensas que os homens a entrar e sair do mercado de trabalho, manejar seus horários com mais flexibilidade, realizar trabalhos familiares não remunerado mais frequentemente e não se dedicar ativamente à procura de trabalhos formais, questões pontuais observadas nos relatos das trabalhadoras informais desta pesquisa, que, de maneira geral, consideraram a flexibilidade dos horários, a maior dedicação à família, principalmente aos filhos, e a independência patronal como as principais razões para continuarem na informalidade.

Zunilda V., 40 anos, paraguaia, curso superior, residente em Pedro Juan Caballero, trabalha com vendas de alimentos no Mercado Municipal da cidade, pontuou essa condição¹²⁹. Para ela, um trabalho formal significaria cumprir horários, metas, ter um patrão, preferindo a autonomia oferecida pela informalidade. Disse a entrevistada:

Sí, porque la mayoría teniendo un patrón ya es diferente. Hay muchos problemas entre compañeros, hay muchas metas que tenemos que cumplir, te trabaja psicológicamente. Entonces, yo ahora mismo ya digo luego que ya no quiero trabajar con un patrón. Me siento mucho mejor independiente (Entrevista: Zunilda V., Pedro Juan Caballero, 2018).

A entrevistada formou-se em Matemática, porém optou por não trabalhar na docência. Ao ser questionada sobre sua profissão respondeu prontamente: *cocinera*,

¹²⁹ O Mercado Municipal de Pedro Juan Caballero é um espaço público que funciona como entreposto de escoamento da produção rural do município, além de circulação de outros produtos e mercadorias como: vestuários, alimentação, plantas medicinais, eletrônicos, eletrodomésticos.

ênfatizando seu apreço pelo trabalho, apesar de apontar o preconceito sobre o trabalhador do Mercado Municipal:

¿El problema, sabes lo que es mayor allí? Que mucha gente, por el hecho que vos trabajas en el mercado te quieren hacer de menos. Eso lo que existe. Y yo voy a defender donde sea, porque el trabajo sí es honesto, es honrado y donde sea tenés que ser orgullosa de tu trabajo. Muchos te preguntan: ¿dónde vos trabajás? Vos le decís donde “humm” te dicen, con un tono de inferioridad. Pero yo eso no acepto. Algunos cuando llegan ya me hablan en guaraní, piensa que yo no sé hablar en castellano. Lo que son cocineras son personas que no tienen estudios y no es así. Yo estoy allí porque a mí me gusta. Puedo hacer otras cosas, yo puedo enseñar, me falta solamente algunas materias para recibirme de contadora. Yo puedo hacer, pero yo quiero estar allí, me gusta. El día que no voy hacer más otra cosa, que voy a dedicarme a otra cosa, ahí si voy a dejar mi cocina. Si yo voy a estar trabajando otra vez, dependiendo otra vez de otra persona, no voy a dejar (Entrevista: Zunilda V., Pedro Juan Caballero, 2018).

Além da cozinha, a entrevistada atua na venda de perfumes, cosméticos e eletrodomésticos. Uma outra possibilidade de renda, nas palavras da entrevistada: “*Y, aparte de eso, yo hago otro trabajo, ventas de perfumes, electrodomésticos. Yo salgo a vender, en mi auto tengo todo ahí, Natura, Boticário*” (Entrevista: Zunilda V., Pedro Juan Caballero, 2018). Ao pontuar sobre o preconceito que percebe em relação a quem trabalha no Mercado Municipal, a entrevistada afirmou: “*Algunos cuando llegan ya me hablan en guaraní, piensa que yo no sé hablar el castellano, lo que son cocineras son personas que no tienen estudios y no es así*” (Entrevista: Zunilda V., Pedro Juan Caballero, 2018). Entendemos que no Paraguai há diferenças entre falar a língua guarani ou o espanhol, pois o simples ato da fala traduz-se como uma fronteira entre classes sociais, sendo o guarani a fala da espacialidade periférica, adequado ao espaço doméstico, mas não às esferas do poder, do saber, *locus* do espanhol, em um confronto entre as línguas oficiais do Paraguai¹³⁰.

E como esse confronto por vezes não é dissimulado. Particularmente em minha casa, meus pais somente se comunicavam entre si em guarani, assim como os diálogos entre tios, primos, amigos ocorriam nesse idioma. Lembro-me de vários momentos, quando criança, de familiares falarem diretamente para que não falássemos guarani, pois era uma língua de

¹³⁰ Em 2010, a *Ley n° 4251/2010 - De Lenguas* foi promulgada pelo presidente Fernando Armino Lugo de Méndez com o intuito de promover o guarani como idioma oficial do país, com a mesma paridade legal do espanhol, destacando-a como signo da identidade cultural da nação, instrumento de coesão nacional e meio de comunicação da maioria da população paraguaia. O guarani falado atualmente no país é o resultado de *la domesticación de la lengua guaraní* dos indígenas da época da colonização espanhola, nos séculos XVI e XVII. A população atual que fala o guarani não se identifica como indígena, devido ao longo processo de mestiçagem. Além dos dois idiomas oficiais, são falados no Paraguai outros vinte idiomas dos povos indígenas que residem no país e outros idiomas falados por grupos populacionais, como os menonitas (SANDOVAL, 2012).

indios, de pobres, de *campesinos*, que em nada nos ajudaria no futuro, pois o espanhol era o idioma das classes mais distintas, de *gente exitosa*. Poderíamos ouvir, mas não falar. E assim foi feito.

Tínhamos o contato diário, o que favoreceu a compreensão da língua, mas a fluência perdeu-se na obediência do que era tido como correto às crianças da família. Essa estratégia adotada há tantos anos por meus familiares ainda foi/é a escolha de muitos, notadamente os grupos sociais mais vulneráveis, de *familias guaraní-hablantes*, que associam o espanhol à possibilidade de acesso a melhores postos de trabalhos e melhores condições de vida, motivo pelo qual muitos incentivam os filhos a falarem apenas o espanhol¹³¹. Falando de forma simplista, cabe ao espanhol o *status quo* na economia e na sociedade.

Em um artigo lançado no final dos anos 1970, intitulado *Paraguay, isla rodeada de tierra*, Augusto Roa Bastos já ponderava sobre as complexidades do bilinguismo no país, que “*sirven paralelamente, aunque no complementariamente*” (BASTOS, 1977, p. 57) à comunicação de uma coletividade, em um movimento de aproximação e afastamento que bem apreendeu a entrevistada e que também vivenciei. Para Roa Bastos (1977):

El uso del castellano o del guaraní está regido en el Paraguay por factores sociales y por factores regionales, porque está fundamentalmente dislocado en dos campos semánticos que difícilmente se sobreponen. Incluso el que se dice y se cree bilingüe no abordará nunca ciertos temas en la lengua indígena; sencillamente no puede porque el hecho social no se lo permite. Así, en realidad, el guaraní-parlante tiene una serie de campos que le son vedados, porque en ellos no puede hacer oír su voz; más aún, ni siquiera los piensa, al carecer del instrumento adecuado de la expresión lingüística (1977, p. 58).

Ao afirmar o autor que “*el guaraní-parlante tiene una serie de campos que le son vedados, porque en ellos no puede hacer oír su voz*” (1977, p. 58), identificamos a fronteira entre ambas, vide a língua identificar e, ao mesmo tempo, diferenciar os falantes, o que nos mostra como o monolinguismo guarani ainda é um fator de discriminação social e política no Paraguai¹³². Nessa perspectiva, a língua falada define o lugar social do falante, marca a

¹³¹ A percepção da língua guarani como expressão de atraso e de incivilidade remonta ao século XIX. Os governos de Carlos Antonio López (1840-1862) e Francisco Solano López (1862-1870) proibiram o uso do guarani nas escolas do país. Após o fim da Guerra do Paraguai, a política oficial de exclusão da língua se intensificou. No álbum comemorativo do primeiro centenário da independência do Paraguai, em 1911, patrocinado pelo governo paraguaio, notamos o menosprezo pelo guarani: “*Desterrado de la enseñanza nacional el guaraní, dialecto o idioma indígena, arcaico, que no presta utilidad alguna, sólo falta llevarlo a la práctica, como factor primario, en nuestra inmensa campaña. ¡Sí señor! ‘desguaranizarla’ en absoluto ‘para impedir que sobre el surco abierto recobre su imperio la maraña del bosque primitivo’ y surcarla por todas partes de rieles, que sirvan para derramar a los cuatro vientos la inmigración europea, en lucha por su expansión*” (apud NICKSON, 2007).

¹³² Em março de 2021, um fato envolvendo a língua guarani teve ampla repercussão nos principais meios de comunicação do Paraguai e do Brasil. Em áudios enviados, pelo aplicativo *WhatsApp*, aos funcionários de sua fazenda, uma produtora rural brasileira, moradora do *departamento* de *Curugaty*, os proibiu de falar o guarani

identidade de um grupo social, opera diretamente sobre o mercado de trabalho e pode inclusive dispor sobre o que é formal e o que é informal.

Revestida de oficialidade, o guarani equivale ao espanhol com vigência “*en los tres Poderes del Estado y en todas las instituciones públicas*” (Ley n° 4251/10), mas no âmbito das relações práticas os papéis são conflitantes, permeados por contradições. Melià (2012) ressalta essas incoerências ao apontar que o Estado e os meios de comunicação não empregam o guarani, estando o idioma ausente da vida moderna, da tecnologia, do comércio, da cultura formal, da administração pública, negando à língua o que a oficialidade confere.

Assim, a língua é percebida por muitos como obstáculo, notadamente no campo das atividades econômicas mais competitivas no mercado de trabalho, vide a carga de estigma social que a envolve. Falar apenas o guarani é um fator significativo que leva à exclusão, como bem observa Luis Sandoval (2012) “*entre las dos lenguas del país, una de ellas, el español, es considerada como la lengua de preferencia del sector formal del mercado de trabajo así como de la interacción con el Estado y el poder público*” (2012 p. 140). Para Pierre Bourdieu (2008):

A língua oficial está enredada com o Estado, tanto em sua gênese como em seus usos sociais. É no processo de constituição do Estado que se criam as condições da constituição de um mercado linguístico unificado e dominado pela língua oficial: obrigatória em ocasiões e espaços oficiais (escolas, entidades públicas, instituições políticas etc.), esta língua de Estado torna-se a norma teórica pela qual todas as práticas linguísticas são objetivamente medidas. (2008, p. 32).

Nesse sentido, percebemos que a entrevistada apreende as contradições entre as duas línguas oficiais do país ao afirmar que falar o guarani, assim como ser cozinheira no Mercado Municipal, não significa não ter estudos, capacitação, enfatizando sua formação docente, com possibilidades de se formar em Contabilidade. Nesse sentido, Melià (2012) diz que “*en verdad todos somos fronterizos y muy pocos traspasamos nuestras propias fronteras*” (2012, p. 89), fronteiras que entendemos como sociais, culturais, linguísticas, laborais, de gênero, em que delimitamos nossas ações em determinados ambientes sociais e profissionais, sem nos aproximarmos do outro. Zunilda V. apontou em vários momentos de sua fala a informalidade como uma escolha, opção que permitiria sua independência em relação à figura de um patrão e controle sobre o manejo do tempo. Essa narrativa de independência foi compartilhada por outra entrevistada, Gladis B.:

Por eso mismo a mí me encanta trabajar independiente. Yo viajo, yo salgo, yo

em suas propriedades rurais. Segundo a fazendeira, aqueles que não aceitassem a ordem poderiam pedir a demissão. A situação nos mostra como a discriminação social com a língua guarani ainda persiste nas relações sociais e laborais, mesmo sendo uma das línguas oficiais do Paraguai.

duermo, me levanto en la hora que yo quiero, porque soy totalmente independiente. Soy feliz porque hago un trabajo independiente (...) No, por el amor de Dios, nunca más. Porque ese cumplir horarios a mí me costó muchas lágrimas, porque yo tenía que ir en frío, en calor, un cinco minutos de atraso me sacaban casi un salario. ¿Sabes esa mirada? Se te llamaba la atención. Yo trataba de no llegar tarde justamente para que no se me llame la atención. Pero no, no vale la pena. No tenía tiempo de irme al médico, yo no podía cuidarles bien a mis abuelitos, yo no iba a visitar a mis parientes, a nadie, solo de mi trabajo a mi casa. Y en las horas libres yo me quedaba a hacer mis limpiecitas en mi casa porque tenía que dejar impecable, en los domingos, porque sábado y domingo yo trabajaba y entonces ya no pretendo, porque no vale la pena (Entrevista: Gladis B., Pedro Juan Caballero, 2019).

A narrativa de independência laboral, apontada por várias entrevistadas, esbarra em outra realidade, a desproteção legal, que impossibilita o acesso aos benefícios como *jubilación* e pensões, vez que parcela significativa dos trabalhadores paraguaios não contribuem ao *Instituto de Prevision Social* (IPS). Em várias falas vimos a condição de vulnerabilidade das trabalhadoras informais, a exemplo não ter direito a *jubilación*. Quando questionadas, a resposta tangencia a similaridade:

La jubilación es un poco triste aquí en Paraguay. Porque en el Paraguay tenés que trabajar ahora casi setenta años ya ahora. Ellos esperan que los trabajadores mueran todos para que le pueda acceder a ese pequeño salario. Yo veo que no vale la pena (Entrevista: Gladis B., Pedro Juan Caballero, 2019).

A entrevistada Venancia A. também assinalou as dificuldades em não contribuir ao IPS:

No tengo. Es un problema mayor, porque acá no tenemos oportunidad de recibir IPS, por ejemplo, en una empresa sí, en casa de familia no, en casa de familia no hay. (...) Preocupante es. Porque yo, por ejemplo, mi hijo tengo solo uno. Si por ahí él no me da, quien me va dar? Y no tengo un sueldo, no voy a tener una jubilación (Entrevista: Venancia A., Pedro Juan Caballero, 2020).

Constatamos mais uma vez, como a precarização do trabalho não se restringe ao limite territorial de um ou outro país. Flávia A., 39 anos, brasileira, ensino fundamental, residente em Ponta Porã, trabalha com vendas de salgados e bolos, sabe que poderia contribuir ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) como contribuinte individual e facultativo, mas diz que por *relaxismo* não paga. Disse que esperar sobrar no final do mês não adiantaria, porque “o dinheiro nunca sobra mesmo”, mas está em seus planos contribuir. Destacou que sua mãe é paraguaia, sexagenária, também trabalha com vendas de salgados e nunca contribuiu ao IPS, o que a deixa preocupada com o futuro da mãe e faz com que analise sua situação também. Perguntada sobre os familiares paraguaios que trabalham na informalidade e se contribuem ao

IPS, afirmou: “não, pior que não, acho que não existe isso” (Entrevista: Flávia A., Ponta Porã, 2020).

Ao ouvirmos esses relatos, pensamos nas vulnerabilidades sociais dessas trabalhadoras. Venancia A. nos disse que os membros femininos da família, irmãs, cunhadas, sobrinhas, todas paraguaias, trabalham como empregadas domésticas, assim como *muchísimas mujeres* de seu círculo de amizades, e, em comum, não têm acesso à *Seguridad Social*. Apesar de a *Ley n° 5407/2015- Del trabajo doméstico* prever no art. 18 a obrigatoriedade da incorporação do trabalhador doméstico no regime de seguro social do *Instituto de Previsión Social*, isto não condiz com a realidade laboral de milhares de empregadas domésticas no Paraguai, por desconhecimento de seus direitos ou pelo simples descumprimento da lei por parte dos empregadores.

Desde 2013, a *Ley n° 4933/2013* garantiu a incorporação voluntária ao seguro social do IPS de trabalhadores autônomos, empregadores, donas de casa e trabalhadores domésticos, mas a adesão é insignificante no quadro laboral do Paraguai. A entrevistada Venancia A. apontou um motivo para a baixa adesão, que entendemos evidenciar a condição mais geral dos trabalhadores paraguaios e brasileiros: “*El sueldo no alcanza acá en Paraguay, no alcanza mucho, tenemos gastos en casa. No alcanza porque el IPS cobra muchísimo, porque si no tenés sueldo mínimo ya no te alcanza*” (Entrevista: Venancia A., Pedro Juan Caballero, 2020).

A entrevistada pontua esse fato, pois recebe uma remuneração menor que o salário mínimo, o que dificultaria o pagamento da cotização equivalente a 13% sobre o valor do salário mínimo (Art. 3º, *Ley n° 4933/2013*). A questão financeira foi notada nas falas das entrevistadas paraguaias, pois destacam que não conseguem contribuir voluntariamente ao IPS, tampouco poupar, o que também verificamos nas falas das entrevistadas brasileiras. Zunilda V. apontou essa dificuldade, mesmo sabendo que não terá o benefício da aposentadoria:

Tener un ahorro, ¿verdad? Ir guardando dinero, ser más económica, porque yo sé que no voy a tener mi jubilación. Yo sé que no voy a tener mi jubilación. Tener mi ahorro y el día de mañana cuando no pueda más trabajar estar agarrando de a poco y usando mi ahorro. (...) Más o menos. Porque antes había más ventas, ahora hay poca venta (Entrevista: Zunilda V., Pedro Juan Caballero, 2018).

Essa situação é compartilhada por Olga G.:

Muito pouco, não sobra. Ainda mais agora, de um dia pra cá tá tão difícil, né? Não sobra não. Preocupa, claro. Não só eu, mas todo mundo. A economia é difícil porque a gente vende, compra os produtos que vai vender de novo, se você usar aquele dinheiro que você vendeu não consegue repor sua mercadoria. É sempre difícil (Entrevista: Olga G., Ponta Porã, 2018).

Joana R., empregada doméstica, tem uma trajetória laboral diferente das demais entrevistadas, pois trabalhou como informal no Paraguai e com carteira assinada no Brasil. Trabalha desde a adolescência, primeiramente como babá, e posteriormente como empregada doméstica, atividade que exerce há quase 30 anos, sendo 15 anos como diarista em *Ciudad del Leste e Asunción* e nos últimos 13 anos com carteira assinada, na cidade de Ponta Porã. Tem conhecimento sobre seus direitos e os coloca em prática, a exemplo, contribui facultativamente à Previdência Social, no Brasil, que pelos seus cálculos garantirá sua aposentadoria. Em sua fala vemos as percepções sobre o trabalho doméstico nos dois países:

No Paraguai, a maioria das vezes a gente ganha por semana e se for por mês, empregada doméstica não tem mesmo seguro, só se você trabalhar em empresa, que é assegurada pelo IPS, mas se trabalhar em empregada doméstica não tem seguro. E se você faltar, desconta. É assim o caso aqui. Mas na maioria nem quer pagar mesmo por mês, só por semana. (...) No Brasil, como empregada doméstica, porque aí se a gente trabalhar com carteira tem o auxílio doença, agora já tem o auxílio acidente (Entrevista: Joana R., Pedro Juan Caballero, 2020).

Há de se registrar o fato de que, apesar de separadas por fronteiras nacionais, as entrevistadas experienciam condições de vulnerabilidades similares em suas relações de trabalho. Zunilda V., no Paraguai, e Olga G., no Brasil, assim como outras entrevistadas, aproximam-se pelas dificuldades encontradas no dia a dia de suas atividades laborais, instáveis e precarizadas. Se a fronteira as separa, a precarização laboral as aproxima.

Nesse sentido, a escolaridade e a idade também se mostram obstáculos ao feminino no mundo do trabalho. No Paraguai, a língua falada, a idade, a área de residência são fatores por vezes determinantes das condições sociais das mulheres, impactando nas oportunidades de acesso às ocupações com melhores remunerações. A partir das narrativas das entrevistadas, vemos as mesmas condições do lado de cá da fronteira. O fragmento da entrevista de Olga G. demonstra o desalento da entrevistada em relação a um emprego com carteira assinada, por conta de sua idade: “Só que eu acho que estou muito velha pra isso. Muitos lugares não quer não. Eles querem pessoas mais jovens” (Entrevista: Olga G., Ponta Porã, 2018). A afirmação da entrevistada aponta para as dificuldades enfrentadas pelo feminino em temas como a idade e a escolaridade quando encaram o mercado de trabalho. Notadamente, mulheres com graduação participam mais do mercado de trabalho que mulheres sem formação ou qualificação, cabendo a estas as atividades mais precarizadas ou em subempregos. É o que constata Venancia A.:

No tengo estudios, entonces no estudiás, no sabés luego, entonces solamente eso lo que podés hacer, sin embargo, yo tengo más capacidad para hacer otra cosa, solo que no tengo oportunidad. (Entrevista: Venancia A., Pedro Juan Caballero, 2020).

Joana R. pondera na mesma direção:

Por causa que eu não tive mais oportunidade de estudar. Porque a minha mãe se separou do meu pai e aí ficou, a gente ficou em seis. E eu e meu irmão que era mais grande e eu que fiquei cuidando dos meus irmãos, dos quatro. Aí não consegui mais estudar (Entrevista: Joana R., Pedro Juan Caballero, 2020).

Joana R. pontuou em sua fala que a atividade de empregada doméstica não é desonra, porém não queria esse futuro para as três filhas, todas com curso superior. Notamos a importância dos estudos para a entrevistada, que em vários momentos disse não querer que as filhas passassem pelas dificuldades pelas quais passou, que teriam “sempre um apoio naquele título, então é isso que é a diferença” (Entrevista: Joana R., Pedro Juan Caballero, 2020). Em um cenário de maiores exigências do capital humano, a educação/qualificação constitui uma variável determinante na oferta de trabalho. Serafini (2008) observa que nos últimos anos:

Las nuevas formas de organización empresarial, fundamentadas en la necesidad cada vez mayor de incrementar la competitividad, se generan y reproducen en Paraguay mayoritariamente a través de las empresas transnacionales. El uso de nuevas tecnologías, especialmente en información y comunicaciones, y de nuevas formas de organización empresarial, como la subcontratación y los encadenamientos productivos, son aprovechados por empresas cuyo capital es extranjero, lo que a su vez les crea ventajas competitivas difíciles de lograr para el empresariado nacional, que en general nunca contó con políticas eficientes de fomento a la producción e industrialización (2008, p. 63).

Esse cenário de novas formas organizacionais do trabalho implica o que Anita Kon (2003) aponta como a adequação da força de trabalho que exige uma flexibilidade que se ajuste à demanda do capital, sendo importante a capacidade de assumir tarefas variadas e submeter-se a treinamentos e capacitações permanentes, ou seja, a construção de um perfil laboral mais polivalente e multifuncional. Foi justamente essa condição que afastou Zunilda V. do emprego formal: “*hay muchas metas que tenemos que cumplir, te trabaja psicológicamente. Entonces, yo ahora mismo ya digo luego que ya no quiero trabajar con un patrón*” (Entrevista: Zunilda V., Pedro Juan Caballero, 2018). Ao se concentrar sobre a subjetividade do trabalhador, o capital elabora um conjunto de ações em que a valorização, a participação e a integração do trabalhador passam a ser práticas nas empresas nacionais e multinacionais.

Em um cenário de concorrência acirrada por mercados consumidores, cada vez mais segmentados, as empresas buscam maior eficiência na produção e, ao mesmo tempo, maximizar sua capacidade de inovar, otimizando o ritmo e o volume de elaboração dos produtos. Esse processo contempla a adoção de novas formas de gestão do trabalho, em que as

multi-habilidades são fundamentais ao perfil do *novo* trabalhador, que exige maior grau de qualificações do trabalhador. A política empresarial baliza-se pela excelência no atendimento e metas de produtividade, impondo aos trabalhadores um ritmo de trabalho extenuante, o que definitivamente não era a expectativa de Zunilda V. Ao longo de sua narrativa, o controle sobre seu tempo foi uma questão levantada várias vezes, reforçando a ideia de independência que o trabalho informal proporciona.

Ainda na perspectiva da inter-relação entre escolaridade e trabalho, a fala de Fermina F., 56 anos, brasileira, residente em Ponta Porã, ensino fundamental incompleto, trabalha há 30 anos como manicure e também fazendo trabalhos domésticos, na modalidade diárias, reforça as condições de desigualdades vivenciadas pelos indivíduos menos escolarizados. Nunca teve registro em Carteira de Trabalho e afirmou que gostaria de trabalhar registrada, pois teria a garantia do salário mensal:

Vou ter um dinheiro fixo, sei que todo mês eu vou ter, agora como manicure, não. Tem semana que eu trabalho, tem semana que eu não trabalho. Essa semana mesmo foi feriado, fecharam tudo, eu não consegui, eu não fiz unha. Seria bom, porque você sabe que todo mês você vai receber esse dinheiro (Entrevista: Fermina F., Ponta Porã, 2020)

Sobre a relação entre escolaridade e oportunidades de trabalho a entrevistada foi enfática “muito, muito, tá? Muito, muito, muito” (Entrevista: Fermina F., Ponta Porã, 2020). A ênfase ocorre da experiência pessoal da entrevistada, que só estudou até o terceiro ano do Ensino Fundamental. Não saber ler e escrever retirou da entrevistada parte de sua autonomia, pois os estudos permitiriam acessar outras atividades, como nos disse: “trabalhar no escritório, de secretária. Eu adoro mexer com corpo, podia trabalhar num salão onde faz massagem”. Permitiria, ainda, outras aspirações apontadas por Fermina, como fazer a Carteira Nacional de Habilitação, ler os nomes dos esmaltes, fazer cursos: “se eu tivesse escola eu ia fazer um monte de curso” (Entrevista: Fermina F., Ponta Porã, 2020).

A condição de pobreza vivenciada na infância foi um obstáculo à continuidade dos estudos, tendo aos nove anos começado a trabalhar como babá, no período matutino e vespertino, o que inviabilizou sua frequência escolar. “Quando eu casei eu falei pra mim mesma que eu ia fazer de tudo pros meus filhos não ser analfabeto, porque eu sofri muito e graças a Deus terminaram” (Entrevista: Fermina F., Ponta Porã, 2020). Emocionou-se ao falar que sempre folheia o álbum de formatura da filha, para reviver aquele momento especial. A importância dos estudos permeou toda a narrativa da entrevistada, marcada por muitos momentos de emotividade. Ao refletirmos sobre a fala da entrevistada vemos como a pobreza

e a desigualdade são dimensões sociais que limitam o acesso do indivíduo a outras experiências de vida e de trabalho, cercando-o de vulnerabilidades.

Nesse sentido, o emprego formalizado segue como elemento de coesão e segurança social, que Fermina F. externaliza: “seria bom, porque você sabe que todo mês você vai receber esse dinheiro” (Entrevista: Fermina F., Ponta Porã, 2020), tirando-a das incertezas que envolvem a informalidade, “tem semana que eu trabalho, tem semana que eu não trabalho” (Entrevista: Fermina F., Ponta Porã, 2020). Ao questionar outra entrevistada, Olga G., se aceitaria um trabalho formalizado, com carteira assinada, horários definidos, sorriu ao responder: “Bora, né?” (Entrevista: Olga G., Ponta Porã, 2018). Entendemos o *bora* como alento à possibilidade de trabalho que garante, na percepção da trabalhadora, segurança em receber salário mensal e proteção legal.

Quando avaliado o conjunto das entrevistas, notamos que a percepção de segurança previdenciária e legal não alcança a todas igualmente. Para muitas, o controle sobre o tempo e sobre sua atividade laboral, que manifestam como *independência*, são imperativas em suas vidas sociais, como várias entrevistadas apontaram. Por outro lado, a busca por garantias sociais e legais impele à formalização das atividades laborais. É o caso de Barcilia C., que iniciou o processo de regularizar sua atividade econômica:

Mi mente se expande, se expande. Inclusive estoy preparando, ya salió mi registro de marcas, entonces mi proyecto para este año es mudarme hacia al centro y trabajar con prendas, con uniformes. Voy ser la patrona, con mi propia marca. Yo trabajo algo informal, yo quiero formalizar, ahora quiero formalizar mi trabajo (Entrevista: Barcilia C., Pedro Juan Caballero, 2019).

Ao afirmar que *mi mente se expande* a entrevistada pontuou que em determinado momento de sua vida laboral pensou em abandonar sua atividade, pois a considerava *de bajo nivel*, demonstrando constrangimento com o seu ofício. Para a entrevistada, a mudança de perspectiva em relação ao seu trabalho como costureira ocorreu a partir de estudos e leituras direcionadas ao empreendedorismo e às dinâmicas empresariais. No conceito adotado pela *Global Entrepreneurship Monitor* – (GEM, 2015)¹³³, “o empreendedorismo consiste em qualquer tentativa de criação de um novo empreendimento, como, por exemplo, uma atividade autônoma, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente”. (2015, p. 7).

¹³³ O projeto GEM tem como objetivo compreender o papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico e social dos países. A pesquisa é parte do projeto *Global Entrepreneurship Monitor*, iniciado em 1999 por meio de uma parceria entre a *London Business School* e o *Babson College*, abrangendo no primeiro ano 10 países. Desde então, quase 100 países se associaram ao projeto, que constitui o maior estudo em andamento sobre o empreendedorismo no mundo. Em 2015, foram incluídos 60 países, cobrindo 70% da população global e 83% do PIB mundial. O Brasil participa deste esforço desde o ano 2000. Fonte: <http://www.bibliotecas.sebrae.com.br>.

A entrevistada Barcilia C. encontra-se nesta categoria, uma vez que trabalha como costureira há vinte anos, ou seja, pretende expandir um empreendimento existente. No Paraguai, a entrevistada procurou o *Sistema Unificado de Apertura y Cierre de Empresas (SUACE)*, órgão responsável pela abertura/encerramento ou formalização das empresas físicas e jurídicas. Pretende expandir seu negócio de vendas de uniformes escolares e uniformes comerciais, inclusive criando a marca ZUMM para maior visibilidade no mercado, e como bem expôs em sua fala, mercado este que não se restringirá à cidade de Pedro Juan Caballero. Entendemos que buscar a formalização das atividades laborais perpassa não somente à expansão de seus negócios quanto à segurança no porvindouro.

Yo quiero cruzar fronteras. Porque hoy en día es fácil a través del Instagram, Facebook. Es una marca. Viste que la marca, pues, te habilita eso. ¿Por qué? Porque tiene una marca. Entonces Zumm está ahí, tiene Instagram, tiene Facebook, entonces, supongamos, del lado de Ponta Porã me piden, por ejemplo, está interesado en mis prendas o allá en São Paulo o no sé dónde (Entrevista: Barcilia C., Pedro Juan Caballero, 2019).

Na fala da entrevistada apreendemos duas noções sobre a fronteira. A noção de fronteira que evocamos possui um sentido polissêmico, marcado pela pluralidade, seja enquanto uma espacialidade a todo momento transgredida pelos indivíduos, seja enquanto uma forma de compreensão da condição de trabalho das mulheres em ocupações informais. Na fala de Barcilia C., a fronteira a ser extrapolada é não somente a espacial, no sentido de seus produtos cruzarem a fronteira territorial, o *limite* que separa o Paraguai do Brasil, mas, ainda, a fronteira que separa seu trabalho informal da formalização, que aponta oportunidades para além da fronteira espacial que separa, que delimita.

Assim, as fronteiras nacionais são reconhecidas como espaços de intercâmbios, de travessias, de hibridismo e mestiçagem. São espaços que contemplam o trânsito cultural e estão relacionados com os atuais processos de globalização e de redefinição das noções de Estados Nacionais (ALBUQUERQUE, 2009). Na conjuntura do processo de mundialização do capital, um arcabouço de conceitos mobilizou ideias como globalização, aproximação, integração, deslocando as noções de fronteiras com limites, espaços de domínios e de soberania, para a noção de integração das fronteiras, com ampla circulação de pessoas, de produtos, do comércio. Os espaços fronteiros passaram a ser celebrados como locais de encontros, contatos, produtora de novas realidades socioculturais. Essa concepção é corroborada por Roberto Abínzano (2013), que afirma:

las regiones de frontera son también lugares de tránsito por los que circulan flujos de personas, mercancías y mensajes simbólicos, cuyo origen y destino son extrarregionales, pero que muchas veces producen efectos locales de

diverso tipo, desde consumos y utilización de servicios hasta actividades comerciales, etc (2013, p. 152-153).

E esta percepção ecoa na linha fronteira fluida entre as cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, em que os indivíduos ocupam e transitam nesses espaços, desenvolvendo suas atividades econômicas, redefinindo o sentido de territorialidade. É nesse contexto fronteiro em movimento que entendemos a narrativa de Barcilia C. ao afirmar que buscará contatos comerciais para além do que é limitado pela espacialidade, produzindo novas relações sociais a partir de suas experiências laborais e de sua marca *Zumm*. Percebemos que as ferramentas do ambiente digital são operacionalizadas pela entrevistada como acesso ao *outro lado*, o território marcado pela dualidade de ser próximo e distante ao mesmo tempo. Essa aproximação e distanciamento marca o que Abínzano (2013) aponta como uma situação paradoxal em nossa região. Por um lado, temos povos conectados histórica e geograficamente, que compartilham de códigos culturais, por outro lado, são populações premidas por doutrinas geopolíticas, com a guerra entre vizinhos como o fiel da balança na história recente dessas populações

Convém registrar o uso das ferramentas digitais no cotidiano de nossas entrevistadas. Percebemos as mudanças no universo das relações humanas, pautadas em novas configurações de sociabilidades, em que as ferramentas digitais são operacionalizadas como acesso ao consumidor. Ressaltamos que o ambiente virtual aberto que a Internet propicia, não diferencia trabalhadores informais de formais. Sublinhamos como as entrevistadas utilizam-se dessas ferramentas para promover a venda de suas mercadorias e serviços, assim como aprender sobre o que produzem. Maria de Lourdes, a exemplo, utiliza o Youtube para aprender novas técnicas para a confecção de crochê e tricô.

Eu faço crochê, aí eu faço tricô, aí eu faço chinelo. O que me dá na vontade, que vem na mente, eu quero fazer tal coisa, eu vou lá e pesquiso na Internet e eu faço. O Youtube que me ensina. Você sabe, tem o Bradesco né, do lado do Bradesco, não sei se você já viu, tem uma casa que vende aviamentos, linhas, pérolas. Aquela mulher me chamou pra mim aprender curso de coche, de tricô, de chinelo, de laço. Aí perguntei: quanto que paga? daí ela me falou: você vai pagar dez reais, mas você tem de comprar o material aqui. Olhei pra ela assim e perguntei: Pra que que eu vou ter que pagar se o Youtube me ensina e não me cobra nada? Eu vou abro o vídeo, o link lá né? Se eu não entender ali eu volto, repito várias vezes, volto, volto, até a mente captar (Entrevista: Maria de Lourdes M., Ponta Porã, 2019).

No quesito uso de ferramentas digitais a entrevistada Joyce S., 20 anos, brasileira, ensino médio, residente em Pedro Juan Caballero, vendedora de roupas, é quem se destaca. A mais jovem das entrevistadas, é natural de Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, e mudou-se

com a família para o Paraguai aos dez anos de idade. Comunicativa e com conhecimento dos recursos digitais, utiliza-se da plataforma do Youtube para assistir vídeos aulas e, ainda, faz cursos online de tráfego pago, voltados aos anúncios, usando-os em favor de sua atividade comercial, vender roupas nas cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. Reconhece-se como uma empreendedora.

Eu queria ter meu próprio negócio. (...) Eu abri uma lojinha de maquiagem no Instagram, pra vender maquiagem. Daí foi dando certo, foi dando certo, e eu comecei a vender roupa também. E eu achei o mercado de moda melhor que a de cosmético, do meu ponto de vista. Gostei mais de trabalhar, achei mais lucrativo. Daí migrei de cosmético para moda. (...). Meu trabalho hoje é 100% no Instagram, e foi assim que eu consegui expandir mais aquilo que eu comecei (Entrevista: Joyce S., Pedro Juan Caballero, 2020).

É notório que tanto as empresas quanto os indivíduos vislumbraram no mercado on-line possibilidades de atingirem potenciais compradores, assim como reforçar a imagem das empresas ou de produtos. Ao pensar as relações experimentadas com o advento da Internet, Raquel Ricuero (2009) ressalta a possibilidade de expressão e sociabilização através das ferramentas de comunicação, mediada por *computadores, smartphones, notebooks e tablets*. Essas ferramentas proporcionaram aos indivíduos a possibilidade de construir, interagir, comunicar, comprar, vender, contratar, “deixando na rede de computadores, rastros que permitem o reconhecimento dos padrões de suas conexões e a visualização de suas redes sociais através desses rastros” (RICUERO, 2009, p. 24). Ao enfatizar que *yo quiero cruzar fronteras, por qué hoy en día es fácil a través del Instagram, Facebook*, a entrevistada Barcilicia C. ecoa o ambiente em que as mídias sociais oportunizam o acesso instantâneo às informações sobre os produtos e os serviços disponíveis no mercado¹³⁴.

Pensar sobre o ambiente virtual nos faz retornar à discussão sobre a concepção de fronteira porosa, fluida, flexível, em que as fronteiras são móveis, deslocadas do sentido de fronteira tradicional. No espaço virtual a mobilidade é constante, levadas pelas possibilidades de navegação em sites e domínios, sem considerar as fronteiras espaciais, acentuando a desterritorialização do espaço. Observando as potencialidades de outras tecnologias, destacamos o uso das ferramentas do aparelho celular para se aproximar dos consumidores. As entrevistadas Zunilda V., Maria de Lourdes e Flávia A. disponibilizam diariamente no *status*

¹³⁴ “As mídias sociais são sites na Internet que permitem a criação e o compartilhamento de informações e conteúdos pelas pessoas e para as pessoas, nas quais o consumidor é ao mesmo tempo produtor e consumidor da informação. Elas recebem esse nome porque são sociais, ou seja, são livres e abertas a colaboração e interação de todos, e porque são mídias, ou seja, meios de transmissão de informações e conteúdo” (TORRES, 2009, p. 113).

de seu aparelho celular imagens das mercadorias que comercializam, aproveitando-se da visibilidade para oferecer seus produtos aos potenciais consumidores que formam sua rede de relacionamentos. Vemos como, por meio da Internet e suas ferramentas, novas perspectivas surgem às trabalhadoras informais, novas profissões, novas formas de produzir, novos conhecimentos, ao mesmo tempo produtoras e produtos de novas sociabilidades.

Particularmente, nos chamou atenção a fala de Joyce S. em relação a um tema que suscitou preocupações nas demais entrevistadas, o não acesso aos benefícios oriundo do contrato formal de trabalho, notadamente a aposentadoria.

Eu penso e pesquiso também, eu não tenho mesmo vontade. Até meu pai, ele é um pouco mais velho, ele já tem 40 anos, então a cabeça dele é diferente da minha. Qual que é o meu foco, é investir em fundos, em ações, fundos imobiliários, pra eu fazer minha própria aposentadoria, para não depender do governo. Meu pai quer que eu pague o INSS pra ter aquele..., mas eu acho que é normal isso, ele cresceu com essa cabeça, cresceu com essa mentalidade e ele não fala por mal, ele fala porque ele quer me proteger. Eu entendo ele também e eu vou ter de mostrar pra ele que não, que dá pra ser diferente, mas aí é uma atitude minha, né? (Entrevista: Joyce S., Pedro Juan Caballero, 2020).

A entrevistada apresenta-se como uma empreendedora, que almeja abrir seu próprio negócio, mas que por ora tem nas redes sociais seu principal canal de apresentação de seus produtos. Durante nossa conversa, pontuou que o pai sempre argumenta para que pague o INSS, para que tenha uma segurança, enquanto a mãe pede para que procure um “emprego de verdade”, que garanta uma renda mensal, registro em carteira, contribuição ao INSS, enfim, proteção legal. Seu posicionamento é que terá a segurança necessária investindo e construindo o que chama de “meu império”, a partir de sua condição de empreendedora.

O debate sobre as iniciativas empreendedoras vem sendo incentivados pelo governo e organizações não governamentais como centrais ao crescimento econômico e para a geração de emprego e renda. Segundo José Dornelas (2014), empreendedorismo define-se pelo envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, transformam ideias em oportunidades. A conjunção das oportunidades levaria a criação de negócios de sucesso. Dessa forma, o empreendedorismo é uma modalidade de trabalho que enfatiza a ideia do negócio próprio, focando na perspectiva de sucesso individual, promovendo a ideia de que os empreendedores estão “eliminando barreiras comerciais, e culturais, encurtando distâncias, globalizando e renovando os conceitos econômicos, criando novas relações de trabalho e novos empregos, quebrando paradigmas e gerando riqueza para a sociedade” (DORNELAS, 2014, p. 6).

Na prática, o empreendedor é incorporado à lógica do capital e assume a responsabilidade “por sua condição de empregabilidade e pela permanência ou não em

determinada condição de existência material” (BARBOSA, 2011, p. 131), em uma busca, por vezes ilusória e incerta, da ideia de autonomia e sucesso do empreendimento próprio.

No trabalho *Emprendedurismo y Cuentapropismo en Paraguay* (2020), os autores analisam o empreendedorismo no país e apontam que “*comprender el emprendedurismo más típico lleva a entender dónde se encuentra el mayor potencial del crecimiento económico, de la generación de empleos y de la sostenibilidad de los hogares*” (PISANI et al 2020, p. 4). Reforçam que o empreendedorismo no país está relacionado ao *autoempleo* ou *cuentapropismo*, modalidades explícitas de trabalho informal¹³⁵. Como exemplo de iniciativas empreendedoras no Paraguai, apresentam o Mercado Municipal nº 4¹³⁶, em Assunção, comumente denominado Mercado 4, como vemos nas imagens a título de ilustração.

Figura 24 - Mercado Municipal nº 4 – Assunção



Fonte: Imagens da Internet

¹³⁵ Em 2020 foi publicado pelo *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) o primeiro resultado sobre o panorama empresarial no Paraguai. Em 2019, o Paraguai encontrava-se na 52ª posição, de um total de 54 países. Entre os elementos que tiveram as mais baixas classificações estavam: acesso ao financiamento e apoio de políticas públicas; educação empresarial; transferência de pesquisas e desenvolvimento às atividades empresariais; simplificação de mecanismos comerciais e legais; funcionamento de mercados locais.

¹³⁶ O Mercado Municipal nº 4 é um mercado público que abrange os bairros *Pettirossi*, *San Roque*, *Ciudad Nueva* e *Pinozá*, em Assunção. Comercializa os mais variados produtos como alimentos, vestuários, eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos, ervas medicinais.

Afirmou o estudo sobre o Mercado 4:

ofrece uno de los mejores y más claros ejemplos de emprendedurismo. Diariamente, cientos de operadores y “mesiteros” ofrecen una gran variedad de bienes y servicios a miles de compradores. Es un lugar donde la gente, los productos y el dinero se mueven con gran dinamismo, (...) En síntesis, este mercado se constituye en un gran imán para el autoempleo o cuentapropismo en Asunción (PISANI et al 2020, p. 4).

O local destaca-se como importante perímetro comercial na capital, Assunção, com seus *cientos de operadores y “mesiteros”*, que aí trabalham. Ao pensarmos em nosso espaço fronteiriço, temos o Mercado Municipal de Pedro Juan Caballero, que bem representa, em menor escala, a dinâmica comercial do Mercado 4, como vemos na imagem a seguir.

Figura 25 - Mercado Municipal de Pedro Juan Caballero



Fonte: Elaboração própria, 03/05/2021.

Concordamos que o Mercado 4 e o Mercado Municipal fronteiriço representam um espaço de intercâmbio de pessoas, produtos e dinheiro, com suas ruas e vielas movimentadas, frenéticas e desordenadas, mas discordamos da menção de empreendedores aos trabalhadores que dividem esses espaços. Para além da dinamicidade comercial desses locais, entendemos que o empreendedorismo, a informalidade e a precarização laboral estão relacionadas. Nas várias visitas ao Mercado Municipal de Pedro Juan Caballero e, ainda, ao centro comercial na Avenida Internacional, comumente denominados camelôs, conversamos com os donos das pequenas lojas, no Mercado Municipal, e com os camelôs na linha internacional.

A partir dessas observações, queremos destacar como a precarização perpassa a vida laboral tanto de empregadores quanto dos empregados. Os que empregam mantêm um empreendimento geralmente sem regularização, com baixos rendimentos, cuidam de seus negócios sozinhos, ou com a ajuda de um familiar, e quando contratam o fazem sem a devida regulamentação, sendo comum, mesmo em empresas de grande e médio porte, não pagarem as contribuições referentes ao IPS dos funcionários, como nos relatou Gladis B., que trabalhou mais de 15 anos em uma loja de médio porte em Pedro Juan Caballero e nunca seus empregadores regularizaram sua situação. Para Antunes (2011), essa situação provoca a erosão do trabalho contratado e regulamentado e sua substituição por diversas formas de empreendedorismo, que “cada vez mais se configura como forma oculta de trabalho assalariado e que permite o proliferar das distintas formas de flexibilização salarial, de horário, funcional ou organizativa” (2011, p. 411).

Nesse sentido, temos o deslocamento da noção de emprego, constituída como norma de trabalho ao longo do século XX, por atividades empreendedoras, práticas que reforçam o fim da centralidade do emprego. Como bem observa Giovanni Alves (2007) “ocorre uma fragmentação da classe trabalhadora, ou melhor, uma fragmentação de seus estatutos salariais” (2007, p. 126), rompendo com um projeto coletivo comum, acentuando-se a ideia da individualização como diretriz de inserção social.

Attila Barbosa (2011) pondera que no nível dos discursos e das narrativas há uma “tentativa de construção da imagem do empreendedor de si mesmo como o indivíduo capaz de vencer as incertezas e inseguranças da vida social dentro do contexto do capitalismo flexível” (2011, p. 138), tendo esses discursos a capacidade de mobilizar os indivíduos em práticas que seguem e reproduzem a mesma lógica de mercado, como a competitividade, os riscos, as incertezas. Notamos essa idealização no trabalho *Emprendedurismo y Cuentapropismo en*

Paraguay (2020), ao afirmar que ser empreendedor implica a atitude distintiva de *asumir riesgos, de lanzarse y sobre todo estar motivado* (2020, p. 178).

A GEM (2010) distinguiu duas configurações de empreender: por necessidade ou por oportunidade. Estes optam por iniciar um novo negócio vislumbrado no mercado uma oportunidade para melhorar sua condição de vida, mesmo quando possuem alternativas de emprego e renda. Os que se movem pela necessidade empreendem como única opção, por falta de alternativas profissionais ou empregos formalizados, com o intuito de gerar renda para si e para a família. É nesta condição que delimitamos os *cientos de operadores y “mesiteros”* do Mercado 4 e do Mercado Municipal de Pedro Juan Caballero, assim como nossas entrevistadas, ou mesmo os demais nichos de mercado informal que se localizam em outras paragens pelas fronteiras internacionais, em especial entre Brasil e Paraguai, ao criarem seus pequenos negócios, movidos muitas vezes pelo desemprego, pela falta de oportunidades no mercado de trabalho formalizado.

Para Helltonn Maciel (2014) as chances de sucesso deste segmento são mínimas, sobretudo aos trabalhadores de baixa renda, que se expandem no mercado de trabalho diante das transformações na dinâmica do trabalho que vivenciamos. Ao perceber as possibilidades de ganho no negócio próprio, uma maneira de garantir uma renda em meio ao desemprego e ao subemprego, esses pequenos negócios configuram-se mais como meios de sobrevivência do que empreendimentos capitalistas, sobretudo no âmbito comercial.

Nesse processo de fomento de uma ideia maquiada de empreendedorismo, a precarização do trabalho expande-se tanto nos casos de empreendedores por necessidade como por oportunidade. A atividade empreendedora emana promessas de sucesso, de desenvolvimento pessoal, profissional e financeiro ao indivíduo. Ao mesmo tempo, de forma temerária, mitiga os vínculos socialmente constituídos na sociedade salarial, o que implica no fortalecimento do processo de precarização laboral e no distanciamento do senso de coletividade entre os trabalhadores. Dessa forma, o que temos é o trabalho informal dissimulado sob o neologismo empreendedorismo

Em relação ao documento *Emprendedurismo y Cuentapropismo en Paraguay* (2020), dois aspectos da pesquisa nos chamaram a atenção e bem ilustram o nosso objeto de pesquisa. Por um lado, a percepção de que a crise econômica dos últimos anos atingiu com maior impacto os pequenos negócios e os jovens, devido à escassez de empregos formais, como discutido anteriormente. A fala de uma entrevistada da pesquisa, que trabalha na informalidade, evidencia os obstáculos no Paraguai aos pequenos negócios e à faixa etária dos trabalhadores,

“cada día ves cómo no hay trabajo para los jóvenes o cómo peluquerías o tienda de ropas se cerraron. No podés aguantar, no se vende, no circula la plata” (apud PISANI, 2020, p. 168).

Em contraste à situação vivenciada pela trabalhadora informal, atividades econômicas vinculadas ao setor imobiliário, aos grupos políticos e ao agronegócio não sentiram os impactos da crise. Tradicionalmente ligados à classe produtiva e econômica mais abastada do país, esses setores seguem se beneficiando da abertura econômica do país, em evidente contraste com as camadas mais pobres, como ponderou outra entrevista da pesquisa, *“acá existen para mí los que viven en otro país, que no le afecta nada, vos ves que cada día tienen más, los parlamentarios, los políticos y por ahí los que hacen soja” (apud PISANI, 2020, p. 169).*

Como afirmamos, a precarização das relações de trabalho atinge ambos os segmentos, empregadores e empregados fronteiriços. E aqui, reforçamos a situação de precarização dos trabalhadores paraguaios, o que explica o alto grau de informalidade do mercado de trabalho do país. Em nossas *charlas* nas ruas de Pedro Juan Caballero e Assunção uma das respostas mais comuns para nossos questionamentos sobre salário mínimo, acesso ao IPS, férias, pagamento de horas extras, intervalo para alimentação, licença tratamento de saúde ou maternidade era *“no, no tengo”*. Em comum na vida laboral desses trabalhadores, a alta rotatividade nos postos de trabalho, os baixos salários, os trabalhos temporários, o assalariamento sem registro, sem contribuição ao IPS, enfim, à mercê da desproteção legal.

Em um contexto de desigualdades tecnológicas, educacionais e operacionais, com expressivos níveis de desemprego e subemprego, as vantagens oriundas da abertura econômica do Paraguai concentraram-se ostensivamente em pequenos grupos, sendo o agronegócio portador das maiores benesses. A relação virtuosa entre liberalização econômica e crescimento econômico não ocorre somente pelas vias dos investimentos externos e do comércio internacional, sendo imprescindíveis investimentos públicos em áreas como educação, saúde, infraestrutura, passando pelo incentivo às demais atividades produtivas do país, diminuindo a dependência econômica em um único setor, o agropecuário.

Do ponto de vista prático, o incremento do capital humano e incentivos à diversificação das atividades econômicas poderiam ampliar os mercados produtores e de serviços, o que estimularia a geração de empregos regularizados e o assalariamento, mitigando as condições de pobreza e precarização do trabalho que muitos experienciam, como vimos nas narrativas das doze mulheres que participaram desta pesquisa.

Pensando essa conjuntura, a análise das fontes orais nos permitiu observar as entrevistadas em seus espaços de trabalho, ainda que na informalidade, permitindo sondar como

se organizam em sua vida material e social. Não se pode negar que a inserção das mulheres no mercado de trabalho profissional permitiu que elas superassem, em muitas frentes, as fronteiras da divisão sexual do trabalho, deslocando o discurso do feminino confinado ao espaço reprodutivo, alcançando uma autonomia social relevante, notadamente nos espaços produtivos.

A autonomia econômica propiciou acesso a recursos materiais que abrangeram todo o núcleo familiar, reconfigurando a noção de bem-estar familiar às trabalhadoras. Pensamos que o construído pode ser modificado e ao ser modificado altera as maneiras como as mulheres são percebidas e como se percebem, no âmbito social e no laboral, atribuindo-se papéis de sujeitos históricos, reconhecendo a historicidade que envolve suas práticas e fazeres.

Enfim, procuramos contribuir com o debate sobre o tema, apontando o imperativo da construção de uma sociedade equânime às mulheres, nos espaços produtivos e reprodutivos, tendo como alicerces as palavras de nossa entrevistada Venancia A.: *Tenia que ser igual, tenía que ser igual, el trabajo de los hombres y de la mujer, tenía que ser igual* (Entrevista: Venancia A., Pedro Juan Caballero, 2020). Ouvir este conjunto de mulheres, de diferentes faixas etárias e distintos perfis, e conhecer suas experiências é uma contribuição a esse movimento. *¡Ojalá, consigamos!*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensarmos o título da tese logo lembramos do ensaio *Paraguay - Isla rodeada de tierra*, de Augusto Roa Bastos, em que o literato paraguaio analisa o Paraguai sob a perspectiva de sua cultura *poco menos que desconocida*. A análise que se construiu nesta tese perpassa outra dimensão da explicitada pelo escritor. Enveredamos pelo campo econômico e as mudanças operadas no país nas últimas quatro décadas e, tomando emprestada a expressão de Roa Bastos, *desde esta isla rodeada de tierra se desarrolló* um Paraguai que se equilibra sobre a dualidade do crescimento econômico, da urbanização, da produção de *commodities* e, ao mesmo tempo, de elevados índices de pobreza, subemprego, desemprego e de trabalho informal. O Paraguai que pesquisamos insere-se nessa conjuntura, mas seus elementos constituíram-se no entrecruzar das escolhas econômicas e políticas, tanto no governo *stronista* quanto no processo de democratização do país.

Ao longo do regime ditatorial instalou-se um governo com projetos específicos para a área social e econômica do Paraguai. Enquanto na dimensão social o caminho foi a desmobilização política da população, tangenciada pela violência estatal e o medo como instrumento de controle, no âmbito econômico o país vivenciou um período de *extranjeirización de la economía*. Os documentos compilados no sítio eletrônico da *National Security Archive* e no museu virtual MEVES (*Memoria y Verdad sobre el Stronismo*) conduziram nossa compreensão sobre o período, revelando as relações de poder e os movimentos econômico e social do regime militar à época.

Nesse sentido, entendemos que as permanências e continuidades resultaram na abertura econômica de maior envergadura, ocorrida nos anos 1990. Como apontamos, uma faceta da economia do Paraguai materializa-se na agricultura mecanizada, monopolista, extensiva, empresarial, parte de um projeto político do governo de Alfredo Stroessner e efetivada à revelia da participação e dos interesses de outros importantes grupos sociais, como os *campesinos* e os povos indígenas, que ocupavam a região leste do país, principal porta de entrada de agricultores brasileiros no Paraguai. Constitui-se, assim, um quadro de desassistência ao *campesino* paraguaio que vivenciou um processo de *descampesinización* e

desagrarización, o que provocou a desintegração do seu modo de produzir, reconfigurando/desconfigurando sua relação com a terra.

Sem assistência e sem possibilidades de produzir, os agricultores *campesinos* enfrentaram adversidades que inviabilizaram sua permanência nas pequenas propriedades. A ruptura com o rural levou-os em direção às cidades e às oportunidades que poderiam oferecer, como um trabalho remunerado. Em oposto, temos a situação vivenciada pelos agricultores brasileiros, que se estabeleceram e provocaram profundas mudanças na produção agrícola do Paraguai. Esse foi um período de intensa concentração fundiária e delineou uma profunda divisão social no país, face do Paraguai contemporâneo.

Findo o regime *stronista*, o país enveredou pelos caminhos da democracia e da abertura econômica voltada ao mercado externo e tendo no agronegócio e na exportação de *commodities* os principais fiadores da economia. Eram tempos de *la liberalización de la economía paraguaya*, em que um novo marco macroeconômico, com reformas nas áreas tributária, financeira e jurídica, ofereceu aos agentes econômicos a operacionalidade do setor, assim como significou um aceno aos investimentos externos. Dessa forma, um novo panorama econômico projetou-se no Paraguai e percebemos como os grupos econômicos mais fortes mobilizaram-se em prol de seus interesses.

É nesse contexto que analisamos o jornal *ABC Color*, seus discursos e posicionamentos políticos. O periódico ocupou, e segue ocupando, um importante espaço no *periodismo* paraguaio, alicerçado em uma sólida estrutura empresarial, que o destaca como uma das grandes empresas jornalísticas do Paraguai. Percebemos com a análise das edições do jornal o posicionamento favorável à abertura econômica, à modernização do mercado de trabalho, ao incentivo ao agronegócio. Ao mesmo tempo, notamos a mobilização do periódico na construção de representações sobre os grupos sociais que não compunham a rede de interesses do jornal, notadamente os *campesinos*, relacionando-os à antítese da modernização e do desenvolvimento econômico, uns *haraganes que poco producen*. Não havia uma discussão sobre a relação distinta que o *campesinato* paraguaio tinha com sua propriedade, voltada à subsistência e não à estrutura empresarial. Forjou-se, assim, a ideia generalizante de *haraganes* e essa concepção foi repassada e reiterada à população paraguaia.

O posicionamento do jornal tornou-se compreensível à medida que entendemos a que grupos econômicos estava vinculado. Dessa forma, vimos como o jornal *ABC Color* estruturou-se sobre o paradoxo de pertencer ao *Grupo Azeta*, que detém o controle sobre importantes segmentos econômicos do Paraguai, do imobiliário às telecomunicações, e a

proximidade com o agronegócio e o empresariado paraguaio. Nesse sentido, vimos sua atuação em propagar *la modernización económica del país*, considerando outros atores sociais nesse processo como sendo menos importantes.

Se aos *campesinos* e à população indígena os espaços no jornal foram marcados pelo silenciamento, ou mesmo pelo escárnio, os demais trabalhadores paraguaios tiveram tratamento distinto, mas não por aspectos apazíveis. As publicações evidenciavam as mudanças no mercado de trabalho paraguaio e a expansão do trabalho informal, que abrangia expressivo conjunto da população economicamente ativa do país. Entendemos essa configuração urbana-laboral como decorrência de uma conjuntura de *migraciones, economía frágil y retrocesos del empleo*, em que as migrações populacionais oriundas do campo, o crescimento populacional e espacial desordenado e o acesso insuficiente aos empregos formalizados reconfiguraram não somente a espacialidade urbana, mas as relações de trabalho, cada vez mais precarizadas, instáveis e informais.

Vimos a precarização do trabalho no sentido de desproteção social e legal, condição comum aos trabalhadores paraguaios, mesmo quando assalariados e contratados por empresas, uma vez que muitas não registram os trabalhadores nos órgãos que garantem proteção social e trabalhista aos mesmos. Dessa forma, as manobras dos empresários em se formalizar parcialmente revelam como a informalidade se ampliou no mercado de trabalho paraguaio.

Nesse contexto, o documento *Ocupación Informal* (2018) nos apresentou o panorama da informalidade no Paraguai nos últimos dez anos, materializando em números um fenômeno social que se observava desde o regime *stronista*, como vimos em algumas publicações do jornal *ABC Color*. Tivemos um olhar sobre distintos recortes e apreendemos sobre o alcance social da informalidade no Paraguai, constatando como a informalidade caminha junto à pobreza e às vulnerabilidades sociais. Pode significar a única modalidade de trabalho possível para muitos, atravessando todo o ciclo da vida laboral de outros tantos. Tem maior incidência entre os trabalhadores nos extremos do ciclo produtivo, como é o caso das pessoas jovens e acima dos 60 anos, abrangendo quase a totalidade de trabalhadores domésticos, segmento em que quase a totalidade é composto por mulheres. Sobre as mulheres, os números são expressivos, de cada dez, seis estão em ocupações informais.

Nesse sentido, trouxemos à pesquisa a presença das mulheres que vivem de sua força de trabalho, em ocupações informais, no espaço fronteiro entre as cidades de Ponta Porã/BR e Pedro Juan Caballero/PY. Elegemos mulheres que vivem, convivem e trabalham nesse espaço e a partir de suas experiências laborais observamos a dimensão social que envolve

o trabalho informal. Ouvimos trabalhadoras informais brasileiras e paraguaias em seus locais de trabalho ou em suas residências e vimos a proximidade entre esses locais, pois muitas vezes ocupam o mesmo ambiente. Ouvimos o espanhol, o português, o guarani, o *jopara*, que bem simboliza a fronteira em movimento, porosa, miscigenada. Ouvimos suas trajetórias pessoais e laborais, sondando as representações, os silêncios, as hesitações, as emoções que envolveram as narrativas dessas trabalhadoras. Da mesma forma, rimos, nos emocionamos e nos rendemos às histórias dessas mulheres fronteiriças.

As entrevistas orais nos mostraram as formas como as mulheres se inserem no mercado de trabalho, permitindo apreender as relações sociais e culturais constituídas nos espaços de produção. Vimos como a escolaridade e a idade afetam as possibilidades de escolhas das trabalhadoras, assim como a informalidade as enlaçam à condição de precarização laboral, sem proteção legal, sempre com a preocupação com o futuro a rondar as falas dessas trabalhadoras fronteiriças.

A fronteira que pesquisamos mostrou-se polissêmica à medida que percebemos fronteiras que permeiam a vida laboral das trabalhadoras informais que ouvimos. Vimos fronteiras culturais construídas a partir da atividade exercida, do produto vendido, do que se considera *naturalmente* masculino, dos espaços pretensamente naturais a serem ocupados pelas mulheres. A língua falada mostrou-se outra fronteira. Falar o guarani amarra o indivíduo à espacialidade periférica, distanciando-o das esferas do poder, do trabalho formal, de maior qualificação laboral, apesar de representar a língua oficial no Paraguai.

Percebemos a fronteira que se ergue no mercado de trabalho entre o formal e o informal, entre a segurança e a vulnerabilidade social, entre a proteção legal e a precarização laboral. Vimos a fronteira etária, educacional, de gênero, de renda, étnica. Esses elementos permearam todas as falas das mulheres ouvidas nesta tese, tanto brasileiras quanto paraguaias. Se a fronteira territorial as separa, a precarização do trabalho informal as aproxima.

Nossa percepção do campo se dá alinhando nosso estudo a partir da multiplicidade de fontes históricas, buscando romper com fronteiras que limitam e delimitam a pesquisa. Sondamos o Oral, o Escrito, o Oficial, amparando-nos na pluralidade das fontes, sem nos afastarmos do rigor metodológico que a análise histórica requer. A História do Tempo Presente nos proporcionou perscrutar o Paraguai contemporâneo e lançar olhares sobre a espacialidade limítrofe entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, refletindo sobre os aspectos sociais e culturais que formam essa fronteira, particularmente das trabalhadoras informais, suas subjetividades e as relações construídas e constituídas no campo do trabalho nessas paragens.

O período em que se encerra esta pesquisa ocorre em meio aos impactos da pandemia da Covid 19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. Particularmente, os trabalhadores informais foram seriamente afetados, uma vez que as restrições à mobilidade social os impediram de exercerem suas atividades, afetando a renda de milhares de pessoas no Paraguai e no Brasil. As vulnerabilidades sociais foram acentuadas neste último ano, agravando uma realidade marcada pela instabilidade e incertezas, o que constatamos nas narrativas das entrevistadas ao relatarem as dificuldades vivenciadas com a queda da renda, principalmente com o fechamento da fronteira entre as cidades de Ponta Porã/BR e Pedro Juan Caballero/PY, entre março e outubro de 2020.

Enfim, consideramos que a abertura econômica do Paraguai não representou avanços consideráveis nas condições laborais dos trabalhadores, notadamente nos indicadores de geração de empregos formais, o que tangencia as condições sociais da população paraguaia, com elevados índices de desigualdades social, pobreza e desemprego no país. Os desafios do governo paraguaio atual e porvir passam por políticas econômicas e sociais que atrelem crescimento econômico, pautado na diversificação das atividades econômicas e não somente na produção agrícola empresarial, ao plano social, com a geração de empregos formalizados, distribuição de renda, melhoria das condições de vida da população em geral, com espaços de trabalho produtivo para homens e mulheres em *condiciones de libertad, equidad, seguridad y dignidad humana*.

Referências Bibliográficas

ABÍNZANO, Roberto C. Estudios Antropológicos en y de la región de fronteras: cuestiones de teoría y metodología. *Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde da UNIOESTE - Campus de Foz do Iguaçu*, v. 15, n. 2, p. 149-175, 2013.

ACOSTA, Roque. Calidad de la información periodística: responsabilidad social de la prensa. *Revista Estudios Paraguayos*. Asunción, v. 28, n. 1 - 2, p. 1-110, dez. 2010.

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Annablume, 2010.

_____. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos “Brasiguaios” entre os limites nacionais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 31, p. 137-166, jan./jun. 2009.

ALMADA, Martín. Operação Condor: conspiração militar contra a sociedade do conhecimento. *Revista Adusp*, São Paulo, n. 45, p. 57-64, out. 2009. Disponível em: www.adusp.org.br. Acesso em 10 dez. 2018.

ALVES, Giovanni. *Dimensões da globalização: o capital e suas contradições*. Londrina: Práxis, 2001.

ALVES, Giovanni. *Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. Londrina: Práxis, 2007.

ALVES, Giovanni. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório - O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. *Revista Rede de Estudos do Trabalho*, ano V, n. 8, 2011.

ALVES, Maria A.; TAVARES, Maria A. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 425-444.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (Org.). *Pós-neoliberalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 09-28.

ANKER, Richard; DEGRAFF, Deborah S. Gênero, mercado de trabalho e o trabalho de mulheres. In: PINNELLE, Antonella (Org.). *Gênero nos estudos de população*. Abep - Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004, p. 163-197.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.

_____. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

_____. *As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital*. Campinas: Educ. Soc., v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

_____. *Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

ARCE, Lucas; ZÁRATE, Walter. Auge económico, estancamiento y caída de Stroessner 1973-1989. In: MASI, Fernando; BORDA, Dionisio. *Estado y Economía en Paraguay: 1870-2010*. Asunción: CADEP, 2011, p. 209-246.

ARTAL, Francisco Carod; CABRERA, Carolina Vazquez. *Pensamiento magico y epilepsia en la medicina tradicional indígena*. 1998.

AYALA, Dahiana. *Ocupación Informal en Paraguay: evolución, características y acciones de políticas públicas*. Observatorio Laboral, 2016.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mal uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi *et al.* (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 23-79.

BADAUI, Lilian Soto. *Información para el debate - trabajo doméstico remunerado en Paraguay*. Centro de Documentación y Estudios (CDE): Asunción, 2014.

BALLER, Leandro. A questão rural no Paraguai: da perpetuação do latifúndio ao modelo agrícola na fronteira. In: VALENTINI, Delmir José; MURARO, Valmir Francisco. *Colonização, conflitos e convivências nas fronteiras do Brasil, da Argentina e do Paraguai*. Porto Alegre: Letra e Vida, 2015, p. 41-71.

_____. *Fronteira e Fronteiriços: a construção das relações socioculturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014)*. Curitiba: CRV, 2014.

_____. Mulheres da fronteira e suas narrativas orais. In: LEITE, Eudes Fernando; FERNANDES, Frederico (Org.). *Trânsitos da voz: estudos de oralidade e literatura*. Londrina: EDUEL, 2012, p. 233-257.

BARBOSA, Attila Magno e Silva. O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba: UFPR, v. 19, n. 38, p. 121-140, 2011.

BAREIRO, Line; SOTO, Clyde; MONTE, Mary. *Alquimistas - Documentos para otra historia de las mujeres*. Asunción: Centro de Documentación y Estudios, 1993.

BASTOS, Augusto Roa. *Paraguay - Isla rodeada de tierra*. UNESCO, 1977. Disponível em: http://www.lacult.unesco.org/docc/oralidad_06_07_56-59-paraguay.pdf. Acesso em: 10 de junho de 2019.

BIRCH, Melissa; QUINTANA, Nicolás; ARCE, Lucas. Financiamento externo, institucionalidade autoritaria y lento crecimiento: los primeros años de gobierno de Alfredo

Stroessner: 1954-1972. In: MASI, Fernando; BORDA, Dionísio. *Estado y Economía en Paraguay: 1870-2010*. Asunción: CADEP, 2011, p. 180-208.

BIRCH, Melissa. Generando Crecimiento Sustentable en un Contexto Democrático (1989-2009). In: MASI, Fernando; BORDA, Dionísio. *Estado y Economía en Paraguay: 1870-2010*. Asunción: CADEP, 2011, p. 247-286.

BORON, Atilio A. La sociedad civil después del diluvio neoliberal. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *La trama del neoliberalismo – Mercado, crisis y exclusión social*. Buenos Aires: CLACSO, 2003, p. 26-50.

BORDA, Dionísio. *Paraguay: resultados de las reformas 2003-2005 y sus perspectivas*. Serie Informes y Estudios Especiales. Santiago de Chile: CEPAL, 2007.

BOSIO, Beatriz G. *Periodismo escrito paraguayo (1845-2001): de la afición a la profesión*. Asunción: CEPUC, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Linguísticas: O Que Falar Quer Dizer*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Edusp, 2008.

BRAGA, José Luiz. Questões metodológicas na leitura de um jornal. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sergio D. (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012, p. 289-306.

BRITEZ, Edwin. Aspectos Políticos. In: BRITEZ, Edwin; CABALLERO, Javier Numan. *El Paraguay actual (1998- 2010)*. Asunción: El Lector. 2010.

BRITO, César Pastore. *La reestructuración del sector telecomunicaciones en Paraguay*. Santiago: Universidad de Chile, 1995.

BRUN, Diego A. *El Paraguay Actual (1989-1998)*. Asunción: El Lector. 2010.

BRUNO, Sebastián. El “bono demográfico” en Paraguay jaqueado - mercado de trabajo, matriz emigratoria internacional y seguridad social. *Novapolis - Revista Paraguaya de Estudios Políticos Contemporáneos*, Asunción: Arandurã Editorial, n. 11, p. 137-152, maio 2017.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 9, n. 1, p. 153-174, jun. 2000.

CAMPOS, Hérib Caballero; SEGOVIA, Cayetano Ferreira. El periodismo de guerra en el Paraguay (1864-1870). *Revista Estudios Paraguayos*. Asunción, v. 26 - 27, n. 1 - 2, p. 201-214, 2008/2009.

CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto: EDUSP, 1994.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Subdesenvolvimento e mercado de trabalho: uma análise a partir do pensamento latino-americano. *Sociologias – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 126-157, set./dez. 2010.

CASALI, Pablo *et al.* *Segmentos críticos de la informalidad laboral en Paraguay*. OIT Cono Sur - Informes Técnicos 6, 2018.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2007.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

_____. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. *Cadernos Pagu*, v. 4, 1995, p. 37-44.

_____. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COLLING, Ana Maria. *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história*. Dourados: Ed. UFGD, 2014.

_____. História do feminino. *Revista Contexto e Educação*, Ijuí: Editora Unijuí, ano 19, n. 71/72, p. 29-43, 2004.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

CUNHA, Manuela I. P. da. Formalidade e informalidade: questões e perspectivas. *Etnográfica*, Lisboa, v. X (2), p. 219-231, 2006.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. São Paulo: Contraponto Editora, 2005.

DIAS, Marcos Antonio R. Apresentação. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sergio D. (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012., p. 11-19.

DINGES, John. *Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DOUGHMAN, Richard. *La chipa y la soja: la pugna gastro-política en la frontera agroexportadora del este paraguayo*. BASE Investigaciones Sociales, Asunción, 2011.

DORNELAS, José. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2014.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 05-22, jan/jun. 2012.

EGAS, María Isabel. Participación laboral de la mujer en Paraguay: Análisis de brechas en mujeres jóvenes y adultas en el contexto de América Latina. In: SERAFINI, Verónica; EGAS, María Isabel. *Empleo femenino en Paraguay: tendencias y políticas públicas*. Asunción: CADEP, 2018.

FARINA, Bernardo Neri; PAZ, Alfredo Boccia. *El Paraguay bajo el Stronismo: 1954-1989*. Asunción: El Lector, 2010.

FARINA, José Arce. *Las Fuerzas Armadas y el Stronismo*. Asunción: El Lector, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Revista Topoi*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, 2002.

GONZÁLEZ, Cynthia. *El empleo informal en el Paraguay: evolución, características y consideraciones de políticas públicas*. Rio de Janeiro: Fundación Konrad Adenauer Stiftung, 2010.

GRIMSON, Alejandro. Pensar fronteras desde las fronteras. *Nueva Sociedad*, n. 170, nov./dez. 2000.

GUANES, Silvia Páez Monges. La Endogamia del Poder (ó) en Busca de Una Nueva Identidad Democrática. In: RINCÓN, Omar. *¿Por qué nos odian tanto? Estado y medios de comunicación en América Latina*. Bogotá, 2010.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HEIKEL, María Victoria. *Ser mujer en Paraguay*. DGEEC, 1997.

HENRIQUES, Fernanda. Concepções filosóficas e representações do feminino: subsídios para uma hermenêutica crítica da tradição filosófica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, jun. 2010.

HIRATA, Helena. *A nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

HOYOS, Marina Chávez. *Trabajo femenino: las nuevas desigualdades*. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Económicas, 2010.

IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

JIMÉNEZ, Diana Marcela. La informalidad laboral en América Latina. *Cuadernos de Economía*, n. 58, p. 113-143, jul./dez. 2012.

KON, Anita. Diversidades nas Condições de Informalidade do Trabalho Brasileiro. *ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia*, 2004.

_____. Tecnologia e trabalho no cenário da globalização. In: DOWBOR, Ladislau. IANNI, Octavio. RESENDE, Paulo Edgar A. (Org.). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 2003.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, p. 462-476, 2003.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2011, p. 111-153.

MACCARI, Neiva Salete Kern. *Migração e memórias: a colonização do oeste paranaense*. 1999. 217f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

MACIEL, Helltonn Winicius P. *Que cidadania é esta? As contradições presentes na condição do microempreendedor cidadão em um contexto de flexibilização produtiva*. Trabalho apresentado no XVII Seminário de Administração, São Paulo, out. 2014.

MACHADO, Lia Osório. Estado, territorialidade, redes. Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, M. L (Org.). *Continente em chamas*. Globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2005, p. 243-284.

MACHADO, Rosana Pinheiro. *Made in China: produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil*. 2009. 332 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - IFCH/UFRGS, Porto Alegre.

MASI, Fernando. Sector informal y cuentapropismo en el Paraguay. *Economía & sociedad - Revista de Análisis*, DGEEC, n. 7, 2002.

MASI, Fernando; BORDA, Dionisio. Paraguay. Estancamiento económico y desgaste político en los años del Mercosul. In: BOUZAS, Roberto (Org.). *Realidades nacionales comparadas*. Buenos Aires: Grupo Editor Altamira, Fundación OSDE, 2002, p. 185-249.

MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1995.

MELIÀ, Bartomeu. La interculturalidad y la farsa del bilinguismo. *Abehache: Revista da Associação Brasileira de Hispanistas*, n. 2, p. 89-94, 2012.

_____. *La lengua guaraní del Paraguay: lengua, sociedad y literatura*. Mapfre: Madrid, 1992.

MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo*. Campos do Jordão: Mantiqueira de Ciência e Arte Ltda, 2003.

MENDONCA, Daniel. *Pobres y desiguales: notas sobre la pobreza y la desigualdad en Paraguay*. Asunción: Intercontinental Editora, 2007.

MIRANDA, Carlos R. *Paraguay y la era de Stroessner*. Asunción: RP Ediciones, s.d. Disponível em: <http://www.portalguarani.com>. Acesso em: 20 de dez. 2018.

MONZÓN, Nemesio Barreto. *Periodismo y Servilismo: Historia Sincera del Paraguay Contemporáneo*. Asunción, 2004.

MORAES, Ceres. *Paraguai: A consolidação da ditadura de Stroessner (1954-63)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

MORAES, Reginaldo C. *Neoliberalismo - de onde vem, para onde vai?* São Paulo: Senac, 2001. Disponível em: http://reginaldomoraes.files.wordpress.com/2012/01/livro_neoliberalismo.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.

MURARO, Valmir Francisco. Mundo “novo” sem fronteira: brasileiros, sojeiros e agronegócios em território paraguaio. In: VALENTINI, Delmir José; MURARO, Valmir Francisco. *Colonização, conflitos e convivências nas fronteiras do Brasil, da Argentina e do Paraguai*. Porto Alegre: Letra e Vida, 2015, p. 127-151.

NICKSON, Andrew. *La Guerra Fría y el Paraguay*. Asunción: El Lector, 2014.

_____. Oposición armada al régimen de Stroessner: Una reseña de diez libros sobre el tema. *Novapolis - Revista Paraguaya de Estudios Políticos Contemporáneos*, Asunción: Arandurã Editorial, n. 8, p. 27-41, 2004.

_____. Políticas de lengua y gobernabilidad: la revitalización del idioma guaraní en Paraguay. *Novapolis - Revista Paraguaya de Estudios Políticos Contemporáneos*. Asunción: Arandurã Editorial, n. 1, p. 115-140, 2007.

NIKOLAJCZUK, Mónica. Élités económicas, poder político y medios de comunicación en Paraguay. *Novapolis - Revista Paraguaya de Estudios Políticos Contemporáneos*, Asunción: Arandurã Editorial, n. 13, p. 93-109, jun. 2018.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. Campinas: Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, Eveline Nogueira Pinheiro; MOITA, Dimitre Sampaio; AQUINO, Cassio Adriano Braz de. O Empreendedor na Era do Trabalho Precário: relações entre empreendedorismo e precarização laboral. *Psicologia Política*. v. 16, n 36, p. 207-226, 2016.

OLIVEIRA, Luiz Paulo J. de. *A condição “provisória-permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador*. 2005. 236f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de. A provisão da família: redefinição ou manutenção de papéis? In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (Org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

PAZ, Alfredo Boccia. *El aparato represivo*. Asunción: El Lector, 2014.

PADRÓS, Enrique S. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. *Revista História e Luta de Classes*, ano 3, v. 4, p. 43-49, jun. 2007. Disponível em: <http://dev.historiaelutadeclases.com.br/>. Acesso em 19/12/2018.

_____. *O Paraguai de Stroessner no Cone Sul da Segurança Nacional*. Anais Eletrônicos: ANPUH – RS, p. 1-10, 2008. Disponível em: <http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/site/anaiseletronicos>. Acesso em 19/12/2018.

PALAU, Tomás; HEIKEL, María Victoria. *Los campesinos el Estado y las empresas en la frontera agrícola*. BASE Investigaciones Sociales, Asunción, 2016.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PISANI, Michael *et al.* *Emprendedurismo y cuentapropismo en Paraguay*. CADEP: Asunción, 2020.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

POZZO, Aníbal Orué. Comercialización de la noticia y la objetividad: Las transformaciones en el periodismo paraguayo: 1950-1970. *Revista Pauta Geral - Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa*, p. 95 – 180, 2007.

QUEVEDO, Charles. La construcción del (des)orden neoliberal. In: CARBONE, R.; SOLER, L. (Org.). *Des-Cartes. Estampas de las derechas en Paraguay*. Buenos Aires: Ed. Punto de Encuentro, 2015, p. 45-56.

RABOSSO, Fernando. *Los caminos de la informalidade*. *Sociol. Antropol.* Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 797-819, set./dez. 2019.

RADIL, Bernardino Cano. *El Partido Colorado y Alfredo Stroessner*. Asunción: El Lector, 2014.

Ramires, Francisco J. *Severinos na metrópole: a negação do trabalho na cidade de São Paulo*. 2001. 222f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RIBEIRO, Milton. *Planejamento Visual Gráfico*. Brasília: Linha Gráfica Editora, 2003.

RIQUELME, Quintín; KRETSCHMER, Regina. *Concentración de tierras y producción en Paraguay - Análisis comparativo de los censos agropecuarios de 1991 y 2008*. Asunción: CDA, 2016.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Destino do Sindicalismo*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Fapesp, 2002.

RODRIGUEZ, José Carlos. *Dictadura y Sociedad Civil (1954-1989)*. Asunción: El Lector, 2014.

ROSENBLUTH, Guillermo. Informalidad y pobreza en América Latina. *Revista de la CEPAL*, n. 52, p. 7-40, abr. 1994.

SAES, Flavio A. M.; SAES, Alexandre M. *História Econômica Geral*. São Paulo: Saraiva, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SÁNCHEZ, Jose Tomás. El campesino paraguayo es pobre porque es ignorante. El discurso legítimo de los medios escritos de comunicación y la lucha por la tierra. In: PALAU, Marielle (Org.). *Criminalización a la lucha campesina*. Asunción: BASE, 2009, p. 103-131.

SANDOVAL, Luis Ortiz. Bilingüismo y Educación: la diferenciación social de la lengua escolar. *América Latina Hoy*, p. 139-150, 2012.

_____. *Medios de información y lógica de la censura*. 2008. Disponível em: <https://rebellion.org/medios-de-informacion-y-logica-de-la-censura/>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.

SANTOS, Antônio C. de A. *Fontes Oraís: testemunhos, trajetórias de vida e história*. UFPR, 2005.

SANTANDER, Horacio. *Paraguay: Situación actual de las mipymes y las políticas de formalización*. OIT Cono Sur, Informes Técnicos/3, 2017.

SANTOS. Boaventura de Souza. Os processos da globalização. In: SANTOS. Boaventura de Souza (Org.). *A globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez Editora, 2011, cap. 1.

SCHVARTZMAN, Mauricio. *Contribuciones al estudio de la sociedad paraguaya*. Asunción: CIDSEP, 2011.

SCOTT, Joan. A mulher trabalhadora. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. IV: O século XIX. Porto: Ed. Afrontamento, 1994, p. 443-476.

SEGOVIA, Diego. *Comunicación y democracia: el rol de los medios en la construcción del discurso político ciudadano*. BASE Investigaciones Sociales, Asunción, 2010.

_____. *Medios de Comunicación y agronegocio*. In: *Actores del Agronegocio en Paraguay*. BASE Investigaciones Sociales, Asunción, 2009, p. 87-94.

SERAFINI, Verónica. Trabajo remunerado de las mujeres en Paraguay desde un enfoque de género. In: SERAFINI, Verónica; EGAS, María Isabel. *Empleo femenino en Paraguay: tendencias y políticas públicas*. Asunción: CADEP, 2018.

SERAFINI, Verónica. Políticas de combate a la pobreza y su impacto sobre la igualdad de género. In: Uma análise feminista sobre políticas de combate à pobreza no Brasil, Paraguai e Uruguai. *Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA*. Brasília, 2014, p. 99-149.

_____. *Economía, mujeres y post-stronismo*. 2020. Disponível em <https://journals.openedition.org/>. Acesso em 16/10/2020.

_____. *La liberalización económica en Paraguay y su efecto sobre las mujeres*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2008.

_____. *Mujer Paraguaya: Tendencias Recientes*. Asunción: DGEEC, 2005.

SILVA, Henrique Manoel da. Os brasileiros em território paraguaio: atuação nas fronteiras geográficas próximas. In: VALENTINI, Delmir José; MURARO, Valmir Francisco (Org.). *Colonização, conflitos e convivências nas fronteiras do Brasil, da Argentina e do Paraguai*. Porto Alegre: Letra e Vida, 2015, p. 23-39.

SIMÓN, José L. La prensa como poder fáctico en el Paraguay post 1989. *Revista Estudios Paraguayos*. Asunción, v. 24, n. 1 - 2, p. 75-112, dez. 2006.

SOUCHAUD, S. *Geografía de la migración brasileña en Paraguay*. Asunción: UNFPA/ADEPO, 2007.

SOUZA, Fabiano Farias de. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. *AEDOS - Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*, Porto Alegre, v. 3, n. 8, p. 159-176, jan./jun. 2011.

SOTO, Clyde. *Marcas culturales para las mujeres em la sociedad paraguaya*. Centro de Documentación y Estudios (CDE). Asunción, 2009.

SOLNIT, Rebecca. *As coisas que os homens me explicam*. Quetzal, 2017.

STEWART JR., Donald. *O que é o Liberalismo*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.

STIGLITZ, Joseph E. El rumbo de las reformas. Hacia una nueva agenda para América Latina. *Revista de la CEPAL*, n. 80, p. 7-40, ago. 2003.

TELESCA, Ignácio. *Las Ligas Agrarias Cristianas*. Asunción: El Lector, 2014.

_____. *La historiografía producida en Paraguay durante el último quinquênio*. Anuário de História de América Latina, 2013. Disponível em: <https://www.degruyter.com>. Acesso em 20 de julho de 2018.

TORRES, Cláudio. *A Bíblia do Marketing Digital: Tudo que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar*. São Paulo: Editora Novatec, 2009.

TORRES, Henry Vásquez. El concepto de terrorismo de Estado: una propuesta de lege ferenda. *Revista Diálogos de Saberes*, p. 129-147, 2010.

VIEIRA, Fernando A. da Costa; MORAES, Isaias A. Capitalismo agrário e movimentos camponeses no Paraguai. *Estudos Históricos – Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do CPDOC/FGV*, v. 28, n. 56, p. 363-384, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh>. Acesso em: 17/01/2019.

VILLAGRA, Luis Rojas. (Org.) *Neoliberalismo en América Latina. Crisis, Tendencias y Alternativas*. BASE Investigaciones Sociales, Asunción, 2015.

_____. *La economía durante el stronismo*. Asunción: El Lector, 2014.

_____. *La economía paraguaya bajo el orden liberal*. Asunción: Arandurã, 2011.

_____. *Actores del Agronegocio en Paraguay*. BASE Investigaciones Sociales, Asunción, 2009.

WILLIAMSON, John. Reformas políticas na América Latina na década de 80. *Revista de Economía Política*, v. 12, n. 1, p. 43-49, jan./mar. 1992.

YALUFF, Yamili. Organización económica del territorio paraguayo: integración regional, desintegración nacional. *Población y Desarrollo*, v. 18, n. 33, p. 81-92, jul. 2007.

YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). *Trabalhadoras – Análise da Feminização das Profissões e Ocupações*. Brasília: Editorial Abaré, 2013.

_____. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*. Brasília (DF), n. 22, p. 271-292, jul./dez. 2011.

FONTES

ORAIS

ENTREVISTA. Zunilda F. (Digital) Produção: Miriam C. F. Mateu, Pedro Juan Caballero: 31/03/2018: 30 min. (sonorização). Nasceu em Ponta Porã, Brasil, e reside em Pedro Juan Caballero, Paraguai.

ENTREVISTA. Olga G. (Digital) Produção: Miriam C. F. Mateu, Ponta Porã: 20/04/2018: 20 min. (sonorização). Nasceu em Rio Brillhante, Brasil, e reside em Ponta Porã, Brasil.

ENTREVISTA. Zunilda V. (Digital) Produção: Miriam C. F. Mateu, Pedro Juan Caballero: 21/04/2018: 20 min. (sonorização). Nasceu e reside em Pedro Juan Caballero, Paraguai.

ENTREVISTA. Gladis B. (Digital) Produção: Miriam C. F. Mateu, Pedro Juan Caballero: 27/01/2019: 40 min. (sonorização). Nasceu e reside em Pedro Juan Caballero, Paraguai.

ENTREVISTA. Maria Lourdes M. (Digital) Produção: Miriam C. F. Mateu, Ponta Porã: 28/01/2019: 60 min. (sonorização). Nasceu em Nossa Senhora da Glória, Sergipe/Brasil e reside em Ponta Porã, Brasil.

ENTREVISTA. Barcilicia C. (Digital) Produção: Miriam C. F. Mateu, Pedro Juan Caballero: 28/01/2019: 65 min. (sonorização). Nasceu em Paso Mbutú, Paraguai, e reside em Pedro Juan Caballero, Paraguai.

ENTREVISTA. Venancia A. (Digital) Produção: Miriam C. F. Mateu, Pedro Juan Caballero: 18/07/2020: 33 min. (sonorização). Nasceu em Concepción, Paraguai, e reside em Pedro Juan Caballero, Paraguai.

ENTREVISTA. Joana R. (Digital) Produção: Miriam C. F. Mateu, Pedro Juan Caballero: 18/07/2020: 55 min. (sonorização). Nasceu em Ponta Porã, Brasil, e reside em Pedro Juan Caballero, Paraguai.

ENTREVISTA. Francisca M. (Digital) Produção: Miriam C. F. Mateu, Ponta Porã: 12/09/2020: 26 min. (sonorização). Nasceu em Paso Barreto, Paraguai, e reside em Ponta Porã, Brasil.

ENTREVISTA. Flávia A. (Digital) Produção: Miriam C. F. Mateu, Ponta Porã: 26/09/2020: 35 min. (sonorização). Nasceu e reside em Ponta Porã, Brasil.

ENTREVISTA. Fermina F. (Digital) Produção: Miriam C. F. Mateu, Ponta Porã: 26/09/2020: 30 min. (sonorização). Nasceu e reside em Ponta Porã, Brasil.

ENTREVISTA. Joyce S. (Digital) Produção: Miriam C. F. Mateu, Pedro Juan Caballero: 04/12/2020: 45 min. (sonorização). Nasceu em Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco/Brasil, e reside em Pedro Juan Caballero, Paraguai.

BIBLIOGRÁFICAS

Censo Agropecuario 2008. Ministerio de Agricultura y Ganadería Paraguay, FAO-OEA/CIE-IICA, 2009.

Comisión de Verdad y Justicia. Informe Final - Anive haguã oiko. Tierras Mal Habidas, tomo IV, 2008.

Comunicado de Prensa. n. 08/187 – FMI, 2008.

Estudio Multidimensional del Paraguay. Análisis detallado y recomendaciones. v. 2, OCDE – 2018.

Global Entrepreneurship Monitor – GEM. Empreendedorismo no Brasil – 2015. Curitiba: IBQP, 2015.

Global Entrepreneurship Monitor – GEM. Empreendedorismo no Brasil – 2010. Curitiba: IBQP, 2010.

PNUD. Informe Nacional sobre Desarrollo Humano, 2013.

PNUD. Sector rural paraguayo: una visión general para un diálogo informado, 2010.

PNUD. Informe Nacional sobre Desarrollo Humano, 2008.

PNUD. Informe Nacional sobre Desarrollo Humano, 2003.

National Security Archive. Operación Cóndor en el Archivo del Terror.

ESTADÍSTICAS

Dirección General de Estadísticas, Encuesta y Censos – DGEEC Indicadores de Pobreza, 1997/98-2020.

Dirección General de Estadísticas, Encuesta y Censos – DGEEC. Ocupación Informal. Encuesta Permanente de Hogares (2012-2017), 2018.

Dirección General de Estadísticas, Encuesta y Censos – DGEEC. Condiciones de Vida 2009-2018.

Dirección General de Estadísticas, Encuesta y Censos – DGEEC. Desigualdad de Ingresos, 2017.

Dirección General de Estadísticas, Encuesta y Censos – DGEEC. Indicadores de Empleos 1997-2016.

Dirección General de Estadísticas, Encuesta y Censos – DGEEC. Mujeres jefas de hogar (2002-2012), 2016.

Dirección General de Estadísticas, Encuesta y Censos – DGEEC. Censo Nacional de Población y Viviendas, 2012.

Dirección General de Estadísticas, Encuesta y Censos – DGEEC. Encuesta de Hogares/2008.

Dirección General de Estadísticas, Encuesta y Censos – DGEEC. Encuesta de Hogares 1997/1999-2008.

Dirección General de Estadísticas, Encuesta y Censos – DGEEC. Encuesta de Hogares 1999

Dirección General de Estadísticas, Encuesta y Censos – DGEEC. Población en el Paraguay. Urbanización y distribución espacial – 1950-2025.

LEGISLAÇÃO

Constitución Nacional de la Republica Del Paraguay - 1967.

Constitución Nacional de la Republica Del Paraguay - 1992.

Decreto nº 216/89, de 27/02/1989 – Por el cual se adoptan medidas de Política Económica, Financiera, Monetaria y Cambiaria.

Estatuto Agrário do Paraguai 1940.

Estatuto Agrário do Paraguai 1963.

Ley nº 294/1955 - De Defensa de la Democracia.

Ley nº 209/1970 - De Defensa de la Paz Pública y la Libertad de las Personas.

Ley nº 854/1963 - Establece El Estatuto Agrario.

Ley nº 126/1991 - Que establece un régimen de privatización de empresas del Estado.

Ley nº 81/1992 - Que Establece La Estructura Orgánica y Funcional del Ministerio de Agricultura y Ganadería.

Ley nº 4.457/2012 - Para las micro, pequeñas y medianas empresas (Mipymes).

Ley nº 5102/2013 – De Promocion de la Inversion en Infraestructura Publica y Ampliacion y Mejoramiento de los Bienes Y Servicios a Cargo del Estado.

Ley nº 4933/2013 - Autoriza la incorporación voluntaria de trabajadores independientes, empleadores, amas de casa y trabajadores domésticos al seguro social- Fondo de Jubilaciones y Pensiones del Instituto de Previsión Social.

Ley nº 5407/2015 - Del Trabajo Doméstico.

IMPrensa ESCRITA
PERIODICO ABC COLOR

Edições diárias publicadas no ano de 1989 e edições diárias publicadas nos meses de março e maio dos anos 1990 a 2003.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, de junho de 2021.

Miriam Cristina Franco Mateu